

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE MATEMÁTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE**  
**MATEMÁTICA**

**RICARDO MOTTA TELO**

**AS COMISSÕES AVALIADORAS DE LIVROS**  
**DIDÁTICOS ENTRE 1938 E 1971 NO BRASIL**

**Rio de Janeiro**

**2017**

**Ricardo Motta Telo**

**As comissões avaliadoras de livros didáticos entre 1938 e 1971 no  
Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ensino de Matemática.

Orientador: Gert Schubring

Co-orientador: Bruno Alves Dassie

**Rio de Janeiro**

**2017**

**Ricardo Motta Telo**

## **As comissões avaliadoras de livros didáticos entre 1938 e 1971 no Brasil**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ensino de Matemática.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Aprovada por:

---

Gert Schubring IM-UFRJ (presidente)

---

Bruno Alves Dassi FE-UFF

---

João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho IM-UFRJ

---

Gerard Emile Grimberg IM-UFRJ

---

Wanderley Moura Rezende IM-UFF

## **Agradecimentos**

O fim do mestrado representa o encerramento de mais um ciclo da minha vida. Nesse período aprendi muito e fiz novas amizades. Cada arquivo descoberto e cada documento encontrado aumentaram ainda mais a paixão pelo trabalho de pesquisa. Muitas pessoas contribuíram nesse processo. Meus sinceros agradecimentos a todos que me permitiram vivenciar essas experiências.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus pelo alento nos momentos difíceis do curso.

Em segundo, aos meus pais, Rosângela Motta e Mário Telo, por todo amor, princípios e valores ensinados, que com seus exemplos de vida e esforço mostraram a mim e a minha irmã o quão importante é o estudo.

Agradeço também à minha esposa, Cátia, pelo companheirismo e motivação durante toda minha jornada acadêmica;

à minha irmã, Monique Telo, tão distante e tão próxima;

à minha filha Catarina, por trazer mais cores aos meus dias.

Meus agradecimentos também aos meus familiares – primos, tios e avós – pelo apoio e compreensão nos momentos de ausência;

ao meu co-orientador e amigo, Bruno Dassie, pelos incentivos na pesquisa, pelas sugestões de leituras e por me apresentar novos horizontes, desde a época da graduação;

ao meu orientador, professor Gert Schubring, pelas sugestões de leituras, pelas ideias enriquecedoras e pela minúcia ao lidar com a pesquisa.

Agradeço à Tatyana Marques e ao Douglas Felipe, bibliotecários do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); ao professor e coordenador, Jaime Rodrigues, e a sua equipe do Centro de Memória e Pesquisa Histórica (CMPH/UNIFESP); ao diretor do Departamento de Acesso à Informação do APERJ,

Johemir Jannotti Viégas; aos professores Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP), Juliana Miranda Filgueiras (UNIFAL/MG) e Rita de Cássia Gonçalves; e às funcionárias Damaris e Dilene, do Instituto Sud Mennucci, por facilitarem o contato com a documentação da pesquisa e pelo generoso atendimento.

Agradeço ainda aos professores João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho, Wanderley Moura Rezende e Gerard Emile Grimberg pelas sugestões feitas no exame de qualificação e pela disponibilidade por estarem presentes neste momento tão importante da minha formação;

ao Cláudio, funcionário da secretaria de pós-graduação e ao professor e coordenador do programa, Victor Giraldo, pelo auxílio nos processos burocráticos.

Não poderia me esquecer dos queridos amigos da infância, do presente e aos da vida inteira.

Por fim, agradeço à Capes pelo financiamento desta pesquisa.

## **RESUMO**

Esse estudo tem por objetivo analisar como os livros didáticos de Matemática fizeram parte dos processos de regulamentação instituídos entre 1938 e 1971 no Brasil. A primeira política educacional do livro didático a nível federal foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 1.006/38, responsável por criar a Comissão Nacional do Livro Didático e por determinar as condições de produção, importação e utilização do livro didático em todo território nacional. Paralelamente à iniciativa federal, foi possível identificar o funcionamento das comissões instituídas na Capital Federal da época – Rio de Janeiro – e no estado de São Paulo. Essa pesquisa procura abordar, nos mínimos detalhes, os aspectos legislativos e operacionais das três iniciativas de avaliação, evidenciando: os conflitos que se estabeleceram nesse campo; os critérios empregados no julgamento dos livros; os membros responsáveis pelas avaliações e o resultado desse trabalho, materializado nas listas de livros aprovados. Dessa forma, busca-se documentar a produção didática nesse período, a fim de se construir uma noção média da Matemática escolar e, assim, conseguir atribuir um significado ao livro didático nesse processo de desenvolvimento da Matemática. Nessa análise, dá-se atenção especial à figura de Euclides Roxo, pelo importante papel desempenhado pelo educador no ensino de Matemática do país.

Palavras-chave: Livro Didático; Políticas Públicas; Avaliação; Euclides Roxo; História da Educação Matemática.

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the regulation process of Mathematics textbooks in Brazil between 1938 and 1971. The first textbook policy on a federal level was established by the Decree Law No. 1.006/38. This law also founded the National Commission for Textbooks and set up the textbook production, importation and usage conditions all over the country. Running parallel to the federal initiative were two other commissions established for Rio de Janeiro (Brazil's capital at that time) and São Paulo state. This research seeks to address the details of the legislative and operational aspects of these three evaluation initiatives, highlighting the conflicts established in this field, what were the criteria used in the mathematics textbooks assessments, the members responsible for the evaluations and the results of this work, materialized in the lists of books approved. In this way, it is sought to document the didactic production in this period, in order to construct a mean notion of school mathematics and, thus, to be able to attribute a meaning to the textbook in this process of development of school mathematics. Special attention is paid to the figure of Euclides Roxo, because of the important role played by this educator in the teaching of mathematics in Brazil.

**Key words:** Textbook; Public Policies; Evaluation; Euclides Roxo; History of Mathematics Education.

## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO**

1.1 Escolha do tema	1
1.2 Objetivos da pesquisa	2
1.3 Acervos e fontes	3
1.4 Estrutura da dissertação	6
1.5 Literatura existente	7
1.5.1 Comissão Nacional do Livro Didático	7
1.5.2 As comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo	11
1.5.3 Análise das atas, listas e pareceres	11

### **2 BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA**

2.1 A análise de livros didáticos	12
2.2 O trabalho de avaliação das comissões	12
2.3 Abordagens metodológicas	14
2.4 A legislação e o processo de regulamentação das comissões	15
2.5 A localização das fontes	16

### **3 AS POLÍTICAS DE ADOÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS A PARTIR DO SÉCULO XIX**

3.1 O caso da França	20
3.2 O caso da Prússia	24
3.3 O caso do Brasil	27

### **4 A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO**

4.1 A criação da Comissão Nacional do Livro Didático	34
4.2 Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático	35
4.3 A atuação de Euclides Guimarães de Medeiros Roxo	45
4.4 A instauração efetiva da Comissão Nacional do Livro Didático	52
4.5 As atas localizadas	54



4.6 Os critérios empregados no julgamento dos livros didáticos	55
4.7 O processo de julgamento dos livros didáticos	60
4.8 Uma breve análise dos pareceres localizados	63
4.9 A ineficiência na publicação das listas	66
4.10 As listas localizadas e os livros de Matemática aprovados	69
4.11 O processo de reestruturação da CNLD e o seu funcionamento após 1945	90
4.12 O choque de competências	105

## **5 AS COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO RIO DE JANEIRO**

5.1 A criação da Comissão de Livros	109
5.2 A criação do Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos	114
5.3 Os membros das comissões avaliadoras	119
5.4 As listas localizadas e os livros de Matemática aprovados	123

## **6 A COMISSÃO ESTADUAL DO LIVRO DIDÁTICO, UNIFORMES E DISTINTIVOS ESCOLARES**

6.1 A criação da Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares	144
6.2 Os membros da Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares	146
6.3 Instruções para avaliação dos livros didáticos, uniformes e distintivos	148
6.4 Uma breve análise dos pareceres localizados	150
6.5 As listas localizadas e os livros de Matemática aprovados	153

## **7 ANÁLISE COMPARATIVA DOS LIVROS APROVADOS PELA CNLD, CL, SPSLD E CELUDE**

7.1 Análise dos Livros aprovados	176
----------------------------------	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	204
-----------------------------	-----

## ANEXOS<sup>1</sup>

<b>Anexo A</b> – Indicação, do ministro de guerra Eurico Gaspar Dutra, de um membro do magistério do Exército para colaborar com a Comissão Nacional do Livro Didático	208
<b>Anexo B</b> – Pedido encaminhado pelo Comandante da Marinha, Armando Pinna, ao Presidente Getúlio Vargas solicitando que seja nomeado membro da Comissão Nacional do Livro Didático	210
<b>Anexo C</b> – Discurso proferido pelo General Pedro Cavalcanti, em 12 de abril de 1939, no programa de rádio <i>A hora do Brasil</i>	212
<b>Anexo D</b> – Itens considerados no julgamento dos livros didáticos pela Comissão Nacional do Livro Didático	214
<b>Anexo E</b> – Minuta da ata da 67ª sessão ordinária da Comissão Nacional do Livro Didático	228
<b>Anexo F</b> – Dispensa concedida a Euclides Roxo da presidência da Comissão Nacional do Livro Didático	230
<b>Anexo G</b> – Requerimento de Euclides Roxo ao Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, solicitando inscrição no concurso de títulos para preenchimento de vaga de assistente de Matemática	232
<b>Anexo H</b> – Carta de Euclides Roxo ao Ministro Gustavo Capanema, complementando as “Instruções Metodológicas” para os programas de Matemática	241
<b>Anexo I</b> – Exposição das atividades da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1º de março de 1944, assinatura: Fernando de Souza Castro (secretário da comissão)	246
<b>Anexo J</b> – Rascunho da carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, contestando o funcionamento	250

---

<sup>1</sup> Os documentos localizados no Arquivo Pessoal de Euclides Roxo (APER) e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), anexados a este estudo, obtiveram autorização de uso e imagem concedida por ambos os arquivos.

da comissão criada para tratar dos livros escolares

**Anexo K** – Cópia da carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao  
prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, contestando o funcionamento 256  
da comissão criada para tratar dos livros escolares

**FONTES PRIMÁRIAS** 259

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 262

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – <i>Corpus</i> documental utilizado na pesquisa	19
<b>Tabela 2</b> – Membros da Comissão Nacional do Livro Didático	36
<b>Tabela 3</b> – Seções	53
<b>Tabela 4</b> – Elementos a considerar no julgamento do livro didático	58
<b>Tabela 5</b> – Distribuição das avaliações por seção	61
<b>Tabela 6</b> – Quantidade de pareceres emitidos por avaliador	62
<b>Tabela 7</b> – Listas localizadas (CNLD)	69
<b>Tabela 8</b> – Livros didáticos de Matemática aprovados pela CNLD	73
<b>Tabela 9</b> – Subcomissões e membros da Comissão Nacional do Livro Didático	92
<b>Tabela 10</b> – Membros da Comissão de Livros (1939-1942)	119
<b>Tabela 11</b> – Membros da Comissão de Livros (1942-1944)	120
<b>Tabela 12</b> – Listas localizadas (Comissão de Livros e SPSLD)	125
<b>Tabela 13</b> – Informações presentes nas listas	126
<b>Tabela 14</b> – Livros didáticos de Matemática aprovados pelas comissões do Rio de Janeiro	128
<b>Tabela 15</b> – Listas localizadas (CELUDE)	154
<b>Tabela 16</b> – Livros didáticos de Matemática aprovados pela Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares	156
<b>Tabela 17</b> – Livros didáticos de Matemática aprovados pelas três iniciativas de avaliação	176

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Lista elaborada por Capanema com os sete membros que deveriam compor a CNLD	35
<b>Figura 2</b> – Livros didáticos aprovados de acordo com cada disciplina (CNLD)	71
<b>Figura 3</b> – Folha de rosto do livro <i>Mil problemas para os nossos discípulos</i>	106
<b>Figura 4</b> – Folha de rosto do livro <i>Matemática e Estatística</i>	107
<b>Figura 5</b> – Folha de rosto do livro <i>Aritmética elementar ilustrada</i>	108
<b>Figura 6</b> – Livros didáticos aprovados de acordo com cada disciplina (CL e SPSLD)	127
<b>Figura 7</b> – Livros didáticos aprovados de acordo com cada disciplina (CELUDE)	155

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABE** – Associação Brasileira de Educação

**AGCRJ** – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

**APER** – Arquivo Pessoal de Euclides Roxo

**APERJ** – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

**ARENA** – Aliança Renovadora Nacional

**BN** – Biblioteca Nacional

**CALDEME** – Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino

**CBPE** – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

**CELUDE** – Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares

**CEN** – Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional

**CFE** – Conselho Federal de Educação

**CIEM** – Commission Internationale l'Enseignement Mathématique

**CILEME** – Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio e Elementar

**CL** – Comissão de Livros

**CMPH** – Centro de Memória e Pesquisa Histórica

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CNEA** – Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo

**CNLD** – Comissão Nacional do Livro Didático

**COLTED** – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

**CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

**CPE** – Centro de Pesquisas Educacionais

**CPP** – Centro do Professorado Paulista

**CRJ** – Comissões do Rio de Janeiro

**CRPEs** – Centro Regional de Pesquisas Educacionais

**CSB** – Colégio de São Bento Bento

**DASP** – Departamento Administrativo do Serviço Público

**DNCr** – Departamento Nacional da Criança

**DNE** – Departamento Nacional de Educação

**DOSP** – Diário Oficial do Estado de São Paulo

**DOU** – Diário Oficial da União (Digital)

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**ESAMV** – Escola Superior de Agronomia e de Medicina Veterinária

**ETLMD** – Equipe Técnica do Livro e Material Didático

**FENAME** – Fundação Nacional do Material Escolar

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas

**F.T.D.** – Frère Théophile Durand

**F.I.C.** – Frère Irlide Cazeneuve

**GEEM** – Grupo de Estudos de Ensino de Matemática

**GEIL** – Grupo Executivo da Indústria do Livro

**GHEMAT** – Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática

**HEDUMAT** – Grupo de Pesquisa em História e Educação Matemática

**IBECC** – Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura

**ICMI** – International Commission on Mathematical Instruction

**IGIPSC** – Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte

**IMUK** – Internationale Mathematische Unterrichtskommission

**INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

**INL** – Instituto Nacional do Livro

**IPE** – Instituto de Pesquisas Educacionais

**LDB** – Leis de Diretrizes e Bases

**MDB** – Movimento Democrático Brasileiro

**MEC** – Ministério da Educação

**MES** – Ministério da Educação e Saúde

**MMM** – Movimento da Matemática Moderna

**NUDOM** – Núcleo de Documentação e Memória

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**PABAE** – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar

**PNLD** – Programa Nacional do Livro Didático

**PPP** – Projeto Político Pedagógico

**S.T.D.** – Sociedade de Trabalhos Didáticos

**SMSG** – School Mathematics Study Group

**SPSLD** – Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos

**UDF** – Universidade do Distrito Federal

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UFF** – Universidade Federal Fluminense

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization

**UNIFESP** – Universidade Federal de São Paulo

**USAID** – United States Agency for International Development



### *Ensino*

Minha mãe achava estudo  
a coisa mais fina do mundo.  
Não é.

A coisa mais fina do mundo  
é o sentimento.

Aquele dia de noite, o pai  
fazendo serão...

Ela falou comigo:

“Coitado, até essa hora no  
serviço pesado”.

Arrumou pão e café,  
deixou tacho no fogo com  
água quente.

Não me falou em amor,  
essa palavra de luxo.

Adélia Prado

# INTRODUÇÃO

## 1.1 Escolha do tema

Atualmente, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) constitui a política do livro didático adotada nos ensinos Fundamental, Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) das escolas públicas brasileiras. O programa é responsável por avaliar as obras didáticas e divulgar, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), o Guia de Livros Didáticos com as resenhas das coleções aprovadas. Dentre as opções disponíveis, a escola deve optar por aquela que melhor se adéque ao seu projeto político pedagógico (PPP). Os livros encaminhados às escolas devem ser distribuídos aos alunos e devolvidos ao final de cada ano letivo, com a exceção dos livros consumíveis<sup>1</sup>.

O PNLD apresenta uma posição de destaque no cenário educacional do Brasil, porque “possibilita o acesso do livro didático a todos os estudantes do país” resultando em “impressionantes gastos públicos em educação e, por meio do processo da avaliação, estabelece o que deve ser lido pelos alunos brasileiros” (Filgueiras, 2011, p. 4). A implementação do programa como política do livro didático “revolucionou o mercado desses livros no Brasil, culminando numa distribuição<sup>2</sup> gratuita sem precedentes, desses manuais na história do país” (Cassiano, 2007, p. 21).

A ideia de pesquisar sobre a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e as iniciativas implementadas localmente na capital federal da época – Rio de Janeiro – e no estado de São Paulo surgiu a partir de alguns questionamentos realizados ao estudar as propostas do Programa Nacional do Livro Didático, ainda na graduação. Seria o PNLD a primeira iniciativa a avaliar livros didáticos em âmbito federal no país? Caso contrário, qual foi a primeira comissão a fazer isso? A iniciativa de avaliar livros didáticos sempre foi exclusiva do governo federal? Quem são os avaliadores, qual o objetivo das avaliações e o que se pretendem avaliar? Quais manuais de Matemática lograram autorização de uso?

O estudo das comissões do Rio de Janeiro, São Paulo e da Comissão Nacional do Livro Didático teve início a partir do projeto de pesquisa intitulado *Olhares sobre o livro didático de Matemática: constituição da história do ensino de Matemática no*

---

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto nº 9.009, publicado em 19 de julho de 2017, a partir de 2019 todos os livros de 1º ao 5º ano passarão a ser consumíveis.

<sup>2</sup> Inicialmente, isso era feito sem nenhuma seleção baseada na qualidade dos livros comprados pelo governo para distribuição (Carvalho, 2008, p. 3).

*Brasil*, do Grupo de Pesquisa História e Educação Matemática (HEDUMAT)<sup>3</sup>, da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pelo professor e co-orientador Bruno Alves Dassie. A participação no projeto ocorreu no âmbito da leitura de artigos, da análise da legislação e das listas de livros autorizados por essas comissões. Um olhar mais amplo sobre a história do ensino de Matemática no Brasil foi adquirido no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, por meio da disciplina de *História do Ensino de Matemática*, ministrada pelo professor e orientador Gert Schubring.

## 1.2 Objetivos da pesquisa

A Comissão Nacional do Livro Didático foi instituída em 30 de dezembro de 1938, durante o regime do Estado Novo, e as comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo foram instituídas, respectivamente, em 1939 e 1951. Embora a legislação federal atribuísse exclusivamente à Comissão Nacional do Livro Didático a responsabilidade de avaliar os manuais escolares, por mais de duas décadas, as comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo atuaram em paralelo à iniciativa federal, avaliando e proferindo julgamento sobre os livros didáticos.

Se os acontecimentos históricos em efervescência no país não constituíssem os motivos suficientes para despertar o interesse em relação à atuação da CNLD, a coexistência das duas instâncias de avaliação, regional e federal, no processo de julgamento das obras agiu como um ingrediente adicional para tornar essa situação ainda mais interessante.

Diante da diversidade de aspectos que envolvem as atividades desempenhadas por essas comissões, fez-se necessário definir alguns objetivos a serem alcançados. São eles:

- compreender as políticas do livro didático adotadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Brasil, no período compreendido entre 1938 e 1971, lançando-se luz aos processos de julgamento dos livros didáticos;
- conhecer os sujeitos envolvidos na avaliação do manual<sup>4</sup> escolar, suas atuações e interesses;

---

<sup>3</sup> Mais informações sobre o HEDUMAT estão disponíveis em: <http://www.hedumat.uff.br>.

<sup>4</sup> Esse estudo adotará a definição de livro didático utilizada no Decreto-Lei nº 1.006/38, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático. De acordo com o decreto-lei, eram considerados

- entender as dimensões histórica, política e educacional que permeiam o funcionamento das comissões (esta última dimensão relacionada sobretudo, à disciplina de Matemática);
- estabelecer uma análise comparativa entre os critérios empregados pela Comissão Nacional do Livro Didático e pelas comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo no processo de julgamento dos manuais de Matemática;
- expor os conflitos decorrentes da atuação simultânea das duas instâncias de avaliação, para que seja possível adquirir um entendimento da complexidade dos conflitos;
- apresentar e analisar as listas e os pareceres com os livros de Matemática aprovados, a fim de identificar os manuais oficialmente admitidos no país, os principais autores e a área da Matemática escolar em que atuavam;
- atribuir um significado ao livro didático nesse processo de desenvolvimento da Matemática escolar.

### **1.3 Acervos e fontes**

Há na literatura especializada um número recorrente de críticas dirigidas ao Ministério da Educação, devido à ausência de uma política responsável por organizar o acervo histórico do ministério. Os documentos históricos do órgão encontram-se dispersos entre o Rio de Janeiro, antiga capital federal, e Brasília, onde atualmente está instalado.

É geralmente muito escassa e lacunar a informação conservada nos arquivos sobre a realidade pedagógica e didática [...]. Tais lacunas de informação, associadas a uma ausência de critérios de conservação e de organização, reduzem drasticamente as áreas historiográficas e comprometem a significação e a representatividade das conclusões retidas, em especial no que refere às práticas e à participação dos atores (Magalhães, 2004, p. 151-152 apud Costa, 2014, p. 2).

---

livros didáticos, os compêndios e os livros de leitura em classe. Os compêndios expunham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes nos programas escolares e os livros de leitura em classe eram os livros usados para leitura dos alunos em aula. Embora exista uma diferença conceitual quanto à definição de livro didático e manual escolar, este estudo fará uso de uma prática regularmente empregada pela literatura específica, ao considerar esses dois termos equivalentes.

Diante da dificuldade enfrentada em localizar a documentação no MEC, recorrer às instituições que se relacionaram com o ministério ao longo da história constituiu a alternativa mais viável para encontrar essas fontes.

Para auxiliar a realização de futuras pesquisas, estão enumerados a seguir o conjunto de arquivos consultados e a contribuição de cada um para este estudo:

- Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, localizado no Centro de Memória e Pesquisa Histórica (CMPH), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): pareceres emitidos para os manuais da Companhia Editora Nacional e demais editoras;

- Acervo do Grupo de pesquisa em História e Educação Matemática (HEDUMAT), da Universidade Federal Fluminense (UFF): livros didáticos de Matemática publicados nos anos de 1930, 1940 e 1950;

- Arquivo Pessoal de Euclides Roxo (APER), pertencente ao Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): minutas de atas, telegramas, cartas datilografadas e demais documentos relacionados à atuação de Euclides Roxo na presidência da CNLD;

- Biblioteca Nacional Digital<sup>5</sup>: periódicos com informações sobre os sistemas de avaliação de livros didáticos no Rio de Janeiro;

- Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro: livros relacionados ao conflito Potsch/Melo Leitão;

- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro: cartas, manuscritos e ofícios pertencentes ao Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema, com informações sobre o funcionamento da CNLD até o ano de 1945;

- Diário Oficial da União Digital (DOU)<sup>6</sup>: legislação e listas de livros autorizados referentes à Comissão Nacional do Livro Didático, à Comissão de Livros e ao Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos;

- Diário Oficial do Estado de São Paulo Digital (DOSP)<sup>7</sup>: legislação, pareceres e listas de livros autorizados pela Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares;

---

<sup>5</sup> O acervo online da Biblioteca Nacional pode ser consultado no endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

<sup>6</sup> O Diário Oficial da União encontra-se disponível no site do Jusbrasil: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>.

– Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci, do Centro do Professorado Paulista (CPP): periódicos contendo informações relativas à Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares (CELUDE) e aos conflitos decorrentes da atuação simultânea à Comissão Nacional do Livro Didático;

– Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II: livros relacionados ao conflito Potsch/Melo Leitão, o livro *A matemática na educação secundária*, de Euclides Roxo, e as atas da congregação, com discussões sobre a elaboração dos programas de ensino e adoção dos livros didáticos;

– Repositório<sup>8</sup> Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): livros didáticos de Matemática publicados de 1939 a 1971;

– Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): livros didáticos de Matemática editados na década de 1960.

Embora o conjunto de arquivos mencionados tenha desempenhado um papel imprescindível para produção desta pesquisa, por fornecer a base documental nela presente, esses arquivos representam apenas uma parcela das fontes consultadas – a parcela relativa ao sucesso das consultas. Contudo, há outra parcela de arquivos, da qual não foi possível obter os mesmos resultados, como é o caso do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), do Arquivo Nacional, do Mosteiro de São Bento e do Colégio Cruzeiro.

O insucesso durante essa etapa da pesquisa está associado basicamente a dois motivos. O primeiro deles, obtido em entrevista cedida pelo diretor do Departamento de Acesso à Informação do APERJ, Johemir Jannotti Viègas, diz respeito à ausência dos documentos no local consultado, devido à inexistência dos documentos ou a falta de infraestrutura para armazená-los na época, fazendo, assim, com que fossem distribuídos para outros arquivos. O segundo motivo está associado a não liberação dos documentos por questões sigilosas, como é o caso do Colégio Cruzeiro.

Os documentos utilizados neste estudo, por sua vez, foram localizados em fontes originais e em uma pluralidade de artigos, teses e dissertações publicados na área de História da Educação e História do Ensino de Matemática, vinculados direta ou indiretamente à temática presente na pesquisa.

---

<sup>7</sup> O Diário Oficial do Estado de São Paulo encontra-se disponível no site do Jusbrasil: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/>.

<sup>8</sup> As consultas ao Repositório Institucional da UFSC podem ser feitas em: <https://repositorio.ufsc.br>.

## 1.4 Estrutura da dissertação

Este estudo encontra-se distribuído ao longo de seis capítulos que sucedem a introdução. O primeiro apresenta o referencial teórico utilizado como base para orientar o trabalho investigativo e a metodologia empregada na coleta, interpretação e análise das fontes.

O segundo faz um retorno às primeiras políticas públicas destinadas à adoção de livros didáticos, no início do século XIX, revelando a oposição entre a política educacional da França – onde vigorava um sistema educacional centralizador, privilegiando os livros didáticos – e da Prússia – cujo foco do ensino era destinado ao professor e a sua autonomia quanto ao método. Em paralelo a esse cenário, pode-se observar no Brasil o surgimento das primeiras normas para legislar sobre os livros didáticos.

O terceiro capítulo analisa a Comissão Nacional do Livro Didático criada em 30 de dezembro de 1938, no governo ditatorial de Getúlio Vargas. A diversidade de questões em torno do funcionamento da CNLD pode ser explicada pela intensa movimentação nos campos político, social e educacional que o país estava vivendo, fruto do período centralizador.

Por constituir um setor estratégico, o campo educacional foi alvo de intensas disputas entre a Igreja Católica, os militares e os intelectuais que propunham a modernização do ensino. A concepção predominante entre esses grupos era de que com o controle das diretrizes educacionais seria possível moldar a formação cívica e intelectual dos jovens de acordo com os seus interesses. Nesse período pretendia-se estabelecer uma educação nacional, utilizando como medidas a centralização do ensino, a padronização dos programas curriculares e da ortografia oficial.

A publicação das listas inicia-se apenas no final de 1947, após os sucessivos adiamentos ocorridos desde a data inicialmente prevista, no ano de 1940. Dessa forma, toda a problemática em torno da divulgação das listas de livros autorizados, bem como da forma como se deu o processo de avaliação dos livros didáticos, são exploradas ao longo do capítulo, que atinge o momento de maior relevância com a apresentação dos livros de Matemática autorizados e com a análise dos pareceres localizados.

O quarto e quinto capítulos contemplam a Comissão de Livros, o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos e a Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares, que atuaram, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Os capítulos estão dispostos sob a mesma estrutura, abordando os aspectos legislativos e operacionais dessas comissões, com a exibição das correspondências trocadas entre os representantes das iniciativas locais e federal – evidenciando o choque de competências entre as comissões – e com a apresentação de uma análise das listas e dos pareceres emitidos.

O sexto capítulo apresenta a relação geral de livros aprovados pela Comissão Nacional do Livro Didático e pelas comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo, analisando a diversidade de obras, o elevado número de edições de determinados livros, os responsáveis pela autoria dos manuais, as mudanças metodológicas, entre outros aspectos.

## **1.5 Literatura existente**

### **1.5.1 Comissão Nacional do Livro Didático**

O estudo da literatura existente sobre a Comissão Nacional do Livro Didático trouxe importantes contribuições para a compreensão de questões relacionadas às avaliações, ao processo de julgamento das obras, aos sujeitos envolvidos no processo de julgamento e, principalmente, sobre a função desempenhada pela CNLD como parte integrante de uma política educacional. Embora o capítulo sobre a Comissão Nacional do Livro Didático conte com uma literatura diversificada, a seguir estão contempladas apenas as obras que lidam diretamente com esse assunto. A inclusão de considerações sobre cada uma das pesquisas utilizadas na produção deste capítulo traria um crescimento demasiado e não desejado para essa seção.

A pesquisa de Filgueiras (2011) procura analisar, por meio do viés histórico, os processos de avaliação dos livros didáticos empregados no Brasil. A tese utilizou o recorte histórico compreendido entre os anos de 1938 e 1984 – a escolha desse período está intimamente relacionada à existência dos processos de avaliação em âmbito federal. A pesquisa investiga a existência de quatro grandes períodos relacionados às políticas nacionais do livro didático. A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), instituída em 1938, representa o primeiro processo de avaliação analisado, seguido de três outros processos: a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), criada em 1952; a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), instituída em



1966; e, por último, a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), onde funcionou o Programa do Livro Didático até o ano de 1984.

No decorrer da tese, Filgueiras (2011) preocupa-se em identificar os verdadeiros responsáveis pelas disputas no campo educacional – em particular, no que diz respeito à circulação dos livros didáticos, atentando para aspectos importantes da pesquisa, como a atuação, o interesse e as lutas estabelecidas por esses grupos, evidenciando o interesse desses diferentes sujeitos em controlar o conteúdo que deveria ser veiculado pelo manual escolar.

Os documentos utilizados para compor a tese foram localizados em uma grande diversidade de revistas, acervos e arquivos, públicos e privados.

A dissertação de Ferreira (2008) conta com uma análise da política do livro didático no período delimitado entre 1937 e 1945, conhecido como Estado Novo. A escolha desse recorte histórico está associada a duas questões de grande relevância para a autora. A primeira delas diz respeito ao funcionamento da primeira comissão nacional responsável por avaliar livros didáticos. Já a segunda deixa transparecer o interesse em desenvolver um estudo no qual Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do referido período, atuou como personagem de destaque.

Dessa forma, a pesquisa procura contemplar o que foi preservado no arquivo pessoal do ministro, sem ter a pretensão de expor a história da Comissão Nacional do Livro Didático contada em seus mínimos detalhes, o que seria uma árdua tarefa diante da quantidade de documentos a serem localizados e por se tratar, sobretudo, de uma primeira pesquisa dedicada a trazer documentos completos sobre o funcionamento da comissão.

Os documentos coletados por Ferreira (2008) dão enfoque ao processo de regulamentação, produção e autorização dos livros didáticos no interior da CNLD.

O livro de Oliveira et al. (1984) se dedicou a analisar questões relacionadas às políticas e práticas de adoção e de utilização dos manuais escolares – estabelecendo com o leitor um importante diálogo sobre aspectos pedagógicos, econômicos e políticos relacionados ao tema, revisitando a literatura sobre o livro didático, as políticas educacionais e as questões acerca dos livros, utilizando como recorte histórico o período compreendido entre a década de 1930 e o ano de publicação da obra, 1984. Os autores também se dedicam a discutir e analisar os processos de produção dos livros didáticos, as intervenções realizadas pelos programas governamentais e as questões vinculadas à

utilização do livro pela comunidade escolar, tais como o nível de utilização e a atuação dos professores no processo de escolha.

A publicação dessa obra constitui um trabalho de grande importância para o campo de estudos, sobretudo pela inexistência, até então, de uma discussão ampla e aprofundada em relação a essa tecnologia educacional.

Além da pesquisa bibliográfica e da pesquisa desenvolvida nos arquivos, o conteúdo reproduzido no livro contou com uma série de entrevistas realizadas com pessoas vinculadas diretamente ao campo de estudo, como autores, editores, economistas e Secretários de Estado.

A proposta presente nas primeiras páginas da pesquisa de Freitag et al. (1987) evidencia a intenção dos autores em estudar a trajetória do livro didático no período compreendido entre 1967 e 1987. A partir da compreensão de que essa análise não acontece de maneira fragmentada, ampliam o campo de pesquisa, abordando aspectos mais gerais do sistema educacional e analisando como tais questões são discutidas em outros países.

Para uma análise mais aprofundada sobre o estado da arte do livro didático, os autores recorreram ao momento histórico em que a legislação sobre o tema começou a se desenvolver no país, a década de 1930.

A realização da pesquisa bibliográfica ocorreu a partir de consultas às revistas especializadas no tema, às pesquisas de mestrado e doutorado, aos acervos de bibliotecas universitárias e órgãos públicos. Por meio do conteúdo coletado, os autores abordam importantes aspectos vinculados ao livro didático como a história, política, economia, conteúdo e o seu emprego no contexto da educação nacional.

Por serem as primeiras – de que se tem notícias – a lidar com a questão do livro didático em seu aspecto mais amplo, as pesquisas de Oliveira et al. (1984) e Freitag et al. (1987) também são pioneiras em destacar as dificuldades relacionadas à ausência de uma memória no MEC responsável por montar um histórico a respeito das políticas públicas destinadas ao livro didático. Essas pesquisas vão além, direcionando a crítica também aos intelectuais brasileiros, que, ao longo dos anos, tiveram uma postura passiva em relação à construção dessa memória.

O artigo de Dassie (2012) apresenta o mecanismo de funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático após o ano de 1945, com o fim da gestão do ministro Gustavo Capanema. Ao mesmo tempo, realiza uma problematização sobre o funcionamento da comissão nessa gestão. No decorrer da pesquisa, o autor apresenta as

listas publicadas no *Diário Oficial da União* entre os anos de 1947 e 1961 e também algumas considerações sobre os livros de Matemática aprovados para uso no ensino secundário.

O estudo de Soares e Rocha (2005) exhibe a mecânica de funcionamento da CNLD por recorrência ao Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. O recorte histórico utilizado pelos autores compreende os primeiros anos de funcionamento da comissão. A pesquisa busca trazer as informações mais importantes sobre a CNDL: suas atribuições, os problemas envolvidos na mecânica de funcionamento, quem eram seus membros, os critérios empregados na análise dos manuais e as demais atividades.

O CPDOC constituiu a principal fonte para consulta de arquivos dos autores, mas também foi utilizada a documentação coletada por outros pesquisadores. Talvez a questão mais interessante abordada nesse estudo seja a tentativa dos autores de confrontar as características de funcionamento da comissão com as do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O estudo de Schwartzman et al. (2000) busca compreender a imagem contraditória causada pela atuação de Gustavo Capanema no período em que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) e quais as ações executadas pelo órgão durante esses anos. Embora os projetos propostos pelo ministro no campo da Cultura tenham sido muito bem-sucedidos, segundo os autores, o mesmo não pode ser dito quanto ao campo da educação.

Ao longo do livro, os autores buscam reconstruir as ideias que permearam a política educacional da época, sobretudo pela orientação política e ideológica adotada durante aqueles anos, confrontando essas questões com as questões práticas relativas à implementação dos projetos elaborados. Isso foi feito a partir do acompanhamento da trajetória política seguida por Capanema e por meio do conhecimento das principais influências que teve durante sua formação política.

Em nenhum momento, os autores revelam a intenção de compor uma biografia finalizada sobre Capanema ou, ainda, de realizar uma reconstrução de sua vida pessoal. O objetivo foi abordar os aspectos relativos aos projetos de reforma representados por textos legais.

### **1.5.2 As comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo**

Embora atualmente exista uma vasta literatura tratando sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático e sobre seus diversos aspectos, o mesmo não pôde ser observado em relação às comissões que atuaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, no mesmo período. Pouco se sabe sobre a atuação dessas comissões. Apenas uma pequena parcela da literatura destinada à CNLD menciona a existência delas e, nos casos em que a menção ocorre, não se discute, por exemplo, a invasão de competências cometida por essas iniciativas, o que faz com que esse conhecimento fique restrito a uma pequena parcela de historiadores que lidam com a história do ensino no Brasil. Possivelmente devido a esse fato, não foi possível localizar uma bibliografia específica associada ao tema, o que atribui um caráter inédito a esta parte da pesquisa.

### **1.5.3 Análise das atas, listas e pareceres**

Os estudos sobre as comissões responsáveis por avaliar livros didáticos no Brasil estão associados, principalmente, aos aspectos históricos, políticos e sociais da educação. Poucos trabalhos abordam a questão da avaliação do livro didático utilizando a perspectiva das comissões e, entre eles, um pequeno quantitativo se propõe a investigar o livro didático de Matemática.

Apenas uma pequena parcela de pesquisadores pertencentes a outros campos do saber educacional se propõe a analisar os processos de avaliação dos livros didáticos utilizando os pareceres emitidos pelos avaliadores e as listas de livros autorizados, como é o caso das pesquisas de Freitas (2010), Filgueiras (2011) e Dassie (2012). Enquanto as pesquisas de Freitas (2010)<sup>9</sup> e Filgueiras (2011)<sup>10</sup> lançam um olhar sobre os pareceres, Dassie (2012) trabalha com a perspectiva das listas divulgadas, representando, até o momento, o único pesquisador vinculado à História do Ensino de Matemática a incluir esse tipo de aspecto ao estudo.

Acredita-se que a ausência de uma literatura específica destinada ao estudo das comissões estaduais faça desta dissertação o primeiro tipo de abordagem dirigida às atas, listas e pareceres.

---

<sup>9</sup> O artigo de Freitas (2010) examinou os pareceres emitidos para os livros didáticos de História.

<sup>10</sup> A tese de Filgueiras (2011) apresenta uma análise dos pareceres referentes a cada disciplina.

## **2 BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA**

### **2.1 A análise de livros didáticos**

É consensual entre a literatura especializada o papel desempenhado pelos livros didáticos como propagadores dos conhecimentos escolares, dos conteúdos e, em muitos casos, dos métodos que vigoraram em um determinado momento histórico, considerados legítimos de serem transmitidos pelas disciplinas escolares. Ao desempenhar o papel de divulgador dos saberes escolares, a história das edições didáticas se relaciona, ainda, com as políticas educacionais adotadas pelo poder público e a constante preocupação em regulamentar sua produção, conteúdo e distribuição. Dessa forma, as edições didáticas podem ser compreendidas como elemento integrante da Cultura Escolar, responsável, sobretudo, pela transmissão dos conhecimentos, frequentemente estipulados pelos programas oficiais.

Diante da impossibilidade de acesso imediato ao significado de um livro didático, Schubring (1987, p. 44) destaca a necessidade de documentar a produção didática em um determinado momento histórico, para que seja possível construir uma noção média da Matemática escolar praticada em tal período e, assim, conseguir atribuir um significado ao livro didático nesse processo de desenvolvimento da Matemática escolar.

### **2.2 O trabalho de avaliação das comissões**

O tipo clássico de estudos sobre livros didáticos consiste, então, em estabelecer um *corpus* de livros que permita efetuar uma análise significativa, ao menos, de certa parte da Matemática escolar. O presente estudo compreende, no entanto, um outro tipo de pesquisa, que focaliza as comissões responsáveis pela análise de um grande número de livros didáticos. Trata-se de comissões criadas por certas iniciativas governamentais para selecionar, entre os livros didáticos produzidos pelas editoras, os que podem ser admitidos nas escolas pertencentes aos territórios desses governos. Este estudo tem por finalidade analisar o trabalho realizado por tais comissões.

Um objetivo como esse exige, em geral, focalizar os parâmetros de trabalho de uma comissão para escolher, dentre o número de livros didáticos produzidos e

submetidos à análise, aqueles que a comissão julga ser “de qualidade”. A realização dessa tarefa deve seguir como parâmetros:

- a regulamentação do funcionamento;
- a atuação dos membros da comissão;
- as atas das reuniões e das deliberações;
- os pareceres elaborados pelos membros;
- as listas informativas sobre os livros admitidos.

Embora, até o momento, tenha-se falado somente em livros didáticos em um caráter mais amplo, sem qualquer especificação à disciplina, pode-se assumir que essas comissões não foram criadas exclusivamente para a Matemática, mas para todas as disciplinas pertencentes a um determinado nível de ensino.

O desafio consiste em determinar como as comissões, mesmo lidando com um número considerável de disciplinas, trabalharam com o caso particular da Matemática. Um indicador para tais relações pode ser o modo de atuação dos membros, para saber, por exemplo, se as avaliações foram realizadas por disciplina ou se as disciplinas foram combinadas e, assim, a Matemática foi analisada junto com outras disciplinas.

A proposta desta dissertação é estudar, por um lado, a Comissão Nacional do Livro Didático, instituída pelo governo federal em 1938, para avaliar os livros didáticos produzidos e determinar, entre eles, os que podem ser adotados para o ensino e, por outro lado, as comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo que, mesmo diante de um conflito com a tarefa abrangente implementada para todo país, foram criadas pelos governos locais com a mesma finalidade. Até agora, foram identificadas duas unidades federativas atuando em contradição com a legislação federal: Rio de Janeiro, em 1939, e São Paulo, em 1951. Não se descarta a possibilidade de outros estados terem implementado o mesmo tipo de atividade na época.

O presente estudo tem por objetivo analisar os trabalhos desenvolvidos por essas comissões, identificar os livros didáticos (padrão) oficialmente admitidos no país, quais são os principais autores e em que área da Matemática escolar atuam. Pretende-se também entender como as comissões e os seus respectivos governos lidam com o evidente conflito de legalidade e quais são as semelhanças e diferenças entre os resultados obtidos por essas comissões.

## 2.3 Abordagens metodológicas

Para desenvolver este estudo, foi necessário utilizar métodos de pesquisa que se adequassem às características presentes. Ao se tratar de uma pesquisa direcionada a documentos antigos, considerados autênticos, a escolha mais adequada foi a do método de pesquisa qualitativa aliado à análise documental. Segundo Lüdke e André (1986, p. 33), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A pesquisa qualitativa em si utiliza como proposta norteadora a obtenção dos dados de forma descritiva, enquanto a análise documental é constituída a partir dos documentos, comumente presentes na execução de um trabalho, uma vez que a maior parte das fontes escritas é quase sempre a base do trabalho de investigação.

A pesquisa qualitativa vinculada à análise de um *corpus* de livros didáticos de Matemática é constituída pela pesquisa – *On the Methodology of Analysing Historical Textbooks: Lacroix as Textbook Author* de Schubring (1987). Nesse estudo, Gert Schubring apresenta alguns dos tipos de abordagens metodológicas empregadas na análise de livros didáticos, utilizando como exemplo a obra de Sylvestre-François Lacroix, o autor dominante na produção de livros didáticos na França da primeira metade do século XIX. Tal análise é proposta a partir de um esquema tridimensional apresentado por Schubring (1987, p. 45). Segundo o autor:

- A primeira dimensão consiste em analisar as mudanças dentro das várias edições de um livro escolhido como ponto de partida, como um livro didático de álgebra ou um de aritmética.
- A próxima dimensão consiste em encontrar mudanças correspondentes em outros livros pertencentes à mesma obra, ao estudar as partes que tratam de campos conceituais relacionados, como álgebra geométrica, trigonometria, etc.
- A terceira dimensão relaciona as mudanças nos livros didáticos com as mudanças no contexto: mudanças no currículo, decretos ministeriais, debates didáticos, evolução da matemática, mudanças na epistemologia, etc.

Apesar do objetivo deste estudo não estar vinculado diretamente à avaliação de livros didáticos em si, mas à maneira com que as comissões procederam essa análise, foi possível incorporar os conceitos relacionados à análise de manuais, presentes na pesquisa de Schubring (1987).

A primeira dimensão do esquema tridimensional pode ser imediatamente identificada nos trabalhos das comissões. A publicação de novas edições por autores ou editoras inevitavelmente obriga as comissões a realizar um novo julgamento da obra, comparando-a com sua edição anterior. A terceira dimensão, evidentemente, também é muito pertinente a este estudo.

Os aspectos metodológicos empregados na análise das avaliações feitas pelas comissões compreendem as questões de autoria dos manuais e as mudanças nos livros didáticos, ocorridas em função das mudanças no contexto em que se inserem.

Como Schubring (1987, p. 45) salienta, as mudanças nos livros didáticos, correspondentes à primeira dimensão, estão relacionadas às mudanças contextuais, pertencentes à terceira dimensão – que dizem respeito às mudanças existentes no currículo, à promulgação de decretos ministeriais, à realização de debates didáticos e à evolução da Matemática. Portanto, exigem plena observância de aspectos tanto internos quanto externos ao funcionamento das comissões.

Nesta pesquisa, as listas com os livros didáticos autorizados durante o processo de avaliação serão analisadas levando-se em consideração aspectos como:

- as características presentes nos livros;
- a autoria dos manuais;
- a ocorrência de obras estrangeiras;
- o número de edições;
- o predomínio de determinados autores;
- a evolução no ensino da Matemática, em relação à metodologia e ao conteúdo.

## **2.4 A legislação e o processo de regulamentação das comissões**

A regulamentação aplicada aos livros escolares apresenta algumas peculiaridades ao ser comparada às demais produções impressas. Trata-se de uma regulamentação habitualmente mais específica, quer ela se exerça no início do processo – durante as etapas de elaboração e produção, por exemplo – quer ao final – vinculada aos modos de financiamento, difusão e utilização. A diversidade de questões em torno do manual escolar aponta para a necessidade de se desenvolver pesquisas destinadas ao processo de regulamentação dessas produções (Choppin, 2004, p. 560).



O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona, não só a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar desde os períodos de existência de um ensino público (Choppin, 2004, p. 561).

Escrever a história dos livros escolares ou simplesmente analisar o conteúdo de uma obra, sem levar em conta as regras que o poder político ou religioso impõe aos diversos agentes do sistema educativo, seja no domínio econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro, não faz qualquer sentido (Choppin, 2004, p. 561).

A presente pesquisa atuará nessa perspectiva, analisando as políticas públicas adotadas para o livro didático no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Brasil, no período compreendido entre 1938 e 1971, a fim de produzir uma interpretação, com o auxílio dos registros encontrados, do histórico de funcionamento dessas comissões, em uma tentativa de compreender por que o poder público assume a função de controlar as edições didáticas.

## **2.5 A localização das fontes**

A procura pelas fontes trouxe um resultado lastimável em relação à existência de órgãos responsáveis por preservar as avaliações emitidas pela Comissão Nacional do Livro Didático e pelas comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao contrário do que se deveria esperar, os governos responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos por essas comissões não preservaram o conjunto ou, ao menos, uma parcela representativa dos arquivos.<sup>11</sup> Teoricamente, deveriam ser encontrados todos os tipos de documentos protocolados nos registros das comissões, como:

- as atas das reuniões;
- as correspondências trocadas com membros, autores, editoras e órgãos governamentais;
- as normas emitidas pelos governos, determinando o modo de atuação;
- os pareceres emitidos para os livros analisados;
- as listas com as obras aprovadas endereçadas ao público interessado.

---

<sup>11</sup> Os contatos estabelecidos com as Secretarias Estaduais de Educação e com o MEC, a fim de obter a localização desses documentos, não trouxeram contribuições para a pesquisa, salvo para constatar a falta de estrutura existente nos arquivos públicos em armazenar a documentação relativa ao campo educacional num dado momento histórico.

Diante da ausência de órgãos competentes para arquivar as fontes, os reflexos imediatos já puderam ser notados durante a localização das atas e pareceres. Apenas uma ata referente às reuniões da CNLD pôde ser encontrada, ainda assim, em um arquivo pessoal. As mesmas dificuldades estiveram presentes durante a localização dos pareceres. Os pareceres relativos às duas comissões do Rio de Janeiro não puderam ser encontrados; enquanto os pareceres referentes à comissão de São Paulo e a Comissão Nacional do Livro Didático foram localizados, respectivamente, no DOSP e no Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional, cedido à UNIFESP. Como os pareceres da CNLD foram localizados no arquivo dessa editora, restringem-se basicamente aos livros didáticos produzidos por ela.

Uma parcela significativa das informações transmitidas pelas comissões a professores, diretores, autores e editoras utilizou como veículo de circulação o Diário Oficial e os jornais da época. Os comunicados pessoais, por sua vez, eram transmitidos diretamente por correspondências – algumas delas foram localizadas no Arquivo Pessoal de Euclides Roxo (APER) e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

As listas de obras admitidas representam a única fonte relativamente acessível, porque as comissões tinham o compromisso, firmado em decreto, de publicar as listas em certo ritmo no Diário Oficial.

Uma parcela importante da legislação e das listas utilizadas para produzir os capítulos referentes às comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo foi adquirida no acervo pessoal do professor Bruno Dassie. O uso desses documentos não se limitou apenas à produção textual, mas também conduziu à descoberta de novos documentos.

A localização da legislação no Diário Oficial Online não representou uma tarefa complexa, afinal, os textos das leis e decretos frequentemente fazem referência à existência de outras leis e decretos que regulam o funcionamento das comissões, apresentando, inclusive, a data de promulgação da legislação.

Em contrapartida, o processo de localização das listas despendeu um considerável tempo de pesquisa, sendo necessário entender como os mecanismos de busca funcionam em relação a antigos documentos digitalizados. Por se tratar de documentos antigos, algumas dificuldades se apresentam na busca textual, como:

- a diferença entre a regra ortográfica atual e a empregada na época;

- a ineficiência do processo de digitalização, que frequentemente transforma algumas frases em séries de caracteres incompreensíveis;
- os danos presentes nos documentos, que os tornam, em alguns casos, quase ilegíveis e, por isso, indetectáveis pelos mecanismos de busca;
- a busca por palavras que contêm acentos, cedilhas, hífens ou qualquer outro tipo de caractere diferente das letras do alfabeto;
- os problemas existentes no sistema de busca do Jusbrasil, site onde os documentos estão disponíveis ao acesso.

Para contornar algumas das dificuldades e obter um melhor aproveitamento nas pesquisas, foram adotadas como estratégias:

- o uso da ortografia oficial empregada na época;
- a busca por palavras/expressões compostas apenas pelas letras do alfabeto, que não apresentassem acentos, cedilhas ou hífens em sua estrutura;
- o emprego do Google como ferramenta de pesquisa, adicionando ao texto procurado os termos “DOU” e “DOSP”. Dessa forma, palavras digitadas após esses termos são localizadas prioritariamente no site do Jusbrasil;
- o uso de palavras-chave presentes nas listas;
- o emprego de referências no Google em relação ao mês e ao ano de publicação da lista desejada, pela observação do padrão adotado nas datas de divulgação das listas.

A combinação dessas estratégias trouxe melhores resultados durante a localização das listas. A partir dessa combinação o Google foi capaz de realizar as pesquisas, sabendo: em que site os documentos estavam localizados, o mês e o ano de publicação no Diário Oficial e as palavras/expressões existentes no documento. A expressão “DOSP livros autorizados /02/1966” representa, por exemplo, uma das combinações utilizadas durante a pesquisa pelas listas publicadas pela comissão de São Paulo. Essa expressão faz o mecanismo de busca procurar pelo termo “livros autorizados” nas páginas do Diário Oficial de São Paulo referentes ao mês de fevereiro de 1966, o mês em que normalmente as listas eram publicadas.

A descrição completa do *corpus* documental utilizado para a realização deste estudo está apresentada na tabela a seguir. Essa descrição traz informações sobre o tipo de documento localizado, sua origem e quantidade.

**Tabela 1** – *Corpus* documental utilizado na pesquisa

	CNLD		CL/SPSLD		CELUDE	
	Origem	Qntd	Origem	Qntd	Origem	Qntd
Atas	APER	1	--	0	--	0
Correspondências	CPDOC	7	--	1	--	0
Informativos	Jornais	4	DOU/Jornais	25	DOSP	29
Legislação	DOU	10	DOU	5	DOSP	15
Listas	DOU	69	DOU	79	DOSP	71
Membros	APER/CPDOC	25	DOU	-- <sup>12</sup>	--	0
Pareceres	UNIFESP	35	--	0	DOSP	18
Outros	DOU	10	DOU	4	DOSP	2

A sigla “Qntd”, presente na parte superior da tabela, faz referência à quantidade de páginas associadas ao tipo de fonte utilizada. Mesmo diante das dificuldades enfrentadas no processo de localização das fontes, o estudo pôde usufruir de uma quantidade expressiva de documentos. Somando-se a quantidade de páginas pertencente às três colunas, obtém-se 410 arquivos.

---

<sup>12</sup> A quantidade de documentos utilizada para obter informações sobre os membros das comissões do Rio de Janeiro não foi informada, porque estas informações foram coletadas no final das listas e esses documentos já foram contabilizados.

### 3 AS POLÍTICAS DE ADOÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS A PARTIR DO SÉCULO XIX

Cada estado ao estabelecer um ensino público é confrontado com que política de livros didáticos deve ser adotada em suas escolas. Este capítulo tem por finalidade relatar as práticas adotadas nos dois primeiros estados a estabelecerem sistematicamente um ensino público: a França, da Revolução Francesa – influenciada pelo Iluminismo e pelo desafio de ter dissolvido os colégios jesuítas –, e a Prússia, das profundas reformas na sociedade e no ensino, após a derrota de 1806 para Napoleão.

Esse relato revelará um forte contraste entre dois pólos praticamente opostos em relação às possíveis práticas políticas. Se, por um lado, será possível identificar um sistema rígido e centralizado, por outro, será possível observar um sistema mais liberal, concedendo aos professores o direito de escolher os livros a serem adotados. O capítulo apresentará algumas indicações de como o Brasil se posicionou nesse aspecto até a era Getúlio Vargas.

#### 3.1 O caso da França

Após a expulsão dos Jesuítas do território francês, no ano de 1762, importantes esforços foram estabelecidos em direção a novas reformas educacionais. Em 1763, La Chalotais<sup>13</sup> apresenta um dos planos de reforma do ensino mais influentes, propondo a substituição da formação sistemática dos professores por livros didáticos. No seu entender, o uso dos livros desempenharia um papel central na capacitação dos professores para a realização de seu trabalho (Schubring, 2003, p. 82). Os livros substituiriam qualquer outro método de ensino. A produção de boas obras dispensaria, inclusive, professores formados.

A expansão dos ideais iluministas trouxe consigo a concepção de que “a ciência deveria ser acessível ao público e constituir a base para a vida em sociedade” (Schubring, 2003, p. 83), a apresentação dessa perspectiva de transmissão do

---

<sup>13</sup> Louis-René de Caradeuc de La Chalotais (1701-1785) foi um jurista francês e grande opositor dos Jesuítas. Assim como outros autores do mesmo período, defendia a separação entre o papel educativo desempenhado pela Igreja e pelo Estado. Segundo ele, à Igreja competia a transmissão das leis divinas e o Estado a instrução moral. Em 1763, publicou o *Essai d'Éducation Nationale* (Ensaio de uma Educação Nacional), propondo um programa de educação pública nacional, não uma educação igualitária, mas sim uma educação que trouxesse resultados mais significativos ao estado, voltada para a ocupação do povo.

conhecimento abriu caminho para o autoestudo, agora possível de ser executado com a aparição de livros-texto de alta qualidade produzidos para esse fim. Essas mudanças retiraram o foco da aprendizagem estabelecida nas instituições tradicionais e, conseqüentemente, da oralidade.

As propostas educacionais apresentadas por La Chalotais constituíram o alicerce para os planos de reforma do ensino ao longo da Revolução Francesa, acrescidas pela ideia de adoção de um mesmo livro-texto em todo país, a fim de promover a uniformização da instrução. De acordo com Schubring (2003, p. 83) “Essa idéia predominante está presente e documentada em todas as concepções de reforma e em todos os debates desde o início da Revolução Francesa”.

O plano Talleyrand, apresentado em 1791, destaca a função central desempenhada pelos livros didáticos no mecanismo de funcionamento do novo sistema de ensino: “É preciso [...] que os livros elementares [...] tornem todas as verdades universalmente familiares” (Schubring, 1988b, p.160 apud Schubring, 2003, p. 83). No ano seguinte, o papel central dos livros elementares é reafirmado mais uma vez, no famoso plano de Condorcet<sup>14</sup>, responsável por delinear, de certo modo, a base para as futuras decisões.

O plano de Condorcet também ficou conhecido por propor a diferenciação entre os livros didáticos destinados aos alunos e aos professores. De acordo com Guillaume, os livros destinados aos professores deveriam conter:

Os princípios sobre os métodos de ensinar, de formar os jovens nas virtudes cívicas e morais; conter também as explicações e os desenvolvimentos dos objetos contidos nos livros elementares da escola (Guillaume, 1887, p.1605 apud Schubring, 2003, p. 84).

Os livros elementares, na concepção de d’Alembert, seriam constituídos pelos germes de todas as verdades que compõem os objetos das ciências, segundo ele:

[...] Não se pode alcançar os elementos de uma ciência a não ser quando as proposições que a constituem não estejam absolutamente cada uma isolada e independente uma da outra, mas quando se poderá destacar as

---

<sup>14</sup> Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, conhecido como Marquês de Condorcet foi um matemático e filósofo francês, considerado um dos ideólogos da Revolução Francesa. Em 1792, Condorcet encaminhou um projeto de organização da Instrução Pública para a Assembleia Nacional, propondo o emprego dos ideais iluministas à educação, sendo reprovado logo em seguida. Embora as propostas de Condorcet não tenham sido incorporadas na ocasião, elas representaram a base para um novo modelo educacional, baseado na concepção de uma escola única, pública, gratuita, laica e universal.

proposições principais das quais as outras serão as consequências (d'Alembert, 1755, 492e apud Schubring, 2003, p. 68).

O conceito chave apresentado por d'Alembert para a elaboração de bons livros elementares propõe que seja seguida “a ordem do inventor”<sup>15</sup>. Isso não significa necessariamente adotar a ordem verdadeiramente escolhida pelos inventores, mas sim a ordem ideal, que teriam observado se tivessem procedido metodicamente. Para d'Alembert, esse deveria ser o princípio metodológico norteador a ser empregado na construção de tais livros.

Após os sucessivos fracassos na execução dos planos e os problemas enfrentados pelo sistema educacional tradicional, a realização de um concurso para a elaboração de livros elementares surgiu como a principal esperança para a retomada do bem-estar social. Essas mudanças aconteceram durante o processo de dissolução do sistema clerical e da implementação do novo sistema inspirado nos ideais do iluminismo. O projeto que regulamentava a realização desse concurso atribuía aos livros-texto elementares a saída mais eficiente para reestruturação do ensino.

No dia 12 de dezembro de 1792, o matemático L.F.A. Arbogast – adotando as concepções de d'Alembert – apresenta o projeto desse concurso à Câmara Alta. Contudo, diante de alguns entraves de ordem política, o primeiro concurso é decretado apenas para 18 de janeiro de 1794.

A comissão julgadora<sup>16</sup> dispôs de um prazo de cinco meses para a escolha dos livros-texto a serem adotados para dez temas escolares, mas a grande quantidade de livros submetidos à análise fez com que o júri demorasse um ano e meio para apresentar os livros aprovados.

No entanto, poucos meses após o início do processo de avaliação, a comissão já era capaz de detectar uma deturpação conceitual dos autores em relação aos livros elementares. Representando o júri, Lakanal apresenta os devidos esclarecimentos sobre os livros elementares. Segundo ele, os autores cometeram uma confusão quanto a dois objetos muito diferentes: o *abregé* – uma versão resumida de uma longa obra; e um *élémentaire* – uma obra que apresenta as origens e a estrutura da disciplina.

---

<sup>15</sup> Embora os créditos associados a este termo pertençam à Clairaut, a metodologia proposta por d'Alembert não corresponde a empregada originalmente pelos inventores.

<sup>16</sup> A comissão incumbida de analisar os livros de Matemática estava representada por Lagrange, Monge e Vandermonde.

Mesmo diante de tanto esforço despendido no projeto, apenas sete livros receberam autorização para servirem como *livres élémentaires* e para terem sua impressão custeada pela república.

Diante de frequentes confusões associadas ao projeto do *concours*, o parlamento designou os próprios professores para produzir os livros-texto, mas, como alguns dos professores pertenciam ao júri, a proposta tornou-se inviável de ser executada. A decisão circunstancialmente tomada transformava em livros-texto as notas de aula dos professores. A *École Normale*<sup>17</sup> aderiu prontamente a essa decisão, transformando as preleções dos professores em notas impressas e editadas para os estudantes, poucos dias depois da aula ter sido dada.

[...] Esse novo modelo, revolucionava a relação tradicional entre a oralidade e a literalidade, proporcionando pela primeira vez juntamente com a parte oral a originalidade da produtividade dos pesquisadores, tornou-se prática corrente: as notas taquigrafadas, impressas como as *Séances des écoles normales* (Sessões das Escolas Normais), transformaram-se em uma obra-prima da elementarização, reimpressa com frequência (Schubring, 2003, p. 71).

De acordo com Schubring (2003, p. 89), o resultado do *concours* para a disciplina de Matemática designou, entre os sete livros autorizados, o manuscrito produzido por Sarret, denominado *Éléments d'Arithmétique à l'usage des écoles primaires* (Elementos de aritmética para o uso das escolas primárias).

Ao parafrasear Destutt de Tracy quanto à estrutura de um *livre élémentaire*, Gert Schubring apresenta as características essenciais desse tipo de livro. Segundo ele, em um *livre élémentaire*:

As verdades devem estar organizadas na ordem reconhecida, proposições essenciais não devem ficar de fora, e todas as partes devem estar sistematicamente estruturadas para habilitar os leitores menos instruídos a prosseguir com facilidade. O problema pode, no entanto, tornar-se ainda mais fundamental, já que o autor, enquanto prossegue em sua obra, pode chegar a lacunas no conhecimento existente (Schubring, 2003, p. 94).

Evidencia-se, assim, o vínculo indissociável entre o ensino e o progresso científico.

---

<sup>17</sup> A *École Normale* é considerada internacionalmente, a primeira instituição para formação de professores de nível superior e tinha a incumbência de treinar os professores em um prazo de quatro meses para atuarem no ensino primário.



A instauração do Império Napoleônico provocou profundas transformações na política francesa como um todo. O campo educacional não ficou alheio a essas mudanças. No campo educacional, Napoleão substituiu os *livres élémentaires* e criou um comitê para analisar e adaptar os livros didáticos, com o intuito de estabelecer um padrão uniforme de ensino. Coincidentemente, essas medidas foram adotadas em um período em que importantes avanços aconteceram no campo científico.

Com a exclusão do programa dos *livres élémentaires*, há uma retomada dos valores clássicos e da consequente valorização das disciplinas de humanidades. Com isso, os valores e as filosofias tradicionais foram ressuscitados e a Matemática e as ciências foram marginalizadas.

O *Conseil d'Instruction Pulique* (Conselho de Instrução Pública) atuou durante o período napoleônico supervisionando a uniformidade dos padrões de ensino francês, pela escolha dos melhores *ouvrages classiques* (livros clássicos) para cada assunto. O decreto publicado em 1803 impôs o uso de um único livro didático pelos professores e alunos para cada nível de ensino.

Lagrange, além de ter sido um defensor da modernização da Matemática, também atuou como importante ativista a favor da elementarização. Como o único matemático a integrar o *Conseil*, nesse período, recomendou os livros-texto de Bézout como os melhores livros de Matemática a serem usados pelos alunos. Em um segundo momento, no entanto, o *Conseil* optou por incluir outros livros de Matemática na lista, como os de Clairaut, Lacaille, Lacroix, Legendre, Mauduit e Newton.

O modelo educacional adotado na França empregava o domínio dos livros-texto, uma regra típica dos países em que ensino e pesquisa mantiveram-se separados. A Prússia, no entanto, vivia uma situação inteiramente oposta, onde os professores usufruíam de uma autonomia que lhes havia sido dada como intelectuais.

### 3.2 O caso da Prússia

Antes de 1806, ano em que teve fim o Sacro Império Romano Germânico<sup>18</sup>, a estrutura territorial da Alemanha era marcada pela aglomeração de centenas de

---

<sup>18</sup> O Sacro Império Romano-Germânico (962 d. C. – 1806) era formado por centenas de territórios (incluindo condados, ducados e reinos) localizados na Europa Central, sua dimensão territorial variou ao longo de toda sua existência, englobando territórios como a Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslovênia, Liechtenstein, Luxemburgo, Países Baixos, República Tcheca, Suíça e grandes porções da França, Itália e Polônia.

territórios individuais. A diversidade cultural distribuída ao longo de seu território acirrava a disputa pelo desenvolvimento cultural e científico, estendendo-se, também, à produção de livros didáticos.

O grau de importância que o sistema educacional da Prússia e, de certo modo, o de outros Estados alemães atribuíram aos livros didáticos, no entanto, era inteiramente oposto ao que se conhece da França no mesmo período. Ao passo em que na França vigorava um sistema educacional centralizador, privilegiando a literalidade e o uso de livros-texto, na Prússia, o foco do ensino era destinado ao professor e à oralidade.

A função desempenhada pelos professores no sistema educacional de ensino está diretamente relacionada com as alterações no estilo dos livros didáticos. Os novos modelos de livros confirmam a preferência pela oralidade.

O *Handbuch* (manual) tradicionalmente adotado no ensino, caracterizado por ser volumoso e desajeitado, dá lugar ao *Leitfaden* (guia) conciso, complementado por uma coleção de exercícios e uma parte metodológica destinada ao professor.

Como destaca Schubring (2003, p. 140), “sob o domínio do ensino oral de um professor altamente treinado e qualificado, o conciso *Leitfaden*, complementado por uma coleção de exercícios, tornou-se o formato predominante de livro didático”. Isso fez com que as coletâneas de exercícios se transformassem em verdadeiros best-sellers, por serem compatíveis com qualquer concepção metodológica. Os livros de Meier Hirsch, Heis e Bardey se tornaram os mais conhecidos, cada um com mais de 100 edições.

Os livros-texto a serem adotados pelas instituições escolares eram determinados a partir de decisões conjuntas entre a direção e o corpo docente.

A liberdade de escolha de que os professores dispunham, ainda representava resquícios do Neo-humanismo<sup>19</sup>, que defendia a autonomia do professor quanto ao método. Após a Prússia conquistar os territórios alemães sob o domínio francês, submetidos ao centralismo, o Ministério da Instrução da Prússia dispôs sobre a autonomia dos professores, em 1814. Segundo o decreto:

Não corresponde aos princípios de uma administração racional do sistema escolar prescrever geralmente o uso de certos livros-texto nas escolas. Isso tornaria mais difícil a introdução de livros melhores eventualmente publicados e assim também o desenvolvimento do processo escolar. [...]

---

<sup>19</sup> O Neo-Humanismo representou uma manifestação no âmbito da educação e das ciências de profundas reformas, após a derrota de 1806 contra Napoleão.

Assim, abstenho-nos de todo tipo de recomendação positiva de certos livros-texto para as escolas. [...] Nossa restrição a adotar uma ação positiva, contudo, não impedirá a ação governamental negativa com o objetivo de remover o que for inconveniente (Schubring, 1988a, p. 10 apud Schubring, 2003, p. 130).

A ação governamental negativa a que o decreto faz referência praticamente nunca foi exercida pelo poder central.

No espírito do Neo-humanismo, os professores do ensino básico, em especial, os que atuavam nos *Gymnasien* (escolas secundárias alemãs) ocupavam uma posição prestigiada. Os estudos científicos realizados por esses professores nas universidades modernizadas conferiam a eles a posição de sábios, dispondo da mesma autonomia para deliberar sobre o ensino e a metodologia que os professores universitários vinham apresentando durante os últimos anos.

Mesmo diante da liberdade concedida aos professores no processo de escolha dos livros didáticos, em algumas ocasiões, as autoridades escolares prussianas apresentavam uma preocupação contínua com a publicação de novos manuais. Todavia, nas vezes em que se mostravam favoráveis a adotar alguma medida, acabavam voltando atrás, por considerar os professores como os profissionais mais capacitados para escolha do melhor método de ensino.

A maior ameaça à independência dos professores e ao domínio da oralidade ocorre em 1829, com a nomeação do técnico e autodidata em Matemática A. L. Crelle para chefia de um comitê responsável por ampliar a reforma do ensino de Matemática na Prússia. Para Crelle, os principais problemas relacionados à instrução Matemática de sua época tinham origem na falta de homogeneidade, por isso, a alternativa mais plausível seria recorrer à política educacional centralizadora empregada na França (Schubring, 2003, p. 136).

Embora os demais integrantes do comitê tenham intervindo a favor de medidas menos centralizadoras, apontando as possíveis consequências negativas de sua proposta e posicionando-se a favor da tradição oral e da independência dos professores, Crelle estava obstinado a promover um *concours* para escolha de um livro-texto modelo.

A realização do *concours* estava prevista para acontecer no prazo de dois anos, período de submissão dos manuscritos. No entanto, nenhuma medida concreta foi tomada nesse sentido. Assim como aconteceu com a primeira competição envolvendo a França, a busca por um ideal abstrato estava entre as medidas preferenciais, deixando-se

escapar a oportunidade de realizar mudanças mais importantes nas instituições de ensino.

### 3.3 O caso do Brasil

A história da imprensa no Brasil é marcada pela chegada da família real, em 1808. Até então, a disponibilidade de livros didáticos era restrita, sendo proibida qualquer tipo de atividade de imprensa, seja ela ligada a publicação de livros ou de jornais. Os livros existentes no país pertenciam a uma parcela restrita da população, adquiridos, especialmente, por pessoas ligadas às ciências e as artes em viagens realizadas para Europa.

Durante as primeiras décadas do século XIX, a abertura do país à adoção de livros didáticos estrangeiros aconteceu em decorrência da escassez de obras no mercado. O poder real exerceu um amplo controle sobre a entrada desses livros no país, a fim de evitar a difusão de concepções liberais e revolucionárias.

No início dos oitocentos, o acesso a essas obras, por parte dos leitores brasileiros, não dependia apenas da oferta de escritos nas livrarias, mas estava igualmente sujeito à intervenção direta do poder real (Neves, 1999, p. 378 apud Soares, 2013, p. 40).

Em sua chegada ao Rio de Janeiro, João VI dedicou-se a reunir um grupo de especialistas para atuar em setores estratégicos da nova sede do governo imperial, como a área militar, de Matemática e de Medicina; e um outro quantitativo para desempenhar as funções administrativas. As academias Militares, a Escola de Medicina, a Biblioteca Pública, o Museu Nacional, o Jardim Botânico, o Observatório Astronômico e a Imprensa Régia<sup>20</sup> tiveram origem nesse período.

A criação das instituições de ensino provocou o crescimento na circulação de manuais, a princípio, destinados aos cursos superiores. Dentre essas obras, destacam-se:

*Elementos de Álgebra*, de Euler e *Elementos de Geometria*, de A. M. Legendre, traduzidos por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães; *Elementos de Álgebra* e *Tratado de Aritmética*, de Lacroix; *Elementos de Geometria Descritiva*, extraídos da obra de Monge, dentre outros

---

<sup>20</sup> A Imprensa Régia exerceu um amplo controle sobre a impressão no Rio de Janeiro até o ano de 1822 e foi a responsável pela impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal impresso no Brasil.

(Hallewell, 2005; Pfromm Neto; Rosamilha; Dib, 1974 apud Soares, 2013, p. 40).

O *Compêndio de Aritmética*, do autor Cândido Baptista de Oliveira, publicado em 1832, iniciou uma tendência que se tornaria cada vez mais frequente no mercado editorial brasileiro: a autoria de livros didáticos por autores nacionais, afastando-se dos trabalhos de tradução, destinados, principalmente, às obras francesas. Na década de 1830, surgiram ainda outras obras nacionais, destinadas às escolas, aos cursos preparatórios e, posteriormente, aos liceus e colégios (Valente, 1999 apud Soares, 2013, p. 41).

Nas décadas seguintes, na medida em que o processo de institucionalização da escola primária se consolidava, a produção de livros-texto se intensificava. A partir dessa percepção, as autoridades modificaram a legislação educacional, acrescentando novas regras e condições para sua adoção.

A comercialização do livro não representava um negócio rentável para os livreiros, por causa dos problemas enfrentados na aquisição e na venda. O manual escolar era “caro, frágil e pesado para o transporte no caso de importação” (Bessone, 1999, p. 81 apud Soares, 2013, p. 42). A produção de livros por autores brasileiros contribuiu satisfatoriamente com o trabalho dos livreiros da época.

A demanda pelo livro<sup>21</sup>, enquanto objeto de consumo, aconteceu por parte dos estudantes, professores, advogados, engenheiros e médicos, vinculados, principalmente, às escolas da corte na Bahia, em Recife e em São Paulo.

Essa demanda mobilizou a província do Rio de Janeiro a criar o primeiro regulamento destinado à adoção de livros, publicado no dia 14 de dezembro de 1849. O texto desse regulamento condicionava o uso de livros àqueles que tenham logrado autorização de uso pelo presidente da província, ouvindo o inspetor geral ou, então, que tenham sido aprovados pelo Bispo Diocesano, em se tratando de matéria relativa ao ensino religioso (Castanha, 2007, p. 443 apud Soares, 2013, p. 42).

Em 1854, o ministro do Império Luis Pedreira do Couto Ferraz consolida um conjunto de reformas destinadas ao processo de elaboração e de adoção dos manuais escolares para os níveis primário e secundário de ensino. No bojo dessas reformas, constam a criação da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte

---

<sup>21</sup> Quando se fala na demanda pelo livro, não se deve pensar apenas no caso do livro didático, mas também nos livros técnicos e científicos.

(IGIPSC) e as diretrizes para a prática do magistério. No rol de competências da inspetoria, incluía-se:

Inspecionar todos os estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares; presidir exames de capacidade para o magistério e conferir títulos de aprovação; autorizar a abertura de escolas e estabelecimentos particulares de instrução; rever, corrigir ou fazer corrigir e substituir, quando necessário, os compêndios adotados nas escolas públicas; coordenar a estatística anual das províncias e apresentar relatório referente ao estado da instrução nas províncias e na Corte, além do orçamento anual de receita e despesa com a instrução a seu cargo (Soares, 2013, p. 43).

O controle exercido sobre os livros didáticos parece não ter sido a única atribuição do governo no campo educacional. O incentivo à produção de obras didáticas para a escola elementar também esteve presente no rol de prioridades do governo, presente na legislação de 1854. O incentivo acontecia por meio de concursos que publicariam as melhores obras e contemplariam seus autores com premiações em dinheiro.

Segundo Soares (2013, p. 44), “um dos motivos que garantiam o direito ao prêmio era a adoção da obra na principal instituição de ensino secundário do País, o Colégio Pedro II”, contudo, em alguns casos, “mesmo constando em decreto, o prêmio, muitas vezes, era reclamado pelo ganhador e demorava a ser entregue” (ibid).

O livro era submetido à avaliação das autoridades educacionais já impresso, o que constituía uma primeira edição do material. A segunda edição era condicionada à autorização de uso. A confirmação de aprovação deveria ser impressa na folha de rosto. Com o intuito de favorecer a aprovação do livro, os professores frequentemente utilizavam como estratégia o envio de uma carta anexa, na qual destacavam as qualidades do manual e justificavam por que o livro deveria ser adotado nos estabelecimentos de ensino.

Como observado por Soares (2013, p. 45), as normas que legislam sobre os livros didáticos no século XIX apresentam preocupações muito semelhantes à legislação de 1938, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático – a começar pelas normas aplicadas à linguagem utilizada e à adequação dos manuais ao público a que se destinam, a fim de apresentar “uma prudente gradação relativamente à idade” e “as diversas matérias de cada classe”. A adoção dos manuais pelas instituições de ensino estava sujeita à aprovação do Conselho Diretor, subordinado ao governo.

O governo, por sua vez, tinha a incumbência de distribuir gratuitamente os livros didáticos para os alunos das escolas. Conforme exposto na pesquisa de Soares (2013, p. 47), a distribuição dos livros encontrou inúmeros problemas. O inspetor Antônio Felix Martins denunciava o “abuso que se fazia dos livros fornecidos às escolas, e o inconveniente de serem estes entregues aos alunos, permitindo-se-lhes que os levassem consigo para casa”, o que era muito oneroso para o império, porque além de não serem devolvidos, os livros ainda eram estragados pelos alunos.

A diversidade de compêndios utilizados, ao mesmo tempo em que elevava os gastos do império, também trazia preocupações para o governo em relação à uniformidade do ensino. Em 1877, ao comentar sobre essa situação, o Inspetor Geral José Bento da Cunha deixa evidente sua preocupação com a variedade das matérias presentes nos livros e os estilos adotados nas explicações, prejudiciais, principalmente, aos alunos que se transferiam de escolas.

José Bento da Cunha comenta que, na reforma do Colégio Pedro II, em sua gestão como Ministro do Império, determinou ‘a obrigação de serem pelos próprios professores, e na falta d’estes por pessoas mui habéis’, organizados compêndios para as diversas matérias do ensino. Estes compêndios, sugere José Bento da Cunha, organizados, avaliados e aprovados, deveriam predominar nos estabelecimentos particulares, atingindo ‘o que até agora nos tem faltado: unidade e uniformidade racional da instrução e educação nacional’. O Inspetor reforça o fato de que ‘o methodo é o professor, mas é incontestável a utilidade de harmonizar e unificar o systema escolar, por ser assaz reconhecida a vantagem de um programma distributivo de materias, de tempo e de trabalho’ (Soares, 2013, p. 47).

Sempre presente na maior parte das discussões, a uniformidade dos livros continuou sendo a pauta principal nos anos subsequentes. Os professores do ensino primário e secundário tiveram uma participação ativa no processo de avaliação dos livros didáticos utilizados nos estabelecimentos de ensino nesse período.

No percurso que envolvia os livros escolares, mais do que consumidores passivos destes objetos auxiliares de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do Governo, seja produzindo tais compêndios. Professores primários e secundários passaram a elaborar livros e materiais didáticos, tornando-se assim autores de obras destinadas ao ensino nas escolas primárias e secundárias (Teixeira e Schueler, 2008, p. 140).

A supervisão do processo de avaliação e adoção dos manuais era controlada pelos membros do Conselho Diretor da IGIPSC, constituído pelo Inspetor Geral, pelo Reitor do Colégio Pedro II, por dois professores de escolas públicas, por um professor de escola particular<sup>22</sup> e por dois membros escolhidos pelo governo.

Em relatório emitido no ano de 1856, o Inspetor Geral Euzébio de Queiroz apresenta algumas considerações sobre a adoção dos manuais nas instituições públicas e particulares do Império. O *Compendio de Arithmetica* do Major Ávila foi, na ocasião, o livro de Matemática adotado no Colégio Pedro II. O *Resumo de Arithmetica*, do mesmo autor, também teve seu uso autorizado nas instituições públicas de instrução primária (Soares, 2013, p. 49).

Em linhas gerais, a avaliação dos manuais revela-se como um processo longo, demorado e repleto de burocracia. As consultas realizadas por Soares (2013, p. 49) ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) trouxeram uma compreensão das etapas percorridas pelos livros até lograrem autorização de uso, resumidas a seguir:

O primeiro momento consistia em carta enviada pelo autor da obra ao Conselho Diretor, órgão da IGIPSC. Recebida a obra, os textos apresentados ao Conselho eram encaminhados a pessoas de prestígio e professores com experiência, ‘sendo uma significativa parcela desses avaliadores composta pelos próprios pares, ou seja, professores das instituições públicas primárias, secundárias e superiores de ensino’. Para dar parecer sobre as obras didáticas que eram enviadas à IGIPSC, eram frequentes as solicitações a professores de Matemática do Colégio Pedro II e de outras instituições reconhecidas. No caso do Colégio Pedro II, o Conselho Diretor encaminhava carta ao Reitor e este encaminhava a obra aos professores do Colégio, solicitando parecer. Depois de terminada a avaliação, o professor encaminhava o parecer de volta ao Reitor, que, por sua vez, retornava ao Conselho Diretor a obra avaliada, juntamente com os pareceres dos professores. Recebidos os pareceres, o Conselho Diretor se reunia e organizava a documentação, chegando a uma conclusão que recomendava ou não a autorização do livro. Depois, a IGIPSC encaminhava o resultado final ao Ministro do Império, que, finalmente, deliberava sobre a adoção da obra. Após esse processo, o interessado seria informado por carta sobre a decisão quanto à aprovação e/ou à adoção nas instituições de ensino (Soares, 2013, p. 49).

Essas etapas foram acompanhadas, por exemplo, com a obra *Ensino de Arithmetica ou Guia do Calculador*, do professor Cândido Souza Rangel, em carta endereçada ao Conselho Diretor no ano de 1876.

---

<sup>22</sup> A escolha dos professores vinculados aos estabelecimentos públicos e particulares de ensino levava em consideração suas atuações destacadas no exercício da profissão.



Com o passar dos anos, em função do crescimento na oferta de manuais, o processo de avaliação foi se tornando cada vez mais rigoroso, a ponto de serem estabelecidos estudos comparativos entre as obras para escolha da mais apropriada.

A partir da segunda metade do século XIX, já se começa a observar o crescente interesse das editoras em comercializar os livros didáticos. A editora Francisco Alves, em funcionamento desde 1854, destaca-se no cenário educacional brasileiro por ser uma das primeiras e mais importantes do país, voltada, principalmente, ao público escolar. A *Aritmética Elementar Ilustrada*<sup>23</sup>, de Antônio Trajano, representou um dos livros de Matemática publicados pela editora mais conhecidos na época, assim como a *Arithmetica*, de Otoni.

Em 1885, as regras para adoção dos manuais relativos ao ensino primário são divulgadas sob a forma de decreto, em parte já em prática (Soares, 2013, p. 54). A partir desse ano, livros, mapas ou objetos de ensino passam a estar sujeitos à autorização do ministro do Império, após a emissão do parecer pelo Conselho Diretor.

A proclamação da República, em 1889, ocorre em um período em que a taxa de analfabetismo<sup>24</sup> da população brasileira ainda era alta. Diante desse cenário, o primeiro ministro da Instrução, Correios e Telégrafos, Benjamin Constant, estabelece uma reforma que ficou conhecida pelo seu nome. Constituída por intermédio do Decreto nº 981, essa reforma reporta-se exclusivamente à instrução pública de nível primário e secundário do Rio de Janeiro – Distrito Federal da época. A Matemática, nesse período, é considerada como a ciência mais importante para o ideal positivista do filósofo francês Auguste Comte.

As buscas por conteúdo indicam, no entanto, que o estudo sobre as práticas dos estados em relação à avaliação dos livros didáticos ainda carece de atenção.

Com a Revolução de 1930, há uma ruptura radical com as práticas adotadas pelos governos anteriores, a partir da reorganização da administração pública e a apresentação de uma nova proposta de estruturação para o campo educacional.

Assim, por intermédio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde (MES), com a finalidade de estruturar e centralizar o setor educacional e da saúde. No ano seguinte, em 1931, o ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, promulga o Decreto nº 19.890, com a

---

<sup>23</sup> A primeira edição desse livro data de 1879.

<sup>24</sup> Durante a Primeira República somente as pessoas alfabetizadas poderiam votar, portanto, a alfabetização era premissa para participação na vida política do país, excluindo a maioria do povo das decisões políticas (Zacheu; Castro, 2015, p. 5).

incumbência de organizar o ensino secundário em todo Brasil, a partir da publicação de novos programas de ensino e instruções metodológicas.

Em 1934, três anos após a criação do Ministério da Educação, uma nova Constituição foi aprovada, ao contrário da anterior, essa dedicava um capítulo inteiro à educação. Com isso, a União passou a ter o dever constitucional de “traçar as diretrizes da educação nacional” (Constituição da República, 16/7/1934. Art. 5, item XIV) e “fixar o Plano Nacional de Educação<sup>25</sup>, compreensivo do ensino em todos os graus e ramos, comuns e especializados” para “coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país” (Constituição da República, 16/7/1934. Art. 150, item a).

---

<sup>25</sup> O Plano Nacional de Educação deveria ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

## 4 A COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

### 4.1 A criação da Comissão Nacional do Livro Didático

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) foi criada por meio do Decreto-Lei nº 1.006, em 30 de dezembro de 1938, no início do regime ditatorial de Getúlio Vargas<sup>26</sup> e sob a gestão do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema<sup>27</sup>. A legislação estabelecia as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Eram considerados livros didáticos, os compêndios e os livros de leitura em classe. Os compêndios expunham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes nos programas escolares e os livros de leitura em classe eram aqueles usados para leitura dos alunos em aula.

Entre outras atribuições, o decreto-lei estabelecia que, a partir do dia 1º de janeiro de 1940, os livros não autorizados pelo Ministério da Educação e Saúde (MES) fossem adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República<sup>28</sup>, sejam elas escolas públicas ou privadas<sup>29</sup>.

Os livros destinados aos alunos deveriam ser escolhidos pelos professores e diretores das escolas, contanto que recaíssem sobre a relação oficial das obras de uso autorizado<sup>30</sup>. Competia à CNLD:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;

---

<sup>26</sup> A Era Vargas, como ficou conhecida, iniciou-se em 1930 com a expulsão da oligarquia cafeeira, dividindo-se em três períodos: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

<sup>27</sup> Gustavo Capanema chefiou o Ministério da Educação de 1934 a 1945.

<sup>28</sup> O decreto não abrange os livros dedicados ao ensino superior, mas informa sobre o dever dos professores em “orientar os alunos, a fim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura” (BRASIL, 1938).

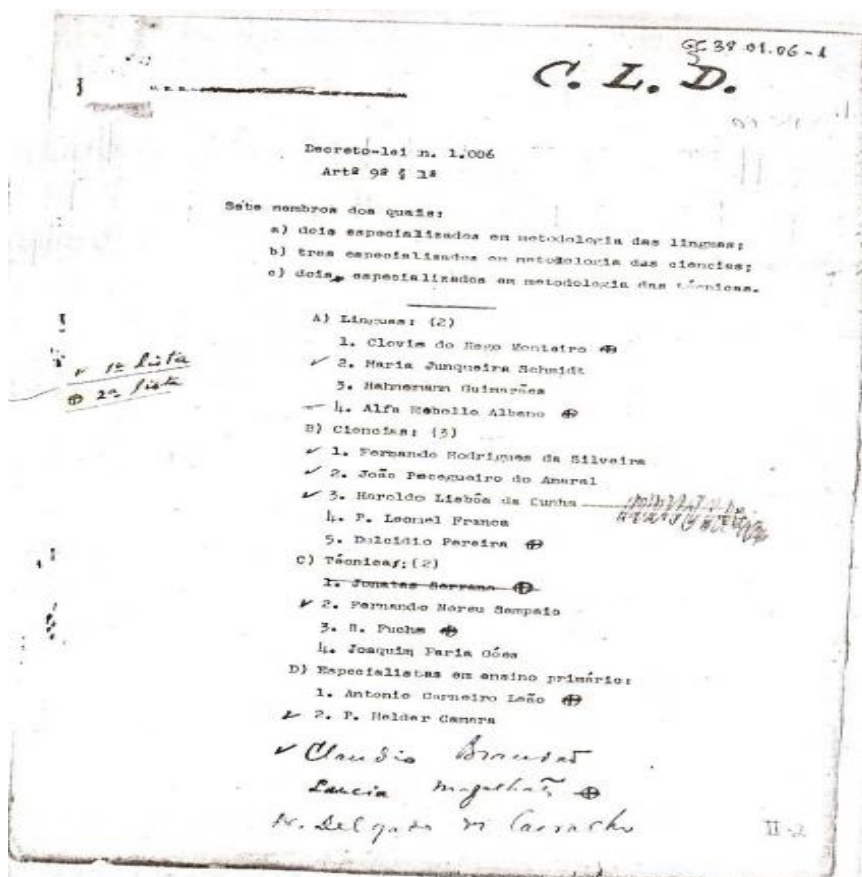
<sup>29</sup> Atualmente, o Ministério da Educação não exerce nenhum tipo de controle sobre as obras didáticas adotadas pelos estabelecimentos particulares de ensino, ao contrário do que ocorria no período.

<sup>30</sup> Não estava entre as incumbências dos poderes públicos expressarem qualquer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado.

d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (BRASIL, 1938).

## 4.2 Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático

Inicialmente foram nomeados sete membros para compor a Comissão Nacional do Livro Didático, distribuídos a partir de suas especializações. Três deles tinham especialização em metodologia das ciências, dois em metodologia das línguas e outros dois em metodologia das técnicas. Embora estas equipes representassem diferentes campos do saber, tinham algo de muito importante em comum, eram “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral” (BRASIL, 1938), escolhidas cuidadosamente pelo ministro. Ao que consta, pela série de rascunhos existentes, Gustavo Capanema foi extremamente cauteloso ao selecionar os sete membros que deveriam compor a CNLD. O documento abaixo corresponde a um desses rascunhos. Nele, é possível observar uma lista contendo os nomes de preferência do ministro, separados entre primeira e segunda opção.



**Figura 1** – Lista elaborada por Capanema com os sete membros que deveriam compor a CNLD.

Fonte: Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 754/1. CPDOC – FGV– RJ.

A esses sete membros, dois outros foram integrados, devido à ausência no Decreto-Lei nº 1.006 da categoria de especialistas em ensino primário. Por consequência, mais dois nomes foram incluídos ao rascunho da primeira lista: Cláudio Brandão e Padre Helder Câmara, fazendo, assim, com que a possível lista totalizasse nove membros.

De acordo com Soares e Rocha (2005, p. 93), em 1939, devido ao excessivo volume de livros submetidos à análise pelas editoras, Gustavo Capanema resolveu “excepcionalmente” aumentar o número de membros da Comissão para dezesseis<sup>31</sup>, para manter a data prevista de publicação da primeira lista, janeiro de 1940. Todavia, como será visto, o caráter excepcional do decreto será mantido nos próximos anos.

Em janeiro de 1940, não foi possível observar a divulgação da lista com os livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde. Alguns meses depois, em julho, por meio do Decreto-Lei nº 2.359, Getúlio Vargas optou por manter o número de membros da comissão em dezesseis e decidiu adiar o prazo de publicação da primeira listagem dos livros para 1º de janeiro de 1941. Entretanto, é possível localizar no Arquivo Pessoal de Gustavo Capanema um documento, datilografado e sem timbre oficial<sup>32</sup>, contendo dezessete membros e suas respectivas datas de nomeações. No decorrer de 1939 e 1940, foram integrados à CNLD os membros:

**Tabela 2 – Membros da Comissão Nacional do Livro Didático**

<b>Membro</b>	<b>Data de Nomeação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Disciplina</b>
Abgar Renault	14 - 08 - 1939	CP II	Francês/Inglês
Adalberto Menezes de Oliveira	26 - 07 - 1940	Marinha	Física
Alonso de Oliveira	14 - 08 - 1939	Exército	Militar
Álvaro F. de Souza da Silveira	14 - 08 - 1939	UDF <sup>33</sup>	Português
Antonio Carneiro Leão	14 - 08 - 1939	CP II	Pedagogia
Armando Pinna	14 - 08 - 1939	Marinha	Ensino industrial
Cândido Firmino de Melo Leitão	23 - 07 - 1940	ESAMV <sup>34</sup>	--

<sup>31</sup> Por meio do Decreto-Lei nº 1.177, de 29 de março de 1939.

<sup>32</sup> Nomeação dos dezessete membros da Comissão Nacional do Livro Didático, em 2 de dezembro de 1940. Assinatura: José Augusto de Lima (secretário da comissão). Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta III, ft. 810/1;

<sup>33</sup> A Universidade do Distrito Federal (UDF) foi criada em abril de 1935, pelo decreto municipal nº 5.513. Era constituída pelas escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes. Atuava com a formação de professores e especialização em diversas disciplinas.

Carlos Delgado de Carvalho	14 - 08 - 1939	CP II	Geografia
Euclides de Medeiros G. Roxo	14 - 08 - 1939	CP II	Matemática
Hahnemann Guimarães	26 - 07 - 1940	CP II	Latim/ Alemão
João Batista Pecegueiro do Amaral	26 - 07 - 1940	IEDF <sup>35</sup>	Química
Jonathas A. da Silveira Serrano	14 - 08 - 1939	CP II	História
José de Melo Moraes	26 - 07 - 1940	--	--
Leonel Franca	14 - 08 - 1939	Igreja	Filosofia
Maria Junqueira Schmidt	14 - 08 - 1939	Igreja	Ensino primário
Rodolpho Fuchs	14 - 08 - 1939	--	Ensino industrial
Waldemar Pereira Cotta	14 - 08 - 1939	Exército	Matemática

As datas de nomeação dos integrantes sinalizam o quanto o processo foi lento.

Esse momento, sem dúvida, é o mais apropriado para ampliar o conhecimento sobre os intelectuais<sup>36</sup> indicados para a avaliação dos livros didáticos.

Abgard Renault, mineiro, bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1924. Dedicou-se ao estudo de pedagogia, língua e literatura inglesa, atuando como professor dessas disciplinas no Ginásio Mineiro e na Escola Normal Modelo de Belo Horizonte. No ano de 1937, tornou-se professor catedrático no Colégio Pedro II e professor de Literatura Inglesa da extinta Universidade da Prefeitura do Distrito Federal, posterior Universidade do Brasil. Em 1938, ocupou o Departamento Nacional de Educação (DNE). Atuou na elaboração dos programas para o curso ginasial na Reforma Capanema, em 1942.

Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira nasceu no Rio de Janeiro, formou-se Engenheiro Civil e Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II. Atuou como professor de Português na Escola Normal e, até 1934, no ensino secundário oficial. No ano de 1935,

<sup>34</sup> Em 22 de outubro de 1910, o Decreto nº 8.319 estabelecia a criação da Escola Superior de Agronomia e de Medicina Veterinária (ESAMV) com o propósito de “constituir um corpo de profissionais para o exercício da Medicina Veterinária, do Magistério nos cursos da referida especialidade e para as funções oficiais que com ela se relacionarem”. Em 1943, seria incorporada a Universidade Rural, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> O Instituto de Educação do Distrito Federal foi criado em 19 de março de 1932, por meio do Decreto Municipal nº 3.810, que regulou a formação técnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com prévia exigência do curso secundário e transformou em Instituto de Educação a antiga Escola Normal. Compunha-se de uma Escola Secundária com 6 anos de curso, uma Escola de Professores com 2 anos de curso superior e uma Escola de Aplicação composta de escola primária e jardim de infância. Foi incorporado à Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935.

<sup>36</sup> As informações relativas aos membros da Comissão Nacional do Livro Didático foram coletadas nas mídias digitais do CPDOC – <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>, acesso em 03/09/2015; e ABE – <http://www.abe1924.org.br/>, acesso em 03/09/2015.

foi integrado ao quadro de professores da Universidade do Distrito Federal e, em 1939, tornou-se professor Catedrático de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil. Anos mais tarde, em 1942, elaboraria o Programa de Português para o curso ginásial da Reforma Capanema.

Adalberto Menezes de Oliveira nasceu em São João del-Rei (MG). Foi Oficial da Marinha e atuou como professor da Escola Normal e da Escola Naval. Foi o fundador da Academia Brasileira de Ciências, em 1916, e exerceu na ABE, por longos anos, o cargo de Redator responsável pela publicação da revista ‘EDUCAÇÃO’, órgão oficial da instituição. Membro do Conselho Diretor, participou ativamente de suas atividades, integrando comissões, fazendo palestras, homenageando educadores e abeanos, enfim, representando a instituição.

Alonso de Oliveira era Coronel do Exército e professor da Escola Militar.

Antônio Carneiro Leão nasceu em Recife, Pernambuco. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1911. Foi professor de Filosofia na Universidade do Recife e Diretor Geral de Instrução Pública no Rio de Janeiro, entre 1922 e 1926. Como membro da ABE, teve forte atuação nas discussões educacionais dos anos 1920. Anos mais tarde, em 1928, influenciado pelas ideias do movimento da Escola Nova, implementou a reforma da educação em Pernambuco. De 1932 a 1937, foi professor de Francês do Colégio Pedro II, lecionou também em Universidades dos EUA, França, Uruguai e Argentina – como professor visitante. Foi um intelectual muito comprometido com as questões educacionais, por isso, publicou muitos livros para formação de professores.

Armando Pinna era Comandante da Marinha e um especialista em Oceanografia, membro do Clube Naval.

Cândido Firmino de Mello Leitão nasceu em Campina Grande, Paraíba. Tinha formação em Medicina pela Faculdade do Distrito Federal. Em 1913, atuou como professor de Zoologia na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária em Pirai, no Rio de Janeiro. Foi membro fundador da ABE e membro da Academia Brasileira de Ciências. Em 1931, assumiu o cargo de Diretor de Zoologia no Museu Nacional, no qual permaneceu até 1937. Escreveu muitos livros didáticos na área das Ciências Naturais, como Zoologia e Biologia. Em 1941, compôs o corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. No ano seguinte, em 1942,

teve importante participação na Reforma Capanema, participando da elaboração dos programas de Ciências Físicas e Naturais para o curso ginasial.

Carlos Delgado de Carvalho nasceu em Paris, França. Estudou Direito na Universidade de Lausanne. Na *École de Sciences Politiques* de Paris, obteve o título de Doutor em Ciências Políticas. Foi admitido para cadeira de Inglês do Colégio Pedro II, em 1916. Em 1931, foi nomeado vice-diretor do colégio, onde permaneceu até o fim de sua vida. Foi fundador, presidente e membro ativo da ABE na década de 1920. Foi professor de História Moderna e Contemporânea da Universidade do Distrito Federal. Atuou como membro do CNE e como autor de livros didáticos de geografia e história que tiveram grande venda na época. Integrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística desde que foi fundado. Em 1942, atuou na Reforma Capanema preparando os programas de ensino do curso ginasial.

A atuação de Euclides Guimarães de Medeiros Roxo será descrita de forma mais detalhada na próxima seção, diante da importância do educador para a melhoria do ensino de Matemática no Brasil. Tal contextualização não ocorre na maioria das pesquisas<sup>37</sup> devido ao caráter estritamente histórico, político e social que elas assumem.

Hahnemann Guimarães nasceu no Rio de Janeiro, formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito do Distrito Federal, em 1923. Atuou no ramo da advocacia até o ano de 1926. Em 1931, tornou-se professor catedrático de Latim no Colégio Pedro II. Integrou o quadro de professores da Universidade do Brasil, lecionando Direito Romano, em 1932. No ano seguinte, obteve a Cátedra de Direito Civil nessa mesma Universidade.

João Batista Pecegueiro do Amaral foi professor da Faculdade Fluminense de Medicina e do Instituto de Educação do Distrito Federal, desempenhando o cargo de diretor, em 1938. Integrou a comissão responsável pela elaboração dos programas do curso ginasial, segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942. Durante os anos em que exerceu o magistério, esteve envolvido também com a produção de livros didáticos de Ciências Físicas e Naturais.

---

<sup>37</sup> Dentre todas as pesquisas que utilizam a CNLD como objeto de estudo, a pesquisa de Soares e Rocha (2005) é a única que destaca a importância de Euclides Roxo para a melhoria do ensino de Matemática no Brasil.



Jonathas Serrano formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito do Distrito Federal e em Bacharel, pelo Colégio Pedro II, onde atuou como professor de História Universal. Foi professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Integrou importantes órgãos ligados à educação, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a Associação Brasileira de Educação e o Conselho Nacional de Educação. Na década de 1920, teve forte participação no movimento da Escola Nova, sem deixar de lado, no entanto, sua militância católica. Em 1942, participou da reforma do ensino de História, na elaboração da Lei Orgânica de Ensino Secundário. Publicou livros didáticos de História para o ensino secundário e manuais voltados para formação de professores.

Padre Leonel Franca teve formação jesuíta, seus estudos dividiram-se entre Roma e Espanha. Lecionou no Colégio Santo Inácio e no Colégio Anchieta. Foi um dos fundadores do Conselho Nacional de Educação, em 1931. Integrou a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal e teve importante atuação na defesa da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Cooperou com a proposta de criação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, tornando-se o primeiro Reitor da instituição.

Maria Junqueira Schmidt foi educadora católica. Atuou como pedagoga e professora de língua francesa – precursora do ensino de línguas pelo método direto. Esteve envolvida com as discussões sobre a educação moral e cívica e sobre a educação religiosa. Em 1942, integrou a comissão responsável pela elaboração dos programas do curso ginásial da Reforma Capanema. Publicou livros didáticos para o ensino básico e manuais voltados para formação de professores.

Rodolpho Fuchs teve importante atuação frente ao Ministério de Educação e Saúde como Inspetor de Educação Industrial e de Ensino Técnico. Trabalhou também como assessor direto de Gustavo Capanema e foi o responsável por elaborar um diagnóstico sobre o ensino industrial brasileiro. Teve participação direta no anteprojeto da Lei Orgânica de Ensino Industrial.

Waldemar Pereira Cotta era Coronel do Exército e professor da Escola Militar.

Os dados biográficos dos membros que atuaram na comissão mostram o tipo de contribuição que cada um teve para a política educacional da época. Eles eram oriundos, em geral, de diferentes segmentos envolvidos com as questões educacionais, como as

Forças Armadas, a Igreja Católica e o grupo de intelectuais que propunha a modernização do ensino desde os anos 1920, com as ideias ligadas ao movimento da Escola Nova.

Os integrantes das Forças Armadas lecionavam nas escolas do Exército e da Marinha, eram pessoas preocupadas com as questões educacionais. Não foram selecionados apenas pelas patentes que tinham. O Comandante da Marinha, Adalberto Menezes de Oliveira, integrou a Associação Brasileira de Educação e a Associação Brasileira de Ciências. O também Comandante da Marinha, Armando Pinna, atuou nas discussões educacionais dos anos 1930.

Maria Junqueira Schimdt, Padre Leonel Franca e Jonathas Serrano aparecem como representantes da Igreja Católica, estando este último, vinculado ao movimento da Escola Nova. Os professores Carlos Delgado, Carneiro Leão, Euclides Roxo e Jonathas Serrano participaram das propostas de renovação pedagógica no Colégio Pedro II e na ABE, desde a década de 1920. No campo científico de Ciências, Adalberto Menezes, Mello Leitão e Pecegueiro do Amaral desempenharam importante papel para consolidação do conhecimento.

Por meio da trajetória profissional seguida por esses educadores, é possível observar a atuação que tiveram em diferentes setores de discussão e decisão sobre a educação brasileira, como é o caso das instituições de ensino secundário, das faculdades destinadas à formação de professores, das reformas de ensino oficiais e das associações responsáveis por discutir a educação.

No que diz respeito propriamente dito à produção de conhecimento, as obras desses intelectuais abarcaram todos os níveis de ensino. Eles produziram obras didáticas voltadas para o ensino primário, secundário, para os professores que futuramente iriam atuar nesses níveis de ensino e para os professores que já atuavam em sala de aula. Tratam-se de intelectuais inseridos em importantes círculos sociais, com projetos direcionados ao sistema educacional do país, cada qual defendendo os interesses do grupo a que pertencia.

Nesse período, um número significativo de membros da CNLD estava vinculado às casas editoras de todo o país, ao mesmo tempo em que discutiam e decidiam sobre os

rumos da educação nacional. Segundo a lista geral<sup>38</sup> de livros inscritos, até janeiro de 1941, haviam dado entrada 1818 obras para avaliação, entre elas, 37 pertenciam aos membros da comissão. Como previsto pelo Decreto-Lei nº 1.417/39, a análise dessas obras competia à Comissão Especial, composta por três ou cinco especialistas estranhos à CNLD e que não eram autores de livros didáticos sujeitos ao pronunciamento da comissão.

Para os membros da CNLD, publicar livros didáticos representava uma ação estratégica, uma vez que o manual, como principal recurso do professor, desempenhava o papel de transmissor das propostas pedagógicas e metodológicas que floresciam no período e tinham como alvo os professores que já atuavam em sala de aula. A outra parcela de professores, constituída por aqueles que ainda estavam em processo de formação, era alcançada diretamente pelos ensinamentos transmitidos pelos membros nas instituições de ensino em que estudavam.

Embora a tarefa de designar os membros da comissão estivesse atribuída a Getúlio Vargas<sup>39</sup>, “a área de educação e cultura não parece ter sido central entre as preocupações quotidianas do presidente, e isto aumentava, sem dúvida, a liberdade de ação do ministro” (Schwartzman et al., 2000, p.66), que, de acordo com Bomény (2001, p. 21) e Ferreira (2008, p.47), teve grande mérito em construir em seu entorno, uma equipe ampla e diversificada, a chamada “Constelação Capanema”.

A equipe era integrada por Afonso Arinos de Melo Franco, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Heitor Villa-Lobos, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Vinícius de Moraes. Mesmo o ministério compactuando com o jogo de forças estabelecido pelo regime, o trabalho distinguia-se, de certo modo, da imagem repressora transmitida pelo governo, por se caracterizar como um espaço dinâmico e heterogêneo.

Uma análise dos documentos presentes no arquivo de Gustavo Capanema revela quem foi o verdadeiro responsável pela escolha dos membros que compunham a CNLD. As diversas anotações encontradas mostram o ministro como efetivo responsável por essa escolha.

---

<sup>38</sup> Relação de obras didáticas de autoria dos membros da CNLD, a que se refere o ofício nº 16 da secretaria. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta IV, ft. 833/2, 834/1, 834/2; CPDOC – FGV – RJ.

<sup>39</sup> Segundo o Decreto-Lei nº 1.006.

No decorrer dos onze anos em que Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, conseguiu estabelecer uma ampla rede de sociabilidade em seu entorno, reunindo no ministério, membros que integravam diferentes grupos da sociedade – a Igreja, as Forças Armadas e uma solene comunidade de educadores ligados as questões políticas e educacionais das reformas de ensino dos anos anteriores<sup>40</sup>.

Essa estrutura representou “um momento da história republicana brasileira em que política, educação e cultura estiveram associadas de forma singular e notável” (Schwartzman et al., 2000, p.18). Isso se deve, sobretudo, à habilidade com que o ministro foi capaz de arbitrar as tensões entre os diferentes grupos, conciliando os conflitos existentes em prol de um objetivo maior.

[...] Movem-se [em torno dos temas educacionais], no período 1930-1945, no Brasil, diferentes forças da sociedade civil e do Estado: os militares, que buscam, em nome da segurança nacional, interferir diretamente na política educacional no sentido de conformá-la à política militar do país; a Igreja, que luta pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade de ensino, enquanto garantia a existência de suas escolas e, de uma forma mais ampla, pressiona pelo atendimento de suas reivindicações por parte do Estado, e procura tirar o máximo proveito do princípio de “colaboração recíproca” estabelecido pela Constituição de 1934; os educadores, que se esforçam por conduzir o sistema educacional brasileiro por caminhos novos, visando modernizá-los e adequá-los às exigências do desenvolvimento do capitalismo; finalmente, o próprio Estado, que aproveita ao máximo as divergências existentes, reconciliando-as e arbitrando os conflitos, para atender aos diferentes grupos das classes dominantes, mas que, em última análise, procura colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária (Horta, 1994, p. 3).

A lista com o nome dos integrantes da comissão relacionava professores das mais importantes instituições de ensino do país, como o Colégio Pedro II – a escola modelo de ensino secundário –, o Instituto de Educação do Distrito Federal e as Escolas Militares.

Em 1939, uma lista contendo 65 nomes de destaque do campo educacional foi elaborada por Capanema para escolha dos membros que iriam compor a CNLD.

---

<sup>40</sup> Gustavo Capanema cercou-se de uma ampla rede de relações oriundas de sua trajetória intelectual e política para compor o quadro de colaboradores e funcionários do Ministério (Ferreira, 2008, p. 47).

Nesse mesmo ano, foram produzidas três listas com os nomes de sua preferência, classificando os candidatos em ordem de prioridade de um a três. Capanema manteve intenso diálogo com os setores militares em busca de candidatos que pudessem integrar o quadro de membros da comissão. Em um de seus diálogos com Eurico Gaspar Dutra (ministro de guerra), solicita a indicação de um membro do magistério do Exército para colaborar com a Comissão Nacional do Livro Didático, recebendo como resposta, o nome do Tenente-Coronel do Exército Waldemar Pereira Cotta, professor da Escola Militar.

Há também, nos arquivos do CPDOC, o registro de uma situação bastante inusitada, em que o Comandante da Marinha, Armando Pinna, solicita ao presidente Getúlio Vargas<sup>41</sup> que seja nomeado membro da Comissão Nacional do Livro Didático.

Respeitosamente peço vossência ser honrado nomeação membro  
Comissão Nacional do Livro Didático.  
É meu desejo cooperar patrióticos objetivos nacionalistas na parte  
relativa ensino profissional, atividades do mar.  
Muito grato

Armando Pinna  
(Clube Naval)<sup>42</sup>

O fato é que os militares tinham grandes pretensões para o sistema educacional brasileiro com a constituição da CNLD. A mentalidade que vigorava entre os integrantes das Forças Armadas era de que, com a participação dos militares nos principais mecanismos responsáveis por definir as diretrizes educacionais, seria possível reforçar o projeto de escola voltado para formação cívica dos jovens, fazendo com que elas ensinassem de acordo com as exigências militares de unidade espiritual.

Essa situação pode ser observada no discurso proferido pelo General Pedro Cavalcanti, em 12 de abril de 1939, no programa de rádio *A hora do Brasil*:

As palavras do General Pedro Cavalcanti, proferidas na solenidade de abertura das aulas do Colégio Militar, traçaram sem disfarces nem reticências um quadro completo da situação a que chegou o nosso ensino sob a influência de inovadores divorciados dos interesses espirituais da nacionalidade por devoção a exóticas concepções pedagógicas. Mas se grande foi a repercussão do discurso franco e incisivo do ilustre soldado que dirige o Ensino Militar, não menos importante foi o efeito

---

<sup>41</sup> Getúlio Vargas encaminhou esta solicitação para análise do Ministro Gustavo Capanema.

<sup>42</sup> Telegrama enviado ao Presidente Getúlio Vargas. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 767/2; CPDOC – FGV – RJ.

causado nos círculos educacionais pela instalação da comissão que deverá rever os livros didáticos destinados às nossas escolas.

[...]

Assistimos recentemente a uma verdadeira competição de educadores em dia com as conquistas pedagógicas de todo mundo, menos com os problemas educacionais do país. Requentava-se em proclamar o conhecimento das mais revolucionárias terapêuticas de ensino, mas ignoravam-se as condições dos brasileiros nas mais diversas regiões, suas necessidades diferentes em relação ao seu futuro e ao futuro do seu país.

Essas anomalias incompatíveis com a civilização de um povo que vem demonstrando, em tantos setores, o desejo férreo de construir uma grande pátria, não tardarão a desaparecer como desapareceram tantas falhas ao impulso de novos ideais brasileiros.

Dentro em breve nossas escolas ensinarão de acordo com as exigências da nossa unidade espiritual, visando os benefícios individuais e coletivos de uma instrução adaptada às realidades do país. As palavras do general Pedro Cavalcanti apontam os erros, mas ele mesmo é soldado na campanha que vai se iniciar para corrigir<sup>43</sup>.

Por este estudo estar diretamente relacionado com as avaliações dos livros didáticos de Matemática, procura trazer algumas informações sobre a vida e a obra de Euclides Roxo, pelas notáveis contribuições dadas pelo educador na formulação dos programas de ensino das reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) e pelo papel central desempenhado na Comissão Nacional do Livro Didático entre os anos de 1939 e 1949.

#### **4.3 A Atuação de Euclides Guimarães de Medeiros Roxo**

Euclides Roxo nasceu em 10 de dezembro de 1890, em Aracaju, Sergipe. Teve duas formações, Bacharel pelo Colégio Pedro II, em 1909, e Engenharia Civil pela Escola Politécnica, em 1916. A partir de 1915, atuou como professor substituto de Aritmética do Colégio Pedro II. Em 1918, é integrado ao quadro de professores da Escola Normal do Distrito Federal, destinada à formação de professores para o ensino primário<sup>44</sup>. No ano seguinte, em 1919, assume a cátedra de Matemática do Colégio Pedro II, vaga após a morte do professor Eugênio de Barros Raja Gabaglia. Ainda em

---

<sup>43</sup> *A hora do Brasil* do dia 12 de abril de 1939. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 763/2; CPDOC – FGV – RJ.

<sup>44</sup> Até 1946, o ensino primário carecia de diretrizes nacionais. A Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529 de 02/01/1946) foi a primeira iniciativa concreta do governo federal para este nível de ensino (Zotti, 2006, p. 11). A partir de 1946, o ensino primário abrange duas categorias de ensino, o fundamental e o supletivo. O ensino primário fundamental tinha cinco anos de duração, quatro anos destinados ao curso elementar e um ano ao complementar, preparatório ao exame de admissão ao ginásio. O ensino primário supletivo era destinado aos adolescentes e adultos, com dois anos de duração (BRASIL, 1946).

1919, torna-se membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação (ABE), atuando também como integrante da Comissão de Ensino Secundário da Associação.

No período compreendido entre 1925 e 1935<sup>45</sup>, Roxo desempenhou a função de diretor do Colégio Pedro II. Conectado com as ideias reformistas propostas por Felix Klein na Alemanha e veiculadas por intermédio do IMUK<sup>46</sup> (Internationale Mathematische Unterrichtskommission), em 1929, submete à Congregação da instituição um projeto de reestruturação do programa de Matemática do colégio, com a fusão dos conteúdos de Aritmética, Álgebra e Geometria em uma única disciplina, a Matemática. Até aquele momento:

Faziam parte do currículo do ensino secundário a aritmética, a álgebra e a geometria (onde era incluída a trigonometria), ou seja, não existia uma disciplina intitulada “matemática”, pois o seu ensino era realizado de forma fragmentada, por meio de seus diferentes ramos [...] Tal evolução no ensino da matemática elementar, tendendo à criação de uma disciplina única, vinha no bojo de um movimento muito mais amplo, de âmbito mundial, cujo intuito era a reestruturação da educação matemática nos cursos secundários. Entre nós, esse movimento foi liderado pelo professor catedrático Euclides Roxo (1890-1950), então Diretor do Externato do Colégio Pedro II (Dassie; Rocha, 2001, p. 2).

Com a maioria dos votos da Congregação a favor da reformulação do ensino, Euclides Roxo conseguiu realizar uma profunda mudança no ensino de Matemática do colégio, contemplando a metodologia, os conteúdos a serem ensinados e as finalidades do ensino. No entanto, Roxo teve que lidar com a resistência de grandes oponentes, como o padre Arlindo Vieira – professor do Colégio Santo Inácio e defensor dos interesses políticos-ideológicos da Igreja – e o professor Joaquim Inácio de Almeida Lisboa – o mais antigo professor catedrático do Colégio Pedro II e o grande responsável pela formação Matemática de Roxo.

---

<sup>45</sup> De 1925 a 1930 no externato e de 1930 a 1935 no internato.

<sup>46</sup> A Comissão Internacional de Ensino da Matemática, denominada na época por IMUK (Internationale Mathematische Unterrichtskommission), em alemão, e CIEM (Commission Internationale l’Enseignement Mathématique), em francês, foi criada em 1908, no quarto Congresso Internacional de Matemáticos, realizado em Roma. A comissão propunha um conjunto de intervenções curriculares e metodológicas no ensino de Matemática, apresentadas a partir de dois conjuntos de objetivos: O primeiro deles propunha a introdução das ideias básicas de quantidades variáveis e dependência funcional, assim que as crianças atingissem a juventude, o segundo, propunha a reorientação dos métodos de ensino valorizando-se a intuição e as aplicações. Nas palavras de Schubring (1999, p. 29), “Este, além de ter sido o primeiro movimento nesse sentido, foi também, na época, o único entre todas as disciplinas escolares”.

A partir de 1954 o IMUK passou a ser conhecido como ICMI (International Commission on Mathematical Instruction).

Ao implantar um novo currículo de Matemática para o Colégio Pedro II e, por conseguinte, para o Brasil, Euclides Roxo teve como adversários político-ideológicos estes dois professores, os quais formularam contra ele e contra o currículo por ele proposto sérias críticas, tornando-as públicas. Além disso, outros professores insurgiram-se contra a nova orientação do ensino de Matemática (Carvalho et al., 2000, p. 420).

Os combates travados publicamente por esses professores, no decorrer de 1930, foram divulgados sob a forma de artigos no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Informações mais detalhadas sobre essas disputas podem ser obtidas nas pesquisas de Carvalho et al. (2000) e Valente (2005).

Ainda em 1929, Roxo publicou o livro *Curso de Mathematica Elementar*, incorporando a essa obra as últimas modificações realizadas na reestruturação dos conteúdos de Aritmética, Álgebra e Geometria. Esse livro passou a ser considerado, desde então, a nova referência no ensino de Matemática em todo país.

A atuação de Euclides Roxo como educador é marcada por uma postura de insatisfação em relação ao currículo e à maneira com que a Matemática era ensinada nas escolas, era adepto de um ensino de Matemática mais interessante, mais útil e mais adequado às fases de desenvolvimento dos estudantes, apoiando-se na pedagogia e na psicologia moderna de John Dewey.

Roxo defendia a concepção de que os estudantes inicialmente não precisavam ser submetidos ao mais elevado nível de rigor matemático nem à forma cristalizada adquirida pela disciplina. Aos educadores contrários à sua concepção de ensino, indagava: “Do mesmo jeito que a humanidade não criou a Matemática em sua forma logicamente cristalizada, como pode o indivíduo aprendê-la assim pronta e acabada?” Roxo (1937, p. 72 apud Carvalho et al. 2000, p. 422).

A pesquisa de Carvalho et al. (2000) mostra o enquadramento das concepções de Euclides Roxo com o ideário da Escola Nova. “Embora Roxo não tenha dado contribuições teóricas para o Escolanovismo, ele soube incorporar as ideias desse movimento em uma proposta concreta de reforma do ensino da Matemática” (Carvalho et al., 2000, p. 422).

Em 1931, integrou o grupo de educadores responsáveis por elaborar os programas do ensino secundário, na Reforma Francisco Campos. A Reforma dividiu o ensino secundário em duas etapas, o Curso Fundamental, com cinco anos de duração, e



o Curso Complementar de dois anos, separado em três ramificações<sup>47</sup>. Atuando como representante da disciplina de Matemática, implantou, em âmbito nacional, as propostas modernizadoras de ensino realizadas no Colégio Pedro II, como consta em uma carta de apresentação escrita por ele em 1932:

Convidado pelo ministro Francisco Campos para elaborar os novos programas de Matemática, baixados com o Decreto 19.890 de 18 de março de abril de 1931, redigiu os programas e as instruções pedagógicas para o ensino dessa disciplina de acordo com as modernas tendências e com os pontos de vista que foi o primeiro a preconizar entre nós. Trabalhou, junto ao ministro Francisco Campo, em colaboração com os Profs. Hahnemann Guimarães, Delgado de Carvalho e Lourenço Filho na elaboração do anteprojeto da atual organização do ensino secundário<sup>48</sup>.

Segundo Miorim (1998, p. 93), todas as propostas encaminhadas pelo educador, relativas ao campo da Matemática, foram acatadas pelo ministro e transformadas em lei nacional.

No dia 29 de abril de 1932, Euclides Roxo assume interinamente o cargo de Professor Assistente da Escola Secundária do Instituto de Educação<sup>49</sup>.

Sua atuação nesta instituição nos mostra que as novas orientações para o ensino da Matemática do curso secundário, oficializadas pela Reforma Francisco Campos, foram seguidas e que sua atuação no campo educacional foi mais ampla, pois em 1935, este instituto foi incorporado à UDF (Dassie, 2008, p. 193).

No ano de 1937, Roxo desempenhou o papel de diretor do Departamento de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde e publicou o livro *A matemática na educação secundária*, relatando as influências sofridas pelo movimento de internacionalização do ensino da Matemática. Segundo Carvalho et al.(2000, p. 423), a obra parece não ter envelhecido, por abordar os problemas da educação matemática ainda presentes nos dias de hoje.

Tão determinante quanto a sua atuação na Reforma Francisco Campos, foi a sua atuação na Reforma Gustavo Capanema, em 1942, ocasião em que desempenhou

---

<sup>47</sup> Os candidatos poderiam optar entre os cursos de Direito; Medicina, Odontologia e Farmácia; e Engenharia e Arquitetura.

<sup>48</sup> Carta de apresentação para concurso de títulos para ingresso no Instituto de Educação. Arquivo Pessoal Euclides Roxo (APER), ER.T.1.007; GHEMAT-UNIFESP.

<sup>49</sup> Em 1932, a antiga Escola Normal do Distrito Federal foi transformada em Instituto de Educação, dividido em dois segmentos: Escola de Professores e Escola Secundária – constituída, essencialmente, pelos professores da antiga Escola Normal. Três anos mais tarde, em 1935, o Instituto de Educação é absorvido pela Universidade do Distrito Federal (UDF).

simultaneamente dois papéis – o de presidente da CNLD e o de responsável por elaborar os programas do curso ginásial da reforma.

De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, esse nível de ensino seria dividido em dois ciclos: o ginásio e o colégio. O ensino ginásial, correspondente ao primeiro ciclo, teria a duração de quatro anos. Nele, os adolescentes deveriam adquirir a base fundamental do ensino secundário. O ensino colegial, associado ao segundo ciclo, seria subdividido em dois cursos: o clássico e o científico, ambos com três anos de duração<sup>50</sup>.

A produção dos livros didáticos de Matemática pelas editoras só tem início após o consenso obtido a partir das correspondências trocadas entre Euclides Roxo e Gustavo Capanema.

Ao solicitar uma determinação de Euclides Roxo sobre as instruções metodológicas a serem incorporadas aos programas de Matemática, quanto à distribuição das matérias em compêndios, Capanema impõe uma única restrição, que o critério empregado não seja o de um compêndio para cada série.

Em uma carta<sup>51</sup>, datada em 30 de novembro de 1942, Euclides Roxo responde ao ministro, enumerando os motivos pelos quais se julga incapaz de redigir tal determinação, sobretudo, por considerar que “o único critério aceitável, principalmente para o caso da Matemática” fosse o de um compêndio por série. Seguindo esse preceito, os livros de Aritmética, Álgebra e Geometria dariam lugar ao livro de Matemática – por ser considerada como um campo do saber no qual a união de suas partes constitui “um todo harmônico” e que estão “em íntima relação”.

Segundo Roxo, a não adoção de um compêndio único por série implicaria numa compreensão compartimentalizada da Matemática. Dessa forma, o aluno “ao procurar o seu compêndio para estudar ou para levá-lo ao colégio” não iria “procurar a sua Matemática, mas sim a sua Álgebra, a sua Aritmética”. Começaria a arraigar em sua mente que “o mundo nos apresenta problemas de Geometria e, não apenas, problemas

---

<sup>50</sup> A principal proposta destes cursos era firmar a educação fornecida no curso ginásial e enriquecê-la. O curso clássico era voltado mais para as letras e Filosofia, enquanto o curso científico, para a Matemática e as ciências. A reforma não alterou os critérios para ingresso dos alunos no curso superior, assim, os alunos interessados em cursar essa modalidade de ensino deveriam se submeter aos exames de admissão.

<sup>51</sup> Carta enviada ao Ministro Gustavo Capanema, em 30 de novembro de 1942. Arquivo Pessoal Euclides Roxo (APER), ER.T.2.006; GHEMAT-UNIFESP.

de Matemática, em cada um dos quais terá de distinguir uma fase ou um aspecto geométrico, outro algébrico, outro aritmético”.

Tomando-se como ponto de partida o preceito de que em cada série poderiam ser ensinadas pelo menos duas partes da Matemática, é de se esperar que os exercícios de recapitulação envolvessem os conhecimentos referentes às duas partes, portanto deveriam estar contidos em um mesmo volume que tratasse de ambas, caso contrário, os alunos teriam que carregar consigo dois livros.

A linguagem representa outro aspecto importante destacado na carta. A produção dos livros por matéria implicaria o uso do compêndio por dois anos consecutivos, acreditando-se que possível adotar a mesma linguagem e o mesmo modo de exposição para alunos de duas séries distintas. A distribuição por série “permite uma melhor gradação nos processos e na linguagem, e sua mais completa subordinação ao desenvolvimento intelectual e ao âmbito de interesses do aluno”.

Inevitavelmente, a separação das matérias em duas partes transmitiria aos pais dos alunos a impressão de que autores e editores objetivariam, acima de tudo, o lucro, já que seriam obrigados a adquirir dois livros em vez de um. Além das razões de ordem didática e psicológica, as de ordem econômica também constituiriam um argumento poderoso em defesa da adoção de um compêndio para cada série. Para ilustrar essa situação, Roxo elabora a seguinte hipótese:

Admitindo-se, por exemplo, a hipótese de ser adotado um compêndio para a Aritmética prática e outro para a Geometria intuitiva, cada um destes com a matéria da 1ª e da 2ª série, teria o estudante da 1ª série de despendar de uma só vez, o dobro (28 ou 30 cruzeiros ao invés de 15) do que iria gastar comprando um compêndio que só contivesse toda a matéria da primeira série (Aritmética e Geometria)<sup>52</sup>.

Provavelmente, os editores utilizariam da perspicácia para não sobrecarregar a economia dos estudantes mais pobres, reduzindo a qualidade do papel e da encadernação. Com efeito, os livros adquiridos no início de uma das séries não se encontrariam em boas condições ao final da série seguinte, o que seria ainda mais provável de ocorrer se o aluno repetisse de série.

---

<sup>52</sup> Carta enviada ao Ministro Gustavo Capanema, em 30 de novembro de 1942. Arquivo Pessoal Euclides Roxo (APER), ER.T.2.006; GHEMAT-UNIFESP.

Existem, ainda, outras situações passíveis de acontecer, em que o aluno seria forçado a adquirir uma nova despesa. Em uma mesma escola, normalmente existiam professores de Matemática diferentes para as diversas séries. Dessa forma, os docentes da 1ª e da 2ª séries, bem como os da 3ª e da 4ª, seriam forçados a usar os mesmos manuais, o que representaria uma limitação da autonomia didática do professor. No caso da mudança de escola, na 2ª ou 4ª séries, o aluno provavelmente encontraria um professor que não estaria utilizando o mesmo compêndio, o que representaria uma nova despesa.

Por meio dessa carta, Euclides Roxo consegue rebater os dois argumentos apresentados em campanha de imprensa, “de que a adoção de um compêndio por série sobrecarrega a economia do aluno” e “o de que permite lucros fabulosos a autores e editores”.

Se, por um lado, os livros didáticos mostram o papel imprescindível desempenhado por Euclides Roxo no cenário educacional brasileiro, por outro, a literatura que trata das reformas e dos processos de reestruturação do ensino é capaz de testemunhar o intenso envolvimento do educador com as questões relativas ao ensino de Matemática, no período compreendido entre 1920 e 1950. Isso porque:

Euclides Roxo contrapõe à orientação geral do ensino de Matemática da época, caracterizado por uma apresentação seca, abstrata e lógica, uma proposta pedagógica que leva em conta os interesses do aluno e seu estágio de desenvolvimento cognitivo e enfatiza a intuição, além de contextualizar a Matemática, deixando o tratamento rigoroso do assunto para níveis mais avançados da aprendizagem (Carvalho et al., 2000, p. 415).

Euclides Roxo foi integrado ao quadro de membros da Comissão Nacional do Livro Didático em 14 de agosto de 1939. Foi eleito para o cargo de presidente no dia 14 de janeiro de 1941 – na primeira sessão ordinária convocada pelo ministro da Educação –, permanecendo no cargo até 14 de fevereiro de 1949, após ter seu pedido de dispensa aceito pelo ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani<sup>53</sup>.

No dia 21 de setembro de 1950, Euclides Roxo foi a óbito no Rio de Janeiro.

Ao longo de sua trajetória como educador, publicou inúmeros livros de Matemática destinados ao ensino básico e à formação de professores, podendo ser considerado “como o primeiro educador matemático brasileiro” (Valente, 2005, p. 89).

---

<sup>53</sup> Arquivo Pessoal Euclides Roxo (APER), ER.T.2.092; GHEMAT-UNIFESP.

Euclides Roxo foi um educador muito à frente de seu tempo. Ainda hoje, suas ideias são consideradas inovadoras, “foi coerente e determinado em suas convicções e conseguiu fazer com que suas idéias fossem em parte adotadas. Embora não conseguindo implementá-las integralmente, sua atuação e sua influência marcaram fortemente o ensino de Matemática no Brasil” (Carvalho et al., 2000, p. 415).

#### **4.4 A instauração efetiva da Comissão Nacional do Livro Didático**

A Comissão Nacional do Livro Didático foi instaurada, efetivamente, em uma reunião<sup>54</sup> presidida por Gustavo Capanema, no dia 19 de julho de 1940. No decorrer de seu discurso, o ministro apresentou os dois principais objetivos que deveriam ser alcançados com a criação da comissão. O primeiro deles seria fiscalizar as obras didáticas a serem usadas nas escolas de todo país – dessa forma, seriam impugnadas as obras que apresentassem qualquer tipo de informação que fosse de encontro à honra nacional. O segundo seria exercer um controle sobre a parte técnica ou científica dos livros e sobre sua linguagem.

Assim como foi tardia a instauração efetiva da CNLD, em vista das pretensões iniciais, também foi tardio o processo de estruturação da comissão, que só foi ter início, de fato, em 24 de dezembro de 1940, por intermédio da portaria ministerial nº 253, que estabeleceu as normas de organização e funcionamento da comissão.

Essa portaria previa a divisão da comissão em nove seções, de três a cinco membros cada, podendo um mesmo membro atuar em mais de uma delas. Cada seção tinha a incumbência de analisar os livros didáticos referentes à sua especialidade, exceto a seção de Redação, que deveria avaliar os livros autorizados por todas as outras.

A primeira sessão ordinária da CNLD realizou-se em 14 de janeiro de 1941, na sede da comissão, no 19º andar do Edifício Metropolitano, na Rua Álvaro Alvim nº 31, ainda sob presidência do ministro da Educação. Foram eleitos nessa sessão, por

---

<sup>54</sup> Embora os 17 membros estivessem sido convocados para reunião, Candido Firmino de Mello Leitão, José de Melo Moraes e Padre Leonel Franca não compareceram.

unanimidade, o professor Euclides Roxo e o Padre Leonel Franca para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente<sup>55</sup>.

**Tabela 3 – Seções**

<b>Euclides de Medeiros Guimarães Roxo – Presidente</b>		
<b>Padre Leonel Franca – Vice-presidente</b>		
<b>Seção Didática</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Membros</b>
A	Línguas e Literatura	Hahnemann Guimarães <sup>56</sup> Abgar Renault Maria Junqueira Schmidt
B	Matemática e Desenho	Euclides Guimarães Roxo Alonso de Oliveira <sup>57</sup> Waldemar pereira Cotta
C	Ciências Físicas e Naturais	João Pecegueiro do Amaral Candido F. de Mello Leitão <sup>58</sup> Adalberto Menezes de Oliveira
D	Geografia	Carlos Delgado de Carvalho Armando Pinna Alonso de Oliveira
E	História	Jonathas Serrano Carlos Delgado de Carvalho Padre Leonel Franca
F	Filosofia, Sociologia e Pedagogia	Antônio Carneiro Leão Padre Leonel Franca Jonathas Serrano
G	Metodologia das Técnicas	Armando Pinna José de Melo Moraes Rodolfo Fucks
H	Matérias de Ensino Primário	Antônio Carneiro Leão Maria Junqueira Schmidt Abgar Renault Adalberto Menezes de Oliveira Waldemar Pereira Cotta
I	Redação	Álvaro Souza da Silveira Hahnemann Guimarães Jonathas Serrano

<sup>55</sup> Exposição das atividades da Comissão Nacional do Livro Didático. 1 de março de 1944, assinatura: Fernando de Souza Castro (secretário da CNLD). Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta III, ft. 940/2; CPDOC – FGV – RJ.

<sup>56</sup> Foi substituído por Arduino Bolívar, em agosto de 1941.

<sup>57</sup> Foi substituído por Joaquim Rufino Ramos Jubé Jr., em julho de 1941.

<sup>58</sup> Foi substituído por Gustavo Mendes de Oliveira Castro, em agosto de 1941.

Os processos administrativos eram realizados pela secretaria da comissão. A Portaria Ministerial nº 253/40, em seu sétimo artigo, exibia as determinações a serem seguidas pela secretaria:

- a) ter sob sua guarda os livros didáticos submetidos à censura oficial para o efeito da autorização;
- b) fazer a distribuição desses livros, pela forma indicada pelo presidente, aos relatores e revisores;
- c) organizar e manter em ordem o arquivo e executar todos o demais expediente necessário ao regular funcionamento do serviço (BRASIL, 1940).

#### **4.5 As atas localizadas**

Os sucessivos contatos estabelecidos com o Ministério da Educação, no processo de localização das fontes, expôs a ausência de uma memória responsável por construir o histórico das políticas públicas destinadas ao livro didático. A principal alternativa adotada para localizar as atas, nesse caso, foi recorrer aos arquivos pessoais dos profissionais que desempenharam funções centrais na comissão ou que se relacionaram intimamente com ela. Nesse sentido, os arquivos pessoais de Euclides Roxo e Gustavo Capanema constituíram a principal fonte de busca.

A única ata que consta nesta pesquisa foi localizada no Arquivo Pessoal de Euclides Roxo, referente à 67ª sessão ordinária da comissão, ocorrida às 16 horas e 30 minutos do dia 15 de julho de 1941. Sob a presidência de Euclides Roxo, reuniram-se os professores: João Pecegueiro, Leonel Franca, Armando Pina, Álvaro de Sousa da Silveira, Maria Junqueira Schmidt, Menezes de Oliveira, Rodolfo Fuchs, Jubé Júnior, Carneiro Leão e Rui Almeida.

Assim que a sessão é aberta, Euclides Roxo coloca em discussão as atas<sup>59</sup> das três sessões anteriores – que são aprovadas unanimemente – e distribui entre os professores Armando Pina, Maria Junqueira Schmidt e Rui Almeida uma série de processos para serem julgados. A seguir, inicia a discussão sobre “o trabalho apresentado pela comissão encarregada de consolidar as propostas a serem encaminhadas ao Sr. Ministro relativamente à reforma da legislação referente ao livro didático”.

---

<sup>59</sup> Não foi possível encontrar nenhum tipo de informação relativa ao conteúdo dessas atas.

Cada um dos membros presentes teve a oportunidade de contribuir, propondo emendas para serem incorporadas ao trabalho definitivo. As emendas receberam aprovação unânime, exceto a que “mandava suprimir as apostilas de aula”, a qual recebeu o voto contrário de João Pecegueiro do Amaral.

A sessão é encerrada por Euclides Roxo com a convocação dos membros para a 68ª sessão ordinária, no dia 5 de agosto.

O número de sessões realizadas pela comissão, talvez represente a informação mais relevante nesse documento.

Mesmo sendo criada em 30 de dezembro de 1938, a CNLD é instaurada efetivamente no dia 19 de julho de 1940, em uma reunião presidida pelo ministro Gustavo Capanema. Isso significa que, um ano após o início das atividades, a comissão já havia realizado 67 reuniões – o que representa um importante indicativo do envolvimento dos seus membros na execução dos trabalhos.

#### **4.6 Os critérios empregados no julgamento dos livros didáticos**

O Decreto-Lei nº 1.006/38 instituiu a CNLD, estabelecendo as condições de produção, importação e utilização dos livros didáticos, apresentando os critérios legais para o julgamento das obras didáticas de todo o país. Os livros didáticos submetidos ao exame da CNLD eram encaminhados às respectivas seções e avaliados por um relator e por dois revisores, designados pelo presidente da comissão.

O relator teria o prazo de um mês para produzir o parecer de cada livro, enquanto os revisores, quinze dias. Após o exame das seções específicas, o livro seria encaminhado à seção de Redação, que analisaria a conformidade do livro didático quanto à ortografia<sup>60</sup>, à linguagem e ao emprego dos termos regionais ou da gíria.

As decisões finais de cada seção seriam pautadas na maioria de votos e homologadas por escrito, com a exposição dos motivos precisos que concediam ou não autorização de uso do livro ou, então, que indicassem as modificações necessárias nos livros examinados para tornar viável sua autorização (BRASIL, 1940). Após as devidas modificações, o livro deveria ser mais uma vez encaminhado à análise para decisão final. Em algumas matérias específicas, a comissão poderia requerer, ainda, o parecer de especialistas externos à ela.

---

<sup>60</sup> O decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931 estabeleceu o uso da nova ortografia oficial em todos os estabelecimentos de ensino do país (BRASIL, 1931b).



No capítulo IV do mesmo decreto, são apresentadas as razões que impedem a autorização do livro didático. A primeira parte exhibe as questões de caráter político-ideológico, em defesa das tradições nacionais:

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana (BRASIL, 1938).

O Art. 20 evidencia a influência exercida na política do livro didático pelas Forças Armadas e pela Igreja Católica, em prol do fortalecimento das ideias de unidade, família e religião, muito defendidas na época.

A segunda parte chama atenção para as questões pedagógicas, metodológicas, conceituais, gráficas e mercadológicas:

Art. 21. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termo ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela Lei (BRASIL, 1938).

O controle exercido pela comissão sobre o preço de venda dos livros didáticos era feito para torná-los acessíveis aos alunos dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino. Não havia, como há no PNLD atual, o compromisso de distribuir gratuitamente os livros didáticos aos alunos das escolas públicas.

Os critérios de caráter pedagógico deveriam contribuir para a constituição da nacionalidade brasileira, com a regulamentação e a padronização dos conteúdos e os métodos dos livros didáticos. De acordo com Schwartzman et al. (2000, p. 93), “os livros didáticos tornar-se-iam, portanto, bons instrumentos para a veiculação do ideal nacionalista de Vargas no que se refere, por exemplo, à preservação da língua portuguesa [...], o respeito à pátria, [...] e à educação moral e cívica”. Dessa forma, as escolas seriam instituições centrais para a transmissão do conteúdo nacional.

Uma das questões mais interessantes, e que não escapou ao olhar de Oliveira et al. (1984, p. 45), é a ênfase atribuída aos critérios político-ideológicos, presentes no artigo 20, ao invés dos critérios de caráter pedagógico, expressos no artigo 21.

No campo ideológico, os autores deveriam estar atentos para não esbarrar em questões relacionadas com a política e o regime vigente, as instituições militares, a família e a religião – componentes que integram a base de sustentação do governo. O controle exercido pelo governo sobre os fatores técnicos e pedagógicos, bem como entre as diferenças regionais e a luta entre classes, funcionariam como ingredientes importantíssimos na construção da identidade nacional. Os artigos relacionados às “causas que impedem a autorização do livro didático”, presentes no capítulo IV do Decreto-Lei nº 1.006, enfeixam um quadro em que era praticamente impossível não seguir os interesses do governo.

A análise dos livros didáticos era realizada por meio de uma ficha e um roteiro padrão, utilizados como auxílio no decorrer do processo de avaliação e julgamento das obras. A ficha levava em consideração formato, material, feição gráfica e valor didático – subdivididos em tópicos. Como é possível perceber, os aspectos gráficos desempenhavam um importante papel na avaliação.

**Tabela 4<sup>61</sup>** – Elementos a considerar no julgamento do livro didático

			Pontuação Máxima
I – FORMATO	1. Dimensões	a) Altura	20
		b) Largura e Grossura	
II – MATERIAL	2. Capa	a) Resistência	20
		b) Gosto	
	3. Papel	a) Cor	20
		b) Qualidade	
	4. Tinta	a) Cor	20
		b) Qualidade	
III – FEIÇÃO GRÁFICA	5. Composição	a) Tipo e corpo	50
		b) Variedade	
		c) Entrelinhas	
		d) Comprimento	
		e) Correção	
	6. Paginação	a) Facilidade leitura	20
		b) Distribuição gravuras	
	7. Impressão	a) Da capa	30
		b) Do texto e legendas	
		c) Das gravuras	
IV – VALOR DIDÁTICO	8. Noções Científicas	a) Exatidão	60
		b) Ajustamento ao programa de ensino	
		c) Método de exposição	
		d) Propriedade dos exemplos	
		e) Emprego de citações	
		f) Uso de termos técnicos	
	9. Linguagem	a) Correção Geral	60
		b) Clareza	
		c) Concisão	
		d) Propriedade em relação à matéria	

<sup>61</sup> A tabela 4 exemplifica uma ficha de julgamento.

		e) Propriedade em relação ao grau de ensino	
		f) Propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou classe	
	10. Gravura	a) Variedade	50
		b) Propriedade	
		c) Exatidão	
		d) Ajustamento ao texto	
		e) Precisão das legendas	

Para cada item presente na ficha, a CNLD deveria atribuir uma das seguintes notas: 0 (zero) – quando o item fosse julgado deficiente; 5 (cinco) – quando o item fosse considerado satisfatório; e 10 (dez) – quando o item superasse as exigências.

Em seguida, as notas dos itens pertencentes a cada divisão deveriam ser somadas. Para que um livro didático pudesse ser aprovado, deveria satisfazer a dois requisitos mínimos: a) não poderia atingir menos de 50% do total de pontos atribuídos as três primeiras divisões (Formato, Material e Feição Gráfica); e b) não poderia obter nota 0 (zero) em nenhum dos itens que compõem a divisão Valor Didático (Noções Científicas, Linguagem e Gravura). Uma obra didática poderia atingir um total de 350 pontos durante o processo de avaliação.

Os itens da ficha de julgamento eram esmiuçados em detalhes a serem apurados pelos membros da comissão. As normas expressas a seguir indicavam os detalhes de maior significância:

- A altura padrão dos livros foi estabelecida entre 20 e 24 cm. A largura, entre 14 e 16 cm. A grossura deveria ser proporcional as dimensões dos livros, para não dificultar o manuseio.

- A capa poderia ser cartonada ou de material flexível, desde que fosse resistente. Os livros tinham que ser produzidos em folhas brancas com texto preto e não poderiam permitir que a impressão pudesse ser vista no verso da página.

- A letra tinha que ter corpo 16 ou 18 para o jardim de infância e para as séries do curso primário. Para as séries seguintes, corpo 10 ou 12. Erros envolvendo truncamento, transposições ou inversões de linhas ou palavras eram inadmissíveis.

- Os livros destinados ao primeiro grau de ensino deveriam conter em todas as páginas ilustrações correlacionadas com o conteúdo transmitido.

- Não seriam autorizados os livros com erros de natureza científica.

- O conteúdo presente no livro didático não poderia ficar aquém das exigências do programa de ensino nem ultrapassar com sobrecargas de conhecimentos o que só seria estudado nos anos seguintes.
- Seriam negados os livros escritos em linguagem defeituosa.
- A clareza era considerada um fator indispensável na exposição do conteúdo que o livro se propunha a transmitir. Deveriam ser privilegiados o vocabulário simples e as expressões correntes. Eram condenáveis as expressões regionais ou da gíria.
- A concisão era considerada mais uma das virtudes indispensáveis ao livro didático. A prolixidade, as digressões inúteis e o exagero de recursos verbais eram fortemente condenáveis.
- Para cada grau de ensino deveria ser empregada uma linguagem própria ao nível intelectual dos alunos.
- Os livros de Ciências Naturais e de Geografia dedicados ao primeiro grau de ensino, deveriam apresentar a maior variedade de gravuras possível, pois a ilustração era o grande veículo de conhecimento.
- A gravura deveria figurar apenas em páginas onde se fizesse necessária uma explicação plena.
- As legendas deveriam ser claras e precisas, pois, caso contrário, poderiam prejudicar a compreensão das ilustrações (*Normas para apreciação dos elementos considerados na ficha*, CPDOC/FGV, Resumido pelo autor<sup>62</sup>).

#### **4.7 O processo de julgamento dos livros didáticos**

Os pareceres<sup>63</sup> emitidos pelos membros que compunham a Comissão Nacional do Livro Didático foram localizados nos arquivos da Biblioteca Nacional, do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM) e, principalmente, da Companhia Editora Nacional/CMPH/UNIFESP. Os documentos encontrados contabilizam ao todo 150 pareceres, indicando, essencialmente, aprovação ou

---

<sup>62</sup> Arquivo Gustavo Capanema. GCg 38.01.06, pasta III, fotolito, 824/1, 825/2. CPDOC – FGV – RJ.

<sup>63</sup> O acesso aos pareceres foi obtido, inicialmente, por meio da tese de Filgueiras (2011). Na ocasião em que produziu sua tese, a autora localizou os documentos no Arquivo da Companhia Editora Nacional/IBEP no Rio de Janeiro. No entanto, durante a realização desse estudo o acesso ao arquivo da editora ocorreu no Centro de Memória e Pesquisa Histórica (CMPH) da UNIFESP, em São Paulo, para onde o arquivo foi transferido. No CMPH foi possível localizar uma quantidade substancial de pareceres completos emitidos para os livros da própria editora e notas de avaliação referentes à livros de outras editoras.

reprovação das obras didáticas. Apenas uma pequena parcela dos pareceres apresenta em detalhes as ponderações relacionadas aos livros, como é o caso daqueles emitidos para os livros do professor do Colégio Pedro II, Waldemiro Potsch. Essa etapa do trabalho contou também com a análise da tese de Filgueiras (2011) e do artigo de Freitas (2010).

**Tabela 5** – Distribuição das avaliações por seção<sup>64</sup>

<b>Seção</b>	<b>Nº Pareceres</b>	<b>Autorizados</b>	<b>Reprovados</b>	<b>Retificados<sup>65</sup></b>	<b>Não Avaliados</b>
Língua e Literatura	11	3	7	1	0
Matemática e desenho	17	4	11	2	0
Ciências Físicas e Naturais	61	7	41	12	1
Geografia	13	2	8	3	0
História	6	3	3	0	0
Filosofia/Sociologia/Pedagogia	18	1	11	0	6
Metodologia das Técnicas	3	0	3	0	0
Matérias - Ensino Primário	12	6	5	1	0
Redação	4	3	0	1	0
Sem indicação de disciplina	5	1	4	0	0
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>30</b>	<b>93</b>	<b>20</b>	<b>7</b>

Algumas reflexões interessantes podem ser feitas a partir da tabela 5:

- Do total de 150 pareceres encontrados, 30 autorizavam o uso do livro, 93 reprovavam – sem direito nem mesmo a correções; 20 autorizavam o uso dos livros após a retificação dos senões e 7 não avaliaram as obras – 3 deles por não considerar a obra didática e 4 por considerarem o livro em desacordo com a ortografia oficial.
- A seção que mais submeteu livros à apreciação foi a seção de Ciências Físicas e Naturais.

<sup>64</sup> Esse estudo procurou reunir o máximo de informações disponíveis na literatura em relação aos pareceres emitidos, assim como foi feito na pesquisa de Filgueiras (2011). Por considerar a boa organização das informações na tabela elaborada pela autora, essa tabela foi incorporada ao presente estudo com pequenas modificações.

<sup>65</sup> Os livros retificados foram aqueles que obtiveram aprovação após execução das correções sugeridas.

– A seção de Filosofia, Sociologia e Pedagogia e a seção de Ciências Físicas e Naturais foram as duas seções que tiveram o menor índice de livros autorizados, desconsiderando-se as correções.

– No trabalho relativo às nove seções, apenas duas delas não avaliaram todos os livros: a seção de Ciências Físicas e Naturais, que deixou de avaliar um livro e a seção de Filosofia, Sociologia e Pedagogia, que deixou de avaliar seis livros.

A maior parte dos documentos localizados, referentes aos anos de 1941 e 1942, não traz informações sobre a autoria dos pareceres. No entanto, uma análise dos pareceres que apresentam essa informação é capaz de sugerir quais foram os membros da comissão que mais atuaram nesses anos.

**Tabela 6** – Quantidade de pareceres emitidos por avaliador<sup>66</sup>

<b>Avaliador</b>	<b>Relator</b>	<b>Revisor</b>
Adalberto Menezes de Oliveira	5	6
Abgar Renault	0	6
Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira	2	3
Antônio Carneiro Leão	7	5
Alonso de Oliveira	0	1
Armando Pinna	1	2
Cândido de Mello Leitão	4	4
Carlos Delgado de Carvalho	2	4
Gustavo Mendes de Oliveira Castro	0	3
Hahnemann Guimarães	1	0
João Pecegueiro do Admaral	2	9
Joaquim Rufino Ramos Jubé Jr.	1	1
Jonathas Serrano	1	5
Leonel Franca	6	3
Maria Junqueira Schmidt	5	3
Ruy da Cruz Almeida	4	1

Antônio Carneiro Leão e Padre Leonel Franca se destacam pelo número de pareceres emitidos como relatores. Levando-se em consideração o total desses

---

<sup>66</sup> Esta tabela utiliza a mesma organização de informações empregada por Filgueiras (2011), salvo pequenas alterações.

pareceres, Antônio Carneiro Leão, Adalberto Menezes de Oliveira e João Pecegueiro do Amaral lideraram a lista.

Embora a maior quantidade de pareceres contendo a identificação dos avaliadores esteja associada à seção de Ciências Físicas e Naturais – dez pareceres –, esse quantitativo é muito pequeno se comparado aos sessenta e um pareceres emitidos pela seção. Isso significa que cinquenta e um pareceres foram emitidos sem a identificação dos avaliadores, em especial, do relator – figura central na emissão dos pareceres.

A omissão dos nomes trata-se de um episódio fortuito ou foi realizada com um propósito específico? Caso tenha sido realizada com um propósito específico, que propósito foi esse? O presente trabalho não tem a pretensão de cuidar de tais questões. No entanto, sugere que isso possa ser feito cuidadosamente em outro estudo, a fim de ser evitado um resultado superficial.

#### **4.8 Uma breve análise dos pareceres localizados**

A análise dos pareceres emitidos e de seus desdobramentos, nos primeiros anos da década de 40, revela a ocorrência de situações instigantes, como é o caso do parecer de reprovação emitido pelo relator Cândido de Mello Leitão ao livro de Zoologia, escrito pelo professor do Colégio Pedro II, Waldemiro Postch.

Na ocasião, Postch solicitou a revisão de parecer, mas, como mesmo após a solicitação não houve uma mudança de postura dos avaliadores frente à avaliação, optou por processar a CNLD na figura do relator Mello Leitão. Os anos seguintes são marcados por intensos duelos entre os dois autores. Tomado pelo sentimento de injustiça, Postch publicou quatro volumes sobre o episódio. Um deles contendo exatas 1130 páginas. Esses volumes apresentam todo o andamento do processo contra a CNLD e Mello Leitão, além de denúncias de plágio e de monopólio do mercado do livro didático, pela seção de Ciências Físicas e Naturais. Acompanhe parte das denúncias realizadas por Postch em seu volume publicado em 1942:

[...] A simples leitura do parecer, mostra, porém, a quem o vir, ainda que jejuno em assuntos de História Natural, a deslealdade com que foi examinado e julgado o compêndio de Zoologia.

O parecer apresenta a crítica mais vaga que se possa imaginar: não diz onde está o erro, não aponta qual a noção incorreta que achou, não assinala qual a imperfeição a que se refere, nem porque é “pouco feliz”, o



que está no compêndio, nem mostra porque considera incompleta a descrição que condena.

A palavra do relator vale como verdade evangélica, mas o seu propósito é apenas denegrir, desmoralizar a obra e afastar um concorrente do mercado de livros!

[...] Imaginou a Seção de Ciências Físicas e Naturais que poderia ficar senhora do mercado nacional de livros didáticos, dede que afastados fossem os autores mais favorecidos pela preferência dos professores e alunos.

[...] A condenação da grande maioria, 72%, das obras submetidas ao julgamento, não ofereceu a menor dificuldade à Seção de Ciências Físicas e Naturais (Postch, 1942, p. 6-9).

O último volume sobre o caso de que se têm notícias data de 1946. Embora esse volume apresente alguns trâmites processuais, não exhibe o desfecho da situação. Nenhum outro volume contendo o desdobramento desse caso foi encontrado.

Os pareceres, de um modo geral, exibem uma ampla variedade de situações. Alguns deles apresentam uma breve descrição dos problemas encontrados nos manuais, mas a maioria omite essa informação, exibindo apenas o artigo infringido sem maiores esclarecimentos.

Como consta na tabela 5, apenas vinte por cento dos livros didáticos foram autorizados sem a necessidade de correção dos senões. Para efeito de conhecimento, a seguir estão ilustrados três desses pareceres:

Parecer nº A-4/41, de Hahnemann Guimarães, de 11/3/1941.

*Idioma Pátrio – 1ª Série* – Modesto de Abreu – Cia. Nacional.

O livro observa as instruções pedagógicas baixadas com a portaria do Ministério da Educação e Saúde de 30-6-1931 e segue o programa da 1ª série do curso de português. Os trechos destinados à leitura são acompanhados do estudo gramatical, com pequenos exercícios de análise léxico lógica e sintática e exame do vocabulário. A não ser, talvez, o trecho intitulado “A bela madame Vargas”, de Paulo Barreto, na pág. 102, foram bem escolhidos os excertos da nossa literatura.

Entendemos que pode ser autorizado o uso do livro aqui referido, porque não infringe as proibições mencionadas do Dec. nº 1006, de 31 de dezembro de 1938, cap. IV (CEN 1).

Parecer nº C-96/41, de Adalberto Menezes de Oliveira, de 3/7/1941.

*Física, iniciação ao estudo da Física experimental para 3ª série* – Oscar Bergstron Lourenço – Cia. Nacional.

O livro que não incide em nenhum dos artigos eliminatórios do Decreto 1006 satisfaz ao objetivo visado pelo autor, apresentando, sob um ponto de vista simples e experimental, os assuntos constantes do programa de física da 3ª série do Curso Secundário.

Alguns pequenos senões, constantes da lista anexa ao presente, poderão ser corrigidos em uma nova edição do livro [...]

A Seção C é assim de parecer que pode ser autorizado o uso do livro a que se refere o Processo nº 35.075/40, devendo o autor, em nova edição, corrigir os pequenos senões nele existentes (CEN 2).

Parecer nº E-21/41, de Padre Leonel Franca e Carlos Delgado de Carvalho, de 8/7/1941.

*História da Civilização* – 5ª série – Joaquim Silva – Cia. Nacional.

O livro protocolado sob nº 33.740/41, Joaquim Silva, *História da Civilização* – 5º ano ginasial, 8ª edição, São Paulo – C.E.N., in 12º - p. 260 – não incide em nenhum dos itens dos artigos 20 a 23 do Dec. 1.006 de 30-12-38.

A CNLD é, portanto, de parecer que o seu uso pode ser autorizado (CEN 3).

Vale notar que os três pareceres apresentados correspondem a manuais editados pela Companhia Editora Nacional, o que não representa uma surpresa, afinal, essa editora foi a que apresentou a maior quantidade de livros aprovados. Segundo Filgueiras (2011, p. 47), isso sugere duas situações:

Primeiro, que muitos dos membros da CNLD eram autores da Cia. Nacional ou participavam da política educacional do período, o que pode ter antecipado a correção e adequação dos manuais da editora a nova ortografia oficial e aos novos programas de Ensino. Segundo, que os avaliadores podem ter favorecido a aprovação de autores que publicavam pela Companhia Editora Nacional, pois faziam parte de um projeto político educacional comum.

Os pareceres de reprovação aparecem com maior frequência durante o processo de avaliação dos manuais, correspondendo a sessenta e dois por cento de todos os pareceres emitidos. As causas mais recorrentes no processo de reprovação dos livros didáticos são aquelas prescritas no corpo dos artigos 21 e 23, do Decreto-Lei nº 1.006:

- presença de linguagem defeituosa;
- não adoção da ortografia estabelecida em lei;
- existência de erros técnicos e científicos na apresentação do conteúdo;
- violação dos preceitos pedagógicos ou das normas didáticas;
- impressão em desacordo com os aspectos visuais.

Os pareceres emitidos pela Seção de Matemática e Desenho não expõem os erros presentes nos livros em detalhes. Porém, como pode ser visto nos pareceres a seguir, os erros mais frequentes diziam respeito aos aspectos didáticos e científicos, que estavam em desconformidade com os programas oficiais.

Parecer s/d.

*Matemática comercial e financeira* – Luiz Cavalheiro – Irmãos Pongetti

O aspecto didático apresenta quer quanto a sistematização da matéria, quer quanto a amplitude e maneira prática de expor, graves defeitos que passaremos a apontar. Considerando os erros de método e científicos, a secção B é de parecer, conforme as letras b e c do art. 21, que o livro não seja autorizado. Não pode ser usado (CEN 4).

Parecer s/d.

*Noções de Álgebra* – Isidoro Dumont – Livraria Francisco Alves

Este livro só poderá ter seu uso autorizado depois de refundido de modo que se adapte às normas didáticas estabelecidas no Dec. 19.890, de 1931 e que nele se corrijam os erros e defeitos exemplificados nos itens acima (CEN 5).

#### **4.9 A ineficiência na publicação das listas**

As prorrogações na publicação das listas ocorreram sucessivamente durante a Gestão Capanema. O primeiro prazo estabelecido para a divulgação foi o dia 1º de janeiro de 1940. Ele foi prorrogado a primeira vez para 1º de janeiro de 1941 e a segunda, para 1º de janeiro de 1942.

Em 1939, já era previsto que a CNLD deveria apresentar um desempenho excepcional em seu primeiro ano de funcionamento se realmente estivesse disposta a cumprir com os prazos de publicação das listas. A fim de viabilizar esse processo, o Decreto-Lei nº 1.177, assinado em 29 de março de 1939, ampliou o número de membros da comissão para dezessete.

Em 1941, a Comissão Nacional do Livro Didático é desdobrada em 12 seções. A meta estabelecida para cada uma previa a emissão do parecer de 30 obras mensalmente. No entanto, o panorama apresentado nesse ano não é nada animador. Um levantamento realizado em julho de 1941 apontava para a necessidade de avaliação de 1986 livros. Supondo que os membros de cada uma das 12 seções conseguissem emitir um parecer por semana, até o final de dezembro, apenas 340 livros teriam sido analisados e 1646 estariam na fila aguardando parecer.

A única alternativa para sanar esse problema pressupunha a contratação de examinadores extras, no entanto, financeiramente não representava uma alternativa viável para o ministério, devido ao grande quantitativo de examinadores que deveriam ser contratados.

Os autores e as editoras estavam inseridos em um quadro bastante desfavorável. Eram sempre os primeiros a sofrer os reflexos diretos das decisões políticas advindas do

governo. Por não usufruírem do poder de decisão, mantinham constante diálogo com o ministério, na tentativa de fazer com que suas dificuldades e reivindicações pudessem ser ouvidas.

Em documento endereçado ao Ministério da Educação, em agosto de 1941, o senhor Themistocles Ferreira, presidente da Associação Profissional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, apresenta formalmente a reação de descontentamento dos autores e editores frente ao Decreto-Lei nº 1.006. Segundo ele, a CNLD necessitaria estender consideravelmente o prazo para concluir os trabalhos de avaliação. Tendo em vista:

[...] O vulto enorme de trabalho que representa a produção anual de literatura didática, os editores e autores têm de forçosamente reeditar as suas obras, ou melhor, iniciar a reimpressão dos livros didáticos com antecedência de, pelo menos, seis meses sobre a reabertura das aulas, arriscando-se a imprimir obras que já estejam ou venham a ser reprovadas nesse período – o que importaria em prejuízo total para as casas editoras (Oliveira et al. 1984, p. 41).

Diante desse quadro, ele propõe quatro medidas para amenizar o problema:

- 1) Que no decorrer do ano de 1942, o governo permitisse a circulação dos manuais que não obtiveram aprovação por recaírem apenas no artigo 21 do Decreto-Lei nº 1.006.
- 2) Que mediante solicitação, a CNLD fornecesse aos interessados, informações presentes nos termos dos pareceres destinados as obras aprovadas com restrições, para que autores e editores pudessem corrigi-las em tempo hábil.
- 3) Permitir com que as casas editoras alterassem os preços dos livros didáticos, durante o período de alta no valor das matérias primas, sem consulta prévia ao governo.
- 4) Que quaisquer novos programas de ensino pudessem ser aplicados gradualmente, a exemplo do que aconteceu na Reforma Francisco Campos, a fim de permitir com que os editores consigam atender ao mercado com eficiência e consigam evitar os prejuízos irreparáveis (ibid).

Em resposta às editoras, a Comissão Nacional do Livro Didático revela a impossibilidade de concluir os trabalhos de avaliação dos 1937 livros submetidos à apreciação até o final do ano de 1941, comprometendo a publicação da lista de livros autorizados para 1942.

A inadimplência na publicação das listas perdurou durante todo o ano de 1942. Em 1943, também não teria solução o problema de ineficiência de divulgação das listas. No dia 4 de março de 1944, as dificuldades no cumprimento do Decreto-Lei nº 1.006/38

são transmitidas por Gustavo Capanema à Presidência da República, por meio de um ofício.

No momento em que se renova e amplia a legislação pedagógica do país, mais necessária se torna a revisão da nossa literatura didática. Para compreender esse trabalho se afigura necessário que entre a funcionar a Comissão Nacional do Livro Didático, instituída pelo decreto-lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.

O projeto de decreto lei que ora submeto à esclarecida apreciação de V.Excia tem por objetivo tornar possível, em condições satisfatórias de eficiência, esse funcionamento.

Apresento-lhe os meus protestos de cordial estima e profundo respeito.

Gustavo Capanema<sup>67</sup>.

O projeto encaminhado por Capanema tinha o propósito de tornar dignas as condições de funcionamento de todo o aparato legislativo que constituía a comissão. A principal novidade apresentada na pauta desse projeto dizia respeito às comissões especiais, de três a cinco membros, que poderiam ser constituídas pelo ministro da Educação para proferir julgamento sobre os manuais de autoria dos membros da comissão e também sobre aqueles que não se enquadrassem nas categorias das subcomissões. Uma nova data para a divulgação das listas seria estabelecida pelo ministro e a atribuição de publicar a lista oficial de livros didáticos caberia, agora, ao Instituto Nacional do Livro (INL)<sup>68</sup>.

A ampliação do número de subcomissões, a atribuição de mais ou menos responsabilidades e a redistribuição de funções não foram suficientes para resolver o problema de inoperância que o projeto sofria. À medida que se caminhava nesse sentido, aumentavam-se as expectativas e ainda mais as frustrações. De fato, ficou evidente o quanto a comissão deixou de fazer e solucionar.

O momento político no qual foi implementado o projeto do livro didático foi rico na criação de normas, decretos, regulamentos e adiamento de decretos (Oliveira et al. 1984, p. 45). Embora o projeto tenha sido tão politizado, as decisões burocráticas mostraram-se bastante ineficazes na adequação de todo esse aparato normativo às situações mais concretas. O elevado número de regulamentos inserido no decreto original contrapôs-se à ineficiência na condução prática da política estabelecida.

---

<sup>67</sup> Carta enviada ao Presidente Getúlio Vargas pelo Ministro Gustavo Capanema, em 4 de março de 1944. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta V, ft. 943/2; CPDOC – FGV – RJ.

<sup>68</sup> O Instituto Nacional do Livro foi criado em 21 de dezembro de 1937, por meio do Decreto-Lei nº 93. Dentre as inúmeras finalidades com que foi criado, o Instituto sempre esteve envolvido com os meios de produção e aprimoramento do livro e dos serviços bibliotecários.

#### 4.10 As listas localizadas e os livros de Matemática aprovados

A inadimplência na publicação das listas<sup>69</sup> termina apenas no dia 24 de setembro de 1947, quando a CNLD inicia suas atividades de publicação no Diário Oficial da União. O registro da última lista localizada data de 24 de março de 1961. A estrutura com que as informações são apresentadas ao longo das listas segue um padrão, que inclui, no início de cada uma, informações sobre o Decreto-Lei nº 8.460/45, seguida de informações referentes ao livro analisado, como: nome do autor, título da obra, identificação do livro na comissão, número do processo e preço de venda autorizado.

Outras informações sobre o manual aparecem facultativamente, como é o caso da série a que o livro se destina e o número da edição. A organização das informações no interior das listas, sem dúvida é um componente digno de elogios. As listas eram divididas por níveis de ensino – primário, secundário, normal e profissional – e subdivididas em disciplinas. Curiosamente, os nomes das editoras responsáveis por cada livro didático não constam nas listas. A tabela abaixo, também presente na pesquisa de Dassie (2012), apresenta o conjunto de listas localizadas.

**Tabela 7 – Listas localizadas (CNLD)**

<b>Lista</b>	<b>Data de Publicação</b>
Lista Parcial nº 1	24-09-1947
Lista Parcial Condicional nº 1	10-10-1947
Lista Parcial nº 2	27-10-1947
Lista Parcial Condicional nº 2	06-11-1947
Lista Parcial nº 3	24-11-1947
Lista Parcial Condicional nº 3	02-12-1947
Lista Parcial nº 4	12-08-1950
Lista Parcial nº 6	04-01-1951
Lista Parcial nº 7	22-08-1951
Lista de 1948 <sup>70</sup>	11-01-1951
Lista Parcial nº 8	13-08-1952
Lista Parcial nº 9	13-08-1952

<sup>69</sup> Nestas listas não constam apenas os livros aprovados, mas também aqueles aprovados com restrições.

<sup>70</sup> Lista lançada em 1951 contendo todos os livros didáticos autorizados no ano de 1948.

Lista Parcial nº 10	23-03-1953
Lista Parcial nº 12	21-01-1954
Lista Parcial nº 13	13-07-1954
Lista Parcial nº 14	21-01-1955
Lista Parcial nº 16	12-01-1956
Lista Parcial nº 15	25-01-1956
Lista Parcial nº 17	08-03-1957
Lista Parcial nº 18	10-10-1957
Lista Parcial nº 20	12-02-1959
Lista Parcial nº 23	30-07-1959
Lista parcial nº 24 <sup>71</sup>	21-09-1959
Lista Parcial nº 25	23-11-1959
Lista Parcial nº 26	28-12-1959
Lista Parcial nº 27	01-01-1960
Lista Parcial nº 31	24-03-1961

Acompanhando-se as datas de divulgação das listas, é possível observar, ano a ano, a assiduidade nas publicações, exceto na lacuna existente entre 2 de dezembro de 1947 e 12 de agosto de 1950. Essa interrupção está associada à ausência, tanto no Decreto-Lei nº 1.006/38, quanto no Decreto-Lei nº 8.460/45, do direito a recursos por parte dos autores e editores.

Inicialmente, em um pronunciamento ao jornal *Folha da manhã*, o ministro Clemente Mariani informa sobre a intenção de modificar a legislação. Essa intenção é concretizada pela Portaria nº 212, de 31 de maio de 1950, que passa a conceder o direito a recursos. O texto dessa lei informa que:

O Ministério de Estado, interino, de Educação e Saúde, atendendo ao que propôs a Comissão Nacional do Livro Didático, pelo Processo nº 33.131-50, resolve expedir o seguinte Regulamento:

I – Das decisões das subcomissões especializadas ou comissões especiais haverá recurso para o Presidente da CNLD que o submeterá ao plenário, após informação prestada pela subcomissão especial que emitiu o respectivo parecer.

Parágrafo único. O recurso de que trata este artigo deverá ser devidamente fundamentado.

II – Das decisões da CNLD caberá ainda recurso para o Sr. Ministro da Educação e Saúde que decidirá, em última instância, ouvida uma comissão constituída, na forma do artigo 25 do Decreto-lei n. 8460, de 26 de dezembro de 1945.

III – Os recursos deverão ser julgados nos prazos máximos de noventa

<sup>71</sup> Esta lista não consta na tabela publicada por Dassie (2012).

(90) dias, a partir de sua entrada na Secretaria da CNLD.

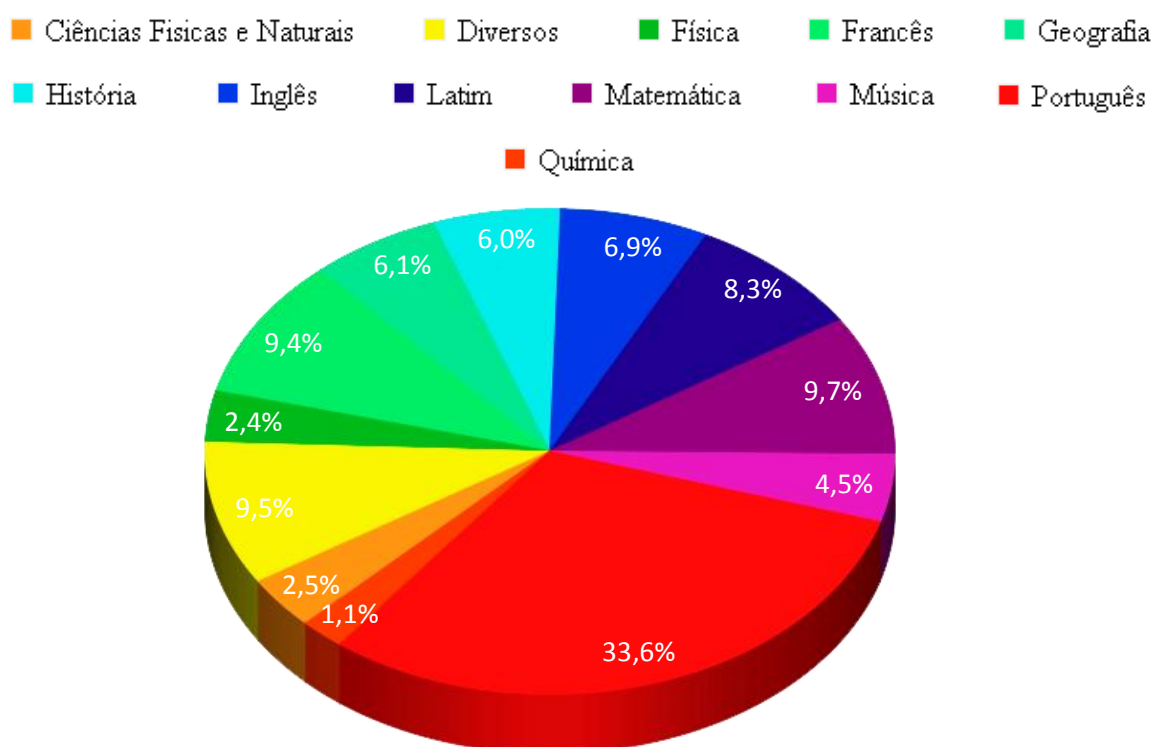
IV – O direito ao recurso só poderá ser exercido pelo autor ou por quem, na forma da lei, possa representá-lo.

V – O direito ao recurso prescreve no prazo de dois (2) anos, a partir da data em que foi emitido o parecer pela subcomissão especializada ou comissão especial.

VI – Contar-se-á o prazo de obrigatoriedade a que se refere o art. 3º do Decreto-lei n. 8460 a partir do início do ano letivo de 1950 (BRASIL, 1950).

Dessa forma, com a divulgação da Lista parcial nº 4, em agosto de 1950, ocorre a retomada na publicação das listas.

Foram contabilizados, ao todo, 2864 livros nesse intervalo de 15 anos. No entanto, não foi possível ter acesso à quantidade de livros expurgados no decorrer de todo o processo de avaliação, o que seria útil para uma interpretação mais detalhada dos dados. O gráfico abaixo indica a porcentagem de livros aprovados de acordo com cada disciplina.



**Figura 2** – Livros didáticos aprovados de acordo com cada disciplina (CNLD).

Em entrevista concedida por Euclides Roxo ao jornal *Diário de Notícias*, em 3 de março de 1942, o presidente da comissão apresenta informações reveladoras sobre o



documento encaminhado ao ministro Gustavo Capanema, relatando a existência de centenas de livros não autorizados em 1941.

No relatório, Roxo salienta a vultosa massa de “incorreções e defeitos contidos em livros didáticos de larga aceitação nos colégios brasileiros, que, desse modo, se tornam, antes, deseducativos do que formadores de uma sólida cultura intelectual”, o que justifica a porcentagem relativamente elevada de livros que não lograram autorização de uso. Segundo ele:

Figurando, quanto a esta percentagem, em primeiro lugar a secção “C” (Ciencias Físicas e Naturais) com a recusa de 98 livros sobre 138 examinados (cerda de 71%), seguindo-se a Secção “F” (Filosofia, Pedagogia e Sociologia) com a recusa de 22 sobre 35 examinados (cerca de 63%), a Secção “A” (Linguas e Literatura) com a recusa de 38 sobre 65 examinados (cerca de 68,5%) e a Secção “B” (Matemática e Desenho) com a recusa de 53 sobre 94 examinados (cerca de 56%). A que menor percentagem recusou foi a Secção “E” (História da Civilização e do Brasil) com 5 recusados sobre 23 examinados (cerca de 32%) (Diário de Notícias, 03-03-1942, Primeira Secção, p. 7).

Sem o conhecimento do percentual de livros expurgados no decorrer de 1941, poder-se-ia supor, equivocadamente, que a Seção E (História da Civilização e do Brasil) recebeu mais livros para apreciação do que a Seção F (Filosofia, Pedagogia e Sociologia), por terem uma maior quantidade de livros autorizados, o que não é real. Essa situação ilustra um dos casos que poderiam ser tratados com maior clareza dispondo-se do número de livros não autorizados ao longo do processo.

Entre os livros recusados no processo de avaliação, estão presentes aqueles em que o conteúdo não foi examinado por não se enquadrar no conceito de livro didático e também aqueles que dependiam de correções e modificações exigidas pela comissão.

Entre os 1818 livros submetidos à apreciação, 496 puderam ser julgados ao longo de 1941, apenas 27,3% do total.

Embora as listas apresentem as informações de maneira bem estruturada, algumas falhas são recorrentes, principalmente aquelas relacionadas à grafia do nome dos autores e do título das obras. Apenas um pequeno quantitativo de listas não dispõe de categorização por disciplina, o que contribuiu positivamente, para construção do gráfico anterior.

Diante da grande quantidade de disciplinas, foi necessário aglomerá-las em blocos para que a leitura e a interpretação dos dados se tornassem mais favoráveis. Por exemplo, as disciplinas de História da Civilização, História Geral e História do Brasil

foram aglomeradas sob o rótulo de História. O mesmo raciocínio foi empregado com as disciplinas que apareciam dispersas e com um quantitativo muito pequeno de livros aprovados, como foi o caso de Desenho, Higiene, Instrução Moral e Cívica, Puericultura e Pedagogia. Para efeito de organização, essas disciplinas foram inseridas na categoria “Diversos”, que até então era representada apenas pelos livros de Teatologia.

**Tabela 8** – Livros didáticos de Matemática aprovados pela CNLD

<b>24 de Setembro de 1947 – Lista Parcial nº 1</b>			
<b>Ensino Primário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Série</b>	<b>Edição</b>
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar	--	8ª Ed.
Espínheira, Ariosto	Matemática	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para escolas primárias	--	5ª Ed.
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para escolas primárias	--	12ª Ed.

<b>24 de Setembro de 1947 – Lista Parcial nº 1</b>			
<b>Ensino Secundário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Série</b>	<b>Edição</b>
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática	3ª	2ª Ed.
Dumont, Isidoro (Irmão)	Álgebra Elementar	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Elementos de Aritmética – F.T.D.	--	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática	4ª	4ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	1ª	--
Vilela, Antônio Lobo	Métodos Geométricos	--	1ª Ed.

<b>10 de Outubro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 1</b>			
<b>Ensino Primário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Série</b>	<b>Edição</b>
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para as Escolas Primárias (4ª Parte)	--	8ª Ed.
Heuser, Bruno (Frei)	Geometria Prática	--	--

10 de Outubro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 1			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Álgebra	--	1ª Ed.
Dumont, Isidoro (Irmão)	Geometria Elementar	--	1ª Ed.
Dumont, Isidoro (Irmão)	Noções de Álgebra (Curso Elementar)	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Trigonometria Elementar	--	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática	2ª	--
Oliveira, Alberto Sá de	Elementos de Geometria Analítica Plana	--	--
Queirós, José Joaquim de	Elementos de Álgebra	--	--
Serrão, Alberto	Lições de Álgebra Elementar	--	--
Serrasqueiro, José Adelino	Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea e Noções de Geometria Analítica	--	9ª Ed.
Spicacci, Frederico Carlos	Matemática Aritmética e Álgebra	--	--

27 de Outubro de 1947 – Lista Parcial nº 2			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Cony, Cecy	Aritmética (1º ano Elementar)	--	1ª Ed.
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--	5ª Ed.
Lagoa, Antônio Joaquim	Caderno de Aritmética	3ª	--
Marins, Álvaro	Primeiros Cálculos	--	5ª Ed.
Paula, Maria	Aritmética Primária	--	6ª Ed.
Soelter, Carlos	Exercícios de Aritmética	--	1ª Ed.
Trompowsky, Alice Brandão	400 Exercícios de Matemática	1ª, 2ª e 3ª	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas	1ª	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas	2ª	2ª Ed.
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas	4ª	2ª Ed.

27 de Outubro de 1947 – Lista Parcial nº 2			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição

Almeida, Fernando Furquim de Castanho, João de Castrucci, Benedito Farah, Edison	Matemática (Cursos Clássico e Científico)	1ª	--
Amorim, Diogo Pacheco de	Compêndio de Aritmética Racional (Curso Liceal)	6ª e 7ª	--
Bethlem, Agrícola	Curso de Matemática	1ª	2ª Ed.
Bethlem, Agrícola	Curso de Matemática	3ª	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática (Cursos Clássico e Científico)	1ª	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática (Cursos Clássico e Científico)	2ª	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática (Cursos Clássico e Científico)	3ª	--
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Trigonometria	--	6ª Ed.
Feitosa, Miguel O. Silva, Valter Toledo	Matemática Ginásial	1ª	--
Fragoso, R. Silveira, C.	Nosso Livro de Matemática	1ª	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática	3ª	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática	4ª	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Lições de Análise Combinatória	2ª	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Teoria Elementar dos Determinantes (Cursos Clássico e Científico)	2ª	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática	1ª	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	1ª	3ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	2ª	2ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	3ª	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	4ª	--
Marin, André Perez y	Aritmética	--	10ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Geometria Analítica (1ª Parte)	--	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Geometria Analítica (2ª Parte)	--	1ª Ed.
Melo, Antônio Argel de	Pontos de Geometria	--	--
Quintella, Ary	Matemática	1ª	7ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	2ª	--

Quintella, Ary	Matemática	2ª	6ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	3ª	2ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	3ª	--
Quintella, Ary	Matemática	4ª	4ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	4ª	6ª Ed.
Rodrigues, Eduardo Celestino	1700 Exercícios de Álgebra	--	2ª Ed.
Sousa, Antenor de Paiva e	Elementos de Matemática	1ª	--
Sousa, Antenor de Paiva e	Elementos de Matemática	2ª	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática	3ª	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática	3ª	7ª Ed.
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática	2ª	2ª Ed.
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática	3ª	2ª Ed.
Stávale, Jacomo	Problemas de Matemática	1ª	1ª Ed.
Stávale, Jacomo	Problemas de Matemática	2ª	1ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática	1ª	8ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática	2ª	6ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática	3ª	1ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática	4ª	1ª Ed.
Vilela, Antônio Lobo	Exercícios Resolvidos de Álgebra	--	--
Vilela, Antônio Lobo	Métodos Geométricos	--	--

6 de Novembro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 2			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é Fácil	--	3ª Ed.
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é Fácil	--	4ª Ed.
Almeida, Pedro Nolasco de	Aritmética Infantil	--	3ª Ed.
Brueckmann, Alberto Strelow, Frederico	Segunda Aritmética	--	1ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar	1ª	4ª Ed.
Cunha, Augusto José da	Elementos de Aritmética	--	10ª Ed.
Dumont, Isidoro (Irmão)	Exercícios de Cálculos e Problemas sobre as Quatro Operações Fundamentais	--	1ª Ed.

Dumont, Isidoro (Irmão)	Primeiro Livrinho de Cálculos	--	1ª Ed.
Lima, Afonso Guerreira	Noções de Aritmética (1ª Parte)	--	1ª Ed.
Marin, André Perez y	Lições de Aritmética	--	--
Marin, André Perez y	Soluções de Aritmética	--	2ª Ed.
Nast, Walter Tochtrop, Leonardo	Meu Livro de Contas (1º volume)	--	3ª Ed.
Nast, Walter Tochtrop, Leonardo	Meu Livro de Contas (2º volume)	--	3ª Ed.
Sousa, Alfredina de Paiva e	Nossa Aritmética	3ª	1ª Ed.
Trajan, Antônio	Aritmética Elementar	--	13ª Ed.
Trajan, Antônio	Aritmética Primária	1ª	13ª Ed.

6 de Novembro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 2			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Alvares, Alberto	Tratado de Aritmética	--	2ª Ed.
Alves, Justino	Compêndio de Geometria Prática	--	--
Bethlem, Agrícola	Curso de Matemática	2ª	1ª Ed.
Cattony, Carlos	Lições de Matemática Elementar	4ª	2ª Ed.
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Geometria	--	12ª Ed.
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Aritmética	--	--
Chollet, Marc	Tábuas de Logaritmos	--	5ª Ed.
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática	2ª	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática	3ª	6ª Ed.
Marin, André Perez y	Elementos de Álgebra	--	7ª Ed.
Marin, André Perez y	Soluções Algébricas	--	2ª Ed.
Serrasqueiro, José Adelino	Tratado Elementar de Aritmética	--	23ª Ed.
Sonnino, Sérgio	Elementos de Geometria Analítica	--	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática	4ª	6ª Ed.
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática	1ª	3ª Ed.
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática	4ª	--
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática	5ª	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Exercícios de Trigonometria	--	2ª Ed.
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática	3ª	2ª Ed.

Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática	4ª	2ª Ed.
-------------------------------	------------	----	--------

6 de Novembro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 2			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Série	Edição
Cotta, Waldemar Pereira	Formulário de Matemática Comercial	--	1ª Ed.
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática Comercial	--	2ª Ed.

24 de Novembro de 1947 – Lista Parcial nº 3			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Brueckmann, Alberto Strelow, Frederico	Terceira Aritmética	--	--
Zanello, Hipérides	Aritmética Primária	--	4ª Ed.

24 de Novembro de 1947 – Lista Parcial nº 3			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Carneiro, Irmã Carneiro, Juvenal	Contabilidade Mercantil	--	1ª Ed.
Carvalho, Thales Mello	Matemática	2ª	2ª Ed.
Castro, Jonatas Dias	Elementos de Geometria Descritiva	--	1ª Ed.
Cattony, Carlos	Matemática Elementar	1ª	3ª Ed.
Cattony, Carlos	Matemática Elementar	4ª	3ª Ed.
Cattony, Carlos	Matemática Elementar	3ª	2ª Ed.
Cattony, Carlos	Matemática Elementar	2ª	3ª Ed.
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Geometria Descritiva	--	7ª Ed.
Cunha, Haroldo Lisboa da Netto, César Dacorso Peixoto, Roberto Roxo, Euclides	Matemática (2º Ciclo)	1ª	2ª Ed.
Cunha, Haroldo Lisboa da Netto, César Dacorso Peixoto, Roberto Roxo, Euclides	Matemática (2º Ciclo)	2ª	2ª Ed.

Cunha, Haroldo Lisboa da Netto, César Dacorso Peixoto, Roberto Roxo, Euclides	Matemática (2º Ciclo)	3ª	--
Freire, Olavo	Noções de Geometria Prática	--	39ª Ed.
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática	--	4ª Ed.
Lemgruber, Nicanor	Exercícios de Matemática Comercial e Problemas	3ª	1ª Ed.
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática	2ª	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática	3ª	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática	4ª	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	1ª	4ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	2ª	3ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática	5ª	--
Marin, Andrés Péres y Pasquale, Carlos	Elementos de Trigonometria Retilínea	--	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginasial	1ª	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginasial	1ª	12ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginasial	2ª	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginasial	3ª	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática	3ª	2ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	1ª	10ª Ed.
Roxo, Euclides	Lições de Aritmética	3ª	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática	1ª	4ª Ed.
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática	2ª	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática	3ª	8ª Ed.



Vilela, Antônio Lobo	Método de Matemática	--	1ª Ed.
----------------------	----------------------	----	--------

24 de Novembro de 1947 – Lista Parcial nº 3			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Série	Edição
Carvalho, Carlos de	Aritmética Comercial e Financeira	--	10ª Ed.
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática Comercial	--	2ª Ed.
Lins, Irene de Almeida	Matemática Comercial	--	--

2 de Dezembro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 3			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Brueckmann, Alberto Strelow, Frederico	Terceira Aritmética	--	--
Zanello, Hipérides	Aritmética Primária	--	4ª Ed.

2 de Dezembro de 1947 – Lista Parcial Condicional nº 3			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Cattony, Carlos	Matemática Elementar	2ª	3ª Ed.
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática	3ª	--
Serrasqueiro, José Adelino	Tratado de Álgebra Elementar	--	17ª Ed.
Trotta, Laudímia	Problemas Aritméticos Solucionados	--	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática	1ª	--

12 de Agosto de 1950 – Lista Parcial nº 4			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Cony, Cecy	Aritmética	1ª e 2ª	4ª Ed.
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para as Escolas Primárias 1ª Parte	--	12ª Ed.
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para as Escolas Primárias 2ª Parte	--	15ª Ed.
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas	3ª	4ª Ed.
Zanello, Hipérides	Aritmética Primária – 2º grau	2ª	4ª Ed.

12 de Agosto de 1950 – Lista Parcial nº 4			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática	1ª	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática (Curso Colegial)	3ª	4ª Ed.
Cattony, Carlos	Lições de Matemática Elementar – 2º Volume	2ª	4ª Ed.
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Geometria Descritiva	1ª	11ª Ed.
Costa, Nelson Mariano	Caderno para Construção de Sólidos Geométricos	--	6ª Ed.
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática	1ª	--
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática	4ª	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Formas e Equações Lineares	--	1ª Ed.
Lemgruber, Nicanor	Matemática Comercial	--	1ª Ed.
Lemgruber, Nicanor	Matemática Financeira	1ª	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	--	5ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 2º livro colegial	--	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática	3ª	4ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática	--	4ª Ed.
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--	--
Pedro, Isidoro (Irmão)	Trigonometria Plana e Esférica	--	--
Quintella, Ary	Matemática	2ª	7ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática	3ª	6ª Ed.
Raja Gabaglia, Eugenio Barros	Elementos de Trigonometria	--	7ª Ed.
Rodrigues de Vasconcelos, Fernando Soares	Matemática	1ª	1ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática	4ª	7ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – Curso Colegial	--	2ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – Curso Colegial	2ª	1ª Ed.
Thiré, Cecil	Manual de Matemática	3ª	7ª Ed.

4 de Janeiro de 1951 – Lista Parcial nº 6			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Amorim, Diogo Pacheco de	Compêndio de Aritmética Racional	--	--
Carvalho, Antônio Pires de	Resumo de Geometria (2º Ciclo)	--	2ª Ed.
Chollet, Marc	Tábuas de Logaritmos (2º Ciclo)	--	--
Júnior, Cortada	Exercícios de Trigonometria (2º Ciclo)	--	--
Magno, Carlos	Exercícios de Álgebra e Trigonometria (2º Ciclo)	--	--
Neves, Francisco Ferreira	Geometria	--	4ª Ed.
Neves, Francisco Ferreira	Geometria – Liceus	4ª, 5ª e 6ª	5ª Ed.
Palma Fernandes, Antônio do Nascimento	Elementos de Geometria	2ª	2ª Ed.
Quintella, Ary	Aritmética Prática (Comercial Básico)	1ª	--

11 de Janeiro de 1951 – Lista de 1948			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Bunse, Henrique Tochtrop, Leonardo	Aritmética Elementar	1ª	--
Celestina, Hermínia	Idéia Concreta dos Números	--	3ª Ed.
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados	1ª	--
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados	2ª	--
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados	3ª	--
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados	4ª	--
Rego, Abel de Araújo	Aritmética Racional	--	3ª Ed.

11 de Janeiro de 1951 – Lista de 1948			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática (Comercial)	3ª	5ª Ed.
Carvalho, A. Fernandes	Exercícios e Problemas de Álgebra	--	--

de Magno, Carlos			
Carvalho, A. Fernandes de Magno, Carlos	Exercícios e Problemas de Álgebra	3ª	--
Carvalho, A. Fernandes de Magno, Carlos	Exercícios e Problemas de Álgebra e Trigonometria	--	--
Faria, Manuel	Tábuas de Logaritmos	--	--
Farias, Sinésio de	Curso de Álgebra (2º Ciclo)	--	--
Galante, Carlos Santos, Osvaldo Marcondes dos	Matemática	1ª	--
Galante, Carlos Santos, Osvaldo Marcondes dos	Matemática	2ª	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática	1ª	--
Melo, Antônio Argel de	Pontos de Álgebra e Geometria	--	--
Melo, Antônio Argel de	Pontos de Geometria	--	--
Neves, Francisco Ferreira	Elementos de Aritmética Racional (Científico)	--	--
Neves, Francisco Ferreira	Álgebra e Trigonometria	--	5ª Ed.
Palma Fernandes, Antônio do Nascimento	Ementas de Geometria	--	3ª Ed.
Rego, Abel de Araújo	Aritmética Comercial e Geometria Elementar	--	--
Rego, Abel de Araújo	Aritmética Comercial e Geometria Elementar	2ª	1ª Ed.

13 de Agosto de 1952 – Lista Parcial nº 8			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Braga, Plinio Paulo	Programa Escolar	2ª	--
Braga, Plinio Paulo	Programa Escolar	3ª	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Exercícios de Aritmética	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Exercícios de Cálculos e Problemas	--	--
Gonçalves Roliz, Joaquim Prudêncio	Ilustrações de Frações Decimais e Ordinárias	--	--

13 de Agosto de 1952 – Lista Parcial nº 8			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Carvalho, Thales Mello	Matemática (Técnico)	2ª	--
Castanho, João Batista Castrucci, Benedito Catunda, Omar Farah, Edison	Matemática (2º Ciclo)	3ª	--

13 de Agosto de 1952 – Lista Parcial nº 9			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Dumont, Isidoro (Irmão)	Elementos de Aritmética	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Geometria	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Matemática – F.T.D. (Ginasial)	2ª	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Matemática – F.T.D. (Ginasial)	3ª	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Matemática – F.T.D. (Ginasial)	1ª	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática (Colegial)	3ª	--

13 de Agosto de 1952 – Lista Parcial nº 9			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Série	Edição
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática (Básico)	4ª	3ª Ed.
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática (Básico)	2ª	--
Quintella, Ary	Álgebra Elementar (Básico)	3ª	--

23 de Março de 1953 – Lista Parcial nº 10			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Galante, Carlos Santos, Osvaldo Marcondes dos	Matemática – Ginásial	3ª	4ª Ed.

12 de Fevereiro de 1959 – Lista Parcial nº 20			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Abdon, Célia Côrtes	Meus Exercícios de Cálculo (Vol. I)	1ª	2ª Ed.
Abdon, Célia Côrtes	Meus Exercícios de Cálculo (Vol. II)	1ª	2ª Ed.
Abdon, Célia Côrtes	Minha Tabuada (Vol. I)	1ª	2ª Ed.
Abdon, Célia Côrtes	Minha Tabuada (Vol. II)	1ª	--
Abdon, Célia Côrtes	Primeiros Passos na Matemática (Vols. I e II)	--	2ª Ed.
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir (Caderno 1)	--	1ª Ed.
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir (Caderno 2)	--	1ª Ed.
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir (Caderno 3)	--	1ª Ed.
Albuquerque, Irene de	Jogos e Recreações Matemáticas (Vol. I)	1ª e 2ª	3ª Ed.
Albuquerque, Irene de	Jogos e Recreações Matemáticas (Vol. II)	3ª, 4ª e 5ª	3ª Ed.
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados (Adição I)	1ª	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados (Subtração I)	1ª	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados (Adição)	2ª	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados (Subtração)	2ª	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados (Multiplicação I)	2ª	2ª Ed.
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados (Multiplicação II)	3ª	--
Antunes, Francisco	O Ensino Rápido da Tabuada	--	--
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--	6ª Ed.
Aveline, Suelly	Meu Caderno de Matemática – 1º Ano Primário	--	--
Aveline, Suelly	Meu Caderno de Matemática – 2º Ano Primário	--	--
Bunse, Henrique Tochtrop, Leonardo	Aritmética Elementar	1ª	--
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética Primária	--	--
Filho, Lourenço	Nova Tabuada e Noções de Aritmética	--	--
Santos, Theobaldo Miranda	Aritmética Prática (Admissão)	--	--

Santos, Theobaldo Miranda	Exercícios de Linguagem e Matemática	--	--
Santos, Theobaldo Miranda	Exercícios Escolares	--	--
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática Primária	--	--

12 de Fevereiro de 1959 – Lista Parcial nº 20			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Série	Edição
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática	1ª	12ª Ed.
Perperosa, Luigi Giuseppe	Demonstração Prática dos "Produtos Notáveis"	--	--
Neves Rodrigues, João José	Admissão às Escolas Preparatórias (Álgebra – Exercícios)	--	1ª Ed.
Neves Rodrigues, João José	Admissão às Escolas Preparatórias (Aritmética – Exercícios)	--	1ª Ed.
Neves Rodrigues, João José	Admissão às Escolas Preparatórias (Geometria – Exercícios)	--	1ª Ed.
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática	1ª	2ª Ed.
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática	2ª	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática	3ª	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática	4ª	2ª Ed.
Veloso, Paulo Dias	Frações Contínuas e Análise Combinatória	--	1ª Ed.
Veloso, Paulo Dias	Derivadas – Determinantes – Logaritmos (2º Vol.)	--	1ª Ed.
Veloso, Paulo Dias	Números Complexos e Séries (1º Vol.)	--	1ª Ed.
Veloso, Paulo Dias	Resolução Numérica das Equações (4º Vol.)	--	1ª Ed.

21 de Setembro de 1959 – Lista Parcial nº 24			
Ensino Primário			
Autor	Título	Série	Edição
Aveline, Suely	Meu Caderno de Matemática	3ª	--
Aveline, Suely	Meu Caderno de Matemática	4ª	5ª Ed.

Os anos em que as listas foram publicadas não representam, necessariamente, um indicativo confiável de quando as avaliações aconteceram. Esse tipo de situação pode ser ilustrada pela Lista parcial nº 1, publicada no dia 24 de setembro de 1947, com

a relação dos livros autorizados em 1941 e pela Lista parcial nº 2, divulgada em 27 de outubro de 1947, com os livros autorizados nos anos de 1944 e 1945.

No decorrer dos trabalhos de avaliação, a CNLD publicou duas categorias de listas: as parciais e as parciais condicionais. As listas parciais apresentavam os livros didáticos autorizados, aptos a serem adotados nos estabelecimentos de ensino, enquanto as listas aprovadas condicionalmente continham obras que não estavam completamente de acordo com os preceitos estabelecidos pela comissão, mas que após algumas modificações, poderiam ser integradas às listas parciais<sup>72</sup>.

A quantidade de livros de Matemática autorizados ao longo dos anos apresenta uma significativa decaída. Isso pode ser observado a partir de uma breve comparação entre as listas divulgadas durante os anos de 1947 e 1953. No período compreendido entre 1953 e 1959, há uma completa ausência<sup>73</sup> de livros didáticos de Matemática nas listas localizadas<sup>74</sup>. Esses livros só voltam a aparecer com a publicação da Lista parcial nº 20, em 12 de fevereiro de 1959.

Os livros didáticos de Matemática aprovados ou aprovados condicionalmente aparecem distribuídos da seguinte maneira: 83 para o ensino primário, 187 para o secundário e 8 para o comercial, totalizando 278 livros. Lançando-se um olhar sobre as informações presentes nas listas, é possível identificar a existência de uma ampla variedade de aspectos.

No ensino primário, Antônio Pedro Wolff, Célia Côrtes Abdon, Frei Bruno Heuser, Irene de Albuquerque, Isidoro Dumont e Pacífica Ramos Maranhão se destacam como os autores com o maior número de produções. Já no ensino secundário, os autores que mais se destacam são: Algacyr Munhoz Maeder, Ary Quintella, Cecil Thiré, Euclides Roxo, Frei Ignace Chaput<sup>75</sup>, Francisco Antônio Lacaz Netto, Isidoro Dumont, Jacomo Stávale, Júlio César de Mello e Souza, Nicanor Lemgruber e Osvaldo Sangiorgi.

---

<sup>72</sup> Se as alterações apontadas pela CNLD não fossem devidamente realizadas, a autorização de uso poderia ser caçada em qualquer tempo (BRASIL, 1945).

<sup>73</sup> A ausência, a que se faz referência, diz respeito às listas coletadas para produção da presente pesquisa. As Listas parciais nº 11 e nº 19, pertencentes ao período, são essenciais para uma opinião mais conclusiva, no entanto, não foram localizadas.

<sup>74</sup> É possível que na lacuna existente entre os anos de 1953 e 1959 existam livros didáticos de Matemática aprovados. Contudo, não foi possível localizar as Listas Parciais nº 11 e nº 19, imprescindíveis para a confirmação dessa informação.

<sup>75</sup> Embora a autoria de inúmeros manuais da coleção F.I.C. esteja associada ao Frei Ignace Chaput, a pesquisa desenvolvida por Carvalho (2017) não encontrou qualquer indício sobre o Frei. Possivelmente, ele nunca tenha existido.



Os livros do Frei Bruno Heuser, Ary Quintella, Cecil Thiré, por exemplo, despertam atenção pela quantidade de edições de um mesmo título na lista de livros aprovados.

Em alguns livros de Antônio Pedro Wolff, Jacomo Stávale e Pacífica Ramos Maranhão, é possível observar o foco destinado à resolução de exercícios e problemas, com uma pequena ou quase nenhuma exposição de conteúdo, o que fica evidenciado pelo título desses livros, como é o caso dos *1700 Exercícios de Álgebra*, de Eduardo Celestino Rodrigues.

Ao contrário do que se pode imaginar, a quantidade de livros enquadrados nesse perfil não é pequena. Tanto Antônio Pedro Wolff quanto Pacífica Ramos Maranhão possuem quatro livros de resolução de problemas destinados ao ensino primário. Jacomo Stávale, por sua vez, possui dois exemplares destinados ao ensino secundário.

Assim como observa Dassie (2012, p. 100), nas listas, constam também alguns livros de Matemática que se utilizam do conceito de compêndio – como livros que expõe, total ou parcialmente, o conteúdo das disciplinas constantes nos programas escolares –, exposto no Decreto-Lei nº 1.006/38. Muitas dessas obras foram produzidas a partir de temas específicos, como é o caso das *Lições de Análise Combinatória*, de Francisco Antônio Lacaz Netto, e dos *Elementos de Trigonometria*, de Eugenio de Barros Raja Gabaglia.

Existem casos, inclusive, em que os autores elegem um recorte ainda mais particular, como o *Caderno para construção de sólidos geométricos*, de Nelson Mariano da Costa, e as *Demonstrações práticas dos Produtos Notáveis*, de Luigi Giuseppe Perperosa. Os compêndios: *Derivadas, Determinantes e Logaritmos (2º Vol.)*, de Paulo Dias Veloso, e *Elementos de Geometria Descritiva*, de Ignace Chaput, também merecem destaque pelas exposições parciais e por apresentarem para o ensino secundário parte de um conteúdo atualmente destinado ao ensino superior.

Os livros recreativos tinham poucos representantes entre os livros autorizados. O compêndio *Jogos e recreações matemáticas*, de Irene de Albuquerque, corresponde a um dos poucos títulos pertencentes a essa categoria. Surpreendentemente, as obras de Júlio César de Mello e Souza destinadas a esse segmento não constam nas listas.

Embora as listas localizadas datem da década de 50, ainda é possível observar uma grande circulação de livros de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, mesmo após a fusão dessas disciplinas em 1930 e a instituição dessa mudança nas Reformas Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942). Esse fato pôde ser

observado com diversas obras, no entanto, em se tratando do autor Isidoro Dumont, essa informação salta aos olhos, por essa coleção aparecer inteiramente distribuída nessas disciplinas.

A ocorrência de obras estrangeiras no país representa outro aspecto interessante da análise. Enquanto algumas delas figuravam no idioma original, como as obras portuguesas, outras eram submetidas a traduções. De acordo com Dassie (2012, p. 99)<sup>76</sup>:

Títulos contidos nas listas mostram uma característica comum ao final do século XIX e início do XX, a saber, a circulação de obras portuguesas no Brasil. Por exemplo, três obras de José Adelino Serrasqueiro, autor indicado oficialmente no Colégio Pedro II nas décadas de 1890 e 1920 (BELTRAME, 2000), se encontram na lista, mostrando que esses textos ainda figuravam no cenário nacional de livros didáticos. Mas a presença de livros portugueses no mercado editorial brasileiro parece se revelar de maneira mais intensa. Nas listas foram localizados outros seis autores: Abel de Araújo Rego, Alberto Sá de Oliveira, Antônio Argel de Melo, Antônio Lobo Vilela, Diogo Pacheco de Amorim e Francisco Ferreira Neves. É importante destacar que, nesse caso, para que o livro fosse avaliado o autor ou a editora deveria possuir representante no Brasil. Por exemplo, a *Livraria Francisco Alves* possuía livrarias-editoras na França e em Portugal, como por exemplo, a *Biblioteca de Instrução Profissional* (BRAGANÇA, 2004). Entre os autores portugueses citados, o último, Francisco Ferreira Neves, foi o que obteve o maior número de obras aprovadas. No total, foram quatro aprovações: *Álgebra e trigonometria*, *Elementos de aritmética racional para o VII ano dos Liceus*, *Elementos de geometria para o I, II e III anos dos Liceus* e *Elementos de geometria para o IV, V e VI anos dos Liceus*.

A ausência do nome do autor na obra enviada para a CNLD era um dos critérios de exclusão listado no Decreto-Lei nº 8.460/1945, mas que foi flexibilizado na execução da lei. Entre as publicações no *Diário Oficial da União* encontram-se os *Despachos do Sr. Secretário*. Em alguns deles, é requerido exigências que não foram cumpridas na abertura do processo de inscrição do livro. Entre elas, é possível observar o pedido de indicação do nome por extenso do autor, como determinava um dos itens de exclusão do livro, presente na lei (Dassie, 2012, p. 100).

Entre as obras, estas determinações atingiram, sobretudo, à coleção de livros F.I.C. editados, inicialmente, pela livraria Garnier.

Os livros produzidos pelos Frère Irlide Cazeneuve, conhecidos pela sigla F.I.C. aqui no Brasil, foram publicados através da coleção *Curso de Mathematicas Elementares*, que incluía os Elementos de Agrimensura, Cosmografia, Álgebra,

---

<sup>76</sup> Os livros didáticos produzidos pelos autores portugueses a que Dassie (2012) faz referência dizem respeito, exclusivamente, ao ensino secundário.

Aritmética, Geometria, Geometria Descritiva, Mecânica e Trigonometria. Todos os manuais pertencentes a essas categorias passaram a ser apresentados nas listas de livros autorizados sob a autoria de Eugênio de Barros Raja Gabaglia.

O fato é que a atuação de Raja Gabaglia restringia-se apenas à revisão e tradução das obras. Mas, ao que tudo indica, a obrigatoriedade de se mencionar a autoria dos manuais fez com que o nome de Raja Gabaglia passasse a ser indicado nas listas de livros autorizados como autor, o que é algo praticamente impossível, uma vez que, Raja Gabaglia não conseguiria passar de revisor e tradutor a autor mais de vinte anos depois de sua morte, em 1919.

Desde então, a autoria da coleção *Curso de Mathematicas Elementares* passou a ser atribuída à Raja Gabaglia, sendo amplamente difundida nas pesquisas sobre o tema. Mas, na verdade, há uma dificuldade muito grande em identificar quem eram os autores reais dos livros produzidos nesta congregação, pelo hábito de se atribuir ao superior Geral da Congregação as obras publicadas por seus irmãos (Carvalho, 2017, p. 5, a ser publicado).

#### **4.11 O processo de reestruturação da CNLD e o seu funcionamento após 1945**

No dia 1 de março de 1944, o secretário da CNLD, Fernando de Souza Castro, submete a Gustavo Capanema um documento informando sobre a Portaria nº 145, de junho de 1942, a qual não reconduziu os membros da CNLD a seus cargos. Nesse período, apenas a secretaria da comissão permaneceu em funcionamento. Além desse informativo, o documento apresentava também o desempenho no processo de avaliação dos livros até o mês de dezembro de 1941. De acordo com o documento, do total de 1.818 livros submetidos à avaliação, 19 deles receberam autorização de uso, 248 foram impugnados, 139 dependiam de análise da seção de Redação e outros 90 deveriam ser submetidos à votação em seção plenária. Dessa forma, 1.312 manuais ainda aguardavam análise.

A principal hipótese associada ao período de paralisação nas atividades da comissão entre os anos de 1942 e 1944 é atribuída por Ferreira (2008, p. 106) à aplicação das Leis Orgânicas de Ensino<sup>77</sup>, particularmente, a Lei Orgânica do Ensino

---

<sup>77</sup> As Leis Orgânicas compreendem: Ensino Técnico e Industrial, pelo Decreto-Lei nº 4.073 (30/01/1942); Ensino Secundário, pelo Decreto-Lei nº 4.244 (09/04/1942); Ensino Comercial, pelo Decreto-Lei nº 6.141 (28/12/1943); Ensino Primário, pelo Decreto-Lei nº 8.529 (02/01/1946);

Secundário, que ficou conhecida como reforma Capanema e que permaneceu em vigência até o ano de 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi aprovada.

Em um ofício encaminhado em nome da Companhia Editora Nacional, Editora do Brasil S/A, Saraiva e Cia, Editora Renascença S/A e Companhia Melhoramentos de São Paulo, as casas editoras de São Paulo informavam ao ministro sobre uma possível pausa na reedição dos livros didáticos até que as modificações nos programas escolares fossem confirmadas.

Senhor Ministro,

As empresas editoras de São Paulo, pelos seus diretores infra-assinados, têm a honra de vir à presença de Vossa Excelência para expor e solicitar o seguinte:

1) Acaba a imprensa do país de noticiar, sem outros pormenores, que o Ministério da Educação, fundado na observação dos resultados nos quatro primeiros anos de vigência da lei orgânica, cuidou agora de introduzir alterações no currículo do curso secundário.

2) Em face desta notícia e no intuito de se pouparem a maiores prejuízos, as empresas editoras houveram de resolver, como é natural, a paralisação de todo trabalho de edição e reedição de obras didáticas destinadas ao ensino secundário.

3) Sucede, porém, que a paralisação desse trabalho poderá causar sérias dificuldades ao próprio ensino, caso persista de modo a impossibilitar que se conclua a tempo os livros escolares destinados ao uso no próximo ano letivo.

4) Atentos pois não apenas aos seus próprios interesses, mas também os superiores interesses do ensino, as empresas editoras aqui representadas pedem vênias para sugerir se digne Vossa Excelência determinar que seja tornado público a procedência ou não das notícias recentemente veiculadas e, no caso afirmativo, que se faça a indicação dos programas que eventualmente serão modificados.

Apresentando a Vossa Excelência os agradecimentos pela atenção que for dispensada a esta sua solicitação, querem os signatários aproveitar-se do ensejo, para hipotecar a Vossa Excelência os protestos de seu profundo respeito<sup>78</sup>.

No dia 4 de março de 1944, três dias após receber o comunicado de Fernando de Souza Castro, Gustavo Capanema transmite ao presidente o verdadeiro panorama de funcionamento da comissão, propondo a reinstalação da CNLD e a imediata retomada

---

Ensino Normal, pelo Decreto-Lei nº 8.530 (02/01/1946); e Ensino Agrícola, pelo Decreto-Lei nº 9.613 (20/08/1936).

<sup>78</sup> Ofício das empresas editoras de São Paulo enviado ao Ministro Gustavo Capanema. Sem data. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta V, ft. 936/1, 936/2; CPDOC – FGV – RJ.

nos trabalhos de avaliação. Segundo o ministro, essa medida era extremamente necessária em face das modificações mais recentes na legislação pedagógica, uma referência às Leis Orgânicas do Ensino.

Diante desse cenário, Capanema envia um projeto de decreto-lei ao presidente para regulamentar a atuação da CNLD. O projeto de decreto-lei encaminhado foi promulgado no dia 11 de março, poucos dias após o seu envio. As principais especificações presentes no Decreto-Lei nº 6.339 previam: a) mudança na quantidade de membros da comissão – a partir deste momento a CNLD contaria com quinze membros –; b) subdivisão da comissão em subcomissões especializadas – que atuariam de maneira independente umas das outras –; c) a autonomia do ministro da Educação – no que diz respeito à escolha do presidente da comissão e à transferência de responsabilidade na divulgação das listas, que agora passaria para o INL.

Em 13 de outubro de 1944, por meio das Portarias nº 468 e 469, Gustavo Capanema designava as novas subcomissões e seus respectivos membros.

**Tabela 9** – Subcomissões e membros da Comissão Nacional do Livro Didático

Subcomissões	Membros
Ciências Físicas e Naturais	João Batista Pecegueiro do Amaral Cândido Firmino de Mello Leitão Adalberto Menezes de Oliveira
Filosofia e Ciências Sociais	Padre Leonel Franca Jonathas A. da Silveria Serrano Theobaldo de Miranda Santos Carlos Delgado de Carvalho Joaquim Rufino Ramos Jubé Jr.
Língua Portuguesa e Línguas Antigas	Arduino Bolívar Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira Padre Leonel Franca
Línguas Vivas Estrangeiras	Maria Junqueira Schmidt Joaquim Rufino Ramos Jubé Jr. Arduino Bolívar
Matemática	Euclides de Medeiros G. Roxo Pedro Mariani Serra Adalberto Menezes de Oliveira

Embora, com o passar dos anos, a CNLD tenha substituído alguns dos seus membros (por motivos diversos), comparando-se essa lista com a que foi apresentada no início deste capítulo, é possível observar a permanência de muitos dos integrantes –

destaque para a reincorporação de Cândido Firmino de Melo Leitão ao quadro de membros da comissão, após sua exoneração em 1941.

A publicação da Lei Orgânica do Ensino Secundário representou um marco relevante no processo de avaliação dos livros. A partir de abril de 1942 só poderiam ser aprovados os manuais que estivessem de acordo com as especificações dessa lei. Os livros escritos e submetidos antes desta data só seriam examinados pela comissão diante de requerimento submetido pelo autor.

Em um relatório encaminhado por Euclides Roxo a Capanema em 1944, aparecem algumas informações sobre como a comissão estava conduzindo a análise dos livros. Também transparece uma certa apreensão sobre a maneira de avaliar os livros que haviam sido submetidos antes da Lei Orgânica – devido à ausência de instruções metodológicas para esse fim, priorizando, assim, o exame dos manuais submetidos após a data em que essa lei foi decretada.

Nesse ano, a CNLD recebeu 384 livros para análise e foi capaz de avaliar 89 desses. No corpo desse relatório, constavam também informações sobre o desempenho das subcomissões. De acordo com Euclides Roxo, as subcomissões de Ciências Físicas e Naturais, Línguas Vivas e Matemática foram as mais eficientes no processo de avaliação. Segundo ele, se as outras subcomissões conseguissem seguir esse ritmo de trabalho, no dia 1 de janeiro de 1946, a CNLD conseguiria publicar a primeira lista contendo os livros aprovados. Dois meses depois, estabelecer-se-ia que só seriam aceitos os livros autorizados pelo Ministério da Educação. Fatos esses que não aconteceram.

Com o fim do Estado Novo, o governo reafirma o objetivo de avaliar os manuais escolares. O ministro interino Raul Leitão da Cunha sanciona dois novos decretos-lei ainda em 1945.

O Decreto-Lei nº 8.222/45 alterou o mecanismo de avaliação dos livros submetidos à análise pelos membros da CNLD. De acordo com o decreto, o processo de análise dos livros deveria agora ser realizado por dois avaliadores, um relator e um revisor. O prazo estabelecido, contado a partir da data de recebimento do livro, era de vinte dias para o relator e de cinco dias para o revisor. Os livros didáticos produzidos por membros da CNLD seriam avaliados por catedráticos<sup>79</sup> da área de estudos que

---

<sup>79</sup> Estes catedráticos seriam selecionados a partir de uma lista elaborada pelo CNE.

atuassem em escolas superiores oficiais, desde que não tivessem livros de sua autoria examinados por membros da CNLD.

O Decreto-Lei nº 8.460/45 reestruturou e consolidou as questões relativas à produção, importação e utilização do livro didático, corroborando, ao fim e ao cabo, com o Decreto-Lei nº 1.006/38 e incorporando algumas mudanças sancionadas por outros decretos ao longo desse período. O artigo 23 modifica a data de publicação das listas: em vez de serem divulgadas no início de cada ano, como previa o Decreto-Lei nº 1.006, passam a ser divulgadas semestralmente. A principal mudança presente nesse decreto-lei talvez seja a exclusão dos diretores do direito de escolha dos livros didáticos, ficando essa função apenas a cargo dos professores.

De acordo com Dassie (2012, p. 94), apesar do Decreto-Lei nº 8.460:

Reafirmar uma política centralizadora, encontra na gestão de Clemente Mariani no Ministério da Educação e Saúde ações que tentam sanar as dificuldades enfrentadas no processo que teve origem no ‘momento político no qual foi gerado o projeto do livro didático’ (Oliveira et al. 1984, p. 45), em 1938.

Em 11 de setembro de 1947, em entrevista cedida ao jornal *Folha da Manhã*, o ministro da Educação, Clemente Mariani, apresenta alguns esclarecimentos sobre as atribuições recorrentes no desenvolvimento dos trabalhos da CNLD. O trecho a seguir contém algumas considerações sobre a problemática relacionada à divulgação das listas.

A publicação dos resultados que a Comissão fosse desde logo apurando, a cada ano, depois de exame apenas de uma parte das obras ocorrentes, não teria sido medida de prudência e de justiça, pois daria preferência accidental a certos autores e editores, com prejuízo aos demais. Agora, porém, examinada como está, praticamente, a totalidade das obras, a lei deverá ser cumprida, na parte de “autorização de uso” nas escolas. Recomendei, por isso, que se fizesse a publicação da lista das obras que hajam logrado parecer favorável, e entre as quais os professores escolherão livremente as que tiverem de adotar, no próximo ano letivo. A publicação deverá ser feita desde já, segundo os pareceres da Comissão, ano por ano, desde que iniciou os seus trabalhos em 1941 (O LIVRO..., 1947, p. 2).

Com o término do Estado Novo, começam a surgir os debates sobre a implementação de uma nova Constituição<sup>80</sup>. Dentre as propostas mais significativas, estava a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). O esboço da LDB é apresentado por Clemente Mariani ao Congresso em 29 de outubro de 1948.

---

<sup>80</sup> Tal Constituição foi promulgada em 1946.

No texto dessa Constituição, aparecem propostas conflitantes com as ideias que vigoravam nos anos anteriores, como o processo de descentralização e democratização do ensino – o que provocou certo descontentamento nos responsáveis pela elaboração da política educacional durante o Estado Novo, principalmente para o deputado Gustavo Capanema, ministro da Educação no referido período. Ao que consta, as questões políticas representaram o principal entrave à votação do projeto no transcorrer dos anos 50. A LDB só é aprovada em 1961, após inúmeras modificações no texto original.

A Comissão Nacional do Livro Didático permaneceu em funcionamento durante as décadas de 1950 e 1960. A ineficiência na publicação das listas ao longo da década de 1940 não se repete na década seguinte. Pelo contrário, as listas apresentadas na pesquisa de Dassie (2012) indicam a continuidade nos trabalhos de publicação. Embora um volume significativo de listas tenha sido divulgado no decorrer dos anos 50, nessa década, a CNLD apresenta um comportamento retraído em seu funcionamento, com a ausência de normas, decretos e portarias regulando e aprimorando o funcionamento da comissão.

Paralelamente a essa situação, aumentam as críticas e os questionamentos provenientes dos grupos pertencentes às Faculdades de Filosofia e ao INEP<sup>81</sup> (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). O caráter dessas críticas quase sempre estava associado à normatização dos assuntos presentes nos livros didáticos.

Nesse momento, as primeiras consequências do processo de democratização do ensino começam a surgir e desencadeiam uma série de acontecimentos favoráveis ao surgimento de projetos destinados à melhoria do sistema educacional.

A redemocratização do ensino aumentou extraordinariamente o número de alunos e de escolas. Devido ao crescimento no número de consumidores dos manuais,

---

<sup>81</sup> O INEP foi criado por lei, no dia 13 de janeiro de 1937, sendo chamado inicialmente de Instituto Nacional de Pedagogia. No ano seguinte, o órgão iniciou seus trabalhos com a publicação do Decreto-Lei nº 580, regulamentando a organização e a estrutura da instituição e modificando sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Foi nomeado para o cargo de diretor-geral do órgão o professor Lourenço Filho. Segundo o Decreto-Lei, cabia ao INEP "organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos". Também cabia ao INEP participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

Em 1952, assumiu a direção do Instituto o professor Anísio Teixeira, que passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa (Fonte: <http://portal.inep.gov.br/institucional-historia>, acesso em: 09/03/2016).



ocorre também um aumento volumoso no número de obras<sup>82</sup> para atender a esse mercado (Soares, 1996, p. 58). Essas obras, por sua vez, deveriam contribuir para reformulação do ensino. Por isso, era imprescindível que elas fossem avaliadas a partir de uma nova perspectiva (Filgueiras, 2011, p. 140).

Diante desse panorama, alguns projetos subordinados ao INEP foram elaborados visando à melhoria do sistema educacional como um todo, o foco não ficou restrito somente à questão do livro didático. A Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), a Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (CILEME), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs) representam as principais iniciativas com esse fim. Abaixo segue uma breve descrição das finalidades com que cada um desses projetos foram elaborados.

A Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) foi instituída em 1952 por Anísio Teixeira, com a finalidade de desenvolver, para os professores, guias de ensino das matérias escolares e de analisar os programas de ensino e os livros didáticos em circulação nas instituições de ensino básico de todo o Brasil, visando à produção de guias mais adequados às novas demandas educacionais.

A CALDEME constituiu um importante projeto tanto no âmbito da pesquisa quanto da produção de material didático ao longo dos anos 1950, exercendo uma importante influência nas novas propostas pedagógicas. Na pesquisa de Filgueiras (2011b, p.4), é possível observar mais algumas de suas atribuições:

[...] Traduzir livros de grande importância para a educação, publicar livros inéditos de autores brasileiros, realizar estudos sobre materiais didáticos destinados ao ensino de Ciências, adquirir coleções de livros nacionais e estrangeiros considerados valiosos para as discussões sobre educação e avaliar os livros didáticos e programas das disciplinas do ensino secundário.

A CILEME foi criada em 26 de março de 1953, por meio da Portaria Ministerial nº 160, com a finalidade de coletar informações e de analisar as instituições de ensino

---

<sup>82</sup> O aumento expressivo na quantidade de livros didáticos produzidos não é exclusivo apenas dos níveis primário e secundário de ensino. De acordo com Batista (2002, p. 559), o grupo de docentes na década de 1960 também estava em processo de expansão. No ano de 1959, o número de professores de nível médio chegava aos 67 mil, em 1963, esse número ultrapassava os 100 mil. Esses novos professores, consumidores dos livros didáticos, eram, em sua maior parte, jovens adultos, formados nas Faculdades de Filosofia ou nas Escolas Normais. Originam-se, predominantemente, das parcelas inferiores e intermediárias das classes médias.

públicas e particulares dos níveis primário, secundário, industrial, comercial e normal dos estados brasileiros, lançando um olhar sobre as questões internas das escolas, seus conteúdos, métodos e resultados. A pesquisa de planejamento educacional deveria se adequar, sobretudo, às particularidades de cada estado.

Em 28 de dezembro de 1955, a CALDEME foi absorvida pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais<sup>83</sup> (CBPE), no Rio de Janeiro, e a CILEME foi substituída pelos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPEs), em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O CBPE iniciou suas atividades em 1955, na capital federal, Rio de Janeiro. No ano seguinte, os CRPEs começaram a se mobilizar nos respectivos estados. O funcionamento desses órgãos baseou-se no princípio de descentralização administrativa da educação. Essas instituições propunham o conhecimento acerca da realidade regional e dos fenômenos socioeconômicos, como mecanismos de intervenção nas políticas públicas, promovendo a melhoria da educação a partir das exigências a que se destinam. De acordo com (Ferreira, M. S., 2008, p. 289), os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP pretendiam ainda:

Promover a realização de estudos científicos acerca da temática educacional, pela utilização do instrumental teórico e metodológico oferecido pelas ciências sociais, cujos resultados pudessem ser utilizados como subsídio à introdução de modificações abrangentes nos sistemas de ensino e em seus métodos, de forma que a educação pudesse ser tomada como um *fator social construtivo* nos processos de desenvolvimento e democratização da sociedade brasileira, que estavam ocorrendo em diferentes ritmos, nas diversas regiões do país, naquele momento histórico (Ferreira, M. S., 2008, p. 289).

A atuação dos Centros de Pesquisas Educacionais, no período compreendido entre 1955 e 1961, ocorreu no âmbito da elaboração de pesquisas destinadas à compreensão das relações que se estabeleciam nas grandes cidades e no interior, entre a educação e o meio social na qual as mudanças se processavam. Esses órgãos tiveram uma participação ativa nas questões educacionais.

O mais conhecido deles talvez tenha sido a fase final da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Congresso Nacional, na qual houve o lançamento do manifesto *Mais uma vez convocados*<sup>84</sup> e a organização

---

<sup>83</sup> Por meio do Decreto nº 38.460.

<sup>84</sup> O manifesto dos educadores “Mais uma vez convocados”, reafirmação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, de 1932, veio à luz em 1 de julho de 1959. Redigido novamente por

da Campanha em Defesa da Escola Pública, eventos nos quais diversos intelectuais vinculados direta ou indiretamente aos centros marcaram presença, atuando nos embates travados contra o grupo chamado “privatista”. A Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo<sup>85</sup> (CNEA) também foi realizada nesse período, sob coordenação do sociólogo João Roberto Moreira, e mantinha seu Setor de Estudos e Levantamentos funcionando junto à Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do CBPE, ambos sob a direção do antropólogo Darcy Ribeiro (ibid).

Pelo menos até o final da década de 1950, esses projetos foram capazes de proporcionar uma reflexão a respeito das intervenções necessárias no ensino e no desenvolvimento econômico e social do país.

A partir de 1961, houve um afastamento voluntário de inúmeros profissionais ligados aos Centros de Pesquisas Educacionais, momento em que os pesquisadores vinculados a tais órgãos passam a buscar outras formas de atuação, que transcendam o contexto escolar e interfiram nas causas responsáveis pelas desigualdades sociais existentes no país. Com a saída desses profissionais, os Centros de Pesquisas Educacionais alteraram significativamente a orientação de seus trabalhos, reduzindo também a participação nas questões político-educacionais.

Dotadas de propósitos muito mais radicais que as propostas de cunho reformista presentes no projeto institucional dos Centros de Pesquisas Educacionais do INEP, as atividades desenvolvidas por organizações voltadas à educação popular – como o Movimento de Cultura Popular, os Centros Populares de Cultura e o Movimento de Educação de Base – atraíram a atenção de diversos intelectuais e pesquisadores que nelas viam oportunidades de atuação política mais efetiva e contundente que aquela possibilitada por meio da educação escolar existente no país, à época (Ferreira, M. S., 2008, p. 290).

Embora, a partir de 1962, os Centros de Pesquisas Educacionais tenham deixado de atuar em novas pesquisas relacionando as ciências sociais à educação brasileira, eles continuaram existindo até a segunda metade da década de 1970, atuando em projetos

---

Fernando de Azevedo, contou com 189 assinaturas, entre as quais as de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto.

Resgatando o ideário liberal definido no “Manifesto dos Pioneiros”, o “Mais uma vez convocados” se posiciona contra o discurso da Igreja Católica sobre a “liberdade de ensino”. [...] O manifesto prossegue reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. Nele reaparece a proposta dos pioneiros da educação nova, de uma escola pública laica, obrigatória e gratuita (Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>, acesso em: 09/03/2016).

<sup>85</sup> Criada experimentalmente em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo funcionou como um programa dirigido à difusão da educação popular, na ocasião em que se iniciava no país um novo estágio da educação de adultos.

voltados para os aspectos internos de funcionamento e de administração escolar. Os temas comumente tratados pelos Centros de Pesquisas Educacionais nessa nova fase de funcionamento passaram a estar relacionados à economia da educação e ao rendimento escolar.

Em 1959, ocorre em Genebra, na Suíça, a XXII Conferência Internacional de Instrução Pública, organizada pela UNESCO<sup>86</sup>. Segundo Filgueiras (2011, p. 149), as recomendações apresentadas nessa conferência foram fundamentais para as políticas do livro didático adotadas no Brasil durante o regime do livro didático estabelecido na década de 1960.

Observando-se as recomendações presentes no relatório final emitido pela UNESCO, é possível identificar uma certa conformidade com a política do livro didático que estava tentando ser implementada no país. As recomendações presentes nesse relatório chamam a atenção para seis questões acerca do livro didático: elaboração, edição, distribuição e aquisição, colaboração internacional, escolha e questões de ordem didática.

A primeira metade da década de 1960 foi marcada por uma profunda mobilização social e política. A movimentação social é considerada como um dos momentos mais intensos e significativos que a luta de classes alcançou no país. Na política, o Plano Trienal de desenvolvimento econômico-social<sup>87</sup> e as reformas de base<sup>88</sup> representaram as principais ações executadas pelo governo João Goulart<sup>89</sup>.

No entanto, a implantação da Ditadura Militar em 1964 pôs fim às discussões existentes nos diversos setores da sociedade e no Congresso Nacional, interrompendo o importante momento político e social pelo qual o país estava passando, com a alteração ou, em alguns casos, a interrupção das reformas políticas e sociais em vigor.

---

<sup>86</sup> Abreviatura para United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization, em português: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A UNESCO foi fundada no dia 4 de novembro de 1946, com a finalidade de cooperar com a paz e a segurança, por meio da educação, ciência, cultura e comunicações.

<sup>87</sup> O Plano Trienal foi desenvolvido pela equipe chefiada pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado. O plano foi elaborado com o objetivo de controlar a inflação desenfreada e a deterioração do comércio externo. Com estas medidas o Ministério pretendia retomar a taxa de crescimento do PIB em vigor nos governos anteriores.

<sup>88</sup> As reformas de base começaram a ser discutidas ainda sob a presidência de Juscelino Kubitschek, no entanto, foi apenas no governo de João Goulart que essas medidas ganharam sustância. As reformas compreendiam a adoção de um conjunto de medidas bancárias, fiscais, administrativas, agrárias e universitárias. Além da extensão do direito de voto aos analfabetos e às patentes militares subalternas.

<sup>89</sup> João Goulart atuou como vice-presidente do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de Jânio Quadros. Com a Renúncia de Jango em agosto de 1961, João Goulart assume o governo, permanecendo na Presidência da República até a execução do golpe militar, em março de 1964.

As agremiações estudantis, sindicatos e partidos políticos foram alvos de repressão e perseguição. Os partidos políticos foram dissolvidos e dois novos partidos foram instaurados: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O primeiro representava os militares, o segundo representava a oposição, de certa forma controlada. A lei de segurança nacional se intensificou. A liberdade de expressão foi suprimida por meio da censura aos meios de comunicação e das manifestações artísticas.

Próximo à eclosão do Golpe Militar, foi promulgado o Decreto nº 53.583/64, designando ao Ministério da Educação e Cultura a responsabilidade de editar os “livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, para distribuição gratuita e venda a preço de custo”, os livros didáticos editados pelo MEC deveriam ser “obrigatoriamente incluídos pelos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, entre os que forem selecionados para as diferentes disciplinas e séries”.

Em 16 de junho de 1966, foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), sob a nomenclatura inicial de Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático. Esse órgão tinha a proposta de desenvolver um trabalho colaborativo com a Aliança para o Progresso<sup>90</sup>, a partir do gerenciamento e distribuição de recursos reservados para o financiamento de projetos do livro escolar e do livro técnico. No entanto, no dia 4 de outubro do mesmo ano, é promulgado o Decreto nº 59.355/66<sup>91</sup> alterando a sua nomenclatura e atribuições. De acordo com esse decreto, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático teria a finalidade de “incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” (BRASIL, 1966).

O Decreto nº 59.355/66 estabelecia ainda o cumprimento de algumas exigências para garantir o atendimento de suas finalidades, a começar pela elaboração anual do plano de trabalho e distribuição de recursos, que incluía: a) a análise de projetos submetidos; b) a atuação conjunta com órgãos públicos ou particulares com propósitos similares – em especial com o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL) –; c) a

---

<sup>90</sup> A Aliança para o Progresso representou um amplo programa financiado pelos Estados Unidos e por diversos países europeus para alavancar o desenvolvimento econômico e social dos países pertencentes à América Latina, ao mesmo tempo que pretendia conter o avanço do socialismo nesse continente. A aliança foi firmada entre todos os países, exceto por Cuba, o verdadeiro alvo das negociações.

<sup>91</sup> Esse decreto foi criado tendo em vista o não cumprimento das finalidades almejadas pelo Decreto nº 58.653, de 16 de junho de 1966.

autorização de convênios com “autores, tradutores, editores, gráficos, distribuidores e livreiros”; d) a autorização para liberação de auxílios; e) a definição de diretrizes para elaboração do “programa editorial e planos de ação do Ministério da Educação e Cultura”.

Uma parcela significativa da verba empregada pela COLTED no financiamento da produção de livros didáticos teve origem no convênio internacional estabelecido entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). O acordo MEC/USAID pretendia criar um número considerável de bibliotecas escolares, estruturar as bibliotecas já existentes e fornecer gratuitamente aos alunos os livros de sua necessidade.

Os contratos estabelecidos entre o convênio MEC/USAID e as casas editoras do país parecem ter sido o passo fundamental para pôr em prática esse planejamento. Eles estabeleceram o aumento da oferta de livros para os ensinos primário, médio<sup>92</sup> e superior, o que era extremamente vantajoso para a indústria editorial, por proporcionar a ampliação na produção de livros didáticos e técnicos.

O MEC, por intermédio da COLTED, tinha a incumbência de realizar um trabalho de análise e verificação dos livros destinados aos três níveis de ensino, visando à melhoria dos manuais já existentes ou, se necessário, a adoção de novos títulos.

Embora promissor, o projeto elaborado pela COLTED enfrentou graves problemas de corrupção durante o funcionamento. O programa contava com grande fartura de recursos financeiros provenientes do convênio MEC/USAID, ao contrário dos projetos anteriores, que sempre contaram com uma quantidade bastante limitada de recursos. A abundância de recursos agilizou consideravelmente a execução dos mecanismos durante o processo de autorização dos acordos editoriais, gerando inúmeros escândalos de corrupção. Segundo Oliveira et al. (1984, p. 55):

Não faltou imaginação e não foram modestos os resultados favoráveis a grandes editoras e, mesmo, a firmas distribuidoras. Ganhava-se de todo o lado. Acelerava-se a produção de livros, a diversificação de livros e criava-se toda uma estratégia de atuação junto às Secretarias de Educação para que tais e quais livros entrassem na lista de recomendações para futura seleção pelo MEC.

---

<sup>92</sup> O ensino médio compreendia o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores). Essa designação era comumente empregada em decretos, portarias ministeriais e resoluções.

As irregularidades abarcavam as diferentes empresas contratadas para prestação de serviços, indo desde as editoras – responsáveis pela produção dos manuais – até as transportadoras – encarregadas de distribuir os livros às escolas. Por trás da “inovação” desenfreada dos livros didáticos, estava o mecanismo fraudulento, normalmente empregado pelas editoras, com a mudança da feição gráfica e do número de edição, mas com a ocorrência dos mesmos problemas didáticos.

Em se tratando das transportadoras, um episódio ganhou bastante destaque na época, quando catálogos telefônicos foram encontrados nas inúmeras caixas de livros, um artifício utilizado pela transportadora para aumentar o peso e a quantidade de material a ser distribuído.

No dia 5 de março de 1971, Jarbas Passarinho, ministro da Educação, instituiu por intermédio da Portaria Ministerial nº 6, a Comissão de Inquérito incumbida de investigar as irregularidades existentes na COLTED. Em julho do mesmo ano, o decreto responsável pela criação da COLTED é revogado, deslocando para o INL<sup>93</sup> todo o pessoal e infraestrutura pertencentes à COLTED.

Embora as iniciativas pensadas para a educação brasileira durante as décadas de 1950 e 1960 não correspondam aos objetos de estudo dessa pesquisa, a atuação desses projetos é fundamental para compreensão do funcionamento da CNLD no decorrer dessas duas décadas. Por esses projetos estarem subordinados ao INEP, dirigido por Anísio Teixeira<sup>94</sup>, inevitavelmente estavam vinculados aos ideais renovadores da época.

---

<sup>93</sup> O Instituto Nacional do Livro foi criado em dezembro de 1937 por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema. Estavam previstas como suas atribuições a edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas. Para os formuladores da política cultural da década de 1930, a organização de uma enciclopédia e um dicionário da língua portuguesa parecia fundamental à própria existência cultural do país. Já as bibliotecas, na definição de Capanema, eram necessárias por serem “centros de formação da personalidade, de compreensão do mundo, de auto-educação, enfim, centros de cultura”. Até 1945 não foram concluídos nem o dicionário nem a enciclopédia brasileira, mas o número de bibliotecas públicas, principalmente nos estados menos prósperos do país, cresceu muito graças ao apoio do INL, que as auxiliava na dispendiosa tarefa de constituição de acervo e capacitação técnica (Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/INL>, acesso em: 16/03/2016).

<sup>94</sup> Anísio Spínola Teixeira nasceu na cidade de Caetité, Bahia, no ano de 1900, onde teve a oportunidade de cursar todo o Ensino Básico nas escolas jesuítas. Em 1922 obteve o título de Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1929, adquiriu o título de Master of Arts pelo Teachers College da Columbia University, em Nova York – local em que adquiriu grande influência das ideias pedagógicas de John Dewey, de quem foi aluno. Em seu retorno ao Brasil procurou divulgar os ideais adquiridos com Dewey, durante sua atuação no movimento da Escola Nova, cujo princípio focava no desenvolvimento intelectual e na capacidade de julgamento, em oposição aos métodos de memorização. Em 1932, integrou o grupo de signatários no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo o ensino público, gratuito, laico e

Os estudos desenvolvidos pela CALDEME manifestaram o descontentamento com a situação educacional do país, que se refletia nas críticas<sup>95</sup> aos programas oficiais, aos exames e provas, à fiscalização federal e, principalmente, às avaliações dos manuais pela CNLD.

Segundo essas críticas, as imposições estabelecidas pela legislação visavam a produção de um modelo padrão de livro didático. Com o receio de não ter suas obras aprovadas, os autores buscavam seguir à risca esse padrão. Dessa forma, o funcionamento da CNLD inibia a atuação criativa dos autores e dos editores de livros didáticos, servindo apenas para garantir o cumprimento dos programas oficiais. A criação da CALDEME constituía uma estratégia para propor novas soluções para a questão dos manuais escolares. Na verdade, tratava-se de uma tática implementada dentro do próprio aparelho estatal para burlar a CNLD.

Durante boa parte de sua existência, a CNLD foi considerada pelos educadores ligados a modernização do ensino como um órgão ineficaz, que representava um entrave a evolução do sistema educacional e que servia apenas para influenciar negativamente autores e editores a seguirem os programas oficiais. O pensamento predominante entre os educadores a partir da década de 1950 sugeria uma mudança nas finalidades de funcionamento da comissão. Segundo esses educadores, a CNLD poderia atuar como uma espécie de órgão consultivo, responsável por elaborar uma descrição das obras submetidas, indicando as mais adequadas.

No ano de 1963, ocorre mais um acontecimento desfavorável à atuação da CNLD. Em uma consulta realizada pela presidente da comissão, Lúcia Magalhães, ao Conselho Federal de Educação (CFE) sobre a situação e as atribuições do órgão – tendo em vista a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61. Almeida Jr., relator do parecer emitido pelo CFE, considerou incompatível o Decreto-Lei nº 8.460/45 e o funcionamento de uma comissão censora de âmbito nacional com a Constituição Federal de 1946 e com a

---

obrigatório. Ocupou importantes cargos públicos, com destaque para a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, onde criou o Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), que segundo Ferreira, M. S. (2008, p. 289) representou uma importante experiência local para o que mais tarde empreenderia, em âmbito nacional, no INEP e nos Centros de Pesquisas Educacionais. Atuou ativamente na Associação Brasileira de Educação (ABE), criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), assumiu em 1946 o cargo de Conselheiro de Ensino Superior da UNESCO e foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília em 1961, tornando-se seu reitor dois anos mais tarde. Anísio Teixeira é considerado, ainda hoje, um dos mais importantes educadores brasileiros, por todas as suas contribuições e por difundir ideias situadas muito a frente do seu tempo.

<sup>95</sup> Apesar de a CALDEME estar vinculada ao CBPE e ao INEP, duas instituições pertencentes ao governo federal, ainda assim criticava a política educacional desenvolvida pelo governo.



LDB de 1961, visto que ambas restabeleceram e ampliaram a autonomia das unidades federais.

O relator questionava a legislação centralizadora do livro didático, justificando a necessidade de uma política descentralizada que possibilitasse a autonomia dos estados na definição de suas políticas para a educação. Argumentava que cada estado deveria ter poder para aprovar ou recusar os manuais oferecidos às suas escolas e concluía afirmando que caberia aos estados e não ao poder Federal, legislar sobre os livros didáticos (Filgueiras, 2011, p. 151).

As medidas adotadas pelo MEC não tardaram a ser tomadas. Ainda em 1963, o órgão estabeleceu, por intermédio da Portaria nº 373, que todos os manuais destinados ao primeiro ou segundo ciclo do ensino médio deveriam seguir os programas oficiais das disciplinas determinados pelo Conselho Federal de Educação ou pelos Conselhos Estaduais.

A discussão envolvendo a implementação de novos projetos para solucionar o problema do livro didático perdurou até 1966, quando o governo da Ditadura Militar instituiu a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

Mesmo funcionando de forma reduzida, diante de tantas críticas quanto a sua eficiência e legitimidade, a CNLD continuou existindo durante todo esse período, até ser extinta, em 27 de outubro de 1969, pela Portaria Ministerial nº 594.

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 11 do Decreto nº 63.946, de 30 de dezembro de 1968, resolve:

Nº 594 — Extinguir a Comissão Nacional do Livro Didático, criada pelo Decreto-lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945 e também a função gratificada, símbolo 5.F, de Secretária da mesma Comissão, determinando que o Departamento de Administração providencie sobre o destino do acervo e do pessoal da referida Comissão (BRASIL, 1969).

Embora a portaria Ministerial nº 594 tenha confiado ao Departamento de Administração decidir sobre o destino do acervo, atualmente, o MEC não dispõe de um setor responsável por preservar a memória do ministério. Portanto, não é capaz de fornecer informações sobre a localização do acervo, ou, mesmo, se ele ainda existe.

#### 4.12 O choque de competências

Mesmo com a criação da Comissão Nacional do Livro didático em 1939 e a determinação de que nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias do país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde, a partir do dia 1º de janeiro de 1940, algumas comissões atuaram paralelamente nas unidades federativas desempenhando as mesmas competências previstas única e exclusivamente para a CNLD, como foi o caso da Comissão de Livros – instituída pelo prefeito Henrique Dodsworth em 1939, no Distrito Federal e da Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares (CELUDE) – Instituída em 1951, pelo governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez.

Os documentos encontrados durante a realização do estudo mostram que essas iniciativas não se restringiram apenas ao Rio de Janeiro e a São Paulo, como ilustra, por exemplo, a folha de rosto do livro *Aritmética elementar ilustrada*, de Antônio Trajano, apresentada nas páginas seguintes.

A decisão de pesquisar sobre as comissões que atuaram no Rio de Janeiro e em São Paulo diz respeito, sobretudo, ao grau de importância dessas duas unidades federativas para o país. O município do Rio de Janeiro foi a capital federal do Brasil no período de 1891 a 1960, ano em que foi inaugurada a nova capital do país, Brasília. Enquanto o estado de São Paulo era, e ainda é, considerado o mais populoso do país e o grande motor da economia brasileira.

Os livros didáticos autorizados por essas iniciativas passaram a exibir na capa ou página de rosto o registro de aprovação dos departamentos de educação de São Paulo e do Distrito Federal. Em alguns dos livros é possível identificar, inclusive, o registro de aprovação tanto das unidades federativas quanto da União.

Se por um lado os autores e editores eram obrigados a apresentar na capa ou folha de rosto as informações sobre a autorização do livro pelas comissões, por outro, o uso dessas informações também servia como uma importante propaganda do livro. As imagens a seguir apresentam alguns livros com esses registros:

# MIL PROBLEMAS

PARA OS NOSSOS DISCIPULOS

DE ACÔRDO COM O PROGRAMA DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

DO

DISTRITO FEDERAL

---

ORGANIZADOS E RESOLVIDOS

POR

**JULIETA CAPANEMA**

Professora diretora de Escola, diplomada pela  
Escola Normal do Distrito Federal

---

**(1.088 PROBLEMAS RESOLVIDOS)**

---

Os problemas com (\*) são da mesma autoria, figuraram  
em um livro ora extinto; trabalho aprovado e mandado  
adotar pela Diretoria Geral de Instrução Pública do  
Distrito Federal e pelo Governo Federal.

---

RIO DE JANEIRO

**Figura 3** – Folha de rosto do livro *Mil problemas para os nossos discípulos*

OSVALDO SANGIORGI

Licenciado em Ciências Matemáticas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Professor do Instituto Feminino de Educação "Padre Anchieta". Professor de Geometria Analítica da Faculdade de Filosofia, da Universidade Mackenzie.

★

# MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

*para os*  
INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO  
E  
ESCOLAS NORMAIS

+

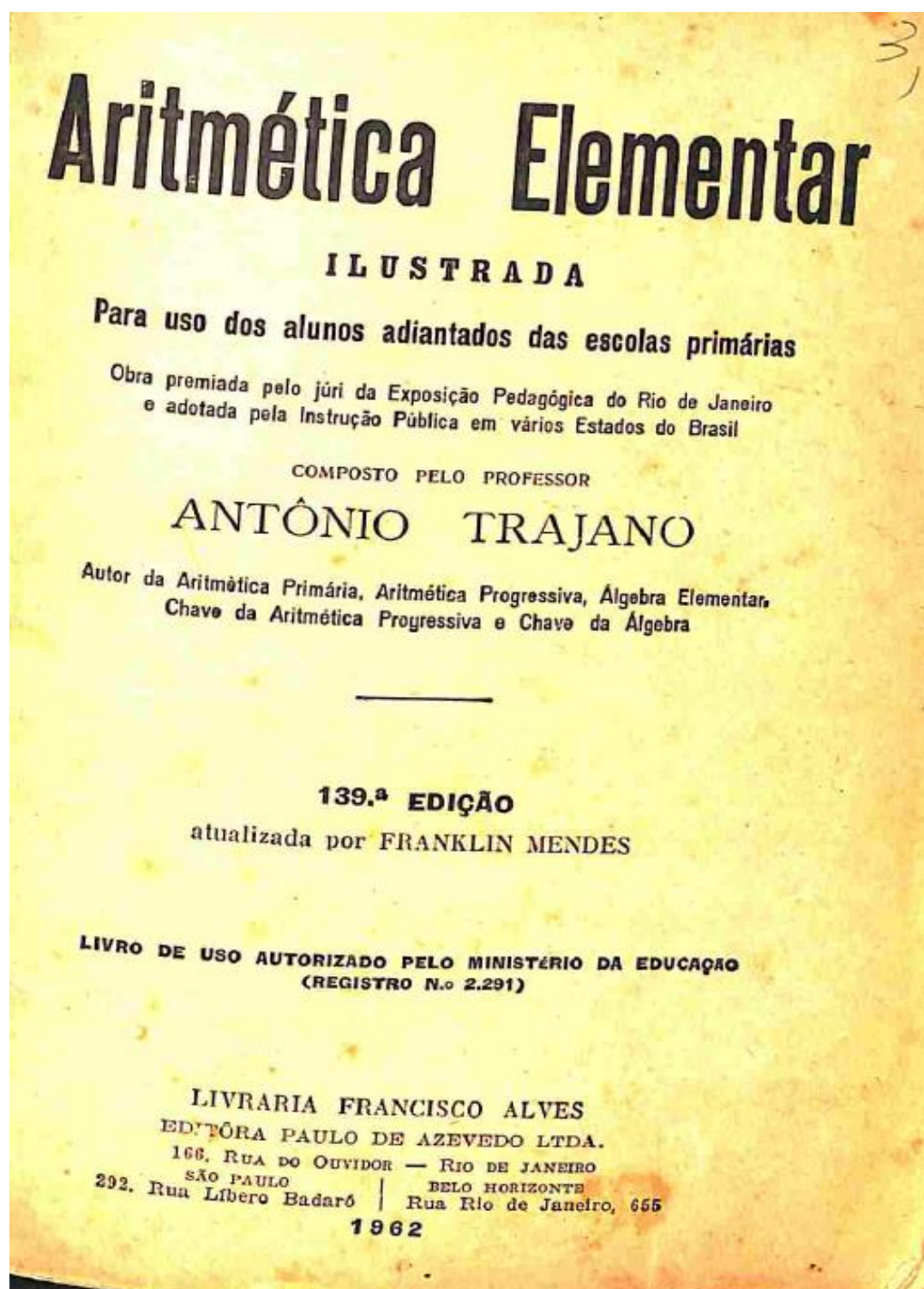
3.<sup>a</sup> EDIÇÃO

De acordo com os novos programas, conforme  
Portaria N.º 49, de 4/12/54, do Diretor Geral  
do Dep. de Educação do Estado de São Paulo.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
SÃO PAULO

**Figura 4** – Folha de rosto do livro *Matemática e Estatística*.





**Figura 5** – Folha de rosto do livro *Aritmética elementar ilustrada*.

Os dois capítulos seguintes são destinados a tratar das comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo e do choque de competências existente entre elas e a comissão nacional.

## 5 AS COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NO RIO DE JANEIRO

### 5.1 A criação da Comissão de Livros

A Comissão de Livros do Distrito Federal foi instituída em 10 de abril de 1939, conforme nota publicada no jornal *A Noite*:

Sob a presidência do prefeito Henrique Dodsworth, instala-se hoje a comissão especial dos livros escolares. Nessa reunião assentar-se-ão providencias preliminares no sentido de coibir a adoção ou a disseminação nas escolas de obras que sejam consideradas nocivas à formação espiritual da juventude.

A Prefeitura julga indispensável a cooperação nessa tarefa de outros setores da administração, assim como do Exército, por suas fontes informativas e da Polícia do Distrito Federal, e daí o convite que dirigiu ao general Pedro Cavalcanti, diretor do Ensino Militar, e ao capitão Filinto Muller, para que compareçam à reunião de hoje.

A reunião está marcada para às 14 horas e será efetuada na Secretaria de Educação, edifício da antiga Câmara Municipal. (*A Noite*, 10-04-1939, Primeiro Caderno, p. 1)<sup>96</sup>.

Há, nos documentos do acervo pessoal de Gustavo Capanema localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, uma carta destinada a Henrique Dodsworth, então prefeito do Distrito Federal, ponderando sobre a criação dessa comissão diante da existência da Comissão Nacional do Livro Didático, criada anteriormente, para regulamentar a circulação de livros em todo país.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1939

Li, na *Noite* de ontem, que você constituiu uma comissão para tratar dos livros escolares. Pensei logo falar-lhe pelo telefone oficial, mas não consegui. Escrevo-lhe, por isto, esta carta.

A meu ver essa comissão não deve funcionar. Peço a sua atenção para o decreto-lei n. 1006, de 30 de dezembro próximo passado. Aí está fixado, de maneira plena e precisa, o regime do livro didático em todo o país. Destaco, dentre os preceitos decretados, os seguintes:

a) A partir de 1 de janeiro de 1940, nenhum livro poderá ser adotado nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias da Republica sem que tenha obtido prévia autorização do Ministério da Educação.

---

<sup>96</sup> Esta informação foi localizada no acervo da Biblioteca Nacional, disponível para consulta em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

b) Os livros autorizados pelo Ministério da Educação não poderão sofrer nenhuma restrição, nem mesmo a que decorrer de preferência, por parte dos governos locais.

O citado decreto criou a Comissão Nacional do Livro Didático, como um órgão de caráter permanente do Ministério da Educação. Constituiu-a de sete membros. Outro decreto-lei recente, de n. 1.177, de 29 de março próximo passado, determinou que, no corrente ano, sejam dezesseis membros daquela Comissão.

Estou, neste momento, finalizando a escolha de pessoal a ser nomeado. Espero mandar os decretos, nesta semana, ao Presidente, e instalar, na próxima, a Comissão.

Isto posto, pergunto ao meu amigo: Para que vai funcionar a comissão municipal? Com que atribuições? Com que objetivos?

Se eu tivesse tido conhecimento prévio de seu projeto, logo lhe teria ponderado estas coisas, as quais você certamente levará na devida conta, esclarecido como é.

Espero, pois, caro Prefeito, que você examine de novo o assunto, à vista dos termos incisivos do primeiro decreto-lei acima citado.

Creia no mais alto apreço e cordial estima de seu amigo,

Gustavo Capanema<sup>97</sup>

Nessa carta, Capanema destaca a criação da CNLD e sua atuação em âmbito nacional, contestando, portanto, o funcionamento de uma comissão local com significativa interseção de finalidades. Apesar de não ter sido encontrada resposta alguma para essa carta, acredita-se que ela exista. O fato, entretanto, é que a Comissão de Livros foi criada.

A primeira lista de livros aprovados por essa comissão foi localizada em 16 de setembro de 1939, referente aos trabalhos do mês de agosto. Provavelmente, essa seja a primeira lista. Segundo o próprio documento, essa lista é uma “Relação das obras aprovadas pela Comissão de Livros de acordo com as instruções do senhor Secretário Geral de Educação e Cultura, baixadas em 18 de julho de 1939” (Brasil, 1939, p. 13). Anexadas a ela, encontram-se as “Instruções que orientaram os trabalhos da Comissão” (ibid), expostos adiante:

Para cumprimento do que dispõe o decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Faço baixar as seguintes instruções para orientação das atividades da Comissão de Livros:

#### I – Aprovação de livros

No julgamento de cada obra, devem ser mencionados os motivos precisos da decisão concluindo pela outorga ou recusa da autorização de seu uso.

---

<sup>97</sup> Cópia de carta enviada ao prefeito do Distrito Federal Henrique Dodsworth, em 11 de abril de 1939. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 760/1, 760/2; CPDOC – FGV – RJ.

De cada livro, cujo uso for autorizado, fará a Comissão um registro especial devidamente numerado, de que constem todas as indicações a ele relativas, inclusive um sumário de sua matéria.

## II – Causas que impedem a aprovação de livros

Não poderá ser autorizado o uso do livro:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito, ou implícito, pregação ideológica ou concitação à violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da nação ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza ao pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento de superioridade ou inferioridade de uma região do país, com relação às demais;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, desperte ou favoreça o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combate as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

- Será negada aprovação do livro:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Aos livros didáticos, escritos na língua nacional, editados até 30 de dezembro de 1938, não será negada a autorização de uso pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Não será permitido a qualquer membro da Comissão de Livros requerer autorização para uso de obras de sua autoria.

Os membros da Comissão não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro (Brasil, 1939, p. 13).



Essas instruções correspondem a recortes dos artigos 9, 13, 17, 20, 21 e 23, presentes no Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, que institui a Comissão Nacional do Livro Didático. A partir da publicação dessas diretrizes, a Comissão de Livros manteve o ritmo de funcionamento dos seus trabalhos, com a avaliação das obras didáticas e a publicação das listas no Diário Oficial.

No dia 23 de fevereiro de 1940, dado o excessivo volume de livros a ser analisado em seu primeiro ano de funcionamento, o secretário geral, José Pio Borges de Castro, decide “excepcionalmente” solicitar a colaboração dos professores municipais na emissão de pareceres sobre determinados livros, como consta a nota publicada no Diário Oficial da União:

Srs. Professores:

A Comissão de Livros tem despendido notórios esforços no sentido de cumprir integralmente os encargos que lhe foram atribuídos. Para comprová-lo, bastará lembrar que, em poucos meses estudou 604 livros dos que lhe foram apresentados emitindo parecer sobre os mesmos. Sucedendo porém, que o número de obras submetidas à sua apreciação se eleva a 1.196, de maneira a se tornar impossível julgá-las todas antes do início do ano letivo de 1940. Fato que acarretaria prejuízos a autores, editores e ao próprio ensino, o presidente da aludida Comissão deliberou apelar para o valioso auxílio de professores, a que se tem dirigido pedindo-lhes parecer sobre determinados livros. Essa deliberação mostra a confiança, muito justificada, que inspiram os provectoros membros do magistério municipal, aos quais desejo levar o meu apelo para que não nos falem dentro do tempo escasso de que dispomos, com a sua solicitada e preciosa ajuda, que saberei devidamente apreciar (Brasil, 1940a, p. 27).

A Comissão de Livros teve um expressivo desempenho na avaliação dos manuais se comparada à CNLD. Em apenas oito meses de funcionamento, conseguiu avaliar mais de 635 livros didáticos – como informa outra nota publicada no Diário Oficial da União –, apresentando uma média superior a 80 livros avaliados por mês. A CNLD, em contrapartida, tinha uma meta estimada em 40 livros mensais, segundo Euclides Roxo, um dos responsáveis por presidir a comissão.

Os argumentos apresentados por Gustavo Capanema em relação à criação da Comissão de Livros foram perdendo força, provavelmente, devido à lentidão dos trabalhos de avaliação e à consequente inadimplência na publicação das listas.

Diante desse panorama, a consolidação da Comissão de Livros ocorre em 30 de agosto de 1944, com a publicação do seu regulamento, que remete às orientações dispostas na legislação em vigor na Prefeitura do Distrito Federal e ao Decreto-Lei nº

1.006. A comissão seria composta por uma quantidade variável de membros<sup>98</sup>, dada em função do número de obras a serem julgadas em cada processo. Tais membros seriam designados pelo secretário geral de Educação e Cultura, presidente da comissão, que também teria a incumbência de eleger, dentre os membros, o secretário e o vice-presidente da comissão. As decisões provindas da comissão seriam publicadas mensalmente no Diário Oficial da União e, anualmente, em uma publicação envolvendo as ações do ano anterior.

Enquanto a Comissão Nacional do Livro Didático não exibia as listas com a relação dos livros aprovados, cabia à Comissão de Livros indicar as obras a serem adotadas nas instituições de ensino da Prefeitura do Distrito Federal, bem como das instituições subsidiadas, contratadas ou amparadas tecnicamente por ela. Além disso, a seleção dos livros didáticos inclusos no acervo das bibliotecas escolares da prefeitura constituía mais um encargo da Comissão de Livros.

Em seus artigos 6 e 7, o regulamento institui um sistema de avaliação prévia dos livros<sup>99</sup>, impedindo que os não autorizados pela comissão fossem adotados nos estabelecimentos de ensino, cursos ou bibliotecas escolares a partir de 30 de agosto de 1944. O regulamento que orienta as decisões da Comissão de Livros busca exercer um amplo controle sobre as obras adotadas nas instituições de ensino, sejam as que figuram nas bibliotecas escolares ou aquelas destinadas às classes.

A lista contendo a relação dos livros selecionados pela instituição de ensino deveria ser encaminhada pelo diretor da instituição, no início de cada ano letivo, mediante a observação da relação oficial das obras de uso autorizado pela comissão. Essa condição também deveria ser cumprida pelas bibliotecas escolares durante o processo de seleção das obras a serem incorporadas a seu acervo. Em alguns casos, a Comissão de Livros poderia promover a indicação de algumas obras consideradas importantes para figurarem nas prateleiras das bibliotecas.

O funcionamento da Comissão de Livros a partir da divulgação do seu regulamento, em 1944, teve curta duração, já que, em 1945, ocorre sua extinção e a criação do Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos da Prefeitura do Distrito Federal.

---

<sup>98</sup> Dela seria obrigatoriamente integrante o Chefe do Serviço de Bibliotecas.

<sup>99</sup> O julgamento da comissão referir-se-á sempre à edição do livro que for indicada (Art. 9º).

## 5.2 A criação do Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos

Por intermédio da Resolução nº 7, o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos da Prefeitura do Distrito Federal é instituído em 7 de março de 1945, por Jonas Correia, secretário geral de Educação e Cultura, sob a autorização do então prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth.

Estava incluso no rol de suas competências examinar os livros didáticos que lhe fossem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário ao seu uso nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura do Distrito Federal, nas bibliotecas escolares e nas escolas subvencionadas ou tecnicamente amparadas por ela.

Para compor o Setor de Pareceres, o diretor do Centro de Pesquisas Educacionais<sup>100</sup> deveria selecionar os funcionários em exercício nos diversos serviços do órgão, sem causar prejuízos às funções exercidas anteriormente. Essa designação era feita pensando-se, principalmente, na especialização dos funcionários sobre o assunto. Nos casos em que fosse necessária a audiência de especialistas na matéria, professores externos ao Centro de Pesquisas Educacionais poderiam ser convidados para fornecer o parecer. No controle de todo o processo, estava o secretário geral de Educação e Cultura, a figura responsável por aprovar as decisões do diretor.

O Setor de Pareceres funcionou de maneira análoga à Comissão de Livros. De fato, os dois órgãos tinham exatamente a mesma finalidade – talvez por ambos adotarem, no exame dos livros, o disposto na legislação vigente na Prefeitura do Distrito Federal e no Decreto-Lei no 1.006, que instituiu a CNLD. Para efeito de reflexão, vale acompanhar a transcrição de um trecho da Resolução nº 7, que institui e regula o Setor de Pareceres quanto à autorização de uso do livro didático:

---

<sup>100</sup> O Centro de Pesquisas Educacionais (CPE) fundado por intermédio do Decreto 4.389, de 8 de novembro de 1933, originalmente sob a nomenclatura de Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), foi criado por Anísio Teixeira, com o propósito de projetar neste órgão um “trabalho de investigação e formulação dos planos de trabalho para os professores, assim como dos programas, métodos e processos educacionais”. O objetivo primordial do IPE era desenvolver estudos que pudessem, junto com o Instituto de Educação, conjugar esforços “para dar continuidade entre o período de preparação do magistério e o da prática do trabalho escolar”. Mas, após a sua mudança de nomenclatura, em 1940, para Centro de Pesquisas Educacionais, sofre um processo de reformulação e perde sua ideologia. Alguns anos mais tarde, o IPE é submetido a outro processo de reestruturação, voltando a utilizar sua nomenclatura original. Contudo, sua proposta de trabalho se restringe a direcionar o acesso dos alunos à escola pública elementar e ao ensino secundário.

5 – Não poderá ser autorizado o uso do livro:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência e a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou concitação à violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, às autoridades constituídas ou às instituições nacionais;
- d) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza ao pessimismo quanto ao destino da Pátria brasileira;
- e) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade de uma região do país, com relação às demais;
- f) que incite ódio contra raças e nações estrangeiras;
- g) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- h) que procure destruir sentimentos religiosos ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- i) que atente contra a família, pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais.

6 – Será ainda negada a aprovação do livro:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa: pela incorreção gramatical, pelo emprego inconveniente ou abusivo de termos, expressões regionais ou da gíria e pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido sem observância dos preceitos fundamentais da pedagogia e das normas didáticas oficialmente adotadas;
- d) que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- e) que não traga por extenso o nome do autor ou autores;
- f) que não contenha a declaração do preço de venda (Brasil, 1945, p. 12).

Assim sendo, as causas que impedem a aprovação de livros pelo Setor de Pareceres são as mesmas adotadas pela Comissão de Livros, a menos que sejam levadas em consideração algumas alterações realizadas na estrutura de formação do texto e a ocorrência de um item a mais nas instruções que regulam a Comissão de Livros – a saber, o tópico k), que nega a autorização do livro “que inspire o desamor à virtude, desperte ou favoreça o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combate as legítimas prerrogativas da personalidade humana” (Brasil, 1939, p. 13).

Os itens 16 e 17 da Resolução nº 7 correspondem às únicas instruções relativas ao Setor de Pareceres que não possuem uma equivalência com a legislação da Comissão de Livros. O item 16 diz respeito à “organização de concursos periódicos de livros de história e contos infantis” (Brasil, 1945, p. 12). O item 17, enfeixando todo esse mecanismo de funcionamento presente na Resolução nº 7, extingue a Comissão de Livros em funcionamento na Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Em contrapartida, na documentação referente à Comissão de Livros, é possível observar três encargos que excedem as instruções do Setor de Pareceres. O primeiro deles é o item k), descrito anteriormente. Os outros dois correspondem aos artigos 10 e 11. O artigo 10 atribui ao diretor dos estabelecimentos de ensino ou cursos, no início de cada ano letivo, a responsabilidade de enviar à Comissão de Livros a listagem com os livros “a serem adotados nas classes” (ibid) e o artigo 11 impõe aos responsáveis pelas bibliotecas escolares a obrigação de manter uma organização homogênea em todas elas, tendo o direito de recorrer à comissão sempre que necessário.

A essa altura do texto, é preciso aprofundar um pouco mais a reflexão sobre as causas que levaram à extinção da Comissão de Livros e à criação do Setor de Pareceres. Para uma compreensão detalhada da hipótese formulada, faz-se necessário reiterar a sequência cronológica dos eventos.

Em 10 de abril de 1939, a Comissão de Livros é instituída. No dia seguinte, Henrique Dodsworth, prefeito do Distrito Federal, é comunicado por Gustavo Capanema da existência da Comissão Nacional do Livro Didático, informando sobre o Decreto-Lei nº 1.006 e posicionando-se contra o funcionamento da Comissão de Livros. A constatação de que as recomendações de Gustavo Capanema não foram atendidas ocorre em 16 de setembro de 1939, quando a comissão publica a primeira lista de livros aprovados de que se tem notícias, seguida pelas instruções que norteiam suas atividades.

Após alguns anos publicando as listas com os livros aprovados, a Comissão de Livros é consolidada com o anúncio do seu regulamento, em 30 de agosto de 1944, que reporta ao Decreto-Lei nº 1.006 e à legislação em vigor na Prefeitura do Distrito Federal. Em 7 de março de 1945, é publicada a Resolução nº 7, que institui o Setor de Pareceres no Centro de Pesquisas Educacionais e extingue a Comissão de Livros.

Um raio-X da estrutura presente na Comissão de Livros e no Setor de Pareceres revela a existência da mesma legislação presente na Comissão Nacional do Livro Didático, fato que não constitui uma surpresa, uma vez que as instruções que regulam esses dois órgãos recorrem ao Decreto-Lei nº 1.006, que institui a CNLD. Entretanto, a reprodução feita pelo Setor de Pareceres da documentação da Comissão de Livros, desperta maior atenção.

Qual seria a intenção da Secretaria Geral de Educação e Cultura ao extinguir a Comissão de Livros e instituir outro órgão, com idêntica finalidade, no interior do Centro de Pesquisas Educacionais? A resposta para essa questão pode estar na carta enviada por Gustavo Capanema a Henrique Dodsworth, reproduzida anteriormente.

Nesse documento, Capanema apresenta uma visão contrária ao funcionamento da comissão, por ter sido estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.006 o “regime do livro didático” em todo território nacional. Dentre os preceitos presentes no decreto-lei, Capanema destaca que:

a) A partir de 1 de janeiro de 1940, nenhum livro poderá ser adotado nas escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias da Republica sem que tenha obtido prévia autorização do Ministério da Educação.

**b) Os livros autorizados pelo Ministério da Educação não poderão sofrer nenhuma restrição, nem mesmo a que decorrer de preferência, por parte dos governos locais<sup>101</sup> (grifo nosso).**

No período compreendido pelo Estado Novo, os livros didáticos tornaram-se, potencialmente, bons instrumentos para a veiculação do ideal nacionalista de Vargas. A expedição, em 20 de agosto de 1944, da regulamentação da Comissão de Livros pelo secretário geral de Educação e Cultura, Jonas Correia, teoricamente, traria contribuições para a melhoria do funcionamento da comissão . Entretanto, a publicação da regulamentação parece ter causado um efeito inverso devido às ações centralizadoras em vigor pelo Decreto-Lei nº 1.006, desencadeando um processo que culminou em sua extinção alguns meses depois, em 7 de março de 1945.

O primeiro artigo presente no regulamento da Comissão de Livros parece não levar em consideração os preceitos destacados pelo ministro Gustavo Capanema, cinco anos antes.

Art. 1º A Comissão de Livros tem por finalidades:

a) proceder à escolha de livros que devam figurar nas bibliotecas escolares da Prefeitura do Distrito Federal;

b) promover a indicação dos livros didáticos a serem adotados nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura do Distrito Federal, naqueles subvencionados com os quais a Prefeitura mantenha contratos e nos demais assistidos tecnicamente pela Prefeitura, enquanto não se publicarem as relações oficiais da Comissão Nacional do Livro Didático (Brasil, 1944, p. 11).

É notório o choque de competências entre o artigo primeiro, que evidencia as finalidades da comissão, e as disposições presentes no Decreto-Lei nº 1.006, destacado por Capanema. Acredita-se que a criação do Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos

---

<sup>101</sup> Cópia de carta enviada ao prefeito do Distrito Federal Henrique Dodsworth, em 11 de abril de 1939. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 760/1, 760/2; CPDOC – FGV – RJ.

no interior do Centro de Pesquisas Educacionais tenha representado uma manobra da Secretaria Geral de Educação e Cultura para driblar o controle exercido pelo Ministério da Educação e Saúde sobre a iniciativa de avaliação de livros do Rio de Janeiro.

A reprodução praticamente integral da legislação referente à Comissão de Livros revela a verdadeira identidade do Setor de Pareceres. A principal hipótese associada à Comissão de Livros é a da sua transferência para o Centro de Pesquisas Educacionais sob um rótulo diferente, como Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos.

Ao que consta, pelas listas encontradas até o ano de 1951, o Setor de Pareceres mantém o mesmo volume de trabalho antes alcançado pela Comissão de Livros, com a realização das publicações mensais e anuais no Diário Oficial, como foi estabelecido pelo artigo 10, da Resolução nº 7, que o institui.

Embora as listas com os livros aprovados pelo Setor de Pareceres não tenham sido encontradas a partir de 16 de agosto de 1951, o órgão continuou funcionando até 8 de fevereiro de 1956, quando foi extinto pela Resolução nº 5, conforme publicação no Diário Oficial:

Considerando a existência de legislação específica, emanada da União, sobre a autorização de uso dos livros didáticos, da qual decorre a criação da Comissão Nacional do Livro Didático.

Considerando que, entre as atribuições desta Comissão, se inclui a de “examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso” na forma da legislação referida;

Considerando que a existência de órgão local com **idêntica finalidade** qual seja o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos do Instituto de Pesquisas Educacionais, significa flagrante **invasão de competência, em matéria que a lei atribui taxativamente ao órgão federal.**

E tendo em vista os termos do Parecer nº 250 de 1952 da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, resolve extinguir o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos, instituído pela Resolução nº 7, de 5 de março de 1945, no Instituto de Pesquisas Educacionais.

Distrito Federal, 6 de fevereiro de 1956 – Mario P. de Brito, Secretário Geral (Brasil, 1956, p. 9, grifos nossos).

Embora a Secretaria Geral de Educação e Cultura tenha sido notificada desde 1939 sobre a invasão de competência cometida pelas comissões do Rio de Janeiro, só após funcionar por quase 20 anos, examinando e proferindo julgamento à autorização de uso dos manuais, o secretário geral Mario P. de Brito decide acatar as orientações da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação e extinguir o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos.

O prefeito do Rio de Janeiro, Negrão de Lima, em resposta à Câmara Municipal sobre a existência de censura aos livros didáticos nas escolas atendidas pela municipalidade, divulgada no jornal *Diário Carioca* em 2 de dezembro de 1956, apresenta os devidos esclarecimentos para essa questão, destacando a extinção da Comissão de Livros e do Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos, na Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Em resposta ao requerimento formulado pela Câmara Municipal sobre a existência de censura nos livros destinados às crianças das escolas da municipalidade. Informou o prefeito Negrão de Lima que a Secretaria de Educação e Cultura extinguiu a Comissão de Livros que existia naquele órgão e bem assim o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos, tendo em vista a criação da Comissão do Livro Didático, de âmbito federal.

Não existe, assim, na Secretaria Geral de Educação e Cultura nenhuma comissão com atribuição de censura a livros didáticos.

Quanto à adoção de livros religiosos, explicou o Prefeito, utiliza a Secretaria o aprovado pela autoridade da Igreja Católica Apostólica Romana. Isto para os alunos adeptos daquela religião (*Diário Carioca*, 02-12-1956, Primeiro Caderno, p. 6)<sup>102</sup>.

### 5.3 Os membros das comissões avaliadoras

Assim que foi criada, a Comissão de Livros iniciou os trabalhos de avaliação com oito integrantes, sendo sete membros e uma secretária. Embora os membros tenham sido nomeados a partir de suas especializações, as listas omitem essa informação. A pesquisa bibliográfica sobre os membros torna-se pertinente, pois, além de trazer informações sobre a trajetória escolar e profissional seguida por eles, fornece o suporte necessário, pelo menos, para que se tenha uma compreensão das áreas em que atuaram. As tabelas a seguir exibem os membros que trabalharam na Comissão de Livros e as suas prováveis áreas de atuação.

**Tabela 10** – Membros da Comissão de Livros (1939-1942)

Membro	Disciplina
Celina Airlie Nina	Ensino Primário
Euryalo Cannabrava	Filosofia, Psicologia e Lógica

<sup>102</sup> Esta reportagem foi localizada no acervo da Biblioteca Nacional, disponível para consulta em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.



Gastão Luís Cruls (Vice-presidente)	Literatura
Jairo Morais	Física, Química e História Natural
José Pio Borges de Castro (Presidente)	Matemática e Ciências Físicas
Oscary de Mello e Sousa	--
Virgílio Brígido Filho	--

Pelo o que consta nas listas publicadas, a Comissão de Livros manteve a formação inicial até o ano de 1942, quando passou a ser constituída por onze integrantes, sendo dez membros e uma secretária.

**Tabela 11** – Membros da Comissão de Livros (1942-1944)

<b>Membro</b>	<b>Disciplina</b>
Antônio Victor de Souza Carvalho	Ensino Primário
Cordelina de Alencastro	Ensino Primário
Gastão Luís Cruls (Vice-presidente)	Literatura
Jairo Morais	Física, Química e História Natural
Laura Leite da Fonseca e Silva	Ensino Primário
Nelson Costa	--
Coronel Jonas Correia (Presidente)	Matemática e Ciências Físicas
Roberto Peixoto	Matemática
Sylvio Salema Garção Ribeiro	Música
Oscary de Mello e Sousa	--

O número variável de membros, definido em função da quantidade de obras a serem julgadas em cada processo, confirma a disposição presente no artigo 2 do seu regulamento, publicado em 30 de agosto de 1944.

Embora a Comissão de Livros tenha escolhido os profissionais “mais qualificados” do Distrito Federal para atuarem como pareceristas, a maior parte deles, ao que parece, era conhecida apenas na esfera local, ao contrário, por exemplo, dos educadores que integraram a CNLD – inseridos em importantes círculos sociais e com projetos direcionados ao sistema educacional do país. Acredita-se que a escassez de

informações disponíveis sobre esses educadores esteja associada ao grau de representatividade deles no cenário nacional.

Ao contrário da iniciativa adotada pela Comissão de Livros, o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos não teve o mesmo hábito ao divulgar as listas. Por isso, não há qualquer tipo de informação sobre os membros que atuaram na comissão, desde que foi instituída até a sua extinção, em 1956.

As informações bibliográficas sobre cada membro que atuou na Comissão de Livros durante os cinco anos de funcionamento estão descritas a seguir.

Antônio Victor de Souza Carvalho foi aluno da escola normal e professor do ensino primário. Era considerado um simpatizante do movimento da Escola Nova. Na década de 1920, chegou a ocupar a Diretoria de Educação Pública.

Celina Airlie Nina foi uma educadora e autora de artigos, livros e pesquisas destinadas à compreensão da criança menor de seis anos no Brasil. Esteve intimamente envolvida com o movimento escolanovista e, em um trabalho mútuo com outros educadores, foi capaz de realizar a transposição dos ideais de John Dewey para a educação infantil. Celina Airlie Nina foi a primeira diretora do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e durante boa parte de sua vida atuou em agências governamentais destinadas ao amparo, proteção e educação das crianças pequenas, como o Departamento Nacional da Criança (DNCr), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE) e o Centro de Estudos e Pesquisas Helena Antipoff, da Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Cordelina de Alencastro foi professora do ensino primário e trabalhou realizando vistorias técnicas nos estabelecimentos particulares de ensino do Distrito Federal.

Euryalo Cannabrava nasceu em Cataguases, Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde obteve o grau de doutor. Em 1929, atuou como professor de Filosofia e História da Filosofia. Nos anos de 1931 e 1932, lecionou as disciplinas de Psicologia e Lógica na Universidade de Minas Gerais. Em 1937, desempenhou a função de diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil – atual UFRJ – e, a partir de 1940, atuou como professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Gastão Luís Cruls nasceu em 1888 no Rio de Janeiro. Formou-se em medicina, especializando-se em medicina sanitária. Os seus primeiros contos foram publicados na Revista do Brasil de Monteiro Lobato. A partir de 1926, atuou exclusivamente na

literatura. No período entre 1931 e 1938, trabalhou na Editora Ariel como diretor da revista literária Boletim de Ariel, da qual foi um dos fundadores. Publicou inúmeros romances, contos e obras descritivas. A vida brasileira constituiu uma importante base para a produção de suas obras, em especial a realidade amazônica. Desempenhou a função de vice-presidente da Comissão de Livros desde sua criação até a sua extinção.

Jairo Morais nasceu no ano de 1907 em Lavras, Minas Gerais. Depois de realizar os estudos iniciais em sua cidade, dirigiu-se para outros centros. Formou-se em Medicina, Química, Filosofia e Orientação Educacional. Durante sua carreira profissional, atuou como médico em diversas entidades oficiais e como professor das disciplinas de Física, Química e História Natural para os cursos de enfermagem e formação de professores. Integrou a congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Livre e a Escola Nacional de Música. Como presbítero, contribuiu ativamente com a Igreja Presbiteriana através da preparação de pregadores leigos e da realização de tarefas administrativas.

Jonas de Morais Correia Filho nasceu no dia 21 de setembro de 1903 em Parnaíba (Piauí). Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e na Escola Militar. Em 1922, como cadete, participou da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, o que ocasionou seu afastamento do Exército. De volta à vida civil, matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde permaneceu durante um ano, período em que se tornou funcionário do Banco do Brasil e diretor do curso de habilitação à carreira bancária. Em 1930, formou-se contador no Instituto Brasileiro de Contabilidade e tornou-se sócio fundador do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Após o término da Revolução de Outubro de 1930, recebeu anistia e foi reintegrado ao Exército. No ano seguinte, iniciou suas atividades como professor do Colégio Militar e, depois de receber todas as promoções retroativas, foi promovido a capitão. No ano de 1938, foi efetivado na cátedra de Português do Colégio Militar e, em 1939, tornou-se professor da Escola Militar e diretor do Departamento de Educação Primária da Prefeitura do Distrito Federal. A partir de 1942, chefiou a Secretaria Geral de Educação e Cultura e presidiu a Comissão de Livros.

Em 1945, Correia Filho foi eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte, pelo Distrito Federal. Até 1950, esteve profundamente envolvido com o cenário político do país. Nos anos seguintes, atuou, ainda, como membro da comissão técnica responsável por analisar os livros editados pela Biblioteca Militar, como diretor-

técnico da Biblioteca do Estudante Brasileiro e como avaliador dos concursos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

De modo geral, pode-se dizer que sua atuação no campo educacional e cultural é marcada pela ocupação de inúmeros cargos de prestígio e pelas publicações nos jornais e revistas mais conceituados do país, como: A Revista do Clube Militar e o Suplemento Juvenil.

José Pio Borges de Castro nasceu no Ceará, bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas. Durante sua vida, esteve dividido entre os ofícios de engenheiro, professor e militar. Como engenheiro, tornou-se conhecido por solucionar o problema das ressacas marítimas no Rio de Janeiro, ao propor um projeto de construção cicloidal para o cais da Glória. No campo educacional, atuou como professor catedrático de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial e Integral da Escola Militar, como secretário geral de Educação e Cultura do Rio de Janeiro e como presidente da Comissão de Livros no período compreendido entre 1939 e 1942.

Julio Nunes Nogueira diplomou-se em Filologia e publicou inúmeras matérias nas revistas educacionais de sua época, dentre elas, a Revista da Academia Brasileira de Letras.

Laura Leite da Fonseca e Silva atuou como professora do ensino primário e inspetora técnica dos estabelecimentos particulares de ensino do Distrito Federal.

Embora nenhuma informação tenha sido localizada sobre Roberto Peixoto, acredita-se que ele tenha sido o autor de livros didáticos de Matemática da época, que, em parceria com Euclides Roxo, Haroldo Lisbôa da Cunha e Cesar Dacorso Netto publicou uma coleção de manuais de Matemática destinadas ao 2º ciclo.

Sylvio Salema Garção Ribeiro, de nome artístico Sylvio Salema, nasceu em 1901, no Rio de Janeiro. Em 1923, iniciou a sua carreira na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. É considerado um dos maiores cantores da década de 1920. Ao longo de sua vida, trabalhou também como compositor e professor de música e canto.

#### **5.4 As listas localizadas e os livros de Matemática aprovados**

As listas contendo os livros aprovados ou aprovados com restrição foram localizadas no Diário Oficial da União entre os anos de 1939 e 1951. A maioria das listas exhibe os livros aprovados em relação ao mês anterior à data de publicação, mas algumas fornecem a relação dos livros aprovados pela Comissão de Livros ou pelo

Setor de Pareceres em um determinado período de atuação. O mais significativo<sup>103</sup> desses casos ocorre em 1950, quando o Instituto de Pesquisas Educacionais apresenta a relação de todas as obras aprovadas pela antiga Comissão de Livros e pelo então Setor de Pareceres. Nessa ocasião, o diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais comunica:

Torno público, para conhecimento dos interessados, a relação de livros e revistas aprovados pela antiga “Comissão de Livros da Secretaria Geral de Educação e Cultura e pelo atual Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos, do Instituto de Pesquisas Educacionais.

Esclareço que a presente relação inclui todos os livros e revistas aprovados até a presente data, pelos órgãos técnicos da Secretaria Geral de Educação e Cultura.

Instituto de Pesquisas Educacionais, 20 de junho de 1950 (Brasil, 1950, p. 30).

A estrutura apresentada na maioria das listas localizadas obedece a um padrão. Tais listas são precedidas de um pequeno texto, que retoma as instruções baixadas em 18 de julho de 1939 pelo secretário geral de Educação e Cultura e sucedidas por informações sobre os membros que compõem a comissão. Apenas situações muito específicas provocam uma mudança nesse padrão, como é o caso da advertência emitida pela Comissão de Livros aos autores e editores em relação aos livros aprovados no mês de dezembro de 1939:

Alguns dos livros constantes da lista acima, embora já editados na ortografia oficial, ainda se ressentem de erros e omissões no que se refere à acentuação das palavras. Tratando-se, porém de primeiras edições, onde tais desculpas podem ser incorporadas ao trabalho gráfico propriamente dito, a Comissão decidiu ter certa benevolência com os mesmos, chamando, entretanto, a atenção dos autores e editores para que aquelas falhas sejam corrigidas nas próximas apresentações das aludidas obras. Complacência igual não pode, porém, ser mantida em relação às cartilhas, que devem dar à criança, no seu primeiro contaco ao decreto 292, de 23-2-1938 (Brasil, 1940b, p. 117).

Ao que consta, não existiu uma denominação oficial para as listas publicadas pelas comissões do Rio de Janeiro, ao contrário das listas publicadas pela CNLD. Por isso, as listas foram identificadas segundo a edição dos boletins emitidos pela Secretaria Geral de Educação e Cultura.

---

<sup>103</sup> Este caso é o mais significativo por compreender o período de 12 anos de atuação. Outros casos semelhantes compreendem as publicações de um ou dois anos.

A tabela a seguir exibe todas as listas localizadas e algumas informações complementares sobre elas, como os boletins a que pertencem, a data de publicação e um breve resumo do que contêm. Embora tenha sido encontrado um número significativo de listas, em teoria, devido à própria dinâmica de funcionamento dos órgãos de avaliação, algumas lacunas precisaram ser preenchidas. A lista geral, publicada pelo Instituto de Pesquisas Educacionais, em 1950, foi fundamental para completar as lacunas existentes até esse ano. No entanto, a partir de 1951, nenhuma lista foi encontrada.

**Tabela 12** – Listas localizadas (CL e SPSLD)

<b>Boletim</b>	<b>Data de Publicação</b>	<b>Descrição</b>
Boletim nº 210	16-09-1939	Trabalho relativo ao mês de agosto de 1939.
Boletim nº 228	09-10-1939	Trabalho relativo ao mês de setembro de 1939.
Boletim nº 278	08-12-1939	Trabalho relativo ao mês de novembro de 1939.
Boletim nº 4	06-01-1940	Trabalho relativo ao mês de dezembro de 1939.
Boletim nº 31	10-02-1940	Trabalho relativo ao mês de janeiro de 1940.
Boletim nº 48	01-03-1940	Correção relativa ao mês de dezembro de 1939.
Boletim nº 55	09-03-1940	Trabalho relativo ao mês de fevereiro de 1940.
Boletim nº 55	04-04-1940	Relação geral dos livros aprovados até a referida data.
Boletim nº 72	11-04-1940	Relação dos livros aprovados desde 22 de março do mês anterior até a referida data.
Boletim nº 130	12-06-1940	Trabalho relativo ao mês de maio de 1940.
Boletim nº 156	13-07-1940	Trabalho relativo ao mês de junho de 1940.
Boletim nº 186	19-08-1940	Trabalho relativo ao mês de julho de 1940.
Boletim nº 228	10-10-1940	Trabalho relativo ao mês de setembro de 1940.
Boletim nº 12	15-01-1941	Trabalho relativo ao mês de dezembro de 1940.
Boletim nº 111	05-06-1941	Trabalho relativo ao mês de maio de 1941.
Boletim nº 134	05-07-1941	Trabalho relativo ao mês de junho de 1941.
Boletim nº 155	02-08-1941	Relação geral dos livros aprovados até a referida data.
Boletim nº 169	20-08-1941	Trabalho relativo ao mês de julho de 1941.
Boletim nº 8	15-01-1942	Relação dos livros aprovados nos meses de agosto até dezembro de 1941.
Boletim nº 212	02-10-1942	Relação dos livros aprovados nos meses de julho e agosto de 1941.

Boletim nº 128	12-07-1945	Trabalho relativo ao mês de junho de 1945.
Boletim nº 207	13-11-1945	Trabalho relativo ao mês de outubro de 1945.
Boletim nº 233	05-12-1945	Trabalho relativo ao mês de novembro de 1945.
Boletim nº 8	12-01-1946	Relação geral dos livros aprovados em 1945.
Boletim nº 24	06-02-1946	Trabalho relativo ao mês de janeiro de 1946.
Boletim nº 198	11-10-1946	Trabalho relativo ao mês de setembro de 1946.
Boletim nº 220	11-11-1946	Trabalho relativo ao mês de outubro de 1946.
Boletim nº 85	20-04-1949	Trabalho relativo ao mês de março de 1949.
Boletim nº 107	16-05-1949	Trabalho relativo ao mês de abril de 1949.
Boletim nº 151	08-07-1949	Trabalho relativo ao mês de junho de 1949.
Boletim nº 208	16-09-1949	Trabalho relativo ao mês de agosto de 1949.
Boletim nº 11	14-01-1950	Relação geral dos livros aprovados em 1949.
Edital nº 2	01-04-1950	Relação geral dos livros aprovados de 1945 a 1949.
Edital nº 3	27-06-1950	Relação geral dos livros aprovados de 1939 a referida data.
Boletim nº 54	09-03-1951	Trabalho relativo ao mês de fevereiro de 1951.
Boletim nº 182	16-08-1951	Trabalho relativo ao mês de julho de 1951.

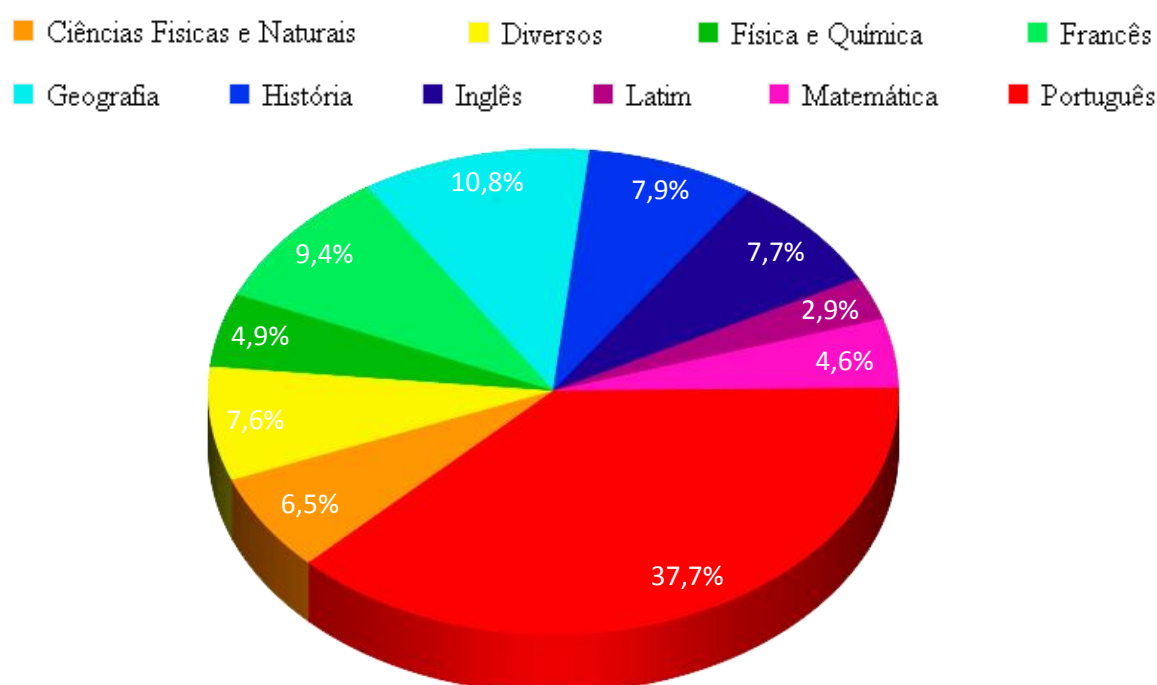
No que se refere ao livro didático e a seu processo de escolha, algumas informações mostram-se constantes nas listas, como é o caso do nome do autor e do título do livro. Outras, como o preço de venda autorizado, o número do registro e a editora, seguem a preferência da aludida comissão. A tabela a seguir, para efeito de comparação, apresenta simultaneamente as informações fornecidas nas listas publicadas pela CNLD e pelas comissões do Rio de Janeiro (CRJ).

**Tabela 13** – Informações presentes nas listas

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em alguns casos</b>
Nome do autor	CNLD/ CRJ		
Título do livro	CNLD/ CRJ		
Série correspondente			CNLD/ CRJ
Editora	CRJ	CNLD	
Número da Edição			CNLD/ CRJ
Ano de Publicação	CRJ	CNLD	
Número do registro	CNLD	CRJ	

Número do processo	CNLD	CRJ	
Preço autorizado	CNLD	CRJ	
Divisão em categorias/disciplinas	CNLD		CRJ
Nível de ensino	CNLD	CRJ	

No decorrer dos 17 anos de funcionamento, foram localizados 1618 livros autorizados pelas comissões do Rio de Janeiro. Contudo, assim como no caso da CNLD, não foi possível ter acesso ao número de livros reprovados no decorrer do processo de avaliação. O gráfico abaixo apresenta a porcentagem dos livros aprovados de acordo com cada disciplina.



**Figura 6** – Livros didáticos aprovados de acordo com cada disciplina (CL e SPSLD).

As listas contendo os livros aprovados não estão isentas de falhas, ao contrário, elas são frequentes, o que fez com que um considerável tempo de análise fosse empregado na interpretação dos dados. Os problemas mais comuns estão associados ao conflito de informações sobre um mesmo livro, principalmente no que diz respeito à editora responsável pela publicação.

Os erros de grafia presentes no título dos livros e no nome dos autores também despenderam considerável tempo para correção. Contudo, nada foi mais extenuante do que o enquadramento dos livros em suas respectivas disciplinas, já que um quantitativo



muito pequeno de listas apresenta essa classificação e pensar os livros da época como sendo ou não da disciplina de Matemática, a partir de um olhar atual, inevitavelmente conduziria a um anacronismo.

Os livros de Lógica e Desenho Geométrico Elementar dos autores Louis Liard e Gregório Nazianzeno Mello e Cunha, respectivamente, servem como bons exemplos para ilustrar essa situação. Embora um leitor menos atento possa enquadrá-los, a partir de uma visão atual, na disciplina de Matemática, na época, esses livros estavam classificados na categoria “Diversos”, que, como o próprio título sugere, inclui obras dos mais diversificados títulos, como Higiene, Administração Escolar, Contabilidade, Lógica, etc. Uma análise menos atenta também poderia conduzir a uma classificação inadequada dos livros Céu de Alah, Diário de Lúcia e Amigos Maravilhosos, escritos por Malba Tahan. Contudo, uma análise mais aprofundada sobre a atuação de Mello e Souza foi capaz de revelar que, durante sua vida, o autor, além de produzir compêndios e livros recreativos, também se dedicou à produção dos livros de leitura.

Em uma última etapa, os livros foram submetidos a mais uma classificação, dessa vez, quanto aos níveis de ensino, cruzando-se as informações com as listas publicadas pela CNLD e pela CELUDE. Porém, devido à pequena interseção de livros, houve a necessidade de se consultar um grande número de acervos para realizar essa classificação.

**Tabela 14** – Livros didáticos de Matemática aprovados pelas comissões do Rio de Janeiro

16 de Setembro de 1939 – Boletim nº 210 <sup>105</sup>			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Capanema, Julieta	Mil problemas para os nossos alunos	--	--
Paula, Maria	Aritmética Primária	Cia Editora Nacional	--
Zanella, Hiperides	Aritmética Primária	Cia Editora Nacional	2ª Ed.

<sup>104</sup> O grande percentual associado à disciplina de Português é explicado pela inserção dos livros de Literatura nessa categoria.

<sup>105</sup> Todos os livros constantes no Boletim nº 210 foram aprovados com restrições.

9 de Outubro de 1939 – Boletim nº 228 <sup>106</sup>			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Espinheira, Ariosto	Matemática – 1º volume	J.R. Oliveira	--
Espinheira, Ariosto	Matemática – 2º volume	J.R. Oliveira	--
Espinheira, Ariosto	Matemática – 3º volume	J.R. Oliveira	--

9 de Outubro de 1939 – Boletim nº 228			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Editora	Edição
Paula, Carlos Francisco de	Aritmética Comercial	Cia Editora Nacional	6ª Ed.

8 de Dezembro de 1939 – Boletim nº 278			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 1º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 2º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 3º Ano	Melhoramentos	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é Fácil	Getúlio M. Costa	2ª Ed.
Zanello, Hiperides	Aritmética Primária	Cia Editora Nacional	--

6 de Janeiro de 1940 – Boletim nº 4			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Sousa, Alfredina de Paiva	Nossa aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.

6 de Janeiro de 1940 – Boletim nº 4			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Chollet, Marc	Tábuas de logaritmos	Briguiet	4ª Ed.

<sup>106</sup> Todos os livros constantes no Boletim nº 228 foram aprovados com restrições.

1 de Março de 1940 – Boletim nº 48			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Sousa, Alfredina de Paiva	Nossa aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.

1 de Março de 1940 – Boletim nº 48			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Chollet, Marc	Tábuas de logaritmos	Briguiet	4ª Ed.

9 de Março de 1940 – Boletim nº 55			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 1º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 2º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º Ano	Livraria Acadêmica	--

9 de Março de 1940 – Boletim nº 55			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 1ª série	Saraiva Cia	3ª Ed.
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 2ª série	Saraiva Cia	2ª Ed.
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 3ª série	Saraiva Cia	2ª Ed.
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 4ª série	Saraiva Cia	2ª Ed.

4 de Abril de 1940 – Boletim nº 72			
Relação com todos os livros autorizados até a referida data			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 1º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 2º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 3º Ano	Melhoramentos	2ª Ed.
Heuser, Bruno (Frei)	Geometria Prática	Vozes	4ª Ed.
Sousa, Alfredina de Paiva	Nossa aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.

Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 1º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 2º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 4º Ano	Livraria Acadêmica	--
Zanello, Hiperides	Aritmética Primária	Cia Editora Nacional	--

<b>4 de Abril de 1940 – Boletim nº 72</b> <b>Relação com todos os livros autorizados até a referida data</b>			
<b>Ensino Secundário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Editora</b>	<b>Edição</b>
Chollet, Marc	Tábuas de logaritmos	Briguiet	4ª Ed.
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Geometria Prática	F. Briguiet	9ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 1º Série	Melhoramentos	4ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 2º Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 3º Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 4º Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 5º Série	Melhoramentos	--
Marin, André Perez y Paula, Carlos Francisco de	Elementos de Trigonometria Retilínea	Melhoramentos	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 2º Ano	Francisco Alves	7ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 3º Ano	Francisco Alves	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 4º Ano	Francisco Alves	4ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 5º Ano	Francisco Alves	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática – 1º Ano	Francisco Alves	11ª Ed.
Nadriez, Decourt	Matemática – 5ª Série	Melhoramentos	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 2ª série	Saraiva Cia	2ª Ed.

4 de Abril de 1940 – Boletim nº 72 Relação com todos os livros autorizados até a referida data			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Editora	Edição
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática Comercial	Francisco Alves	2ª Ed.
Paula, Carlos Francisco de	Aritmética Comercial	Cia Editora Nacional	6ª Ed.

11 de Abril de 1940 – Boletim nº 78			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Trotta, Laudimíia	Problemas Aritméticos Solucionados	Ferreira Matos	--

12 de Junho de 1940 – Boletim nº 130			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 3º Ano	Francisco Alves	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 4º Ano	Francisco Alves	2ª Ed.
Netto, César Dacorso	Elementos de Aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.

12 de Junho de 1940 – Boletim nº 130			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Editora	Edição
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática Comercial	Francisco Alves	--

13 de Julho de 1940 – Boletim nº 156			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Mello e Souza, Júlio César de	Exercícios de Matemática – 4º Ano	Francisco Alves	2ª Ed.

Thiré, Cecil			
Peixoto, Ivete	Aritmética no 1º ano	--	--
S. T. D.	Tábuas de logaritmos	Sociedade de trabalhos didáticos	--
Silveira, Eugênio Dilermando	Lições de Desenho Linear Geométrico	Briguit	--

13 de Julho de 1940 – Boletim nº 156			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Editores	Edição
Cotta, Waldemar Pereira	Formulário de Matemática Comercial	--	--

19 de Agosto de 1940 – Boletim nº 186			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editores	Edição
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Matemática fácil e atraente	A.B.C.	1ª Ed.

10 de Outubro de 1940 – Boletim nº 228			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editores	Edição
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Geometria	F. Briguiet	--
Tahan, Malba	O Homem que calculava	A.B. C.	4ª Ed.

15 de Janeiro de 1941 – Boletim nº 12			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editores	Edição
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Trigonometria	F. Briguiet	6ª Ed.

5 de Julho de 1941 – Boletim nº 134			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editores	Edição
Quintella, Ary	Matemática – 2º Ano	Cia Editora Nacional	--

2 de Agosto de 1941 – Boletim n° 155			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é fácil	A.B. C.	1ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 1º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 2º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 3º Ano	Melhoramentos	2ª Ed.
Heuser, Bruno (Frei)	Geometria Prática	Vozes	4ª Ed.
Reis, Otelo de Souza	Seiscentas expressões fracionárias	Francisco Alves	6ª Ed.
Sousa, Alfredina de Paiva	Nossa aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.
Trotta, Laudimíia	Problemas Aritméticos Solucionados	Ferreira Matos	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 1º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 2º Ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 4º Ano	Livraria Acadêmica	--
Zanella, Hiperides	Aritmética Primária	Cia Editora Nacional	2ª Ed.

2 de Agosto de 1941 – Boletim n° 155			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Chollet, Marc	Tábuas de logaritmos	Briguiet	4ª Ed.
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Álgebra	F. Briguiet	--
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Geometria	F. Briguiet	--
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Geometria Descritiva	F. Briguiet	9ª Ed.
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Geometria Prática	F. Briguiet	9ª Ed.
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Trigonometria	F. Briguiet	6ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 1º Série	Melhoramentos	4ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 2º Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 3º Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 4º Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 5º Série	Melhoramentos	--
Marin, André Perez y Paula, Carlos Francisco	Elementos de Trigonometria Retilínea	Melhoramentos	3ª Ed.

de			
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 2º Ano	Francisco Alves	7ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 3º Ano	Francisco Alves	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 4º Ano	Francisco Alves	4ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 5º Ano	Francisco Alves	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 3º Ano	Francisco Alves	4ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 4º Ano	Francisco Alves	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 5º Ano	Francisco Alves	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática – 1º Ano	Francisco Alves	11ª Ed.
Nadriez, Decourt	Matemática – 2ª Série	Melhoramentos	--
Netto, César Dacorso	Elementos de Aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.
Quintella, Ary	Matemática – 1º Ano	Cia Editora Nacional	--
S.T.D.	Tábuas de logaritmos	Sociedade de Trabalhos Didáticos	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 2ª série	Saraiva Cia	2ª Ed.

2 de Agosto de 1941 – Boletim nº 155			
Ensino Comercial			
Autor	Título	Editores	Edição
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática Comercial	Francisco Alves	2ª Ed.
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio	Exercícios de Matemática Comercial	Francisco Alves	1ª Ed.



César de Thiré, Cecil			
Paula, Carlos Francisco de	Aritmética Comercial	Cia Editora Nacional	6ª Ed.

4 de Julho de 1942 – Boletim nº 138			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Carvalho, Regina Freire	Rimas Aritméticas	--	--

12 de Julho de 1945 – Boletim nº 130			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Bandeira, Manoel Filho, Lourenço	Aprenda por si! – Exercícios de Aritmética	Melhoramentos	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Meu Caderno de Matemática (Curso de Admissão)	Getúlio Costa	1ª Ed.

12 de Janeiro de 1946 – Boletim nº 8			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Bandeira, Manoel Filho, Lourenço	Aprenda por si! – Exercícios de Aritmética	Melhoramentos	2ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Meu Caderno de Matemática (Curso de Admissão)	Getúlio Costa	1ª Ed.

12 de Janeiro de 1946 – Boletim nº 8			
Ensino Secundário			
Autor	Título	Editora	Edição
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 1ª Série	Melhoramentos	3ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 2ª Série	Melhoramentos	1ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 3ª Série	Melhoramentos	1ª Ed.

20 de Abril de 1949 – Boletim nº 85			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º ano	Saraiva & Cia	--

<b>14 de Janeiro de 1950 – Boletim nº 11</b>			
<b>Ensino Primário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Editora</b>	<b>Edição</b>
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º ano	Saraiva & Cia	--

<b>1 de Abril de 1950 – Edital nº 2</b> <b>Relação de livros autorizados entre 1945 e 1949</b>			
<b>Ensino Primário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Editora</b>	<b>Edição</b>
Bandeira, Manoel Filho, Lourenço	Aprenda por si! – Exercícios de Aritmética	Melhoramentos	2ª Ed.
Celestina, Herminia	Ideia Concreta dos Números	Decor	1ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Meu Caderno de Matemática (Curso de Admissão)	Getúlio Costa	1ª Ed.
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º ano	Saraiva & Cia	--

<b>1 de Abril de 1950 – Edital nº 2</b> <b>Relação de livros autorizados entre 1945 e 1949</b>			
<b>Ensino Secundário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Editora</b>	<b>Edição</b>
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 1ª Série	Melhoramentos	3ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 2ª Série	Melhoramentos	1ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 3ª Série	Melhoramentos	1ª Ed.

<b>27 de Junho de 1950 – Edital nº 3</b> <b>Relação de todos os livros autorizados até a referida data</b>			
<b>Ensino Primário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Editora</b>	<b>Edição</b>
Albuquerque, Irene	Jogos e Recreações Matemáticas	Conquista	1ª Ed.
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Matemática Fácil e Atraente	A.B. C.	1ª Ed.
Bandeira, Manoel Filho, Lourenço	Aprenda por si! – Exercícios de Aritmética	Melhoramentos	2ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 1º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 2º Ano	Melhoramentos	3ª Ed.
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 3º Ano	Melhoramentos	2ª Ed.
Capanema, Julieta	Mil Problemas para os Nossos Alunos	--	--
Celestina, Herminia	Ideia Concreta dos Números	Decor	1ª Ed.

Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Geometria Prática	Vozes	4ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Meu Caderno de Matemática (Curso de Admissão)	Getúlio Costa	1ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é Fácil	Getúlio Costa	2ª Ed.
Morais, Jairo	Aritmética Primária	--	--
Reis, Otelo de Souza	Seiscentas Expressões Fracionárias	Francisco Alves	6ª Ed.
Sousa, Alfredina de Paiva	Nossa aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.
Trotta, Laudimíia	Problemas Aritméticos Solucionados	Ferreira Matos	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 1º ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 2º ano	Livraria Acadêmica	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º ano	Livraria Acadêmica	--
Zanello, Hiperides	Aritmética Primária	Cia Editora Nacional	2ª Ed.

<b>27 de Junho de 1950 – Edital nº 3</b> <b>Relação de todos os livros autorizados até a referida data</b>			
<b>Ensino Secundário</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Editores</b>	<b>Edição</b>
Carvalho, Thales Mello	Curiosidades Matemáticas	--	--
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Álgebra	F. Briguiet	--
F. I. C. (trad. de Raja Gabaglia)	Elementos de Geometria	F. Briguiet	--
Fragoso, R. Silveira, C.	Nosso Livro de Matemática – 1ª Série Parte Prática	--	--
Freire, Olavo	Noções de Geometria Prática	Francisco Alves	--
Josephson, L. A.	Curso de Pré Aviação Militar Álgebra	--	--
Josephson, L. A.	Curso de Pré Aviação Militar Aritmética	--	--
Josephson, L. A.	Curso de Pré Aviação Militar Geometria	--	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática – 1ª série	Francisco Alves	1ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 1ª Série	Melhoramentos	4ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 2ª Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 4ª Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 5ª Série	Melhoramentos	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 1ª Série	Melhoramentos	3ª Ed.

Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 2ª Série	Melhoramentos	1ª Ed.
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 3ª Série	Melhoramentos	1ª Ed.
Marin, André Perez y Paula, Carlos Francisco de	Elementos de Geometria	--	--
Marin, André Perez y Paula, Carlos Francisco de	Elementos de Trigonometria Retilínea	Melhoramentos	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César Thiré, Cecil	Matemática – 2º Ano	Francisco Alves	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 3º Ano	Francisco Alves	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 4º Ano	Francisco Alves	4ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 5º Ano	Francisco Alves	3ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginásial – 1ª Série	Francisco Alves	1ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginásial – 2ª Série	Francisco Alves	1ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginásial – 3ª Série	Francisco Alves	1ª Ed.
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 3º Ano	Francisco Alves	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 4º ano	Francisco Alves	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercidos de Matemática – 5º Ano	--	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática – 1º Ano	Francisco Alves	11ª Ed.
Nadriez, Decourt	Matemática – 5ª Série	Melhoramentos	--

Netto, César Dacorso	Elementos de Aritmética	Livraria Globo	1ª Ed.
Peixoto, Ivete	A Aritmética no 1º ano	--	--
Quintella, Ary	Matemática – 2º Ano	Cia Editora Nacional	--
S. L.	Álgebra Elementar	Francisco Alves	--
S. T. D.	Tábuas de Logaritmos	Sociedade de trabalhos didáticos	--
Silveira, Eugênio Dilermando	Lições de Desenho Linear Geométrico	Briguit	--
Tahan, Malba	O Homem que Calculava	A.B. C.	4ª Ed.
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 2ª série	Saraiva Cia	2ª Ed.

16 de Agosto de 1951 – Edital nº 182			
Ensino Primário			
Autor	Título	Editora	Edição
O'Reilly, Newton Quintella, Ary	Exercícios de Aritmética para o Curso de Admissão	Civilização Brasileira	--

Durante o processo de avaliação dos manuais, eram divulgadas duas categorias de listas: as de livros aprovados e as de livros aprovados com restrições. Esta última continha as obras a serem submetidas a algumas correções, para que pudessem integrar as listas de livros autorizados.

Dentre os 74 livros didáticos de Matemática autorizados<sup>107</sup> pela Comissão de Livros e pelo Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos, 28 destinam-se ao ensino primário, 42 ao secundário e 4 ao comercial.

No ensino primário, Antônio Pedro Wolff, Léo Bomfim dei Vegni Neri e George Augusto Büchler se destacam como os autores com a maior quantidade de obras aceitas. Já no ensino secundário, os autores que mais se destacam são: Algacyr Munhoz Maeder, Euclides Roxo, Eugenio Barros Raja Gabaglia, Júlio César de Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber. As obras desses três últimos autores, em conjunto com as obras de Carlos Francisco de Paula e Waldemar Pereira Cotta, apresentam também uma importante aceitação no ensino comercial.

<sup>107</sup> As listas originais não apresentam a classificação dos livros didáticos em níveis de ensino. A distribuição dos livros de Matemática entre os três níveis de ensino (primário, secundário e comercial) representa mais uma das etapas de organização dos manuais.

Por mais que alguns livros figurem nas listas sucessivamente ao longo dos anos, surpreendentemente, não há a aparição de novas edições. Isso indica que os livros continuaram sendo autorizados em suas edições antigas.

Os livros destinados exclusivamente à resolução de exercícios constam frequentemente nas listas publicadas. É o caso das *Seiscentas Expressões fracionárias*, de Otelo de Souza Reis. Alguns desses manuais apresentam, inclusive, a solução completa para os exercícios, como os *Mil problemas para os nossos alunos*, da autora Julieta Capanema e dos *Problemas Aritméticos Solucionados*, de Laudimíia Trotta. Os compêndios com essas características normalmente eram destinados ao nível primário de ensino.

Mesmo a maior parte das listas datando dos anos 1940 e 1950, ainda é possível identificar a coexistência dos livros de Matemática, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. Os livros da coleção F.I.C. e o *Curso de Pré aviação Militar*, de L. A. Josephson, representam bons exemplos para ilustrar esta situação.

A prática de omitir o nome dos autores, nesse período, é amplamente adotada nos livros das coleções produzidas pela *Sociedade de Trabalhos Didáticos* (S.T.D.) e pelos *Frères de l'Instruction Chrétienne* (F.I.C.). No caso da congregação católica, isso ocorria como um meio de valorização do trabalho coletivo, tendo Eugênio de Barros Raja Gabaglia como o principal tradutor dos livros didáticos de Matemática no Brasil.

Os livros recreativos tinham presença marcante entre os autorizados. Além dos trabalhos de julgamento dos livros didáticos, as comissões procediam também à análise dos recreativos, que eram recomendados pelo seu alcance moral e cívico. Em nota publicada no jornal *O Observador Economico e Financeiro*, denominada *Do livro didático ao recreativo*, a Secretaria de Educação do Distrito Federal procura apresentar alguns esclarecimentos que auxiliam a diferenciar essas duas categorias de livros.

Vai uma distância muito pequena do livro didático ao recreativo; daquele que serve para o ensino àquele que, divertindo, também não deixa de ensinar.

[...]

O livro recreativo não é considerado mais com a função única de divertir a criança, não tão pouco tem a finalidade de afastar dos problemas da vida; pelo contrário, é um veículo que se oferece à educação sistemática através de exemplos e narrativas.

[...]

Pelos livros recreativos chegam noções de todas as ciências, bem como a orientação do gosto literário, e estimula o leitor para conhecimentos de maior porte (O Observador Economico e Financeiro, 1941, p. 140)<sup>108</sup>.

No conteúdo desses livros consta o que hoje é denominado como livro paradidático. Os livros recreativos de Matemática com maior destaque na época foram publicados por Júlio César de Mello e Souza, por vezes identificado pelo heterônimo de Malba Tahan. Entre os títulos autorizados pelas comissões do Rio de Janeiro, O Homem que Calculava constitui o principal representante dessa categoria. Atualmente, essa obra está em sua 80ª edição, tendo sido traduzida para o espanhol, inglês, italiano, alemão e francês.

---

<sup>108</sup> Esta informação foi localizada no acervo da Biblioteca Nacional, disponível para consulta em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

## **6 A COMISSÃO ESTADUAL DO LIVRO DIDÁTICO, UNIFORMES E DISTINTIVOS ESCOLARES**

Os primeiros anos de funcionamento do regime republicano no país são marcados por um crescente processo de modernização. Nesse sentido, o estado de São Paulo despendeu considerável atenção ao campo educacional, adotando medidas voltadas, principalmente, para expansão do ensino primário como forma de modernizar o sistema de ensino.

Neste processo, as questões sobre o ensino da leitura e da escrita assumiram o centro do debate educacional, sobretudo, no que diz respeito à institucionalização do método analítico para esse ensino (Oliveira; Trevisan, 2015, p. 105).

Segundo Oliveira e Trevisan (2015, p. 105), no início do século XX, a oferta de materiais didáticos não era capaz de suprir a nova realidade que se apresentava. A expansão do ensino primário paulista aumentou a demanda pela confecção de novos livros didáticos, causando a progressiva expansão da indústria editorial nesse segmento.

Em decorrência deste contexto de mudanças na educação paulista, marcado por iniciativas de reforma do ensino com base nos pressupostos da Pedagogia Nova, passou-se a demandar a produção de cartilhas e livros de leitura, de modo que esses materiais atendessem aos pressupostos políticos e educacionais da reforma republicana da instrução pública paulista (Oliveira; Trevisan, 2015, p. 105).

A primeira iniciativa adotada pelo estado de São Paulo para garantir a uniformidade do ensino iniciou-se com a instauração do período republicano, no final do século XIX.

Durante a primeira metade do século XX, diversas comissões funcionaram no interior do serviço de instrução pública do estado. Essas comissões tinham por objetivo avaliar os livros didáticos publicados à época e emitir pareceres favoráveis ou contrários à sua aprovação. Esses manuais “uma vez aprovados, passavam a ser adotados – entendendo-se a ‘adoção’ como oficialização e aquisição – pelo Estado, para uso nas escolas primárias paulistas, com a finalidade de uniformizar o ensino da leitura” (Mortatti, 2000, p. 87).

Em 1950, o Departamento de Educação do Estado de São Paulo renova o interesse em avaliar os manuais escolares. A ação mais concreta tomada nesse sentido



ocorre no dia 3 de dezembro do corrente ano, com o lançamento do Projeto de Lei nº 1.607, que representa uma prévia da Lei nº 1.536 ainda a ser publicada.

### **6.1 A criação da Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares**

No dia 28 de dezembro de 1951, foi instituída a Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares (CELUDE) pelo Governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. A Lei nº 1.536, que instituiu a comissão, tinha por objetivo regular o uso de uniformes, distintivos e livros didáticos nas escolas financiadas pelo estado e nas escolas particulares de ensino primário.

Em um pronunciamento do Conselho Nacional de Educação quanto à validade ou não da comissão, tendo em vista a vigência do Decreto-Lei nº 8.460 de 1945, o relator José Martins Rodrigues é enfático:

Se há uma Comissão Nacional do Livro Didático, a quem incumbe, depois do julgamento das obras destinadas ao ensino, fazer o Registro das mesmas e conceder a autorização para seu uso, é de concluir-se que, o estado estabelece, por sua vez uma comissão local com idêntica finalidade, tal preceito se choca com o da Legislação Federal. Ou a Comissão Estadual teria de restringir-se a recomendar, no estado, as obras já autorizadas pela Comissão Nacional, o que seria inútil; ou entenderia estar na sua competência autorizar outras obras didáticas não admitidas pela Comissão Nacional, ou não permitir a adoção de trabalhos já autorizados por esta, e nesse caso, estaria em contradição com que a lei federal preceituou (Oliveira et al., 1984, p. 46).

Nessa carta, José Martins Rodrigues evidencia a invasão de competências cometida pelo Governo do Estado de São Paulo, assim como foi feito por Gustavo Capanema no episódio envolvendo a Comissão de Livros do Rio de Janeiro. Contudo, essas considerações não foram suficientes para frear o funcionamento da comissão.

A iniciativa paulista acaba servindo de exemplo a uma argumentação que no final da década de 40 começa a aparecer de forma mais freqüente. Em diversas oportunidades presenciou-se a crítica formulada ao decreto que criou a CNLD caracterizando-o como fruto do processo político centralizador (Oliveira et al., 1984, p. 46).

Os projetos<sup>109</sup> subordinados ao INEP no início da década de 1950 propondo, entre outras coisas, a melhoria dos programas de ensino e dos livros didáticos, possivelmente, representaram o suporte basilar para o funcionamento da comissão. É importante lembrar que o funcionamento desses projetos baseou-se no princípio de descentralização administrativa da educação e propôs o conhecimento acerca da realidade regional como mecanismo de intervenção nas políticas públicas.

A pesquisa de planejamento educacional deveria se adequar, sobretudo, às particularidades de cada estado. Dessa forma, os estados se tornariam os responsáveis pela definição de suas políticas educacionais, com autonomia para legislar sobre os seus sistemas de ensino. Com isso, “de guardiã e censora da produção didática através da CNLD a União deveria assumir o papel de apreciadora e estimuladora do aprimoramento da literatura didática do país” (Oliveira et al., 1984, p. 46).

Em seus artigos 2 e 3, a Lei nº 1.536 dispõe sobre os responsáveis pela escolha dos livros, distintivos e uniformes. Os distintivos e uniformes deveriam ser escolhidos pela direção das instituições de ensino, uma vez “respeitadas as normas morais comuns” e o “decoro didático e educacional”. Já a escolha dos livros didáticos competia aos professores de cada classe e deveriam ser selecionados dentre as opções que cumprissem “aos requisitos exigidos pela legislação vigente e pelos programas”, assim como era exigido pela Comissão de Livros do Rio de Janeiro.

A questão mais interessante presente na lei talvez esteja relacionada à indicação, pelo governo do estado, das melhores obras didáticas aprovadas em concursos promovidos pela Secretaria de Educação, ao contrário do que era proposto pela Comissão Nacional do Livro Didático e pelas comissões do Rio de Janeiro, que não promoviam a indicação de livros.

Os livros didáticos, distintivos e uniformes adotados nos estabelecimentos de ensino só poderiam ser mudados após quatro anos de uso. Em caso de necessidade, o professor poderia solicitar a mudança dos livros e o diretor a dos uniformes e distintivos, apresentando as devidas justificativas à Secretaria de Educação.

Um marco importante para o funcionamento da comissão é estabelecido treze anos após a instituição da Lei nº 1.536, com a criação do Decreto nº 44.084, de 20 de

---

<sup>109</sup> A Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), a Campanha de Inquérito e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (CILEME), o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPEs) representam as principais iniciativas com este fim. Maiores informações sobre as Campanhas e sobre os Centros de Pesquisas podem ser localizadas no capítulo referente à Comissão Nacional do Livro Didático.

novembro de 1964. Esse decreto apresenta em esmiúces de detalhes a regulamentação da Lei nº 1.536, especialmente no que diz respeito à constituição das subcomissões e dos setores.

## **6.2 Os membros da Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares**

A Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares deveria ser constituída por cinco professores de “notória competência e probidade”, escolhidos no interior da Secretaria de Educação pelo chefe do Poder Executivo<sup>110</sup>.

A comissão compreenderia três subcomissões: uma relativa aos assuntos do ensino primário, outra referente ao ensino médio e uma terceira destinada aos uniformes e distintivos escolares, cujos trabalhos seriam coordenados pelo presidente da comissão, responsável por designar os seus membros. Além dessas atribuições, o presidente deveria, ainda, dirigir as reuniões, supervisionar administrativa e tecnicamente os trabalhos da comissão, promover a realização de concursos destinados à seleção das melhores obras didáticas a serem recomendadas pelo governo estadual e emitir pareceres relativos aos processos sob sua responsabilidade.

Os presidentes das subcomissões de ensino primário, médio e uniformes e distintivos escolares, por sua vez, teriam a incumbência de construir um calendário com a descrição das atividades da comissão, produzir e enviar mensalmente ao presidente da comissão os relatórios – descrevendo o conjunto de atividades desenvolvidas –, elaborar<sup>111</sup> as atas das reuniões e emitir pareceres nos processos de sua responsabilidade.

As tarefas desempenhadas pelos integrantes das subcomissões relativas ao ensino primário e médio dizem respeito, especificamente, à avaliação e à melhoria dos manuais escolares. Essas tarefas compreendem:

- a) indicar os aspectos positivos e as insuficiências dos livros didáticos em uso e apresentar critérios de avaliação que permitam revê-los e classificá-los;
- b) estabelecer formas de colaboração técnica e pedagógica entre especialistas das várias matérias de ensino e docentes, administradores

---

<sup>110</sup> A escolha dos membros deveria ser efetuada até noventa dias após a promulgação da lei.

<sup>111</sup> A elaboração das atas deveria ser realizada em colaboração com o serviço de secretaria.

escolares e a opinião pública com a finalidade de melhorar os manuais de ensino;

c) colaborar com os autores e editores na preparação de novos manuais, fornecendo-lhes princípios diretores gerais;

d) fornecer elementos úteis à revisão dos programas de estudo aos professores e administradores escolares diretamente interessados na escolha de livros didáticos, uniformes e distintivos escolares;

**e) instituir por estatutos próprios aprovados pelo Secretário da Educação concursos destinados à escolha das melhores obras didáticas a serem recomendadas pelo governo do estado;**

f) estudar os pedidos de mudanças de livros e adoção ou substituição de distintivos e uniformes escolares, homologando-os;

g) rever anualmente os livros didáticos e apreciá-los, dando ou negando sua aprovação (BRASIL, 1964, grifo nosso).

O regimento interno, que regula as atividades da comissão, é divulgado pela Secretaria de Educação no dia 24 de fevereiro de 1965. Ele dispõe basicamente sobre dois setores da comissão, a secretaria e as subcomissões.

A organização dos processos e a execução dos serviços burocráticos competiam ao serviço de secretaria, controlado pelos funcionários do quadro de pessoal do Departamento de Educação. Além dessas competências, o serviço de secretaria deveria ainda: catalogar toda a documentação, manter atualizada a legislação específica, os comunicados e as decisões publicadas no Diário Oficial do estado, redigir as atas das reuniões e classificar as correspondências recebidas e expedidas. Com exceção das atividades relacionadas à organização e ao arquivamento, as demais atividades exercidas pela secretaria estavam sujeitas à aprovação do presidente da comissão.

A subcomissão de uniformes e distintivos escolares seria a responsável por fazer a apreciação dos uniformes e distintivos relativos aos dois ramos do ensino, primário e secundário.

Cada setor pertencente às subcomissões de ensino primário e secundário seria constituído por um ou mais especialistas na disciplina. O número de especialistas poderia variar em função das necessidades técnicas e da quantidade de processos.

A subcomissão do ensino primário era composta pelos setores de:

- Escrita, Leitura e Linguagem;
- Aritmética;
- Ciências Naturais e Higiene;
- Ciências Sociais;
- Artes e Técnicas;
- Educação Física.

E a subcomissão do ensino médio pelos setores de:

- Letras;
- Ciências Naturais e Biológicas;
- Ciências Sociais;
- Matemática;
- Artes e Técnicas;
- Educação Física.

Os casos específicos, em que as avaliações fugissem à competência das subcomissões, seriam encaminhados para especialistas externos a ela, para uma melhor apreciação.

A identificação dos membros responsáveis pela avaliação dos manuais escolares, no entanto, não consta nos documentos localizados nem nos exemplares das duas principais revistas pedagógicas<sup>112</sup> em circulação no estado de São Paulo na época. A revista *Atualidades Pedagógicas* – publicada bimestralmente pela Companhia Editora Nacional – e a revista *Magistério* – publicada bimestralmente ou trimestralmente pela Livraria Francisco Alves.

Essas revistas tinham por finalidade orientar o magistério em todas as questões de interesse administrativo, principalmente aquelas relativas à legislação e aos programas escolares. As revistas representavam um estreito canal de comunicação entre os professores e os autores de livros didáticos. A sua distribuição ao professorado paulista faz parte de uma importante estratégia de mercado adotada pelas maiores casas editoras do país no período. As editoras apostavam nos frequentes diálogos estabelecidos com os professores nas revistas, para criar a proximidade e a confiança necessária para indicar-lhes certos tipos de livros, em geral, livros de grande circulação.

### **6.3 Instruções para avaliação dos livros didáticos, uniformes e distintivos**

As solicitações de avaliação dos livros didáticos, uniformes e distintivos deveriam ser submetidas à presidência da comissão devidamente protocoladas. Os uniformes e distintivos obrigatoriamente deveriam estar acompanhados de desenhos e esquemas “em tinta nanquim e a cores”, para que pudessem transmitir com a maior

---

<sup>112</sup> Os exemplares destas revistas foram localizados no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e no Centro do Professorado Paulista.

fidelidade de detalhes o resultado desejado. Além disso, deveriam atender “às leis e regulamentos sobre uso de símbolos nacionais oficiais” e a uma série de critérios mais subjetivos como “higiene, estética e bom gosto”. Se os uniformes e distintivos submetidos à aprovação não conseguissem atingir os requisitos mínimos de qualidade, a comissão poderia propor as modificações necessárias ou até mesmo o uso de novos modelos.

No caso dos livros, o pedido de autorização deveria ser encaminhado pelo autor ou editor acompanhado por três exemplares da obra. A fim de reduzir a quantidade de obras impugnadas durante o processo de avaliação, a comissão poderia indicar “modificações ou correções” a serem feitas no texto dos livros para tornar viável sua autorização.

Em caso de conveniência, os autores ou editores poderiam até mesmo solicitar uma apreciação prévia da obra, submetendo à avaliação “três exemplares manuscritos ou datilografados” acompanhados de parte integrante da obra, como desenhos, esquemas e mapas. A impressão definitiva do manual deveria estar em acordo com os requisitos editoriais estabelecidos pela comissão.

As instruções emitidas pela CELUDE para avaliação dos manuais seguem o mesmo padrão adotado pela Comissão de Livros, ao incorporar os recortes dos artigos presentes no Decreto-Lei nº 1.006/38, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático. O artigo 12 do Decreto nº 44.084/64 apresenta os impedimentos de cunho político e ideológico:

Artigo 12 – Não poderá ser autorizado o uso do livro didático que:

- a) atente, de qualquer forma, contra a unidade e independência ou a honra nacional;
- b) inspire a ideia de superioridade ou inferioridade do homem de uma região, país ou raça, em relação aos demais;
- c) incite ódio contra raças ou nações estrangeiras;
- d) desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais ou diferentes grupos étnicos;
- e) procure negar ou destruir os sentimentos religiosos ou envolva combate a qualquer confissão religiosa.

Enquanto o artigo 13 expõe os impedimentos de caráter pedagógico:

Artigo 13 – Será ainda negada autorização para o uso do livro didático que:

- a) seja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, ou obscuridade de estilo, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos e expressões regionais e de gíria;
- b) apresente o assunto com erros de natureza conceitual ou científica;
- c) seja redigido de maneira inadequada pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas recomendadas, ou ainda esteja impresso em desacordo com os preceitos higiênicos do ato de ler.

Embora a quantidade de instruções presentes no decreto tenha sido significativamente reduzida comparada à CNLD, os critérios político-ideológicos continuam prevalecendo sobre os critérios de caráter pedagógico.

Os livros didáticos que lograram autorização de uso poderiam ser reimpressos livremente nos anos subsequentes, atendidas as novas especificações, caso houvessem. Já os manuais autorizados com restrições deveriam ser submetidos a um novo exame de aprovação para garantir o direito à reedição. O acompanhamento do processo pelos autores e editores era feito por meio de um requerimento ao presidente da comissão. Em caso de discordância, os autores e editores poderiam interpor um recurso no prazo de 30 dias à presidência da comissão.

As restrições impostas pelo Decreto nº 44.084/64 são enfeixadas pelo Artigo 16, que considera terminantemente proibida a propaganda favorável ou contrária ao emprego de uma determinada obra no interior das instituições de ensino e das repartições. O que não impede, por exemplo, “autores, editores, livreiros ou seus representantes” de remeter exemplares dos livros didáticos autorizados aos professores ou autoridades escolares.

#### **6.4 Uma breve análise dos pareceres localizados**

Os pareceres emitidos pela Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares foram localizados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, identificados sob o código do processo. Por serem destinados à publicação, esses pareceres correspondem a versões resumidas, o que impossibilitou a obtenção de informações mais específicas sobre a obra avaliada, como: o título, a disciplina, o(s) autor(es) e os responsáveis pela avaliação.

Os documentos encontrados contabilizam o total de 179 pareceres. Embora uma parcela significativa apresente apenas as designações “Obra aprovada” e “Obra não

aprovada”, é possível observar uma ampla variedade de situações nos demais casos, como indicam as transcrições abaixo:

Processo nº 3.317/66 DE – O autor do “Brasas na Pau de Tinturaria”, constante da relação de livros para leitura suplementar, publicada a 28-2-1967, solicita mudança do título do referido livro para “Rapsódia Pátria”. – Nada a opor (DOSP 1, 18/03/1967, p. 26).

Processo nº 1.415/66 DE – Atendendo solicitação da editora, a Comissão autoriza a venda do estoque remanescente dos livros constantes do presente processo, uma vez que a referida editora comprometeu-se a acatar as sugestões contidas no parecer, na próxima edição. Esta será aprovada definitivamente após apresentação das provas impressas para confronto com os originais corrigidos (DOSP 2, 10/03/1967, p. 20).

Processo nº 2.251/60 DE – Obras 6 a 10: aprovadas para o 2.º ciclo, devendo ser revista em função dos novos programas. Obras 1, 2, 4 e 5: aprovadas como leitura complementar para o 2.º ciclo. Obra 3: sua análise escapa à alçada da Comissão (DOSP 3, 03/03/1970, p. 21).

Processo nº 58/66 D-FLE – O autor do presente livro deverá atender as modificações sugeridas no parecer, bem como atualizar a parte referente à legislação vigente em relação ao assunto. A obra será aprovada após apresentação a esta Comissão das provas impressas (“boneco”), nas quais estejam patentes o atendimento das exigências apontadas (DOSP 4, 25/04/1967, p. 15).

Essas situações ilustram desde a autorização de venda do estoque remanescente de livros até a concessão de mudança do título.

Os pareceres excluem, principalmente, os manuais que apresentam deficiências em relação aos aspectos didáticos e científicos e que não estão em acordo com os princípios pedagógicos vigentes, conforme se observa nos pareceres abaixo:

Processo nº 9.618/65 – A cartilha a que se refere o presente processo, não pode e não deve ser aprovada, por não respeitar os princípios pedagógicos e não atender aos Comunicados desta Comissão, publicados no Diário Oficial, e referentes à elaboração de cartilhas (DOSP 5, 15/09/1965, p. 28).

Processo nº 16.369/63 – A Comissão não aprova a presente obra, por não ser educativa no sentido técnico do termo: não educa o raciocínio e apenas leva a memorização (DOSP 6, 20/04/1966, p. 25).

Processo nº 59/67 C – Obras desatualizadas. A Editora deve enviar edição revista (DOSP 7, 12/12/1968, p. 24).



Por esses dois últimos pareceres estarem incluídos em um bloco<sup>113</sup> relativo à Matemática e por apresentarem justificativas compatíveis com as que são apresentadas nos livros dessa disciplina, provavelmente dizem respeito a ela.

Nos pareceres relativos à Matemática, expostos adiante, é possível identificar uma conformidade com as justificativas apresentadas nos pareceres anteriores.

Processo nº 81/67 C – Aprovados os “Exercícios de Geometria”. – Não aprovados os de Aritmética, por desatualização (DOSP 8, 12/12/1968, p. 24).

Processo nº 14.366/65 DE – 14.367/65 DE – ..... 14.368/65 DE – Obras aprovadas para ensino da Matemática, na linha tradicional (DOSP 9, 12/12/1968, p. 24).

Tanto os pareceres que concedem autorização quanto aqueles que realizam a recusa dos manuais de Matemática apresentam justificativas que evidenciam o tipo de livro frequentemente submetido à avaliação: “desatualizado”, “que não educa o raciocínio” e que trabalha “na linha tradicional”. Essas críticas pressupõem a existência, nesse período, de inovações no ensino de Matemática, que representam uma alternativa à linha tradicionalmente adotada em uma parcela significativa dos manuais.

As críticas fundamentam-se na divergência existente entre as concepções metodológicas presentes nos manuais e as propostas do Movimento da Matemática Moderna (MMM)<sup>114</sup>. Se esse argumento não parece forte o suficiente para justificar a predileção pelos livros que se enquadram nessa nova tendência de ensino, as listas com os livros didáticos de Matemática aprovados não deixam qualquer dúvida.

Além dos pareceres destinados aos livros didáticos, há, ainda, um conjunto de pareceres dirigidos exclusivamente aos uniformes e distintivos escolares que vão além dos pedidos de autorização de uso e também solicitam autorização para venda e frequência dos alunos nos estabelecimentos de ensino estaduais sem o uso de uniformes, mediante algumas condições.

Processo nº 10.461/69 DE – Ginásio Estadual de Dumont – Distintivo aprovado (2º modelo enviado) (DOSP 10, 13/08/1969, p. 31).

---

<sup>113</sup> Embora os pareceres não apresentem informações detalhadas sobre o manual avaliado, alguns deles trazem no corpo do parecer a disciplina que se destinam.

<sup>114</sup> Maiores informações sobre as interferências do Movimento da Matemática Moderna (MMM) no processo de avaliação dos livros didáticos no estado de São Paulo podem ser encontradas no capítulo 7.

Processo nº 17/76 C-FLE e 18/67 C-FLE – Diretores dos Grupos Escolares 2º de Vila Maria Baixa e “Oscar Thompson”, ambos nesta Capital, solicitam autorização para vender distintivos nos respectivos estabelecimentos – Esta Comissão aprova os modelos dos distintivos apresentados e autoriza, apenas, a sua adoção (DOSP 11, 25/04/1967, p. 15).

Processo nº 1.432/65 GE – Câmara Municipal de São Paulo – Requerimento nº D-2013/65 (Cópia), da Vereadora Senhora Dulce Salles Cunha Braga solicitando seja permitida a frequência de alunos sem uniformes nos estabelecimentos de ensino estadual, desde que não haja recursos da Caixa Escolar para o suprimento dessa exigência. – A critério dos senhores diretores de estabelecimento de ensino estadual, poderá ser permitida a frequência de alunos sem uniformes apenas nos casos em que sejam comprovadamente pobres e que não haja recursos obtidos, na forma da lei, através de Associação de Pais e Mestres, de Órgão de Cooperação Escolar, ou de Caixa Escolar (DOSP 12, 15/09/1965, p. 28).

Dos 179 pareceres encontrados, 93 concedem autorização de uso ao livro didático, 34 reprovam sem direito a correções, 29 autorizam o uso dos livros após a correção dos senões, 7 não avaliam o manual, 3 deles correspondem aos uniformes e distintivos escolares e 12 pareceres ilustram a ocorrência de outras situações como a solicitação de mudança do título da obra e de venda do estoque remanescente.

As causas mais frequentes de reprovação dos livros didáticos dizem respeito à violação dos preceitos pedagógicos e dos princípios estabelecidos pela comissão, ao desacordo com a legislação vigente e a desatualização do conteúdo.

## **6.5 As listas localizadas e os livros de Matemática aprovados**

Como previsto pela Lei nº 1.536, as listas com os livros de uso autorizado começaram a ser divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo no início de 1952. A fim de viabilizar o processo de divulgação das listas e evitar um possível choque de competências com a legislação federal, a comissão paulista apresenta uma breve justificativa em relação a não atuação da CNLD no ensino primário. De acordo com essa justificativa:

**Não existindo ainda livros didáticos primários de uso autorizado, pelo Ministério da Educação**, as instruções para a escolha de livros e compêndios do curso primário das escolas públicas e particulares do estado, no corrente ano, serão as mesmas do ano anterior (Diário Oficial de São Paulo, 20/2/1952, p. 13, grifo nosso).

As listas publicadas pela Comissão Nacional do Livro Didático, no entanto, mostram o contrário. Na primeira lista divulgada pela CNLD, em 1947, já era possível observar a ocorrência de livros e cartilhas destinados ao ensino primário. Nota-se, portanto, que as atividades desempenhadas pela comissão nacional não foram suficientes para inibir o funcionamento da comissão paulista e evitar a invasão de competências.

Assim como as listas publicadas pelas comissões do Rio de Janeiro, as divulgadas pela CELUDE não possuem uma nomenclatura oficial. Em vista disso, as listas foram identificadas empregando-se como critério a numeração do comunicado emitido pelo Departamento de Educação, já que a grande maioria das publicações provenientes do órgão era feita sob a forma de comunicados.

A tabela a seguir exibe o conjunto de listas divulgadas com algumas informações complementares sobre elas, como os comunicados a que pertencem e a data de sua publicação. A partir de 1971, as listas publicadas no Diário Oficial de São Paulo pela extinta CELUDE passam a ser divulgadas em nome da Equipe Técnica do Livro e Material Didático (ETLMD).

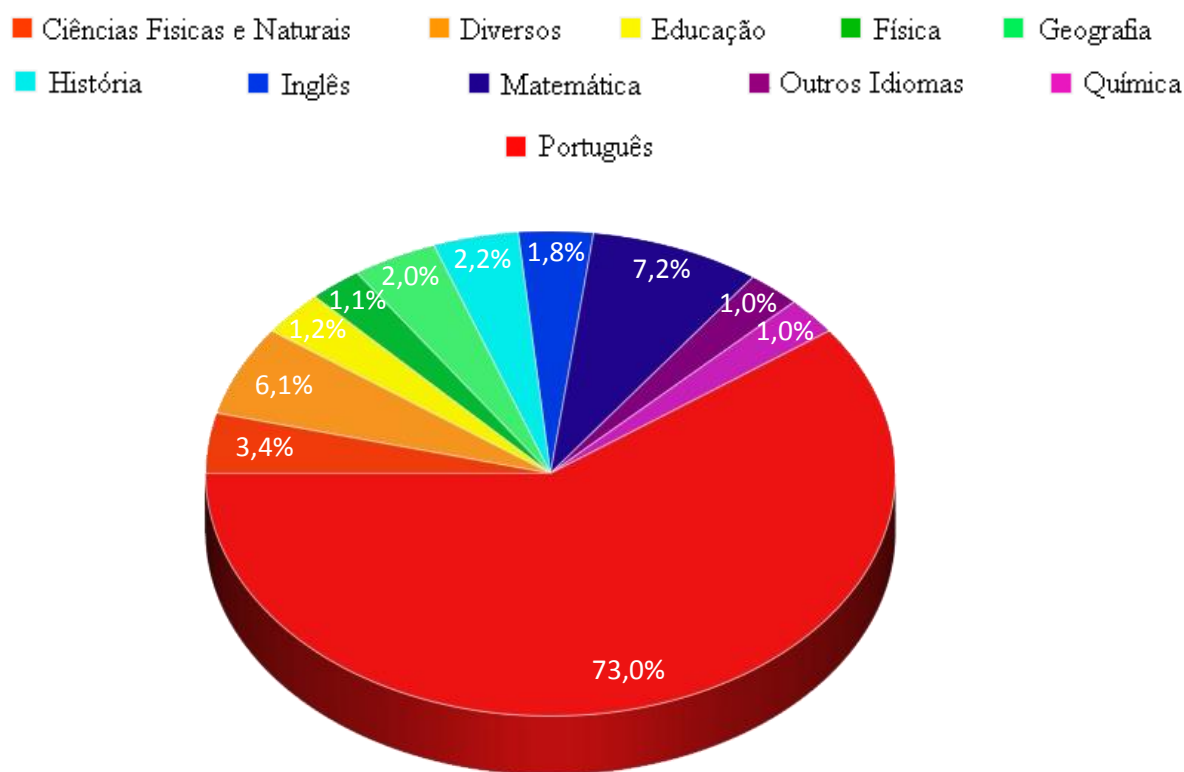
**Tabela 15 – Listas localizadas (CELUDE)**

<b>Lista</b>	<b>Data de Publicação</b>
Comunicado nº 9	20-02-1952
Comunicado nº 4	07-02-1953
Comunicado s/n	11-02-1954 <sup>115</sup>
Comunicado nº 2	13-01-1955
Comunicado nº 6	10-02-1956
Comunicado nº 2	17-02-1957
Comunicado nº 3	20-02-1958
Comunicado nº 7	08-02-1959
Comunicado nº 5	12-02-1960
Comunicado nº 1	18-02-1961
Comunicado nº 2	13-02-1962
Comunicado nº 8	13-02-1963
Comunicado nº 5	13-02-1964

<sup>115</sup> Dentre todas as listas localizadas, a lista relativa ao ano de 1954 é a única que não apresenta nenhum livro de Matemática autorizado.

Comunicado nº 1	18-02-1966
Comunicado nº 1	28-02-1967
Comunicado nº 2	20-02-1968
Comunicado nº 4	05-03-1969
Comunicado nº 3	06-03-1970
Comunicado nº 4	25-02-1971

Em 19 anos de funcionamento, a comissão emitiu pareceres favoráveis a autorização de 6047 cartilhas e livros didáticos. O gráfico abaixo apresenta a porcentagem dos manuais aprovados de acordo com cada disciplina.



**Figura 7** – Livros didáticos aprovados de acordo com cada disciplina (CELUDE).

As informações presentes nas listas dizem respeito apenas ao nome do autor e ao título da obra. Ao contrário das listas publicadas pelas outras duas comissões, todas as listas divulgadas pela CELUDE apresentam a categorização por disciplina e as demais informações bem estruturadas. Contudo, algumas falhas são recorrentes, como a grafia no nome dos autores e no título das obras.

Assim como os livros autorizados pelas comissões do Rio de Janeiro e pela CNLD, no caso da CELUDE, também houve a necessidade de aglomerar os livros por disciplinas.

As disciplinas de Francês, Italiano e Espanhol, por exemplo, estão enquadradas na categoria Outros Idiomas, enquanto as disciplinas de Filosofia, Sociologia, Desenho, Instrução Moral e Cívica, Organização Social e Política, Organização Comercial, Contabilidade, Estatística, Orientação Educacional e Profissional, Prática de Ensino e História da Educação estão aglomeradas na categoria Diversos.

O gráfico anterior apresenta um grande percentual de livros autorizados pela seção de Escrita, Leitura e Linguagem. O volume de livros autorizados por essa seção está intimamente relacionado com os processos de avaliação implementados historicamente, a nível primário, no estado de São Paulo, como indicam as pesquisas de Oliveira e Trevisan (2015), Mortatti (2000) e Gonçalves (2005).

A preocupação do estado de São Paulo em regulamentar a produção didática do ensino primário, visando, entre outras coisas, a melhoria na qualidade e na quantidade de estudantes alfabetizados, promoveu o crescimento do setor e o aprimoramento das produções didáticas ao longo dos anos. Por essa razão, as cartilhas e os livros de leitura e linguagem predominam entre os livros aprovados pela CELUDE.

**Tabela 16** – Livros didáticos de Matemática aprovados pela Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares

<b>7 de Fevereiro de 1953 – Comunicado nº 4</b>		
<b>Ensino Primário</b>		
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Série</b>
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--

<b>13 de Janeiro de 1955 – Comunicado nº 2</b>		
<b>Ensino Primário</b>		
<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Série</b>
Giordano, Ernestina	Brincar com Números	1ª
Rodrigues, Maria Vicente	Caderno de Problemas	4ª

10 de Fevereiro de 1956 – Comunicado nº 6		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	--
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--
Milano, Miguel	Chave dos Problemas e Exercício do “Manual”	--
Milano, Miguel	1.400 Problemas de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Santos, Theobaldo Miranda	Exercícios de Linguagem e Matemática	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Traiano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Traiano, Antônio	Aritmética Primária	--
Traiano, Antônio	Aritmética Progressiva	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

17 de Fevereiro de 1957 – Comunicado nº 2		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	--
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--
Milano, Miguel	Chave dos Problemas e Exercício do “Manual”	--

Milano, Miguel	1.400 Problemas de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trajano, Antônio	Aritmética Progressiva	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

20 de Fevereiro de 1958 – Comunicado n° 3		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	--
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--
Milano, Miguel	1.400 Problemas de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Milano, Miguel	Chave dos Problemas e Exercício do “Manual”	--
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Bazar Completo	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Nossa Vendinha	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Quadro das Tabuadas	--
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trajano, Antônio	Aritmética Progressiva	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

8 de Fevereiro de 1959 – Comunicado nº 7		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa	2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Baillet, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--
Milano, Miguel	1.400 Problemas de Aritmética	2ª, 3ª e 4ª
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2ª
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Silva, Caio Figueiredo	Bazar Completo	1ª e 2ª
Silva, Caio Figueiredo	Nossa Vendinha	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Silva, Caio Figueiredo	Quadro das Tabuadas	--
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2ª e 3ª
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trajano, Antônio	Aritmética Progressiva	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1ª, 2ª, 3ª e 4ª

12 de Fevereiro de 1960 – Comunicado nº 5		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1ª, 2ª, 3ª e 4ª



Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup>
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2 <sup>a</sup>
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Bazar Completo	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Nossa Vendinha	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Quadro das Tabuadas	--
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trajano, Antônio	Aritmética Progressiva	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Zanello, Hiperides	Elementos de Geometria e Desenho Linear	--

18 de Fevereiro de 1961 – Comunicado nº 1		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	4 <sup>a</sup>
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2 <sup>a</sup>
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup>
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2 <sup>a</sup>
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Bazar Completo	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Nossa Vendinha	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Caio Figueiredo	Quadro das Tabuadas	--
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trajano, Antônio	Aritmética Progressiva	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Zanello, Hiperides	Elementos de Geometria e Desenho Linear	--

13 de Fevereiro de 1962 – Comunicado nº 1		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	4ª
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	4ª e 5ª
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2ª
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1ª
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2ª
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Silva, Caio Figueiredo	Bazar Completo	1ª e 2ª
Silva, Caio Figueiredo	Nossa Vendinha	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Silva, Caio Figueiredo	Quadro das Tabuadas	--
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2ª e 3ª
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1ª, 2ª, 3ª e 4ª

13 de Fevereiro de 1963 – Comunicado nº 9		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª

Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	4 <sup>a</sup>
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup>
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2 <sup>a</sup>
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

13 de Fevereiro de 1964 – Comunicado nº 5		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Elementos de Aritmética	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--

Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	4ª
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	4ª e 5ª
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2ª, 3ª e 4ª
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1ª
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2ª
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2ª e 3ª
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1ª, 2ª, 3ª e 4ª

18 de Fevereiro de 1966 – Comunicado nº 1		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir	--
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Araújo, Sylvio de	Matemática	2ª
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Carvalho, Henriqueta de	Matemática Moderna para o Curso Primário	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª
F.T.D.	Contar é Fácil	1ª
F.T.D.	Matemática	4ª, 5ª e Admissão
F.T.D.	Matemática – Exercícios de Cálculos	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	4ª

Maranhão, Ramos	Problemas Graduados	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Paula, Maria	Aritmética Primária	--
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2 <sup>a</sup>
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup>
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2 <sup>a</sup>
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

28 de Fevereiro de 1967 – Comunicado nº 1		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Araújo, Sylvio de	Matemática	2 <sup>a</sup>
Azevedo, Zoé de Dorfmond, Luiza P.	Meu Diário de Aritmética – Primeiro Caderno	--
Baillet, Benedita Menezes	Problemas Escolares	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> , 4 <sup>a</sup> e 5 <sup>a</sup>
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
F.T.D.	Contar é Fácil	1 <sup>a</sup>
F.T.D.	Matemática	4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> e Admissão
F.T.D.	Matemática – Exercícios de Cálculos	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Freitas, Walter Nieble de	Tabuada na Bicholândia	--
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Jogo)	--
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	4 <sup>a</sup>
Maranhão, Ramos	Problemas Graduados	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Ribeiro de Oliveira, Carolina	Matemática Moderna	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>

Renno		
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	5ª e Admissão
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2ª, 3ª e 4ª
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1ª
Quintella, Ary	Exercícios de Aritmética	--
Quintella, Ary	Matemática	Admissão
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	Admissão
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética	2ª, 3ª, 4ª e 5ª
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2ª
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º anos (Coleção Centenário)	2ª e 3ª
Thiré, Cecil	Manual de Admissão	Admissão
Toledo, Isabel Santos	Brincando com Tabuada	--
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar	--
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	--
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1ª, 2ª, 3ª e 4ª

20 de Fevereiro de 1968 – Comunicado nº 2		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir	--
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Antunes, Francisco	Tabuada Popular	--
Araujo, Romilda	Hora Alegre na Matemática	1ª
Azevedo, Zoé de Dorfmond, Luiza Pereira	Meu Diário de Aritmética – Primeiro Caderno	--
Bechara, Lucília Franchi, Anna Liberman, Manhucia Perelberg	Curso Moderno de Matemática para a Escola Elementar	--
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular	--
Carvalho, Henriqueta de	Matemática Moderna para o Curso Primário	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª
F.T.D.	Contar é Fácil	1ª
F.T.D.	Matemática	4ª, 5ª e Admissão
F.T.D.	Matemática – Exercícios de Cálculos	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada	--
Freitas, Walter Nieble de	Tabuada na Bicholândia	--

Maestrelli, Therezinha Pedrosa	Matemática Moderna para o Curso Primário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Mello Neves, Déborah Pádua	Matemática Moderna	3ª
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Matemática Moderna	1ª e 2ª
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	5ª e Admissão
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	2ª, 3ª e 4ª
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	1ª
Quintella, Ary	Exercícios de Aritmética	--
Quintella, Ary	Matemática	Admissão
Rodrigues, Maria Teixeira	Ensino Moderno de Matemática	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática	2ª
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança	1ª, 2ª, 3ª e 4ª

5 de Março de 1969 – Comunicado nº 4		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Bóscolo, A. Castrucci, Benedito	Matemática – Curso Moderno	1ª, 2ª e 3ª
Cantom, Adolfo Walter Indiani, Dalva Fontes Lamparelli, Lydia Condé Morettin, Pedro Alberto	Matemática para o Ginásio	1ª
Delpla, E. Leite, J. D’Andrade Mas, André	Matemática	1ª
Netto, Scipione Di Pierro	Matemática para a Escola Moderna	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Quintella, Ary	Matemática	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
School Mathematics Study Group	Matemática I e II	--

5 de Março de 1969 – Comunicado nº 4		
Ensino Secundário		
Autor	Título	Série
D’Ambrosio, Nicolau D’Ambrosio, Ubiratan	Matemática Comercial e Financeira	--
Freire, Olavo	Desenho Geométrico e Noções de Geometria	--
Machado, Adervan	Geometria Descritiva	
Netto, Scipione Di Pierro	Matemática – Curso Colegial Moderno	1ª e 2ª



E Outros		
Quintella, Ary	Matemática	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática e Estatística	--
School Mathematics Study Group	Matemática	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup>
Thiré, Cecil	Geometria – Exercícios	--

6 de Março de 1970 – Comunicado n° 3		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Albanese, Anna Carletti, Ivo	Exercícios de Álgebra	--
Albanese, Anna Carletti, Ivo	Trinômio do 2º Grau	--
Bóscolo, A. Castrucci, Benedito	Matemática – Curso Moderno	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Brandão, Marcius	Matemática – Conceituação Moderna	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Cantom, Adolfo Walter Indiani, Dalva Fontes Lamparelli, Lydia Condé Morettin, Pedro Alberto	Matemática para o Ginásio	1 <sup>a</sup>
Delpla, E. Leite, J. D' Andrade Mas, André	Matemática	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>
Galante, Carlos	Matemática	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Marcondes, Oswaldo	Álgebra	--
Marcondes, Oswaldo	Aritmética	--
Marcondes, Oswaldo	Geometria	--
Menezes, Darcy Leal	Abecedário da Álgebra	--
Netto, Scipione Di Pierro	Matemática para a Escola Moderna	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Oliveira, Antônio Marmo de	Matemática – Ensino Programado	1 <sup>a</sup> e 2 <sup>a</sup>
Quintella, Ary	Matemática	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Rodrigues, Neves	Aritmética – Álgebra – Geometria	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>

6 de Março de 1970 – Comunicado n° 3		
Ensino Secundário		
Autor	Título	Série
Barbosa, Ruy Madsen	Combinatória e Probabilidades	--
Barbosa, Ruy Madsen	Elementos de Lógica Matemática aplicada ao	--

	Ensino Secundário	
Barbosa, Ruy Madsen	Geometria Analítica Moderna	--
Barbosa, Ruy Madsen Filho, Antônio Espada Viggiani, Domingos	Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares	--
Barreto, Aristides de Camargo	Matemática Funcional	--
Bezerra, Manoel Jairo	Curso de Matemática	--
Carneiro, R. V.	Manejo das Regras de Cálculo	--
Castilho, José Justino	Polinômios	--
Castrucci, Benedito	Elementos de Teoria dos Conjuntos	--
Castrucci, Benedito	Geometria – Curso Moderno (3 vols)	--
Cattony, Carlos	Geometria no Espaço	--
D'Ambrosio, Nicolau D'Ambrosio, Ubiratan	Matemática Comercial e Financeira	--
Dolce, Osvaldo Guelli, Cid A. Iezzi, Gelson	Álgebra I – Geometria Analítica – Geometria de Posição – Trigonometria	--
Filho, Edgard de Alencar	Curso de Geometria Plana	--
Filho, Edgard de Alencar	Elementos de Geometria Analítica	--
Filho, Edgard de Alencar	Iniciação à Lógica Matemática	--
Filho, Edgard de Alencar	Relações e Funções	--
Filho, Edgard de Alencar	Teoria Elementar dos Conjuntos	--
Freire, Olavo	Desenho Geométrico e Noções de Geometria	--
Galante, Carlos Teixeira, Antônio de Souza	Trigonometria	--
Príncipe Jr., Alfredo dos Reis	Noções de Geometria Descritiva	1ª e 2ª
Lima, Roberto de Barros	Elementos de Geometria Analítica	--
Loriggio, Plácido	Geometria Descritiva	--
Loriggio, Plácido	Geometria Espacial	--
Machado, Ardevan	Geometria Descritiva	--
Mendonça, Arnaldo	Matemática para os Cursos Industriais	--
Menezes, Darcy Leal de	Abecedário da Álgebra	--
Mirshawka, Victor	Progressões	--
Mirshawka, Victor	Polinômios	--
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Elementos de Análise Combinatória	--
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Números Complexos – Sistemas Lineares	--
Barreto Muniz, Pedro Emanuel	Problemas de Geometria Descritiva	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Lições de Análise Combinatória	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Teoria Elementar dos Determinantes	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Trigonometria	--

Netto, Scipione Di Pierro	Progressões Aritméticas e Geométricas	--
Netto, Scipione Di Pierro	Geometria Analítica	--
Netto, Scipione Di Pierro	Função Exponencial – Logaritmos – Equações	--
Netto, Scipione Di Pierro E Outros	Matemática – Curso Colegial Moderno	1ª e 2ª
Occhini, Luiz	Geometria Analítica	--
Quintella, Ary	Matemática	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Rocha, Luiz Mauro	Geometria no Espaço	--
Rodrigues, Neves	Logaritmos	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática e Estatística	--
School Mathematics Study Group	Matemática	1ª, 2ª e 3ª
Tatit, Joaquim Dias	Análise Combinatória Simples – Geometria Plana – Matrizes – Números Complexos	--
Thiré, Cecil	Geometria – Exercícios	--

25 de Fevereiro de 1971 – Comunicados nº 4		
Ensino Primário		
Autor	Título	Série
Albanese, Anna Carletti, Ivo	Exercícios de Álgebra	--
Albanese, Anna Carletti, Ivo	Trinômio do 2º Grau	--
Bóscolo, A. Castrucci, Benedito	Matemática – Curso Moderno	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Galante, Carlos	Matemática	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Menezes, Darcy Leal	Abecedário da Álgebra	--
Netto, Scipione Di Pierro	Matemática para a Escola Moderna	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Quintella, Ary	Matemática	1ª, 2ª, 3ª e 4ª
Rodrigues, Neves	Aritmética – Álgebra – Geometria	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno	1ª, 2ª, 3ª e 4ª

25 de Fevereiro de 1971 – Comunicados nº 4		
Ensino Secundário		
Autor	Título	Série
Barbosa, Ruy Madsen	Combinatória e Probabilidades	--
Barbosa, Ruy Madsen	Elementos de Lógica Matemática Aplicada ao Ensino Secundário	--
Barbosa, Ruy Madsen	Geometria Analítica Moderna	--

Barbosa, Ruy Madsen Filho, Antônio Espada Viggiani, Domingos	Matrizes – Determinantes – Sistemas Lineares	--
Barreto, Aristides de Camargo	Matemática Funcional	--
Bezerra, Manoel Jairo	Curso de Matemática	--
Carneiro, R. V.	Manejo das Regras de Cálculo	--
Castilho, José Justino	Polinômios	--
Castrucci, Benedito	Elementos de Teoria dos Conjuntos	--
Castrucci, Benedito	Geometria – Curso Moderno (3 vols)	--
Cattony, Carlos	Geometria no Espaço	--
Dolce, Osvaldo Guelli, Cid A. Iezzi, Gelson	Álgebra I – Geometria Analítica – Geometria de Posição – Trigonometria	--
Filho, Edgard de Alencar	Curso de Geometria Plana	--
Filho, Edgard de Alencar	Elementos de Geometria Analítica	--
Filho, Edgard de Alencar	Iniciação à Lógica Matemática	--
Filho, Edgard de Alencar	Relações e Funções	--
Filho, Edgard de Alencar	Teoria Elementar dos Conjuntos	--
Galante, Carlos Teixeira, Antônio de Souza	Trigonometria	--
Lima, Roberto de Barros	Elementos de Geometria Analítica	--
Loriggio, Plácido	Geometria Espacial	--
Machado, Ardevan	Geometria Descritiva	--
Menezes, Darcy Leal de	Abecedário da Álgebra	--
Mirshawka, Victor	Polinômios	--
Mirshawka, Victor	Progressões	--
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Elementos de Análise Combinatória	--
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Números Complexos – Sistemas Lineares	--
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Teoria Elementar dos Conjuntos	--
Barreto Muniz, Pedro Emanuel	Problemas de Geometria Descritiva	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Lições de Análise Combinatória	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Teoria Elementar dos Determinantes	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Trigonometria	--
Netto, Scipione Di Pierro	Função Exponencial – Logaritmos – Equações	--
Netto, Scipione Di Pierro	Geometria Analítica	--
Netto, Scipione Di Pierro	Progressões Aritméticas e Geométricas	--
Netto, Scipione Di Pierro E Outros	Matemática – Curso Colegial Moderno	1ª e 2ª

Occhini, Luiz	Geometria Analítica	--
Quintella, Ary	Matemática	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> e 4 <sup>a</sup>
Rocha, Luiz Mauro	Geometria no Espaço	--
Rodrigues, Neves	Logaritmos	--
Tatit, Joaquim Dias	Análise Combinatória Simples – Geometria Plana – Matrizes – Números Complexos	--

As listas publicadas pela comissão paulista fornecem a base documental para explorar uma ampla diversidade de aspectos relacionados com o processo de escolha dos manuais escolares.

As primeiras listas divulgadas pela CELUDE na década de 1950 revelam a prioridade da comissão em avaliar as cartilhas e os livros de escrita, leitura e linguagem. Nessas listas, há uma ausência substancial de compêndios destinados a outras disciplinas. Os livros de Matemática autorizados<sup>116</sup> para os anos de 1953 e 1955, por exemplo, até então não estão inclusos em uma categoria exclusiva. Aparecem distribuídos entre os livros de leitura auxiliar, visto o pequeno volume de livros autorizados. Somente em 1956, as listas do ensino primário começam a apresentar sessões exclusivas às demais disciplinas, incluindo-se aí a Matemática.

Entre os 437 livros didáticos de Matemática autorizados pela CELUDE, 342 destinam-se ao ensino primário e 95 ao ensino secundário.

Os manuais de Caio Figueiredo Silva, Francisco Antunes e Antônio Trajano constam frequentemente nas listas destinadas ao ensino primário. Ruy Madsen Barbosa, Francisco Antônio Lacaz Netto, Victor Mirshawka, Edgard de Alencar Filho e Scipione Di Pierro Netto representam os autores com a maior quantidade de obras destinadas ao ensino secundário.

Os livros de Matemática autorizados a cada ano representam, basicamente, os adotados no ano anterior, sem muitos acréscimos ou exclusões. A *Coletânea de problemas*, de Francisco Antônio Lacaz Netto, e o compêndio *Ensine com êxito*, de Persides Pires do Amaral, por exemplo, constam praticamente em todas as listas destinadas ao ensino primário. A ausência no número das edições, no entanto, não permitiu estabelecer uma análise dos manuais levando-se em consideração esse aspecto.

Nas listas, estão presentes diversos compêndios destinados exclusivamente à resolução de exercícios, como é o caso do *Cálculo Escolar*, de Renato Sêneca Fleury, e dos *1.400 Problemas de Aritmética*, de Miguel Milano. Esses livros estão presentes,

<sup>116</sup> A lista de livros publicada em 1954 não contém nenhum livro de Matemática autorizado.

sobretudo, nas listas do ensino primário. Entre as obras autorizadas para o ensino secundário não é possível observar essa característica.

Os livros de Aritmética, Álgebra e Geometria são adotados exclusivamente no ensino primário, em virtude dos próprios programas de Matemática fixados pelo estado de São Paulo. A *Geometria Prática Popular*, de Abílio Cesar Borges, e os três manuais de Aritmética, escritos por Antônio Trajano, ilustram muito bem essa situação. A maior parte dos livros autorizados para o ensino secundário, em contrapartida, apresenta recortes mais específicos dos programas oficiais. Entre eles, podem ser citados o compêndio de *Geometria Analítica*, de Scipione Di Pierro Netto, a *Geometria no Espaço*, de Luiz Mauro Rocha, e as *Progressões*, de Victor Mirshawka.

Os livros recreativos de Matemática, ao que parece, nunca representaram objeto de interesse da comissão. Uma busca entre os documentos localizados não foi capaz de encontrar qualquer tipo de menção a eles.

O livro *Problemas Modernos de Aritmética*, de Nilséa Lima Figueiredo Rocha, presente na lista de 1958, marca o aparecimento dos livros vinculados ao Movimento da Matemática Moderna<sup>117</sup> (MMM) nas listas de livros autorizados. Essa tendência se tornou cada vez mais frequente nos anos subsequentes, principalmente no período compreendido entre 1967 e 1971, com a aparição de inúmeros autores ainda não citados nas listas, como Ruy Madsen Barbosa, Marcius Brandão e Henriqueta Carvalho. Outros autores reconhecidos no mercado editorial, mesmo após a produção de novos manuais, seguindo as diretrizes propostas pelo MMM, continuaram figurando constantemente nas listas, como é o caso do autor Osvaldo Sangiorgi com a coleção *Matemática – Curso Moderno*. Esse livro revela uma estratégia muito comum adotada entre os autores e editores da época, ao trazer no título informações que indicam a conformidade dos manuais com os preceitos conceituais e metodológicos defendidos pelo Movimento da

---

<sup>117</sup> O Movimento da Matemática Moderna surgiu na segunda metade da década de 1950, entre os vinte países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como um esforço para reformar a Matemática escolar, aproximando-a da linguagem matemática dos conjuntos, anéis, grupos e espaços vetoriais. Procurando alcançar, a princípio, os alunos que seguiriam os estudos superiores. Após ser implementado por alguns projetos, oriundos dos países membros da OCDE, o Movimento da Matemática Moderna em pouco tempo tornou-se sinônimo de um novo currículo para os alunos de todos os níveis de ensino, propagando-se rapidamente entre os países não pertencentes à OCDE (Kilpatrick, 2009; 2012 apud Costa, 2014, p. 5).

Esta reforma no ensino da Matemática começou a ser implementada no Brasil ainda na década de 1950, sob a ação do grupo *Bourbaki* na formulação de novos currículos nas Universidades. As mudanças na educação matemática ocorridas nos anos de 1950 e 1960 no Brasil representam, essencialmente, adaptações de ideias estrangeiras para o currículo e para as políticas educacionais. A base do Movimento no país retrata a mistura de todas as ideias em circulação no mundo (D'Ambrosio, 1991 apud Costa, 2014, p. 5).

Matemática Moderna. Isso pode ser observado em inúmeras obras, como na *Geometria Analítica Moderna*, de Ruy Madsen, na *Matemática Moderna*, de Déborah Pádua Mello, e na *Matemática – Curso Moderno*, de Osvaldo Sangiorgi.

A ocorrência de livros vinculados ao Movimento da Matemática Moderna relaciona-se, ainda, com a autorização de traduções e adaptações de obras estrangeiras ao ensino do país. A série de três volumes publicada originalmente pelo School Mathematics Study Group<sup>118</sup> (SMSG), em português, Grupo de Estudos de Matemática Escolar, foi traduzida pelo Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura (IBCEC), sendo destinada às três séries do ensino colegial. A inserção desses livros no sistema educacional brasileiro ocorreu por meio do acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID).

Durante muitos anos de seu funcionamento, a CELUDE dedicou-se exclusivamente ao julgamento dos livros destinados ao ensino primário, em particular, às cartilhas e aos livros de leitura. No entanto, em 26 de março de 1968 a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 10.061, atribui à comissão a tarefa de autorizar os livros didáticos destinados ao ensino secundário, mantidos pelo estado ou por particulares. A relação dos livros autorizados continuaria sendo divulgada anualmente pelo órgão oficial. Os livros utilizados no ano letivo de 1968, nos cursos primário e secundário, seriam aqueles escolhidos pelos professores dos estabelecimentos de ensino no ano anterior.

A primeira lista de livros autorizados para o ensino secundário é divulgada em 1969 e continuam sendo publicadas até o ano de 1971, quando é apresentada a última lista. O que leva a comissão de São Paulo, em seus últimos anos de funcionamento, a autorizar a circulação de obras destinadas ao ensino secundário? Por que nenhuma avaliação envolvendo os livros do ensino secundário foi realizada antes de 1969? Qual era o impedimento para a realização dessas avaliações? A resposta para essas questões provavelmente está associada à extinção da CNLD, nesse mesmo ano. Acredita-se que,

---

<sup>118</sup> O School Mathematics Study Group nasceu como uma combinação de grande insatisfação da comunidade matemática dos EUA em relação ao currículo de Matemática oferecido aos estudantes, aliado aos interesses do governo norte-americano em realizar maciços investimentos no campo de ciências e educação, diante da necessidade de vencer a corrida espacial contra a União Soviética (Filho, 2009, p. 107). Desta forma, o grupo foi criado em 1958 com a finalidade de implementar um novo currículo matemático para educação primária e secundária, desempenhando esta função até o final de suas atividades, em 1977.

diante da inexistência de um órgão competente por avaliar os livros didáticos destinados ao ensino secundário, a CELUDE assume o controle das avaliações.

A Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares encerrou as suas atividades em 1971 após publicar a última lista, dando lugar a Equipe Técnica do Livro e Material Didático. Os documentos encontrados não fornecem qualquer pista sobre as causas responsáveis pela extinção da CELUDE e a criação da Equipe Técnica do Livro e Material Didático.

A ETLMD funcionou no interior da Divisão de Orientação Técnica, do Departamento de Ensino de São Paulo, avaliando e proferindo julgamento aos livros didáticos destinados aos ensinos primário, secundário e normal. Os últimos registros do funcionamento dessa iniciativa datam de 1976.



## 7 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS LIVROS AUTORIZADOS PELA CNLD, CL, SPSLD E CELUDE

### 7.1 Análise dos Livros aprovados

Após atuarem por mais de trinta anos avaliando e proferindo julgamento sobre os livros didáticos, as iniciativas de avaliação do Rio de Janeiro, São Paulo e da União autorizaram um grande volume de livros e desempenharam um importante papel a favor da compreensão do tipo de livro didático oficialmente admitido no país durante este período, em especial, aqueles que se destinam à disciplina de Matemática.

A tabela abaixo apresenta o resultado do trabalho de avaliação apresentado pelas comissões analisadas durante esses anos, em uma tentativa de identificar determinados aspectos que dificilmente poderiam ser detectados, senão por uma análise conjunta das listas, confrontando-se as informações.

**Tabela 17** – Livros didáticos de Matemática aprovados pelas três iniciativas de avaliação

Livros Aprovados				
Autor	Título	CNLD	CRJ	CELUDE
Abdon, Célia Côrtes	Meus Exercícios de Cálculo (Vol. I)	2ª/1959	--	--
Abdon, Célia Côrtes	Meus Exercícios de Cálculo (Vol. II)	2ª/1959	--	--
Abdon, Célia Côrtes	Minha Tabuada (Vol. I)	2ª/1959	--	--
Abdon, Célia Côrtes	Minha Tabuada (Vol. II)	--/1959	--	--
Abdon, Célia Côrtes	Primeiros Passos na Matemática (Vols. I e II)	2ª/1959	--	--
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir	--	--	--/1966 --/1968
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir (Caderno 1)	1ª/1959	--	--
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir (Caderno 2)	1ª/1959	--	--
Abranches, Helena Lopes	Um Tesouro – Contar e Colorir (Caderno 3)	1ª/1959	--	--
Albanese, Anna Carletti, Ivo	Exercícios de Álgebra (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Albanese, Anna Carletti, Ivo	Trinômio do 2º Grau (Primário)	--	--	--/1970 --/1971

Albuquerque, Irene de	Jogos e Recreações Matemáticas	--	1ª/1950	--
Albuquerque, Irene de	Jogos e Recreações Matemáticas (Vol. I)	3ª/1959	--	--
Albuquerque, Irene de	Jogos e Recreações Matemáticas (Vol. II)	3ª/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados – 1ª Série (Adição I)	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados – 1ª Série (Subtração I)	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados – 2ª Série (Adição)	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados – 2ª Série (Subtração)	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados – 2ª Série (Multiplicação I)	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Albuquerque, Sostete de	Cálculos Graduados – 3ª Série (Multiplicação II)	--/1959	--	--
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Matemática Fácil e Atraente	--	1ª/1940	--
Albuquerque, Irene de Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é fácil	3ª/1947 4ª/1947	1ª/1941	--
Almeida, Fernando Furquim de Castanho, João de Castrucci, Benedito Farah, Edison	Matemática – 1ª Série (Cursos Clássico e Científico)	--/1947	--	--
Almeida, Pedro Nolasco de	Aritmética Infantil	3ª/1947	--	--
Alvares, Alberto	Tratado de Aritmética	2ª/1947	--	--
Alves, Justino	Compêndio de Geometria Prática	--/1947	--	--
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966

				--/1967 --/1968
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito – 3ª Série (Primário)	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Amaral, Persides Pires do	Ensine com Êxito – 4ª Série (Primário)	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Amorim, Diogo Pacheco de	Compêndio de Aritmética Racional	--/1951	--	--
Amorim, Diogo Pacheco de	Compêndio de Aritmética Racional – 6ª e 7ª Séries (Curso Liceal)	--/1947	--	--
Antunes, Francisco	Aritmética Recreativa – 2ª a 4ª Série (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961
Antunes, Francisco	Coletânea de Problemas – 1ª a 4ª Séries (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967

Antunes, Francisco	O Ensino Rápido da Tabuada	--/1959	--	--
Antunes, Francisco	Tabuada Popular (Primário)	6ª/1959	--	--/1953 --/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Araújo, Romilda	Hora Alegre na Matemática – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1968
Araújo, Sylvio de	Matemática – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1966 --/1967
Aveline, Suely	Meu Caderno de Matemática – 1º Ano Primário	--/1959	--	--
Aveline, Suely	Meu Caderno de Matemática – 2º Ano Primário	--/1959	--	--
Aveline, Suely	Meu Caderno de Matemática – 3ª Série	--/1959	--	--
Aveline, Suely	Meu Caderno de Matemática – 4ª Série	5ª/1959	--	--
Azevedo, Zoé de Dorfmund, Luiza Pereira	Meu Diário de Aritmética – Primeiro Caderno	--	--	--/1967 --1968
Baillot, Benedita Menezes	Problemas Escolares	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Bandeira, Manoel Filho, Lourenço	Aprenda por si! – Exercícios de Aritmética	--	2ª/1945 2ª/1946 2ª/1950	--
Barbosa, Ruy Madsen	Combinatória e Probabilidades (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Barbosa, Ruy Madsen	Elementos de Lógica Matemática aplicada ao Ensino Secundário	--	--	--/1970 --/1971
Barbosa, Ruy Madsen	Geometria Analítica Moderna (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Barbosa, Ruy Madsen Filho, Antônio Espada	Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971

Viggiani, Domingos				
Barreto, Aristides de Camargo	Matemática Funcional (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Barreto Muniz, Pedro Emanuel	Problemas de Geometria Descritiva (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Bechara, Lucília Franchi, Anna Lieberman, Manhucia Perelberg	Curso Moderno de Matemática para a Escola Elementar (Primário)	--	--	--/1968
Bethlem, Agrícola	Curso de Matemática – 1ª série	2ª/1947	--	--
Bethlem, Agrícola	Curso de Matemática – 2ª série	1ª/1947	--	--
Bethlem, Agrícola	Curso de Matemática – 3ª série	--/1947	--	--
Bezerra, Manoel Jairo	Curso de Matemática (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Borges, Abílio Cesar	Geometria Prática Popular (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Bóscolo, A. Castrucci, Benedito	Matemática – Curso Moderno – 1ª a 4ª Séries (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Braga Maluf, Maria de Lourdes	Aprenda Comigo Aritmética e Geometria	--	--	--/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Braga, Plínio Paulo	Cadernos de Aritmética e Geometria – 1ª a 4ª Séries (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Braga, Plínio Paulo	Programa Escolar – 2ª e 3ª Séries	--/1952	--	--
Brandão, Marcius	Matemática – Conceituação Moderna – 1ª a 4ª Séries	--	--	--/1970

	(Primário)			
Brueckmann, Alberto Strelow, Frederico	Segunda Aritmética	1ª/ 1947	--	--
Brueckmann, Alberto Strelow, Frederico	Terceira Aritmética	--/1947	--	--
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar	4ª/1947 8ª/1947	--	--
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 1º Ano	4ª/1947	3ª/1939 3ª/1940 3ª/1941 3ª/1950	--
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 2º Ano	--	3ª/1939 3ª/1940 3ª/1941 3ª/1950	--
Büchler, George Augusto	Aritmética Elementar – 3º Ano	--	2ª/1939 2ª/1940 2ª/1941 2ª/1950	--
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática – 1ª Série	--/1950	--	--
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática – 3ª Série	2ª/1947	--	--
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática – 3ª Série (Comercial)	5ª/1951	--	--
Calioli, Carlos D'Ambrósio, Nicolau	Matemática – 4ª Série (Básico)	3ª/1952	--	--
Cantom, Adolfo Walter Indiani, Dalva Fontes Lamparelli, Lydia Condé Morettin, Pedro Alberto	Matemática para o Ginásio – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970
Capanema, Julieta	Mil Problemas para os Nossos Alunos	--	--/1939	--
Carneiro, R. V.	Manejo das Regras de Cálculo (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Carneiro, Juvenal Carneiro, Irmã	Contabilidade Mercantil	1ª/1947	--	--
Carvalho, Regina Freire	Rimas Aritméticas	--	--/1942	--
Carvalho, A. Fernandes de Magno, Carlos	Exercícios e Problemas de Álgebra	--/1951	--	--
Carvalho, A. Fernandes de Magno, Carlos	Exercícios e Problemas de Álgebra – 3ª Série	--/1951	--	--

Carvalho, A. Fernandes de Magno, Carlos	Exercícios e Problemas de Álgebra e Trigonometria	--/1951	--	--
Carvalho, Antônio Pires de	Resumo de Geometria – 2º Ciclo	2ª/1951	--	--
Carvalho, Carlos de	Aritmética Comercial e Financeira	10ª/1947	--	--
Carvalho, Henriqueta de	Matemática Moderna para o Curso Primário – 1ª a 5ª Séries	--	--	--/1966 --/1968
Carvalho, Thales Mello	Curiosidades Matemáticas	--	--/1950	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática – 1ª Série (Cursos Clássico e Científico)	--/1947	--	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática – 2ª Série	2ª/1947	--	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática – 2ª Série (Cursos Clássico e Científico)	--/1947	--	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática – 2ª Série (Técnico)	--/1952	--	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática – 3ª Série (Curso Colegial)	4ª/1950	--	--
Carvalho, Thales Mello	Matemática – 3ª Série (Cursos Clássico e Científico)	--/1947	--	--
Castanho, João Batista Castrucci, Benedito Catunda, Omar Farah, Edson	Matemática – 3ª Série (2º Ciclo)	--/1952	--	--
Castilho, José Justino	Polinômios (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Castro, Jonatas Dias	Elementos de Geometria Descritiva	1ª/1947	--	--
Castrucci, Benedito	Elementos de Teoria dos Conjuntos (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Castrucci, Benedito	Geometria – Curso Moderno (3 vols) (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Cattony, Carlos	Geometria no Espaço (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Cattony, Carlos	Lições de Matemática Elementar – 2º Volume	4ª/1950	--	--
Cattony, Carlos	Lições de Matemática Elementar – 4ª Volume	2ª/1947	--	--
Cattony, Carlos	Matemática Elementar – 1ª Série	3ª/1947	--	--
Cattony, Carlos	Matemática Elementar – 2ª Série	3ª/1947	--	--
Cattony, Carlos	Matemática Elementar – 3ª Série	2ª/1947	--	--
Cattony, Carlos	Matemática Elementar – 4ª Série	3ª/1947	--	--
Celestina, Herminia	Ideia Concreta dos Números	3ª/1951	1ª/1950	--

Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Álgebra	1ª/1947	--	--
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Aritmética	--/1947	--	--
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Geometria	12ª/1947	--	--
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Geometria Descritiva	7ª/1947 11ª/1950	--	--
Chaput, Ignace (Frei)	Elementos de Trigonometria	6ª/1947	--	--
Chollet, Marc	Tábuas de logaritmos	5ª/1947	4ª/1940 4ª/1941	--
Chollet, Marc	Tábuas de Logaritmos (2º Ciclo)	--/1951	--	--
Cony, Cecy	Aritmética (1º ano Elementar)	1ª/1947	--	--
Cony, Cecy	Aritmética – 1ª e 2ª Ano	4ª/1950	--	--
Costa, Nelson Mariano	Caderno para Construção de Sólidos Geométricos	6ª/1950	--	--
Cotta, Waldemar Pereira	Formulário de Matemática Comercial	1ª/1947	--/1940	--
Cunha, Augusto José da	Elementos de Aritmética	10ª/1947	--	--
Cunha, Haroldo Netto, César Dacorso Peixoto, Roberto Lisboa Roxo, Euclides	Matemática – 1ª Série (2º Ciclo)	2ª/1947	--	--
Cunha, Haroldo Netto, César Dacorso Peixoto, Roberto Lisboa Roxo, Euclides	Matemática – 2ª Série (2º Ciclo)	2ª/1947	--	--
Cunha, Haroldo Netto, César Dacorso Peixoto, Roberto Lisboa Roxo, Euclides	Matemática – 3ª Série (2º Ciclo)	--/1947	--	--
D'Ambrosio, Nicolau D'Ambrosio, Ubiratan	Matemática Comercial e Financeira (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970
Delpla, E. Leite, J. D' Andrade Mas, André	Matemática – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970
Delpla, E. Leite, J. D' Andrade Mas, André	Matemática – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1970
Dolce, Osvaldo Guelli, Cid A. Iezzi, Gelson	Álgebra I – Geometria Analítica – Geometria de Posição – Trigonometria (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Dumont, Isidoro (Irmão)	Álgebra Elementar	--/1947	--	--
Dumont, Isidoro	Elementos de Aritmética	--/1947	--	--



(Irmão)		--/1952		
Dumont, Isidoro (Irmão)	Exercícios de Aritmética	--/1952	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Exercícios de Cálculos e Problemas	--/1952	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Exercícios de Cálculos e Problemas sobre as Quatro Operações Fundamentais	1ª/1947	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Geometria	--/1952	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Geometria Elementar	1ª/1947	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Matemática – 1ª Série – F.T.D. (Ginasial)	--/1952	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Matemática – 2ª Série – F.T.D. (Ginasial)	--/1952	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Matemática – 3ª Série – F.T.D. (Ginasial)	--/1952	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Noções de Álgebra (Curso Elementar)	--/1947	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Primeiro Livrinho de Cálculos	1ª/1947	--	--
Dumont, Isidoro (Irmão)	Trigonometria Elementar	--/1947	--	--
Espinheira, Ariosto	Matemática	--/1947	--	--
Espinheira, Ariosto	Matemática – 1º volume	--	--/1939	--
Espinheira, Ariosto	Matemática – 2º volume	--	--/1939	--
Espinheira, Ariosto	Matemática – 3º volume	--	--/1939	--
F. I. C.	Elementos de Álgebra	--	--/1941 --/1950	--
F. I. C.	Elementos de Geometria	--	--/1940 --/1941 --/1950	--
F. I. C.	Elementos de Geometria Descritiva	--	9ª/1941	--
F. I. C.	Elementos de Geometria Prática	--	9ª/1940 9ª/1941	--
F. I. C.	Elementos de Trigonometria	--	6ª/1941	--
F.T.D.	Contar é Fácil – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1966 --/1967 --/1968
F.T.D.	Elementos de Aritmética – 1ª a 4ª Séries (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960

				--/1961 --/1962 --/1963 --/1964
F.T.D.	Exercícios de Cálculos com Problemas – As Quatro Operações (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964
F.T.D.	Matemática – 4ª, 5ª Séries e Admissão (Primário)	--	--	--/1966 --/1967 --/1968
F.T.D.	Matemática – Exercícios de Cálculos (Primário)	--	--	--/1966 --/1967 --/1968
Faria, Manuel	Tábuas de Logaritmos	--/1951	--	--
Farias, Sinésio de	Curso de Álgebra (2º Ciclo)	--/1951	--	--
Figueiredo Rocha, Nilséa Lima	Problemas Modernos de Aritmética (Primário)	--/1959	--	--/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966
Filho, Edgard de Alencar	Curso de Geometria Plana (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Filho, Edgard de Alencar	Elementos de Geometria Analítica (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Filho, Edgard de Alencar	Iniciação à Lógica Matemática (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Filho, Edgard de Alencar	Relações e Funções (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Filho, Edgard de Alencar	Teoria Elementar dos Conjuntos (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Fleury, Renato Sêneca	Cálculo Escolar (Primário)	5ª/1947	--/1950	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961
Fragoso, R. Silveira, C.	Nosso Livro de Matemática – 1ª Série	--/1947	--/1950	--
Freire, Olavo	Desenho Geométrico e Noções de Geometria (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970

Freire, Olavo	Noções de Geometria Prática	39ª/1947	--/1950	--
Freitas, Walter Nieble de	Tabuada na Bicholândia	--	--	--/1967 --/1968
Galante, Carlos	Matemática – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Galante, Carlos	Matemática – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Galante, Carlos	Matemática – 3ª Série (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Galante, Carlos	Matemática – 4ª Série (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Galante, Carlos Santos, Osvaldo Marcondes dos	Matemática – 1ª Série	--/1951	--	--
Galante, Carlos Santos, Osvaldo Marcondes dos	Matemática – 2ª Série	--/1951	--	--
Galante, Carlos Santos, Osvaldo Marcondes dos	Matemática – 3ª Série	4ª/1953	--	--
Galante, Carlos Teixeira, Antônio de Souza	Trigonometria (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Giordano, Ernestina	Brincar com Números (Primário)	--	--	--/1955 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Gonçalves Roliz, Joaquim Prudêncio	Ilustrações de Frações Decimais e Ordinárias	--/1952	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para Escolas Primárias	5ª/1947 12ª/1947	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para Escolas Primárias – 1ª Parte	12ª/1950	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para Escolas Primárias – 2ª Parte	15ª/1950	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Aritmética para Escolas Primárias – 4ª Parte	8ª/1947	--	--
Heuser, Bruno (Frei)	Geometria Prática	--/1947	4ª/1940 4ª/1941 4ª/1950	--
Josephson, L. A.	Curso de Pré Aviação Militar – Álgebra	--	--/1950	--
Josephson, L. A.	Curso de Pré Aviação Militar –	--	--/1950	--

	Aritmética			
Josephson, L. A.	Curso de Pré Aviação Militar – Geometria	--	--/1950	--
Júnior, Cortada	Exercícios de Trigonometria – (2º Ciclo)	--/1951	--	--
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática	4ª/1947	--	--
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática – 1ª Série	--/1950	--	--
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática – 2ª Série	--/1952	--	--
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática – 3ª Série	--/1947	--	--
Junot, Lucas Rodrigues	Matemática – 4ª Série	--/1950	--	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Formas e Equações Lineares	1ª/1950	--	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Lições de Análise Combinatória – 2ª Série (Secundário)	--/1947	--	--/1970 --/1971
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Teoria Elementar dos Determinantes – 2ª Série (Secundário)	--/1947	--	--/1970 --/1971
Lacaz Netto, Francisco Antônio	Trigonometria (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática – 1ª Série	--/1951	--	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática – 2ª Série	--/1947	--	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática – 3ª Série	--/1947	--	--
Lacaz Netto, Francisco Antônio Maurer, Willie	Matemática – 4ª Série	--/1947	--	--
Lagoa, Antônio Joaquim	Caderno de Aritmética – 3ª Série	--/1947	--	--
Lemgruber, Nicanor	Exercícios de Matemática Comercial e Problemas – 3ª Série	1ª/1947	--	--
Lemgruber, Nicanor	Matemática Comercial	1ª/1950	--	--
Lemgruber, Nicanor	Matemática Financeira – 1ª Série	--/1950	--	--
Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática Comercial	2ª/1947	--/1940 1ª/1941 --/1950	--

Lemgruber, Nicanor Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática Comercial	2ª/1947	2ª/1940 2ª/1941 2ª/1950	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática – 1ª Série	--/1947	1ª/1950	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática – 2ª Série	--/1947	--	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática – 3ª Série	--/1947	--	--
Lemgruber, Nicanor Peixoto, Roberto	Matemática – 4ª Série	--/1947	--	--
Lima, Afonso Guerreira	Noções de Aritmética – 1ª Parte	1ª/1947	--	--
Lima, Roberto de Barros	Elementos de Geometria Analítica (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Lins, Irene de Almeida	Matemática Comercial	--/1947	--	--
Lourenço Filho, Manuel Bergström	Nova Tabuada e Noções de Aritmética (Primário)	--/1959	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Loriggio, Plácido	Geometria Descritiva (Secundário)	--	--	--/1970
Loriggio, Plácido	Geometria Espacial (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Machado, Adervan	Geometria Descritiva (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 1ª Série	3ª/1947 4ª/1947 12ª/1959	3ª/1946 3ª/1950	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 2ª Série	2ª/1947 3ª/1947 --/1947	1ª/1946 1ª/1950	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 3ª Série	--/1947 --/1952	1ª/1946 1ª/1950	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Curso de Matemática – 4ª Série	--/1947	--	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 1º Série	--	4ª/1940 4ª/1941 4ª/1950	--
Maeder, Algacyr	Lições de Matemática – 2º Série	--/1947	--/1940	--

Munhoz			--/1941 --/1950	
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 3ª Série	6ª/1947	--/1940 --/1941	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 4ª Série	4ª/1947	--/1940 --/1941 --/1950	--
Maeder, Algacyr Munhoz	Lições de Matemática – 5ª Série	--/1947	--/1940 --/1941 --/1950	--
Maestrelli, Therezinha Pedrosa	Matemática Moderna para o Curso Primário	--	--	--/1968
Magno, Carlos	Exercícios de Álgebra e Trigonometria (2º Ciclo)	--/1951	--	--
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados – 1ª Série	--/1951	--	--/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados – 2ª Série	--/1951	--	--/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados – 3ª Série	--/1951	--	--/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Maranhão, Pacífica Ramos	Problemas Graduados – 4ª Série	--/1951	--	--/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Marcondes, Oswaldo	Álgebra (Primário)	--	--	--/1970 --1971
Marcondes, Oswaldo	Aritmética (Primário)	--	--	--/1970 --1971
Marcondes, Oswaldo	Geometria (Primário)	--	--	--/1970 --1971
Marin, André Perez y	Aritmética	10ª/1947	--	--
Marin, André Perez y	Elementos de Álgebra	7ª/1947	--	--
Marin, André Perez y	Lições de Aritmética	--/1947	--	--
Marin, André Perez y	Soluções Algébricas	2ª/1947	--	--
Marin, André Perez y	Soluções de Aritmética	2ª/1947	--	--
Marin, André Péres y Pasquale, Carlos	Elementos de Trigonometria Retilínea	3ª/1947	--	--
Marin, André Perez y Paula, Carlos Francisco de	Elementos de Geometria	--	--/1950	--
Marin, André Perez y	Elementos de Trigonometria	--	3ª/1940	--

Paula, Carlos Francisco de	Retilínea		3ª/1941 3ª/1950	
Marins, Álvaro	Primeiros Cálculos	5ª/1947	--	--
Mello Neves, Déborah Pádua	Matemática Moderna	--	--	--/1968
Mello e Souza, Júlio César de	Diário de Lúcia	--	--/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de	Geometria Analítica (1ª Parte)	3ª/1947	--	--
Mello e Souza, Júlio César de	Geometria Analítica (2ª Parte)	1ª/1947	--	--
Mello e Souza, Júlio César de	Meu Caderno de Matemática (Curso de Admissão)	--	1ª/1945 1ª/1946 1ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de	Tudo é Fácil	--	2ª/1939 2ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática	4ª/1950	--	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 2º Ano	--	7ª/1940 7ª/1941	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 3º Ano	4ª/1950	3ª/1940 3ª/1941 3ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 4º Ano	--	4ª/1940 4ª/1941 4ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Curso de Matemática – 5º Ano	--	3ª/1940 3ª/1941 3ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 4º Ano	--	2ª/1940	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginasial – 1ª Série	2ª/1947 12ª/1947	1ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil	Matemática Ginasial – 2ª Série	2ª/1947	1ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio	Matemática Ginasial – 3ª Série	--/1947	1ª/1950	--

César de Roxo, Euclides Thiré, Cecil				
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 3º Ano	--	4ª/1941	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 4º Ano	--	2ª/1941	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Exercícios de Matemática – 5º Ano	--	2ª/1941	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática – 1º Ano	--	11ª/1940 11ª/1941 11ª/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática – 2º Ano	--	--/1950	--
Mello e Souza, Júlio César de Thiré, Cecil	Matemática – 3º Ano	2ª/1947	--	--
Melo, Antônio Argel	Pontos de Álgebra e Geometria	--/1951	--	--
Melo, Antônio Argel	Pontos de Geometria	--/1947	--	--
Mendes, Franklin	Rudimentos de Geometria e Desenho Geométrico	--/1950	--	--/1956 --/1957 --/1959 --/1960 --/1961
Mendonça, Arnaldo	Matemática para os Cursos Industriais (Secundário)	--	--	--/1970
Menezes, Darcy Leal	Abecedário da Álgebra (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Menezes, Darcy Leal	Abecedário da Álgebra (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Milano, Miguel	1.400 Problemas de Aritmética	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959
Milano, Miguel	Chave dos Problemas e Exercício do “Manual”	--	--	--/1956 --/1957 --/1958
Mirshawka, Victor	Polinômios (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Mirshawka, Victor	Progressões (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Elementos de Análise Combinatória (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Mirshawka, Victor	Números Complexos – Sistemas	--	--	--/1970



Sonnino, Sérgio	Lineares (Secundário)			--/1971
Mirshawka, Victor Sonnino, Sérgio	Teoria Elementar dos Conjuntos	--	--	--/1971
Morais, Jairo	Aritmética Primária	--	--/1950	--
Nadriez, Decourt	Matemática – 2ª Série	--	--/1941	--
Nadriez, Decourt	Matemática – 5ª Série	--	--/1940 --/1950	--
Nast, Walter Tochtrop, Leonardo	Meu Livro de Contas (1º volume)	3ª/1947	--	--
Nast, Walter Tochtrop, Leonardo	Meu Livro de Contas (2º volume)	3ª/1947	--	--
Netto, César Dacorso	Elementos de Aritmética	--	1ª/1941	--
Netto, Scipione Di Pierro	Função Exponencial – Logaritmos – Equações (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Netto, Scipione Di Pierro	Geometria Analítica (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Netto, Scipione Di Pierro	Matemática para a Escola Moderna	--	--	--/1969 --/1970
Netto, Scipione Di Pierro	Progressões Aritméticas e Geométricas (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Netto, Scipione Di Pierro E Outros	Matemática – Curso Colegial Moderno – 1ª Série (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Netto, Scipione Di Pierro E Outros	Matemática – Curso Colegial Moderno – 2ª Série (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Neves, Francisco Ferreira	Álgebra e Trigonometria	5ª/1951	--	--
Neves, Francisco Ferreira	Elementos de Aritmética Racional (Científico)	--/1951	--	--
Neves, Francisco Ferreira	Geometria	4ª/1951	--	--
Neves, Francisco Ferreira	Geometria – 4ª, 5ª e 6ª Séries (Liceus)	5ª/1951	--	--
Neves Rodrigues, João José	Admissão às Escolas Preparatórias (Álgebra - Exercícios)	1ª/1959	--	--
Neves Rodrigues, João José	Admissão às Escolas Preparatórias (Aritmética - Exercícios)	1ª/1959	--	--
Neves Rodrigues, João José	Admissão às Escolas Preparatórias (Geometria - Exercícios)	1ª/1959	--	--
O'Reilly, Newton Quintella, Ary	Exercícios de Aritmética para o Curso de Admissão	--	--/1951	--

Occhini, Luiz	Geometria Analítica (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Oliveira, Alberto Sá de	Elementos de Geometria Analítica Plana	--/1947	--	--
Oliveira, Antônio Marmo de	Matemática – Ensino Programado – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Oliveira, Antônio Marmo de	Matemática – Ensino Programado – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Palma Fernandes, Antônio do Nascimento	Elementos de Geometria – 2ª Série	2ª/1951	--	--
Palma Fernandes, Antônio do Nascimento	Ementas de Geometria	3ª/1951	--	--
Paula, Carlos Francisco de	Aritmética Comercial	--	6ª/1939 6ª/1940 6ª/1941 6ª/1950	--
Paula, Maria	Aritmética Primária	6ª/1947	--/1939	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966
Pedro, Isidoro (Irmão)	Trigonometria Plana e Esférica	--/1950	--	--
Peixoto, Ivete	Aritmética no 1º ano	--	--/1940	--
Peixoto, Vicente	Aritmética e Geometria	--	--	--/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Peixoto, Vicente	Pontos de Aritmética e Geometria	--	--	--/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Perperosa, Luigi Giuseppe	Demonstração Prática dos "Produtos Notáveis"	--/1959	--	--
Príncipe Jr., Alfredo dos Reis	Noções de Geometria Descritiva – 1ª e 2ª Séries (Secundário)	--	--	--/1970

Queirós, José Joaquim de	Elementos de Álgebra	--/1947	--	--
Quintella, Ary	Álgebra Elementar – 3ª Série (Básico)	--/1952	--	--
Quintella, Ary	Aritmética Prática – 1ª Série (Comercial Básico)	--/1951	--	--
Quintella, Ary	Exercício de Aritmética	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Quintella, Ary	Matemática – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 3ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 4ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 1ª Série (Secundário)	7ª/1947 10ª/1947 --/1947	--/1941	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 2ª Série (Secundário)	--/1947 6ª/1947 7ª/1950	--/1941	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 3ª Série (Secundário)	2ª/1947 6ª/1950 --/1947	--	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática – 4ª Série (Secundário)	4ª/1947 6ª/1947	--	--/1969 --/1970 --/1971
Quintella, Ary	Matemática (Admissão)	--	--	--/1967 --/1968
Raja Gabaglia, Eugenio Barros	Elementos de Trigonometria	7ª/1950	--	--
Rangel, Luis Cardoso	Minha Aritmética (4 Cadernos)	--	--	--/1960 --/1961 --/1962

				--/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Rego, Abel de Araújo	Aritmética Comercial e Geometria Elementar	--/1948	--	--
Rego, Abel de Araújo	Aritmética Comercial e Geometria Elementar – 2ª Série	1ª/1948	--	--
Rego, Abel de Araújo	Aritmética Racional	3ª/1948	--	--
Reis, Otelo de Souza	Seiscentas Expressões Fracionárias	--	6ª/1941	--
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Matemática Moderna	--	--	--/1967 --/1968
Ribeiro de Oliveira, Carolina Renno	Questionário de Aritmética	--	--	--/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
Rocha, Luiz Mauro	Geometria no Espaço (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Rodrigues de Vasconcelos, Fernando Soares	Matemática – 1ª Série	1ª/1950	--	--
Rodrigues, Eduardo Celestino	1700 Exercícios de Álgebra	2ª/1947	--	--
Rodrigues, Maria Teixeira	Ensino Moderno de Matemática	--	--	--/1968
Rodrigues, Maria Vicente	Caderno de Problemas	--	--	--/1955
Rodrigues, Neves	Aritmética – Álgebra – Geometria (Primário)	--	--	--/1970 --/1971
Rodrigues, Neves	Logaritmos (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Roxo, Euclides	Lições de Aritmética – 3ª Série	--/1947	--	--
S. L.	Álgebra Elementar	--	--/1950	--
S. T. D.	Tábuas de Logaritmos	--	--/1950	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – 1ª Série (Secundário)	2ª/1959	--	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – 2ª Série (Secundário)	--/1959	--	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – 3ª Série (Secundário)	--/1959	--	--
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – 4ª Série (Secundário)	2ª/1959	--	--

Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno – 1ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno – 2ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno – 3ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática – Curso Moderno – 4ª Série (Primário)	--	--	--/1969 --/1970 --/1971
Sangiorgi, Osvaldo	Matemática e Estatística	--	--	--/1969 --/1970
Santos, Theobaldo Miranda	Aritmética Prática (Admissão)	--/1959	--	--
Santos, Theobaldo Miranda	Exercícios de Linguagem e Matemática	--/1959	--	--/1956
Santos, Theobaldo Miranda	Exercícios Escolares	--/1959	--	--
Santos, Theobaldo Miranda	Matemática Primária	--/1959	--	--/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967 --/1968
School Mathematics Study Group	Matemática I e II (Primário)	--	--	--/1969 --/1970
School Mathematics Study Group	Matemática – 1ª Série (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970
School Mathematics Study Group	Matemática – 2ª Série (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970
School Mathematics Study Group	Matemática – 3ª Série (Secundário)	--	--	--/1969
Seixas, Dinah de Moraes e	Aritmética – Problemas e Exercícios	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Serrão, Alberto	Lições de Álgebra Elementar	--/1947	--	--
Serrasqueiro, José Adelino	Tratado de Álgebra Elementar	17ª/1947	--	--

Serrasqueiro, José Adelino	Tratado Elementar de Aritmética	23ª/1947	--	--
Serrasqueiro, José Adelino	Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea e Noções de Geometria Analítica	9ª/1947	--	--
Silva, Caio Figueiredo	Bazar Completo	--	--	--/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962
Silva, Caio Figueiredo	Nossa Vendinha	--	--	--/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962
Silva, Caio Figueiredo	Quadro das Tabuadas	--	--	--/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962
Silva, Haydée de Oliveira e	Problemas para 2º e 3º Graus (Coleção Centenário)	--	--	--/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Silva, Valter Toledo Feitosa, Miguel O.	Matemática Ginásial – 1ª Série	--/1947	--	--
Silveira, Eugênio Dilermando de	Lições de Desenho Linear Geométrico	--	--/1940	--
Soelter, Carlos	Exercícios de Aritmética	1ª/1947	--	--
Sonnino, Sérgio	Elementos de Geometria Analítica	--/1947	--	--
Sousa, Alfredina de Paiva	Nossa Aritmética	1ª/1947	1ª/1940 1ª/1941 1ª/1950	--
Sousa, Antenor de Paiva	Elementos de Matemática – 1ª Série	--/1947	--	--
Sousa, Antenor de Paiva	Elementos de Matemática – 2ª Série	--/1947	--	--
Spicacci, Frederico Carlos	Matemática Aritmética e Álgebra	--/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática – 1ª Série	4ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática – 2ª Série	--/1947	--	--

Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática – 3ª Série	--/1947 7ª/1947 8ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Elementos de Matemática – 4ª Série	6ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática – 1ª Série	3ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática – 2ª Série	2ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática – 3ª Série	2ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática – 4ª Série	--/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Exercícios de Matemática – 5ª Série	--/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Problemas de Matemática – 1ª Série	1ª/1947	--	--
Stávale, Jacomo	Problemas de Matemática – 2ª Série	1ª/1947	--	--
Tahan, Malba	O Homem que Calculava	--	4ª/1950	--
Tatit, Joaquim Dias	Análise Combinatória Simples – Geometria Plana – Matrizes – Números Complexos (Secundário)	--	--	--/1970 --/1971
Thiré, Cecil	Geometria – Exercícios (Secundário)	--	--	--/1969 --/1970
Thiré, Cecil	Manual de Admissão	--	--	--/1967
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – 1ª Série	8ª/1947	--	--
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – 2ª Série	6ª/1947	--	--
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – 3ª Série	1ª/1947 7ª/1950	--	--
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – 4ª Série	1ª/1947 7ª/1950	--	--
Thiré, Cecil	Manual de Matemática – Curso Colegial	2ª/1950 --/1950	--	--
Tochtrop, Leonardo Bunse, Henrique	Aritmética Elementar – 1ª Série	--/1951	--	--
Toledo, Isabel Santos	Brincando com Tabuada	--	--	--/1967
Trajano, Antônio	Aritmética Elementar (Primário)	13ª/1947	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964

				--/1966 --/1967
Trajano, Antônio	Aritmética Primária	13ª/1947	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --/1967
Trajano, Antônio	Aritmética Progressiva (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961
Trench, Claedmar	Raciocine com a Criança (Primário)	--	--	--/1956 --/1957 --/1958 --/1959 --/1960 --/1961 --/1962 --/1963 --/1964 --/1966 --1967 --/1968
Trompowsky, Alice Brandão	400 Exercícios de Matemática – 1ª, 2ª e 3ª Série	--/1947	--	--
Trotta, Laudimia	Problemas Aritméticos Solucionados	--/1947	--/1940 --/1941 --/1950	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Exercícios de Trigonometria	2ª/1947	--	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 1ª série	--/1947	3ª/1940	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 2ª série	--	2ª/1940 2ª/1941 2ª/1950	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 3ª série	2ª/1947	2ª/1940	--
Vegni Neri, Léo Bomfim dei	Matemática – 4ª série	2ª/1947	2ª/1940	--
Veloso, Paulo Dias	Derivadas – Determinantes – Logaritmos (2º Vol.)	1ª/1959	--	--
Veloso, Paulo Dias	Frações Contínuas e Análise	1ª/1959	--	--



	Combinatória			
Veloso, Paulo Dias	Números Complexos e Séries (1º Vol.)	1ª/1959	--	--
Veloso, Paulo Dias	Resolução Numérica das Equações (4º Vol.)	1ª/1959	--	--
Vilela, Antônio Lobo	Exercícios Resolvidos de Álgebra	--/1947	--	--
Vilela, Antônio Lobo	Método de Matemática	1ª/1947	--	--
Vilela, Antônio Lobo	Métodos Geométricos	1ª/1947	--	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 1º Ano	--/1947	--/1940 --/1941 --/1950	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 2º Ano	2ª/1947	--/1940 --/1941 --/1950	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 3º ano	4ª/1950	--/1940 --/1941 --/1949 --/1950	--
Wolff, Antônio Pedro	Meus Problemas – 4º Ano	2ª/1947	--/1940 --/1941	--
Zanello, Hiperides	Aritmética Primária	4ª/1947	2ª/1939 --/1939	--
Zanello, Hiperides	Elementos de Geometria e Desenho Linear	--	--	--/1960 --/1961

Na lista unificada, figuram 194 autores e 419 livros. Entre os autores, identificam-se alguns nomes constantemente citados em pesquisas, cujas obras representam uma importante base documental de trabalhos sobre livros didáticos de Matemática no Brasil. Nesse sentido, destacam-se Agrícola Bethlem, Algacyr Munhoz Maeder, André Perez y Marin, Ary Quintella, Cecil Thiré, Euclides Roxo, Isidoro Dumont, Jacomo Stávale, Lourenço Filho, Manoel Jairo Bezerra, Mello e Souza, Oswaldo Sangiorgi e Scipione Di Pierro, bem como, as obras das coleções F.I.C. e F.T.D..

A lista revela, ainda, diversos títulos ainda não explorados na literatura especializada, entre eles, os de Francisco Antunes, Persides Pires do Amaral, Irene de Albuquerque, Thales Mello Carvalho, Carlos Cattony, Ignace Chaput, Edgard de Alencar Filho, Nicanor Lemgruber e Pacífica Ramos. A partir desse diagnóstico, é possível constatar que a intensa circulação de livros didáticos de Matemática no Brasil, nesse período, vai muito além do que já foi explorado pela literatura especializada.

Os autores Maria Paula e Ary Quintella representam os únicos na lista geral que tiveram uma mesma obra aceita pelas três iniciativas de avaliação. A *Aritmética Primária*, de Maria Paula, teve a autorização de uso concedida em 1939 pela Comissão de Livros, em 1947, pela CNLD e, durante os anos de 1950 e 1960, pela CELUDE.

A coleção *Matemática (Secundário)*, elaborada por Ary Quintella e composta por quatro volumes, teve os dois primeiros volumes aceitos pelas três iniciativas de avaliação. O terceiro e o quarto volumes constam entre os livros autorizados pela CELUDE e pela CNLD, mas não constam nas listas do Distrito Federal. Isso acontece porque os volumes, em caso de coleção, eram avaliados separadamente. Situações como essa se repetem ocasionalmente nas listas. A coleção *Curso de Matemática* escrita por Mello e Souza, Euclides Roxo e Cecil Thiré teve quatro dos cinco volumes aceitos pelas comissões do Rio de Janeiro, e as *Lições de Matemática*, de Algacyr Munhoz Maeder, composta por cinco volumes, teve apenas o primeiro volume não aceito pela CNLD.

Dentre as obras de Cecil Thiré e Mello e Souza, autorizadas pelas comissões do Rio de Janeiro, e de José Adelino Serrasqueiro e Olavo Freire, aprovadas pela comissão nacional, identifica-se a ocorrência de títulos com um grande número de edições. A *Matemática no primeiro ano*, de Cecil Thiré e Mello e Souza, foi autorizada em sua décima primeira edição. O *Tratado Elementar de Aritmética*, de José Adelino Serrasqueiro, em sua vigésima terceira edição e as *Noções de Geometria Prática*, de Olavo Freire, na trigésima nona edição.

As primeiras edições desses dois últimos livros datam do século XIX. As *Noções de Geometria Prática*, especificamente, teve a sua primeira publicação em 1894. O compêndio “foi aprovado e premiado pelo Conselho de Instrução Pública do Distrito Federal – informação em destaque na capa da obra” (Boen Frizzarini; Leme da Silva, 2014, p. 1). Em sua trigésima nona edição, “o compêndio perpassa tanto a vaga pedagógica que circula no final do século XIX, denominada como Pedagogia Moderna e chega até meados do século XX marcado pelo início da difusão da Pedagogia da Escola Nova” (ibid).

Os livros de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria tiveram presença marcante nas listas publicadas pelas três iniciativas de avaliação entre os anos de 1940, 1950 e 1960. Os manuais foram autorizados em larga escala no ensino primário e secundário do Distrito Federal e do Brasil. Em se tratando do estado de São Paulo, a autorização desses compêndios manteve-se restrita apenas ao ensino primário.

Ao mesmo tempo em que se observam obras isoladas de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, como a *Álgebra Elementar*, de S.L. e a *Aritmética Elementar*, de George Augusto Büchler. Nota-se, também, coleções inteiras fragmentadas nessas disciplinas. Nesse sentido, destacam-se os Elementos de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, tanto de Isidoro Dumont, quanto de Ignace Chaput.

A lista unificada mostra que o conceito de compêndio, exposto no Decreto-Lei federal nº 8.460/45, foi incorporado tanto pelas comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com a exceção das *Lições de Análise Combinatória* e da *Teoria Elementar dos Determinantes*, de Francisco Antônio Lacaz Netto, autorizadas pela Comissão de Livros e pela CNLD, as demais obras que se limitam a um pequeno recorte do conteúdo figuram apenas nas listas de livros autorizados pela respectiva comissão. Os manuais que apresentam uma extensa lista de exercícios, como as *Seiscentas Expressões Fracionárias*, os *1700 Exercícios de Álgebra*, os *Mil Problemas para os Nossos Alunos* e os *1.400 Problemas de Aritmética*, seguem o mesmo comportamento, cada qual autorizado por uma única comissão.

Assim como a CNLD inicialmente não foi capaz de colocar em prática algumas das determinações previstas pelo Decreto-Lei nº 8.460/45, as comissões do Rio de Janeiro e de São Paulo enfrentaram os mesmos problemas, principalmente em relação ao anonimato dos autores nos livros didáticos.

Embora, no caso da CNLD, os despachos realizados pelo Sr. Secretário em relação à indicação do nome dos autores tenham surtido efeito, tendo em vista que a autoria dos livros da coleção F.I.C. passou a ser associada a Raja Gabaglia e da coleção F.T.D. à Isidoro Dumont. No Rio de Janeiro e em São Paulo, não é possível observar ação alguma nesse sentido. Dessa forma, o anonimato nas obras das coleções F.I.C. e F.T.D. prevaleceu ao longo dos anos. O compêndio *Elementos de Aritmética*, por exemplo, cuja autoria está associada a F.T.D., consta nas listas divulgadas pela CELUDE do ano de 1956 até o de 1964.

As listas divulgadas pela comissão paulista diferenciam-se, sobretudo, das listas<sup>119</sup> publicadas pelas iniciativas do Rio de Janeiro e da Federação pela existência de inúmeros livros vinculados ao Movimento da Matemática Moderna. Ao passo em que, nas listas publicadas pela CNLD e pelas comissões do Rio de Janeiro, praticamente não

---

<sup>119</sup> Este comentário refere-se apenas as listas que foram encontradas e utilizadas nesta pesquisa.

se observam livros vinculados ao MMM; nas listas emitidas pela CELUDE, há um grande volume de livros produzidos em acordo com os ideais defendidos pelo movimento. Isso se deve ao fato das últimas listas do Rio de Janeiro e da União a serem encontradas datarem da década de 1950, momento em que os educadores brasileiros começaram a ter os primeiros contatos com os ideais do movimento. Segundo Dobrowolski e Pinto (2009, p. 4166) e Costa (2014, p. 5), é somente a partir de 1961, com a criação do Grupo de Estudos de Ensino de Matemática (GEEM) pelo professor Oswaldo Sangiorgi, em São Paulo, que as ideias de uma reforma no ensino de Matemática foram mais bem estruturadas e organizadas. O GEEM foi o grupo brasileiro mais atuante no MMM. Por meio da liderança de Oswaldo Sangiorgi, as ações do grupo disseminaram-se em todo Brasil.

Contudo, é apenas em 1969 que a coleção *Matemática – Curso Moderno*<sup>120</sup>, produzida por Sangiorgi, teve seu uso autorizado pela primeira vez na CELUDE. De acordo com Claras e Pinto (2008, p. 4625), nessa ocasião, Osvaldo Sangiorgi já era considerado um conceituado professor de Matemática no estado de São Paulo, com um vasto currículo acadêmico e muito respeitado como escritor de livros didáticos de Matemática. Esse fato é corroborado pela existência de inúmeros títulos autorizados tanto pela comissão nacional quanto pela comissão paulista, a partir da década de 1950.

A circulação de obras estrangeiras permeou as três iniciativas de avaliação, tanto no âmbito das traduções como em seu idioma original. A presença de obras portuguesas revelou-se de forma intensa nas listas publicadas pela comissão nacional, assim como as traduções adaptadas das coleções F.I.C. e F.T.D., que também tiveram presença marcante nas listas divulgadas pelas iniciativas do Distrito Federal. No caso da comissão paulista, observam-se as traduções das obras produzidas pelo School Mathematics Study Group (SMSG). Assim, é possível identificar a existência de livros didáticos pertencentes a pelo menos três nacionalidades diferentes na lista unificada.

---

<sup>120</sup> Esta coleção destinava-se às quatro séries do ensino primário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode observar nesse estudo, os livros didáticos desempenham um importante papel como propagadores dos conhecimentos escolares e, em muitos casos, dos métodos empregados em um determinado momento histórico. Inevitavelmente, a história das edições didáticas se relaciona com as políticas educacionais adotadas pelo poder público e a constante preocupação em regulamentar sua produção, conteúdo e distribuição. Assim, há uma necessidade contínua de se desenvolver pesquisas destinadas ao processo de regulamentação dessas produções.

A década de 1930 é caracterizada por importantes acontecimentos no cenário educacional brasileiro. Nessa década ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde – responsável por promover a reorganização da administração pública e a estruturação do campo educacional –, a implantação da Reforma Francisco Campos – com o propósito de organizar o ensino secundário em todo Brasil, a partir da publicação de novos programas de ensino e instruções metodológicas – e a criação da Comissão Nacional do Livro Didático responsável por estabelecer as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

A política do livro didático implementada pelo governo federal em 1938 é caracterizada pela padronização dos manuais escolares por meio da regulamentação de sua produção e conteúdo. A constituição dessa política fazia parte de um projeto educacional mais amplo, que pretendia, entre outras coisas, uniformizar o ensino primário, oferecer uma nova estrutura ao ensino secundário e estabelecer currículos mínimos obrigatórios.

A Comissão Nacional do Livro Didático atuou em prol da padronização pedagógica, científica e ortográfica dos manuais. Os avaliadores faziam parte de um seleto grupo de educadores envolvidos nos debates educacionais do período, defendiam a introdução de novas metodologias e a atualização dos conhecimentos acerca das diferentes disciplinas escolares. Esses sujeitos lecionavam nas principais instituições de ensino do país, entre elas, o Colégio Pedro II e as faculdades de formação de professores, como é o caso do educador matemático Euclides Roxo, que antes de presidir a CNLD esteve envolvido com os ideais da Escola Nova e com as propostas reformistas de Felix Klein, liderando o movimento de unificação da Matemática escolar e contribuindo ativamente na formulação dos programas dessa disciplina nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Antes mesmo da comissão nacional ter sido instituída, algumas unidades federativas, entre elas, a de São Paulo e do Rio de Janeiro, já haviam adotado a prática de controlar a circulação dos livros didáticos em âmbito local. Com a criação da CNLD, o Ministério da Educação e Saúde assume o compromisso de controlar a circulação do livro didático em todo país. Embora o ministério tenha identificado e tentado coibir, em um determinado momento, o funcionamento das comissões nas unidades federativas, como se pode observar, por exemplo, na carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, essas medidas não foram eficazes o suficiente.

Ao que tudo indica, os sucessivos adiamentos nos prazos de divulgação das listas, por conta do excessivo volume de livros a serem analisados e pelo acréscimo de um elevado número de regulamentos ao decreto original, reduziu, ano a ano, a credibilidade da CNLD, a ponto de se chegar ao final da gestão do ministro Gustavo Capanema, em 1945, e não se ter nenhuma lista de livros autorizados divulgada. À medida que as listas não eram publicadas, os argumentos apresentados pelo ministério contra o funcionamento das comissões locais perdiam o efeito, enquanto isso, essas comissões continuaram desempenhando os trabalhos de avaliação dos livros didáticos.

Os estudos desenvolvidos sobre a Comissão Nacional do Livro Didático não apresentam um consenso em relação ao funcionamento da comissão. Alguns deles, por restringir-se aos documentos encontrados no arquivo pessoal do ministro Gustavo Capanema, à frente do Ministério da Educação e Saúde até o ano de 1945 – dois anos antes de ser divulgada a primeira lista de livros autorizados –, considera que a comissão não alcançou os seus objetivos, por não terem conseguido observar a publicação das listas e a atuação dos membros no julgamento dos manuais. Para o grupo de autores que tiveram acesso às listas e aos pareceres a CNLD funcionou, ao cumprir com os propósitos estabelecidos inicialmente. Este estudo apresenta um ponto de vista diferente dos anteriores, ao considerar que a Comissão Nacional do Livro Didático tenha funcionado, parcialmente, devido aos inúmeros problemas enfrentados pela comissão em seus primeiros anos de funcionamento, o que acabou ocasionando nos sucessivos adiamentos nos prazos de divulgação das listas.

Mesmo que a CNLD não tenha apresentado o desempenho previsto, é interessante notar que os objetivos estabelecidos inicialmente pela comissão, de certo modo, foram alcançados, pelo menos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso não está associado apenas ao alcance do trabalho desempenhado pela comissão, mas, em grande

parte, às atividades desenvolvidas pelas comissões locais, que incorporaram os critérios utilizados pela CNLD na avaliação dos livros didáticos, adequando-os à legislação vigente nas respectivas secretarias de educação. Mas, por que as comissões que atuaram no Rio de Janeiro e em São Paulo, mesmo dispondo de uma quantidade de membros significativamente inferior à Comissão Nacional do Livro Didático, conseguiram cumprir com os prazos de publicação das listas e a CNLD não conseguiu? Porque as iniciativas locais ao detectarem a incompatibilidade entre o número de membros e a quantidade de obras submetidas à avaliação, rapidamente recorreram ao auxílio dos professores do ensino básico para a avaliação dos livros.

Os pareceres de reprovação emitidos pelas seções de Matemática da CNLD e da CELUDE apresentam críticas recorrentes sobre os livros didáticos avaliados. Os principais problemas encontrados nos manuais estão relacionados, sobretudo, ao não cumprimento dos requisitos técnicos, pedagógicos, científicos e ortográficos estabelecidos pelo Ministério da Educação e Saúde e incorporados pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Esses pareceres não evidenciam qualquer tipo de desconformidade em relação aos aspectos políticos e ideológicos. A partir de meados da década de 1960 é possível observar entre os pareceres de Matemática emitidos pela comissão paulista, incluindo-se aqueles que concedem autorização aos manuais, uma série de ponderações a respeito da desatualização do conteúdo e da abordagem tradicional presente nesses livros, em decorrência da divergência existente entre as concepções metodológicas presentes neles e as propostas do Movimento da Matemática Moderna.

Por outro lado, a compreensão em relação ao que era considerado como um livro didático de Matemática pelas comissões, só se tornou possível diante da análise dos pareceres, da legislação e das listas de livros aprovados. Entre os livros de Matemática autorizados figuram as tabuadas, tábuas de logaritmos, livros de exercícios, recreativos, de admissão, os que tratam apenas de temas específicos, e ainda, os que aparecem fragmentados em Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. A aceitação desses diferentes tipos de livros tem o respaldo legal no Decreto-Lei nº 1.006/38, que considera como livro didático os livros de leitura em aula e os compêndios – responsáveis por expor “total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares”. Dessa forma, para que um livro de Matemática pudesse constar entre os livros didáticos autorizados, era necessário conter apenas parte da matéria presente nos programas escolares e não recair nos preceitos técnicos, científicos e pedagógicos

estabelecidos pela comissão. A abrangência da definição de livro didático permitiu aos avaliadores admitir diversas categorias de livros entre eles.

Embora na última década tenham-se iniciado os primeiros estudos destinados aos pareceres e às listas de livros autorizados pela CNLD, esse estudo é considerado o primeiro, que se têm notícias, a realizar o cruzamento de tais fontes e apresentar uma análise mais aprofundada em relação à avaliação dos livros didáticos de Matemática produzidos nesse período, ao mesmo tempo em que abre caminho para uma nova perspectiva de trabalho, ao tratar do funcionamento das comissões locais que atuaram paralelamente à iniciativa federal no cenário educacional brasileiro e do conflito de legalidade existente entre essas duas instâncias de avaliação. Futuras análises podem ser realizadas com base no mesmo *corpus* documental utilizado nesse estudo, em uma outra perspectiva, optando-se, por exemplo, em analisar determinados livros autorizados nesse período, ou até mesmo as listas e os pareceres emitidos para uma outra disciplina escolar.



## **ANEXO A**

**Indicação, do ministro de guerra Eurico Gaspar Dutra, de um membro do magistério do Exército para colaborar com a Comissão Nacional do Livro Didático**

6238.0106  
5

MINISTRO DA GUERRA

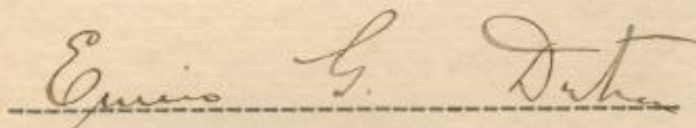
Rio de Janeiro, 19.VII.1939.

Presado amigo Dr. Capanema

Cordeaes Saudações.

Para atender ao honroso convite que me fêz o distinto amigo, atribuindo ao Exército a missão de colaborar, por um de seus membros do magistério, na Comissão Nacional do Livro Didático, de que trata o Decreto-lei n. 1.417 de 13 de julho corrente, tenho o prazer de indicar o nome do Tenente Coronel WALDEMAR PEREIRA COTA, Professor da Escola Militar.

Certo de ter ido assim ao encontro dos desejos do eminente colega, aproveito a oportunidade para renovar os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração.



(Eurico Gaspar Dutra)

General de Divisão Ministro da Guerra.

A.M.S.  
JD/.

II-8

## **ANEXO B**

**Pedido encaminhado pelo Comandante da Marinha, Armando Pinna, ao  
Presidente Getúlio Vargas solicitando que seja nomeado membro da  
Comissão Nacional do Livro Didático**

 SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO TELEGRÁFICO		PALACIO CATETE CARMO 21 MAR 21 1938 1938 01 06	
CÓPIA DE TELEGRAMA RECEBIDO - 1ª VIA			
Procedência	R 10	Via	
Nº.	505321	Pla. 40	Data 31 Hora 1745
ENVIADO	DR GETULIO VARGAS RIO		CELESTINO
		PROTOCOLO DA SECRETARIA	

RESPEITOSAMENTE PEÇO VOSSÊNCIA SER HONRADO NOMEAÇÃO  
MEMBRO COMISSÃO NACIONAL LIVRO DIDÁTICO.

É MEU DESEJO COOPERAR PATRIÓTICOS OBJETIVOS NACIONALIS-  
TAS NA PARTE RELATIVA ENSINO PROFISSIONAL ATIVIDADES DO MAR.

MUITO GRATO.

ARMANDO PINNA.

CLUBE NAVAL.

Sr. Presidente:

Já está incluído na  
lista dos candidatos à  
Comissão Nacional do  
Livro Didático um oficial  
de marinha - o almirante  
Sousa e Silva.

Atenciosamente,

Armando P.

II-242

## **ANEXO C**

**Discurso proferido pelo General Pedro Cavalcanti, em 12 de abril de 1939,  
no programa de rádio *A hora do Brasil***



CN Lin. Andar

do "Am. 12. 4. 989.  
GC 3938.01.06

As palavras do general Pedro Cavalcanti, proferidas na solenidade da abertura das aulas do Colégio Militar, traçaram sem disfarces nem reticências um quadro completo da situação a que chegou o nosso ensino sob a influência de inovadores divorciados dos interesses espirituais da nacionalidade por devoção a exóticas concepções pedagógicas.

Mas se grande foi a repercussão do discurso franco e incisivo do ilustre soldado que dirige o Ensino Militar, não menos importante foi o efeito causado nos círculos educacionais pela instalação da comissão que deverá revêr os livros didáticos destinados às nossas escolas.

Dessa comissão faz parte o próprio general Pedro Cavalcanti, o que dá um significado ainda mais penetrante às suas advertências sobre os males que a desorientação do ensino vem causando à formação espiritual da juventude.

De fato, a impropriedade de muitas obras adotadas nos cursos primários -- onde mais são decisivos os efeitos bons ou máus dos ensinamentos ministrados -- já foi muitas vezes reconhecida.

Circulam pelas escolas do país livros que aliam a erros imperdoáveis sobre aspectos da nossa terra omissões graves e superfuidades de puro luxo intelectualista que denunciam logo a filiação exótica dos seus autores. Assistimos recentemente a uma verdadeira competição de educadores em dia com as conquistas pedagógicas de todo o mundo, menos com os problemas educacionais do país. Requieta-se em proclamar o conhecimento das mais revolucionárias terapêuticas do ensino, mas ignoravam-se as condições dos brasileiros das diversas regiões, suas necessidades diferentes em relação ao seu futuro e ao futuro do seu país.

Essas anomalias incompatíveis com a civilização de um povo que vem demonstrando, em tantos setores, o desejo férreo de construir uma grande pátria, não tardarão a desaparecer como desapareceram tantas falhas ao impulso dos novos ideais brasileiros.

Dentro em breve nossas escolas ensinarão de acordo com as exigências da nossa unidade espiritual, visando os benefícios individuais e coletivos de uma instrução adaptada às realidades do país. As palavras do general Pedro Cavalcanti apontam os erros; mas ele mesmo é soldado na campanha que se vai iniciar para corrigir.

## **ANEXO D**

### **Itens considerados no julgamento dos livros didáticos pela Comissão Nacional do Livro Didático**

JULGAMENTO DO LIVRO DIDÁTICO

- I - Elementos a considerar
- II - Norma para apreciação dos elementos
- III - Ficha de julgamento
- IV - Critério para atribuição de notas



I - Elementos a considerar

## ELEMENTOS A CONSIDERAR NO JULGAMENTO DO LIVRO DIDÁTICO

### I - Formato

1. Dimensões:

- a) altura
- b) largura e grossura

### II - Material

2. A- Capa:

- a) resistência
- b) gosto

3. B- Papel:

- a) cor
- b) qualidade

4. C- Tinta:

- a) cor
- b) qualidade

### III - Feição Gráfica

5. A- Composição:

- a) tipo e corpo
- b) variedade
- c) entrelinhas
- d) comprimento
- e) correção

6. B- Paginação:

- a) facilidade de leitura
- b) distribuição das gravuras

7. C- Impressão:

- a) da capa
- b) do texto e das legendas
- c) das gravuras

### IV - Valor Didático

8. A- Noções Científicas:

- a) exatidão
- b) ajustamento ao programa de ensino
- c) método de exposição
- d) propriedade dos exemplos
- e) emprego de citações
- f) uso de termos técnicos

9. B- Linguagem:

- a) correção geral

- b) clareza
- c) concisão
- d) propriedade em relação à matéria
- e) propriedade em relação ao grau de ensino
- f) propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou à classe

10. C- Gravuras:

- a) variedade
- b) propriedade
- c) exatidão
- d) ajustamento ao texto
- e) precisão das legendas

\*\*\*\*\*

II - Norma para apreciação dos elementos



## NORMA PARA APECIAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSIDERADOS NA FICHA

### I - Formato

#### 1. Dimensões:

- a) **altura** - A altura de um livro deve ser proporcional à sua largura. O formato de album (dimensões variadas) terá preferência quando se tratar de atlas ou, em geral, de obra destinada ao ensino primário (1º e 2º anos). Nos demais casos, a altura de 20 a 24 centímetros é a mais indicada.
- b) **largura** - Para um volume de 24 centímetros de altura, a largura deve ser, aproximadamente, de 16 centímetros; e de 14 centímetros, mais ou menos, para um de 20. Grossura proporcional, de maneira a não tornar difícil o manuseio do volume.

### II - Material

#### 2. A- Capa:

- a) **resistência** - A conservação do livro didático depende, essencialmente, da capa. Esta pode ser cartonada ou de material flexível, mas, em qualquer hipótese, resistente, assegurando ao volume o máximo de proteção.
- b) **gosto** - É na capa que principia a influência de um livro didático. A apresentação do volume deve ser considerada, por isso mesmo, com toda atenção, tendo-se em vista, sobretudo, a natureza da obra, o grau do ensino e a idade do aluno a que se destine.

#### 3. B- Papel:

- a) **côr** - A cor branca deve ser a única admitida em páginas de texto. Nenhuma tolerância é aconselhável para qualquer outra.
- b) **qualidade** - O papel não deve permitir que se perceba a impressão no verso da página. É condenável a utilização de papel brilhante, pelos reflexos que produz, dificultando a leitura.

#### 4. C- Tinta:

- a) **côr** - Preta, quer no texto, quer nas legendas, podendo variar na capa, nas gravuras, vinhetas ou tarjas.
- b) **qualidade** - Firme, sem ser demasiadamente carregada; fôcea, para não perturbar a visão; e que não manche as mãos, nem o papel.

### III - P e i ç ã o   G r á f i c a

#### 5. A- Composição:

- a) **tipo e corpo** - É pouco aconselhável o emprego de tipos de fantasia no texto, assim como o "negrito". O tipo "redondo", simples, deve ter preferência, por ser o mais comum e legível. Corpo 16 ou 18 para livros destinados a jardins de infância ou primeiros anos do curso primário; 10 ou 12 nos demais casos. Citações e notas fora do texto em corpo 10 ou 8.
- b) **Variedade** - Evitar o emprego do mesmo tipo de texto nas citações, anotações, legendas ou transcrições. Títulos e sub-títulos em combinações harmoniosas de tipo e corpo. Preferível o "itálico" nas transcrições e anotações e o "negrito-redondo" nas legendas.
- c) **entrelinhas** - Adequadas ao corpo da composição, isto é :- de 6 a

8 pontos, respectivamente, para o corpo 16 e 18; de 4 pontos para o corpo 12 ou o 14; de 4 pontos para o corpo 14 ou o corpo 12; e de 2 pontos para o corpo 10. As anotações e transcrições fora do texto podem ser sem entrelinhas.

- d) **comprimento** - Em nenhuma hipótese a composição deve ir além de 10 centímetros. Margens de 2 centímetros, pelo menos.
- e) **correção** - Inadmissíveis erros de revisão, truncamentos, transposições ou inversões de linhas ou palavras, "pasteis", etc.

#### 6. B- Paginação:

- a) **facilidade de leitura** - Devem ser evitadas as "quebras" frequentes de linhas ou palavras e "recortes" que dificultem a leitura corrente do texto. Para evitar o inconveniente, elíxes("elíxes")retângulares, simples, são preferíveis.
- b) **distribuição das gravuras** - Deve ter em vista, além dos inconvenientes apontados no item precedente, assegurar a harmonia estética entre os "elíxes" e a composição. Nos livros do primeiro grau de ensino todas as páginas devem conter ilustrações, sempre em perfeita correlação com a matéria versada.

#### 7. B- Impressão:

Preferível a

- a) **da capa** - ~~Decorada~~ cores vivas nos livros do primeiro grau de ensino; lisa, em cores ou em "grise" nos do grau secundário.
- b) **do texto e das legendas** - Sem falhas ou borrões que dificultem a leitura ou prejudiquem a estética.
- c) **das gravuras** - Indispensável a nitidez. Suprimir a ilustração, quando essa exigência não puder ser atendida plenamente. Para o ensino do primeiro grau, gravuras coloridas, como mais indicadas.

### IV - Valor Didático

#### 8. A- Noções científicas:

- a) **exatidão** - "Será negada autorização de uso ao livro didático que apresente o assunto com erros de natureza científica" (art. 21 do decreto-lei n° 1.006).
- b) **ajustamento ao programa de ensino** - A matéria contida no livro didático não deve ficar aquém das exigências do programa de ensino, mas não as deve, igualmente, ultrapassar, com sobrecarga de conhecimentos que só mais tarde serão pedidos. O professor, na classe, desenvolverá os assuntos na extensão adequada ao nível de compreensão dos alunos. Ao livro só se deve permitir que contenha o que precisa conter.
- c) **método de exposição** - Qualidade (qualidade) essencial a qualquer livro didático. Não há uma regra uniformemente aplicável, mas os princípios gerais da metodologia da disciplina fornecem, em cada caso, as indicações a seguir.
- d) **propriedade dos exemplos** - Inadmissíveis exemplos que demandem conhecimentos superiores aos do grau de ensino e do nível intelectual correspondente à série ou classe, bem como exijam conhecimentos especiais de outras disciplinas ou possam tornar fastidioso o estudo da matéria.
- e) **emprego de citações** - Condenável o abuso. Evitar as citações fora do texto, incluindo-as neste, sempre que possível.
- f) **uso de termos técnicos** - Aplicam-se ao caso as observações contidas no item anterior.



9. B- Linguagem:

- a) **correção geral** - "Será negada autorização de uso ao livro didático que esteja escrito em linguagem defeituosa" (art. 21 do decreto-lei n° 1.006).
- b) **clareza** - A finalidade do livro didático é instruir. Mas, para tanto, é indispensável que exponha com clareza o que se propõe a transmitir. O vocabulário empregado deve ser simples, dando preferência ao uso das expressões mais correntes. São condenáveis as expressões regionais ou da gíria.
- c) **concisão** - Depois da clareza, certamente, a primeira virtude do livro didático é a concisão. Evitar a prelixidade, as digressões inúteis, a estentação de recursos verbais.
- d) **propriedade em relação à matéria** - Dois assuntos diferentes pedem dois estilos diversos. A matéria de cada livro deve ser tratada de acordo com as exigências próprias, sem prejuízo, entretanto, da clareza e da concisão.
- e) **propriedade em relação ao grau de ensino** - Cada grau de ensino exige uma linguagem própria, isto é, um vocabulário e um estilo adequados ao nível intelectual dos alunos.
- f) **propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou classe** - No mesmo grau de ensino a linguagem deve sofrer variações. Consequência: - o livro didático deve corresponder, na maneira de tratar o assunto, ao nível intelectual da série ou da classe a que se destina.

10. C- Gravuras:

- a) **variedade** - Nos livros destinados ao ensino do primeiro grau, as das ciências ou da geografia, a variedade das gravuras deve ser a maior possível, pois a ilustração, em tais casos, é o grande veículo do conhecimento. Em qualquer hipótese, variar no tipo, no tamanho e na combinação das cores, quando coloridas.
- b) **propriedade** - As mesmas observações feitas nos itens d), e) e f) da seção precedente aplicam-se às gravuras. Portanto, -propriedade em relação à matéria, em relação ao grau de ensino e em relação ao nível intelectual da série ou classe.
- c) **exatidão** - Absolutamente indispensável quando a gravura se propuser a transmitir, objetivamente, uma noção (os órgãos do corpo, o sistema planetário, etc.).
- d) **~~ajustamento~~ ajustamento ao texto** - A função da gravura é ilustrar o texto. Não deve, portanto, figurar em página onde não haja, para ela, uma explicação cabal. Veja-se a observação relativa ao item b), seção B da Divisão III.
- e) **precisão das legendas** - As legendas interpretam as gravuras e servem de ligação entre estas e o texto. Devem, consequentemente, ser claras e precisas, pois, de outro modo, podem prejudicar e, até, anular o efeito das ilustrações, cuja finalidade é tornar objetivo e de mais fácil assimilação o assunto versado.

.....

III - Ficha de Julgamento



Ministério da Educação e Saúde  
COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

FICHA DE JULGAMENTO DO LIVRO DIDÁTICO

-aprovada pela Portaria Ministerial  
de de de 1940.

Título do Livro

Edição

Processo

Registro

Seção didática

Autor

Editor

Grão de ensino

Modalidade do ensino

Serie

Data de julgamento

RESUMO DO JULGAMENTO

Formato.....	pontos
Material.....	"
Peição Gráfica.....	"
Valor Didático.....	"
Total.....	"

Rio de Janeiro, de de 1940

Secretário

PARECER DA COMISSÃO

Votos favoráveis

Votos contrários

Relator

## FICHA DE JULGAMENTO

### I - Formato

1.	Dimensões.....	20
	a) altura.....	
	b) largura e grossura.....	

### II - Material

2.	A- Capa.....	20
	a) resistência.....	
	b) gosto.....	
3.	B- Papel.....	20
	a) cor.....	
	b) qualidade.....	
4.	C- Tinta.....	20
	a) cor.....	
	b) qualidade.....	

### III - Feição Gráfica

5.	A- Composição.....	50
	a) tipo e corpo.....	
	b) variedade.....	
	c) entrelinhas.....	
	d) largura.....	
	e) correção.....	
6.	B- Paginação.....	20
	a) facilidade de leitura.....	
	b) distribuição das gravuras.....	
7.	C- Impressão.....	30
	a) da capa.....	
	b) do texto.....	
	c) das gravuras.....	

### V - Valor Didático

8.	A- Noções científicas.....	60
	a) exactidão.....	
	b) ajustamento ao programa de ensino.....	
	c) método de exposição.....	
	d) propriedade dos exemplos.....	
	e) emprego de citações.....	
	f) uso de termos técnicos.....	
9.	B- Linguagem.....	60
	a) correção geral.....	
	b) clareza.....	
	c) concisão.....	
	d) propriedade em relação à matéria.....	
	e) propriedade em relação ao grau de ensino.....	
	f) propriedade em relação ao nível intelectual correspondente à série ou classe.....	



10. C- Gravuras..... 50  
 a) variedade.....  
 b) propriedade.....  
 c) exatidão.....  
 d) ajustamento ao texto.....  
 e) precisão das legendas.....

Total de pontos obtido pelo livro..... 350  
 Porcentagem atingida no conjunto das Divisões I, II e III.....

ANOTAÇÕES DA SECRETARIA

Parecer comunicado ao \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de 194 \_\_\_\_  
 autor ou editor

Publicação no "Diário Oficial" de \_\_\_\_\_ de 194 \_\_, página \_\_\_\_\_

Classificação de volume no Arquivo:

Seção \_\_\_\_\_  
 Estante \_\_\_\_\_  
 Divisão \_\_\_\_\_  
 N.º de Ord. \_\_\_\_\_

Recurso do interessado ao Ministro em \_\_\_\_\_ de 194 \_\_\_\_

Processo n.º \_\_\_\_\_ ao recurso: \_\_\_\_\_  
 Número \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Decisão final: \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de 194 \_\_\_\_

OBSERVAÇÕES:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 6666  
 \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de 194 \_\_\_\_

Assinatura do funcionário:

\_\_\_\_\_

## **ANEXO E**

### **Minuta da ata da 67ª sessão ordinária da Comissão Nacional do Livro Didático**

## ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

No dia 15 de julho de 1941, às 16 horas e 30 minutos, reuniu-se a C.N.L.D., sob a presidência do Sr. Prof. Euclides Roxo e com a presença dos Srs. Profs. João Pecegueiro, Leonel Franca, Armando Pina, Sousa da Silveira, Maria Junqueira Schmidt, Menezes de Oliveira, Rodolfo Fuchs, Juba Júnior, Carneiro Leão e Rui Almeida. Aberta a sessão, o Sr. Presidente pôs em discussão as atas das três sessões anteriores, as quais são em seguida aprovadas unanimemente. A seguir foram distribuídos os seguintes processos: 38.177/40, 38.045/40, 38.179/40, 34.655/40, 33.256/40 ao Prof. Armando Pina; 22.392/39 a Prof. Maria Junqueira Schmidt; 20.999/41 e 21.001/41 ao Prof. Rui Almeida. Postos em discussão, foram aprovados unanimemente os pareceres relativos aos seguintes processos: 35.947/40, 25.889/41, 21.473/39, 37.391/40, 1.141/41, 1.143/41, 1.144/41, 1.145/41, 1.146/41, 30.370/40, 39.643/40, 33.244/40, 37.393/40, 37.409/40, 37.229/40, 19.992/39, 26.128/39, 27.732/40, 33.740/40, 34.668/40, 35.571/40, 39.636/40, 37.738/40, 17.704/40, 19.993/39, 37.332/40, 37.224/40, 37.296/40, 34.533/40, 37.902/40, 30.371/40, 16.606/39, 28.402/40, 29.099/39, 1.564/39, 39.650/40, 36.702/40, 35.075/40, 37.383/40, 24.083/41, 8.886/41, 21.199/41, 38.944/40. Em seguida, o Sr. Presidente pôs em discussão o trabalho apresentado pela Comissão encarregada de consolidar as propostas a serem encaminhadas ao Sr. Ministro relativamente à reforma da legislação referente ao livro didático. Todos os membros presentes tomaram parte da discussão e tiveram oportunidade de contribuir, mediante a apresentação oral de emendas, para o trabalho definitivo. Todas as emendas foram aprovadas unanimemente, à exceção da que mandava suprimir a referência às apostilas de aula (art. 2º do projeto), a qual foi aprovada contra o voto do Prof. João Pecegueiro. Terminada a discussão e votação do ante-projeto e das emendas apresentadas, o Sr. Presidente designou o Prof. Rui Almeida, da Seção de Redação, para redigir o trabalho definitivo, do qual uma cópia ficará arquivada na Secretaria da C.N.L.D. Finalmente, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 20 minutos, depois de convocar os presentes para a 68ª sessão ordinária a ser realizada no dia 5 de Agosto às 16 horas e 30 minutos, e eu, Moysés Xavier de Araújo, Secretário da C.N.L.D., lavrei a presente ata que assino com o Sr. Presidente.

(a.) Moysés Xavier de Araújo

## **ANEXO F**

**Dispensa concedida a Euclides Roxo da presidência da Comissão Nacional do  
Livro Didático**



ER.T.2.092



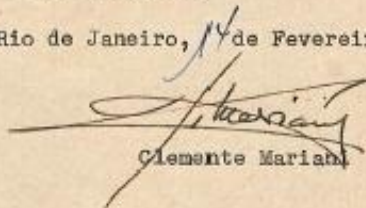
MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE

Portaria nº 10050 de 14 de Fevereiro de 1949.

Concede dispensa.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve conceder a dispensa solicitada pelo Professor EUCLIDES GUIMARÃES ROXO, da função de Presidente da Comissão Nacional do Livro Didático.

Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 1949.

  
Clemente Mariano

PC/11b



## **ANEXO G**

**Requerimento de Euclides Roxo ao Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, solicitando inscrição no concurso de títulos para preenchimento de vaga de assistente de Matemática**

Excm. L. Director do Instituto  
de Educação do Distrito Federal

Leuchides de Medeiros, ~~marão Roxo, ~~marão Roxo~~~~  
~~para Educação, ~~marão Roxo~~~~  
~~marão Roxo, ~~marão Roxo~~~~  
na qualidade  
de um dos docentes da Escola Normal,  
a que se refere o Decreto n.  
3.115 de 30 de dezembro de 1930,  
referido a V. Ex. sua assinatura,  
na forma do art. 79 do Decre-  
to 3.807 de 19 de março último,  
no concurso de títulos para  
preenchimento das vagas de  
assistente de Mathematika,  
do quadro de que trata o art.  
35 do mesmo decreto, apre-  
sentando os seguintes títulos:

**I.** Foi habilitado para o cargo  
de docente da Escola Normal  
mediante prova prestada pe-  
rante uma junta constituída  
dos Drs. Tibúcio do Rêvedo B.  
moral, Francisco Cabrita e D. An-  
tonio Peder.

**II.** Refere, durante varios an-  
nos, aulas de Geometria na

referida escola, com bom aproveitamento por parte dos alumnos.

III. Foi classificado em primeiro lugar em concurso de títulos para o cargo de professor ~~substituto~~ substituto de Mathematica do Collegio Pedro II, julgado pela respectiva Congregação, na conformidade do art. 174, §§ 1º e 2º do Decreto 11530 de 18 de março de 1915. (Doc. nº 1)

IV. Foi, em consequência dessa classificação, nomeado, por portaria ministerial de 30 de dezembro de 1915, professor substituto de Mathematica do Pedro II. (Doc. nº 1).

V. Na conformidade do art. 42 do Decreto 11530, já citado, e por decreto de 1 de outubro de 1918, foi promovido a professor catedrático de Mathematica do Collegio Pedro II.

VI. Tem exercendo ininterruptamente, desde 30 de dezembro de 1915, o magisterio da Mathematica no Collegio Pedro II, já tendo merecido em 8 de janeiro de 1906, o acrescimo de 5% sobre seus vencimentos, correspondente a dez annos de exercicio effectivo no magisterio, completados naquelle data. (Doc. nº 2)



o seu programma por especimenes, em 1928, para o Collegio Pedro II,  
 X. Nas tres ultimas suas impressões do curso da  
 Mathematica uma orientação integralmente nova ante nós  
 para pô-lo de accordo com as tendências da "escola nova" e  
 do movimento de reforma de Felix Klein.

VII. Conta, portanto, cerca de 17  
 (dezete) annos de ensino da  
 Mathematica no Collegio Pedro II,  
 onde tem regido aulas em to-  
 das as series do curso, inclu-  
 sive a 6<sup>a</sup> (curso vertibular pa-  
 ra a Escola Polytechnica), como re-  
 manifesta dos relatorios da Direc-  
 ria, juntos a gte. (Doc. n.º 3, 4 e 5).

VIII. E, ha varios annos, profes-  
 sor de Mathematica e Algebra na  
 Escola de Marinha Mercante  
 deste Districto, estabelecimento fis-  
 calizado pelo Ministerio da Ma-  
 rinha. (Doc. n.º 6).

IX. Publicou as seguintes obras  
 didacticas:

Licções de Mathematica (7<sup>a</sup> edição)  
 Curso de Mathematica, Vol. I (2<sup>a</sup> edição)  
 Curso de Mathematica, Vol. II  
 Curso de Mathematica, Vol. III  
 de cada uma das obras junta  
 um exemplar. (Doc. n.º 7, 8, 9 e 10).

X. Das manifestações de ap-  
 plauso e da critica elogiosa  
 que merece ~~suas obras~~ pela  
 sua iniciativa de modernizar en-  
 tre nós o ensino da Mathe-  
 matica, destaca as seguintes:

- 1) Voto unanime do Conselho Di-  
 rector da Associação Brasileira  
 de Educacão. (Doc. n.º 11)
- 2) Carta do Prof. Eduardo Bachmann,



cathedrático da Escola Polytechnica.

c) Carta do Prof. Barbosa de Oliveira, cath. de Esc. Polytechnica;

d) Artigos de critica de João Ribeiro;

e) Carta do Prof. Gonçalves Ferraz;

f) Carta do Prof. Lelio Janna, da Escola Polytechnica e do Observatorio Nacional (docs. n.º 12, 13, 14, 15, 16)

XII. Publicou no "Jornal do Commercio" (numeros dos domingos de dezembro de 1930, de janeiro e fevereiro de 1931) uma serie de nove longos artigos sobre "O ensino da Mathematica na Escola Secundaria", nos quaes expõe documentadamente os pontos de vista e as directivas do moderno movimento de reforma iniciado por Felix Klein na Alemanha e que o candidato foi o primeiro a procurar introduzir no Brazil (docs. n.º 17).

XIII. Publicou em collabora-  
ção com os Profs. Henrique Costa  
e Octavio de Castro, os seguintes  
livros didacticos:

Exercícios de Arithmetica (5 edições)

Exercícios de Algebra

Exercícios de Geometria

Exercícios de Trigonometria

de cada um dos quaes junta  
um exemplar. (docs. n.º 18, 19, 20, 21)

## XIV.

~~XXXI~~. Convidado pelo Ministro Francisco Campos para elaborar os novos programas de Mathematica, baseados com o Decreto 19.870, de 18 de abril de 1931, redigindo <sup>os programas e as</sup> as instituições pedagógicas para o ensino desta disciplina de accordo com as modernas tendencias e com o ponto de vista que foi o primeiro a preconizar entre nós. Tais instituições se encontram ás pgs. 51 a 60 do folheto "Organização do Ensino Secundário." Junta uma carta do Prof. Habicimann Guimarães, 2º assistente técnico do Ministério, na qual o governo attesta o que acima foi affirmado (Docs. n.ºs 22 e 23).

XV. ~~XXXII~~. Exerciu ininterruptamente, de 19 de agosto de 1925 a 24 de outubro de 1930 (cinco annos e dois meses) o cargo de Director do Externato do Collegio Pedro II, e final m.º deixou de exercer por se haver expontaneamente e irrevogavelmente despedido na manhã do dia immediato ao da victoria da revolução (Docs. n.ºs 4, 5 e 24).

XVI. Foi, pelo General Góes, nomeado Director do Inter-





Comissão de Ensino Secundário, na qual teve occasião de repatar numerosos pareceres sobre questões de ensino (Docs. nos 26 e 27).

~~XXII.~~ <sup>XXI.</sup> Desses pareceres destaca-se <sup>um</sup> que redigia sobre um projecto de reforma do ensino secundário, da autoria do Prof. Figueira de Mello. (Doc. n.º 28).

~~XXI.~~ <sup>XXI.</sup> Trabalho, junto ao Ministro Francisco Campos, em colaboração com os Profs. Kahnemann Guimarães, Celso de Carvalho e Laureano Filho, na elaboração do antep. projecto da actual organização do Ensino Secundário. (Docs. n.ºs 23 e 29).

~~XXII.~~ <sup>XXII.</sup> Exerce actualmente varias comissões técnicas no Ministerio da Educação: elaboração de programma para o curso complement. (Doc. n.º 30), exame de documentos apresentados para obtenção de registro de professores (Doc. n.º 31), elaboração do Regulamento do Collegio.

~~XXIII.~~ <sup>XXIII.</sup> Residiu em 1926 a uma comissão de inquerito na Escola Nacional de Bellas Artes (Docs. nos 32 e 33).

~~XXIV.~~ <sup>XXIV.</sup> E, desde junho de 1927, membro do Conselho Director da Associação Brasileira de Edu-



caso e, desde fevereiro de 1931, Pe-  
sidente da Escola de Positivo Le-  
cundário da mesma associação.  
(Doc. n.º 34 e 35).

XXV. Foi deixada a Directo-  
ria do Externato do Colégio Pe-  
dro II, marceiro da respectiva Con-  
ferência um voto de "agrade-  
cimento pelos relevantes serviços  
prestados." (Doc. n.º 36).

XXVI. Foi nomeado pelo  
Colégio Pedro II, em setembro de  
1928 e em janeiro de 1930, pa-  
ra presidir, respectivamente a 1.<sup>a</sup>  
e a 16.<sup>a</sup> Sessão Eleitoral do Dis-  
trito Municipal da Flor da.  
(Doc. n.º 37 e 38).

XXVII. E' bacharel em cien-  
cias e letras pelo Colégio Pedro II  
(antigo curso de seis annos), com  
o premio "Pamphilo", tendo além  
disso feito o curso com distin-  
ção no grau em todos os annos  
do curso, facto absolutamente  
único nos annos daquelle  
estabelecimento.

XXVIII. E' engenheiro civil  
pela Escola Polytechnica do Rio  
de Janeiro, com varias distincções  
no curso, entre as quaes a do  
exame vestibular, ~~marceiro~~ de Ponu-  
cia Descriptiva e Hydraulica, e  
com plenejamento none em Cal-  
culo infinitesimal, e Physica e Me-  
canica Racional.

## **ANEXO H**

**Carta de Euclides Roxo ao ministro Gustavo Capanema, complementando  
as “Instruções Metodológicas” para os programas de Matemática**

Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Gustavo Capanema.

Recebi o recado de V. Ex. recomendando-me acrescentasse às "Instruções metodológicas" para os programas de Matemática, uma determinação a respeito da maneira por que a matéria deverá ser distribuída em compendios, podendo ser adotado qualquer critério, menos o de um compendio para cada série.

2. Acho-me, Sr. Ministro, na impossibilidade de redigir tal determinação porque estou profundamente convencido de que o único critério aceitável, principalmente para o caso da Matemática, é justamente o de um compendio para cada série.

Peço venia para repetir aqui as razões em que se funda aquela minha convicção e as quais já tive ensejo de expor verbalmente a V. Ex.

3. Apesar da forte oposição de algumas correntes reacionárias e solidamente tradicionalistas, manteve V. Ex. o ensino simultâneo da Aritmética e da Geometria nas duas primeiras séries, bem como o da Álgebra e da Geometria nas duas últimas. Por outro lado, aos cortes e modificações sofridos pelo projeto de "instruções" que tive a honra de apresentar a V. Ex. escapou, graças por certo, ao fulgor da sua evidência meridiana, o preceito de que "A Matemática será sempre considerada como um todo harmônico, cujas partes estão em íntima correlação".

4. Ora, como terá o estudante a idéia de que "A Matemática é um todo harmônico" se ele recebe, para estudá-la dois compendios: um de Aritmética, outro de Geometria; ou um de Álgebra e outro de Geometria? Nem se diga que essa separação, por assim dizer material, não poderá influir sobre a formação da mentalidade infantil; seria desconhecer a psicologia da criança (11 a 13)anos), negar o predomínio que, em seu espírito, ainda tem o concreto sobre o abstrato. Ao procurar o seu compendio para estudar ou para levá-lo ao colégio, ele não irá procurar a "sua matemática", mas sim "a sua álgebra" e "sua aritmética". Começará a arraigar-se em seu espírito a idéia de que o mundo nos apresenta problemas de Geometria e, não apenas, problemas de Matemática, em cada um dos quais terá de distinguir uma fase ou um aspecto geométrico, outro algébrico, outro aritmético.

5. Outro efeito psicológico desastroso é a impressão de que os autores ou editores separaram as duas partes unicamente para obrigá-lo a comprar dois



livros em vez de um. Com efeito, perguntará o estudante, "por que fazer uma Aritmética e uma Geometria separadas, e não fazer uma Taxonomia, uma Morfologia, uma Sintaxe, ou uma Barologia, uma Termologia, uma Ótica também separadas? Esses homens naturalmente querem vender dois livros em vez de um".

6. Há ainda os argumentos de ordem didática e metodológica. Uma vez que salvamos (graças a quanto esforço, V.Ex. bem o sabe!) o salutar princípio de que em cada série podem ser ensinadas ao menos duas das partes da Matemática é natural que se formulem exercícios e problemas de recapitulação que envolvam conhecimentos dessas duas partes e que só poderiam achar-se naturalmente colocadas em um volume que tratasse de ambas.

7. Ainda do ponto de vista didático, a distribuição da matéria em um exemplar para cada série permite uma melhor gradação nos processos e na linguagem, e sua mais completa subordinação ao desenvolvimento intelectual e ao âmbito de interesses do aluno.

8. Sendo ainda habitual entre nós, o que aliás é um bom sistema, darem-se em aula exercícios orais e escritos dos que se acham propostos no compêndio, é melhor que este contenha todo o programa da série, pois do contrário ficaria o professor sempre sujeito à restrição de só tratar de Aritmética, ou só de Geometria, etc. em cada aula, a não ser que obrigasse os alunos a trazerem diariamente, para a classe, os dois compêndios.

9. Além dessas razões de ordem psicológicas e de ordem didática, militam a favor da adoção de um compêndio para cada série, outras razões de ordem econômica.

Admitindo-se, por exemplo, a hipótese de ser adotado um compêndio para a Aritmética prática e outro para a Geometria intuitiva, cada um destes com a matéria da 1ª e da 2ª série, teria o estudante da 1ª série de dispender de uma só vez, o dobro (28 ou 30 cruzeiros ao invés de 15) do que iria gastar comprando um compêndio que só contivesse toda a matéria da 1ª série (Aritmética e Geometria). Sabido como são pouco resistentes (para que não ultrapassem um preço acessível a um estudante pobre) o papel e a encadernação dos nossos compêndios didáticos, não raro acontecerá que o livro comprado no início da 1ª série se achará imprestável no início da 2ª, o que, mais provavelmente ainda, acontecerá se o aluno repetir a 1ª série. E os gastos de perda do livro?



10. Não é só. Em caso de transferência na 2ª série, o aluno irá encontrar em o novo ginásio, um professor que não adote mais os compêndios que eram usados no antigo; nova despesa.

11. Ainda mais. Dentro de um mesmo estabelecimento, ha geralmente professores de Matemática diferentes para as várias séries.

Ou os professores da 1ª e da 2ª série seriam obrigados a adotar os mesmos compêndios, e bem assim os da 3ª e da 4ª, o que seria um inconveniente cerceamento da necessária autonomia didática de que deve gozar o professor, ou os alunos teriam de fazer uma despesa dobrada toda vez que encontrassem na nova série um outro professor. E no caso de ser mudado o professor de um colégio? Ou o novo professor terá que sujeitar-se a adotar o compendio indicado pelo seu antecessor ou forçará os alunos a uma despesa dobrada. E se o novo professor for justamente o autor do compendio adotado pelo seu antecessor, na série precedente, como poderia ele evitar a mudança de compendio e a consequente despesa superflua para os alunos, sem infringir o art. 25 do Dec. 1006 de 30.XII.1938?

12. São estes os principais argumentos que me ocorrem, Sr. Ministro, a favor de uma distribuição por séries, em lugar da distribuição por matéria.

Os argumentos contrarios à distribuição por série, que conheço através de apaixonada e tendenciosa campanha de imprensa, quasi que não mereceriam contestação se não estivessem graças ao prestigio dos órgãos em que se conseguiram enquadrar as publicações, produzindo seus maléficos efeitos. Um destes foi por certo o erro pedagógico e didático em que inexplicavelmente incidiu o meu eminente amigo e abalizado mestre, Pof. Souza da Silveira, determinando a adoção de uma gramática única da 1ª à 4ª série ginasial, como se fosse possível adotar a mesma linguagem e o mesmo modo de exposição para estudantes de 11 e 12 anos e para outros de 14, 15 ou 16 ! Com a adoção dessa gramaática única, o Brasil regride, após todo o maravilhoso surto da pedagogia educacional neste século, a um estágio que já havia ultrapassado ha 50 anos, com a publicação das três gramáticas ( curso elementar, curso médio, curso superior), de João Ribeiro, que já naquela época a fazia precursor, como em tantas cousas mais, de principios didáticos vencedores em nossos dias!

13. Os argumentos que tem sido apresentados em campanha de imprensa são:  
a) de que a adoção de um compendio por série sobrecarrega a economia do aluno  
b) o de que permite lucros fabulosos a autores e editores.

14. Quanto ao primeiro (A), já acima ficou provado que, justamente ao contrário, a distribuição da materia em compendios por série só pode favorecer

economia do aluno.

15. Ao segundo, quasi me sinto vexado de ter de contestá-lo!

Porque razão um autor ou editor ganhará mais vendendo dois volumes um para a 1ª e outro para a 2ª série, do que vendendo tambem dois volumes, um de Aritmética para a 1ª série e para a 2ª, outro de Geometria tambem para as duas séries? Mesmo que se reduzissem esses volumes a um só, o seu preço não poderia deixar de ser aproximadamente a soma dos preços daqueles dois. De uma cousa, porém, estou certo, Sr. Ministro: os autores e editores deste modo, ganhariam mais, graças à inutilização de exemplares no decurso de uma série para outra, nos casos acima apontados e em outros que, pela necessidade de resumir, deixamos de citar.

Queira, Sr. Ministro, acreditar na sinceridade com que procuro corresponder à honrosa confiança de V.Ex. e aceitar os meus protestos de alta estima e grande admiração.

## **ANEXO I**

**Exposição das atividades da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1º de março de 1944, assinatura: Fernando de Souza Castro (secretário da comissão)**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

RIO DE JANEIRO, D. F.

Em 19 de Março de 1944.

Excelentíssimo Senhor Ministro:

Cumpro o dever de apresentar a Vossa Excelência uma exposição sucinta das atividades da Comissão Nacional do Livro Didático.

A Comissão instalou-se no dia 19 de Julho de 1940, no Gabinete e sob a presidência de V. Excia.

No mesmo local realizaram-se duas sessões preparatórias, respectivamente em 25 de Julho e 3 de Dezembro do mesmo ano. A ambas presidiu V. Excia.

A primeira sessão ordinária realizou-se em 14 de Janeiro de 1941, na sede da Comissão, á rua Álvaro Alvim, nº 31, 19º andar, ainda sob a presidência de V. Excia., tendo sido eleito, por aclamação, para presidente, o professor Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, e para vice-presidente, o Padre Leonel Franca.

AS SECÇÕES

De acôrdo com o regimento interno, foram organizadas nove secções, assim constituídas:

Secção de línguas e literatura )A)

Hahnemann Guimarães, Abger Renault e Maria Junqueira Schmidt.

Secção de matemática e desenho (A)

Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, Alonso de Oliveira e Wal



M. E. S. — COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

demar Pereira Cotta.

Secção de ciências físicas e naturais (C)

João Batista Pecegueiro do Amaral, Cândido Firmino de Melo Leitão e Adalberto Menezes de Oliveira.

Secção de geografia (D)

Carlos Delgado de Carvalho, Armando Pinna e Alonso de Oliveira.

Secção de história (E)

Jonathas A. da Silveira Serrano, C. Delgado de Carvalho e Leonel Franca.

Secção de filosofia, sociologia e pedagogia (F)

Leonel Franca, Antônio Carneiro Leão e Jonathas Serrano.

Secção de metodologia das técnicas (G)

Armando Pinna, José de Melo Moraes e Rodolfo Fuchs.

Secção de matérias de ensino primário (H)

Antônio Carneiro Leão, Maria Junqueira Schmidt, Abgar Renault, Adalberto Menezes de Oliveira e Waldemar Pereira Cotta.

Secção de redação (I)

Álvaro F. Sousa da Silveira, Hahnemann Guimarães e Jonathas Serrano.

Alterações na constituição da Comissão: Não tendo tomado posse o Professor José de Melo Moraes, foi nomeado o Prof. Ruy da Cruz Almeida, que entrou em exercício em 21 de maio (45ª sessão) e foi designado para a secção "A" (línguas e literatura).

Posteriormente, foi forçado a exonerar-se o Cel. Alonso de Oliveira, professor do Colégio Militar, removido para São Paulo. Para o seu lugar foi nomeado o Prof. Joaquim Ramos Jobé Jr., que tomou posse em 4 de julho de 1941. (60ª sessão) tendo sido designado para a secção "A".

Pouco depois, tendo sido o Prof. Hahnemann Guimarães nomeado Consultor Geral da República, foi forçado a exonerar-se, tendo sido nomeado para substituí-lo o Prof. Arduino Bolívar, que tomou posse em 19 de Agosto de 1941 (75ª sessão) e foi designado para a Secção "A" (línguas e literatura).

Finalmente o Prof. Cândido Firmino de Melo Leitão foi exonerado a pedido, tendo sido nomeado para substituí-lo o Prof. Gustavo de Oliveira Castro. Tomou posse em 28 de agosto de 1941, (77ª sessão) e foi designado para a secção "C" (Ciências Físicas e Naturais).

O quadro anexo sintetiza as atividades da Comissão, até 31 de dezembro de 1941.

No ano de 1942 foram entrada 66 requerimentos solicitando o registro de livros didáticos; no de 1943, apenas 10. A Comissão Nacional do Livro Didático realizou 117 reuniões ordinárias, todas no ano de 1941.

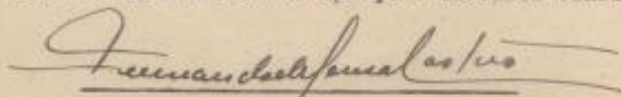
A Comissão Nacional do Livro Didático teve como Secretários os senhores José Augusto de Lima e Moysés Xavier de Araújo, designando-me V. Excia. desde a instalação da Comissão para substituto eventual.

Em 1942 não foram reconduzidos os membros da Comissão, designando-me V. Excia., pela Portaria nº 145, de 17/6/42, para Encarregado do Acervo.

Cumpra-me esclarecer que, mesmo nessa situação, a Secretaria, com o número reduzido de servidores, como era natural, nem por isso deixou de estar em atividade, executando trabalhos de rotina.

Posteriormente, pela Portaria nº 243, de 17 de setembro de 1942, Vossa Excia. houve por bem designar-me para, sem prejuízo das atribuições de Encarregado de Acervo, chefiar o serviço de expediente da Secção de Segurança Nacional, o qual ficou a cargo dos funcionários da Secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração.



Fernando de Sousa Castro  
Encarregado do Acervo da C.N.L.D.

## **ANEXO J**

**Rascunho da carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, contestando o funcionamento da comissão criada para tratar dos livros escolares**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
GABINETE DO MINISTRO

GCJ937.01.06

Rio de Janeiro, 14 de abril  
de 1939.

36  
Meu caro Prefeito:

~~Entrei logo fallar-lhe pelo~~

~~telefone official, mas não consegui.~~

Li, na Noite <sup>de hoje</sup> ~~de hoje~~, que Você consti-

tua uma comissão para tratar dos livros  
escolares. Entrei logo fallar-lhe pelo  
telefone official, mas não consegui.  
Escrevo-lhe por isto, esta carta.

A meu ver ~~esta~~ uma comissão não  
<sup>deve</sup> ~~deve~~ funcionar. Peço a sua atenção  
para o decrto. 61 n. 1006, de 30 de

II-5A





dezembro próximo passado. Ali está fixado, de maneira plena e precisa, o regime dos livros didáticos em todo o país. Destaco, dentre os pontos destacados, os seguintes:

a) A partir de 1 de janeiro de 1940, nenhum livro poderá ser adotado nos níveis preparatórios, primários, secundários, profissionais e secundários da República sem <sup>prévia</sup> autorização do Ministério da Educação.

b) Os livros autorizados pelo Mi-



Ministério da Educação não poderão  
soffrer nenhuma restrição, nem mesmo  
a <sup>que decorra</sup> de preferência, por parte dos governos  
nos locais, ~~de não pôr em execução~~  
~~as leis e decretos que não estejam~~  
~~de acordo com o plano de trabalho~~

O citado decreto-lei cria a  
Comissão Nacional do Livro Didá-  
tico, como um órgão de carácter  
permanente do Ministério da Educação.  
Constitua-a de sete membros. Deito deuto-  
lei recente, de n.º 1.234, de março  
proximo, pensado, determine-se para os  
próximos cinco annos, sejam dezesseis os membros  
dessa Comissão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
GABINETE DO MINISTRO

Está, em um minuto, finalizando  
a escolha do pessoal a ser nomea-  
do. Espero mandar os decretos  
nesta semana, ao Presidente, e instala-  
los, na próxima, a Comissão.

Logo então, pergunto <sup>ao meu amigo:</sup> Para que  
as funcções a emissão munici-  
pal? Com que attribuições? Com  
que <sup>objection?</sup> ~~se extinguido~~?

~~Para o Estado~~ <sup>conhecimento</sup> ~~proprio~~  
e se proprio <sup>logo se teria ponderado</sup> ~~esta~~  
emissão, se gera, Voz! certamente Graças  
na verdade emta, esclarecido como é,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE  
GABINETE DO MINISTRO

Certo, pois, meu caro Puffto,  
 que Voç<sup>a</sup> <sup>examine</sup> ~~não se dá ao trabalho de~~  
~~se agitar e se confundir com~~  
~~os seus supostos,~~ a vista dos  
 termos incitações do primeiro  
 decanto - lei acima citada.

Creia no mais alto aprego  
e endial intine de ser  
a ungo,



## **ANEXO K**

**Cópia da carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, contestando o funcionamento da comissão criada para tratar dos livros escolares**

295

GC 3938 01.06

C O P I A

M. E. B. - GABINETE DO MINISTRO

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1939

Meu caro Prefeito: *Henrique Dodsworth*

Li, na Noite de hontem, que você constituiu uma comissão para tratar dos livros escolares. Tentei logo fallar-lhe pelo telepho ne official, mas não consegui. Escrevo-lhe, por isto, esta carta.

A meu ver essa comissão não deve funcçãoar. Peço a sua attenção para o decreto-lei n. 1.006, de 30 de dezembro proximo passado. Ahí está fixado, de maneira plena e precisa, o regimen do livro didatí co em todo o país. Destaco, dentre os preceitos decretados, os seguin tes:

a) A partir de 1 de janeiro de 1940, nenhum livro poderá ser adoptado nas escolas preprimarias, primarias, normaes, profissio - naes e secundarias da Republica sem que tenha obtido previa autorização do Ministerio da Educação.

b) Os livros autorizados pelo Ministerio da Educação não poderão soffrer nenhuma restricção, nem mesmo a que decorrer da prefe - rencia, por parte dos governos locais.

O citado decreto-lei creou a Comissão nacional do Livro Didatico, como um órgão de caracter permanente do Ministerio da Educa - ção. Constituiu-a de sete membros. Outro decreto-lei recente, de n. 1.177, de 29 de março proximo passado, determinou que, no corrente anno, sejam dezesseis os membros daquella Comissão.

Estou, neste momento, finalizando a escolha do pessoal a ser nomeado. Espero mandar os decretos, nesta semana, ao Presidente, e installar, na proxima, a Comissão.

Isto posto, pergunto ao meu amigo: Para que vae funcção - nar a comissão municipal? Com que attribuições? Com que objectivos?

II-5

Se eu tivesse tido conhecimento previo de seu proposito, logo lhe teria ponderado estas coisas, as quaes você certamente levará na devida conta, esclarecido como é.

Espero, pois, meu caro Prefeito, que Você examine de novo o assumpto, à vista dos termos incisivos do primeiro decreto - lei acima citado.

Creia no mais alto apreço e cordial estima de seu

amigo,

a) GUSTAVO CAPANEMA.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

APER – Arquivo Pessoal Euclides Roxo. São Paulo, Osasco: Centro de Documentação do GHEMAT.

– Minuta da ata da 67ª sessão ordinária da Comissão Nacional do Livro Didático (APER, ER.T.2.082);

– Documento do Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, concedendo dispensa a Euclides Roxo da presidência da Comissão Nacional do Livro Didático (APER, ER.T.2.092);

– Requerimento de Euclides Roxo ao Diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, solicitando inscrição no concurso de títulos para preenchimento de vaga de assistente de Matemática (APER, ER.T.1.007);

– Carta de Euclides Roxo ao ministro Gustavo Capanema, complementando as “Instruções Metodológicas” para os programas de Matemática (APER, ER.T.2.006).

CEN – Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional. São Paulo, Guarulhos: Centro de Memória e Pesquisa Histórica da UNIFESP.

– Parecer nº A-4/41, de Hahnemann Guimarães, de 11/3/1941. Idioma Pátrio (1ª Série), de Modesto de Abreu, Cia. Nacional (CEN 1);

– Parecer nº C-96/41, de Adalberto Menezes de Oliveira, de 3/7/1941. Física, iniciação ao estudo da Física experimental para 3ª série, de Oscar Bergstron Lourenço, Cia. Nacional (CEN 2);

– Parecer nº E-21/41, de Padre Leonel Franca e Carlos Delgado de Carvalho, de 8/7/1941. História da Civilização (5ª série), de Joaquim Silva, Cia. Nacional (CEN 3);

– Parecer s/d. Matemática comercial e financeira, de Luiz Cavalheiro, Irmãos Pongetti (CEN 4);

– Parecer s/d. Noções de Álgebra, de Isidoro Dumont, Livraria Francisco Alves (CEN 5).

Centenas de livros didáticos condenados. **Diário de Notícias**, 03-03-1942, Primeiro caderno, p. 7.

Do livro didático ao recreativo. **O Observador Economico e Financeiro**, 01-02-1941, p. 140.

DOSP – Diário Oficial de São Paulo (Online). Disponível para acesso em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/>.

- Processo nº 3.317/66 DE, de 18/03/1967 (DOSP 1);
- Processo nº 1.415/66 DE, de 10/03/1967 (DOSP 2);
- Processo nº 2.251/60 DE, de 03/03/1970 (DOSP 3);
- Processo nº 58/66 D-FLE, de 25/04/1967 (DOSP 4);
- Processo nº 9.618/65, de 15/09/1965 (DOSP 5);
- Processo nº 16.369/63, de 20/04/1966 (DOSP 6);
- Processo nº 59/67 C, de 12/12/1968 (DOSP 7);
- Processo nº 81/67 C, de 12/12/1968 (DOSP 8);
- Processo nº 14.366/65 DE – 14.367/65 DE – ..... 14.368/65 DE, de 12/12/1968 (DOSP 9);
- Processo nº 10.461/69 DE, de 13/08/1969 (DOSP 10);
- Processo nº 17/76 C-FLE e 18/67 C-FLE, de 25/04/1967 (DOSP 11);
- Processo nº 1.432/65 GE, de 15/09/1965 (DOSP 12).

GC – Arquivo Gustavo Capanema. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV.

- Telegrama enviado pelo Comandante da Marinha, Armando Pinna, ao Presidente Getúlio Vargas solicitando que seja nomeado membro da Comissão

Nacional do Livro Didático. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 767/2;

– Discurso proferido pelo General Pedro Cavalcanti, em 12 de abril de 1939, no programa de rádio *A hora do Brasil*. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 763/2;

– Itens considerados no julgamento dos livros didáticos pela Comissão Nacional do Livro Didático. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta III, ft. 824/1, 825/2;

– Exposição das atividades da Comissão Nacional do Livro Didático, em 1 de março de 1944, assinatura: Fernando de Souza Castro (secretário da CNLD). Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta III, ft. 940/2;

– Rascunho da carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, contestando o funcionamento da comissão criada para tratar dos livros escolares. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 760/1, 760/2;

– Cópia da carta enviada pelo ministro Gustavo Capanema ao prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, contestando o funcionamento da comissão criada para tratar dos livros escolares. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 760/1, 760/2;

– Lista elaborada por Capanema com os sete membros que deveriam compor a CNLD. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 754/1;

– Relação de obras didáticas de autoria dos membros da CNLD, a que se refere o ofício nº 16 da secretaria. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta IV, ft. 833/2, 834/1, 834/2;

– Normas para apreciação dos elementos considerados na ficha de julgamento dos livros didáticos. Arquivo Gustavo Capanema. GCg 38.01.06, pasta III, ft. 824/1, 825/2;

– Carta enviada ao Presidente Getúlio Vargas pelo Ministro Gustavo Capanema, em 4 de março de 1944. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta V, ft. 943/2;

- Ofício das empresas editoras de São Paulo enviado ao Ministro Gustavo Capanema. Sem data. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta V, ft. 936/1, 936/2;
- Indicação do ministro de guerra Eurico Gaspar Dutra, de um membro do magistério do Exército para colaborar com a Comissão Nacional do Livro Didático. Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta II, ft. 767/1;
- Nomeação dos dezessete membros da Comissão Nacional do Livro Didático, em 2 de dezembro de 1940, assinatura: José Augusto de Lima (secretário da comissão). Arquivo Gustavo Capanema, GCg 38.01.06, pasta III, ft. 810/1.

Solicitada a cooperação do Exército e da Polícia. **A Noite**, 10-04-1939, Primeiro Caderno, p. 1.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Irene de. 1958. **Jogos e recreações matemáticas, 1ª e 2ª séries**. 3 ed. Rio de Janeiro: Conquista.

AMORIM, Diogo Pacheco de. 1931. **Compêndio de Aritmética racional (curso liceal)**. Coimbra: Coimbra Editora.

BAÍÁ HORTA, José Silvério. 1994. **O hino, o sermão e a ordem do dia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. 2002. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil. p. 529-575.

BOEN FRIZZARINI, Claudia Regina; LEME DA SILVA, Maria Célia. 2014. Primeiras noções de Geometria prática de Olavo Freire: um compêndio inovador? In: **14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia (SNHCT)**.

BOMÉNY, Helena Maria Bousquet (Org). 2001. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

BORGES, Abílio Cesar. 1944. **Geometria prática popular**. 30 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 20.108, de 15 de junho de 1931.** Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada do idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1934).** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.177, de 29 de março de 1939.** Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático no ano de 1939.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 1.417, de 13 de junho de 1939.** Dispõe sobre o regime do livro didático.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.359, de 3 de julho de 1940.** Dispõe sobre o regime do livro didático e sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático no ano de 1940.

\_\_\_\_\_. **Portaria ministerial nº 253, de 24 de dezembro de 1940.** Instruções para funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.** Lei Orgânica do Ensino Secundário.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 6.339, de 11 de março de 1944.** Dispõe sobre o livro didático.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.222, de 26 de novembro de 1945.** Dá nova redação aos artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 1.417, de 13 de junho de 1939.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945.** Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário.



\_\_\_\_\_. **Portaria ministerial nº 212, de 31 de maio de 1950.** Aprova regulamento de Recurso.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964.** Dispõe sobre a edição de livros didáticos, dando outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966.** Institui No Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e Revoga o Decreto 58.653/66.

\_\_\_\_\_. **Portaria Ministerial nº 594, de 27 de outubro de 1969.** Extingue a Comissão Nacional do Livro Didático.

CAPANEMA, Julieta. 1938. **Mil problemas para os nossos discípulos.** Rio de Janeiro: Livraria Cruzeiro do Sul.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de; WERNECK, Ana Paula Lellis; ENNE, Deborah Silva; COSTA, Mônica Baptista da; CRUZ, Priscilla Rangel. 2000. Euclides Roxo e o movimento de reforma do ensino de Matemática na década de 30. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. v. 81, n. 199, set/dez, p. 415-424.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. 2008. Políticas Públicas e o Livro Didático de Matemática. **Bolema**, n. 29, p. 1-11.

\_\_\_\_\_. 2017. O Exercices de Géométrie de F. G. M.. **Revista do Professor de Matemática**, n. 94, p. 6-17.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. 2007. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007).** Tese (Doutorado em História da Educação), Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CASTRO, Laura Laís de Oliveira; ZACHEU, Aline Aparecida Pereira. 2015. Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil. In: **14ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília.**

CHOPPIN, Alain. 2004. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, FEUSP, SP. v. 30, n. 3, set/dez, p. 549-566.

CLARAS, Antonio Flavio; PINTO, Neuza Bertoni. 2009. O Movimento da Matemática Moderna e as iniciativas de formação docente. **In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.**

COSTA, Letícia Maria Ferreira. 2014. **O Movimento da Matemática Moderna no Brasil – o caso do Colégio de São Bento do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática), Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DASSIE, Bruno Alves. 2008. **Euclides Roxo e a constituição da Educação Matemática no Brasil.** Tese (Doutorado em Educação), Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DASSIE, Bruno Alves. 2012. A Comissão Nacional do Livro Didático após 1945 e os livros de Matemática aprovados para uso no ensino secundário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP. n.47, set, p. 88-107.

DASSIE, Bruno Alves; ROCHA, José Lourenço. 2001. O ensino de Matemática no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Revista História e Educação Matemática.** Sociedade Brasileira de História da Matemática, Rio Claro, SP. v. 2, n. 2, jun/dez.

DASSIE, Bruno Alves; SOARES, Flávia Santos. 2010. Eugênio de Barros Raja Gabaglia: vida e obra de um professor de Matemática. **In: Colóquio de História e Tecnologia no Ensino da Matemática**, V, Recife: EDUMATEC/UFPE. CD ROM.

DISTRITO FEDERAL. **Resolução nº 10, de 30 de agosto de 1944.** Expediente regulamento da Comissão de Livros.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 7, de 7 de março de 1945.** Institui no Centro de Pesquisas Educacionais o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 5, de 8 de fevereiro de 1956.** Declara extinto o Setor de Pareceres sobre Livros Didáticos do Instituto de Pesquisas Educacionais.

DOBROWOLSKI, Eunice Nunes; PINTO, Neuza Bertoni. 2009. Movimento da Matemática Moderna nas práticas escolares e suas repercussões na maneira de ensinar. **In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE.** p. 4164-4171.

DUMONT, Isidoro. **Elementos de Aritmética (F.T.D.).** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

F.T.D.. **Elementos de Arithmética**. São Paulo: Livraria Paulo de Azevedo & CIA.

FERREIRA, Márcia Santos. 2008. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, maio/ago, p. 279-292.

FERREIRA, Rita de Cássia. 2008. **A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. 2011. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. Tese (Doutorado em História da Educação), Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FILHO, Francisco de Oliveira. 2009. **O School Mathematics Study Group e o Movimento da Matemática Moderna no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Bandeirante de São Paulo.

FREIRE, Olavo. **Noções de Geometria prática**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

GONÇALVES, Rita de Cássia. 2005. **Comissão de seleção de livros didáticos (1935-1951): guardiã e censora da produção didática**. Dissertação (Mestrado em História da Educação), Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LACAZ NETTO, Francisco Antônio. **Lições de Análise Combinatória**. 5 ed. São Paulo: Livraria Nobel.

MIORIM, Maria Ângela. 1998. **Introdução à História da Educação Matemática**. São Paulo: Ática.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. 2000. **Os sentidos da alfabetização (São Paulo – 1876/1994)**. São Paulo: Unesp/MEC.

NEVES, Francisco Ferreira. 1948. **Elementos de Geometria**. Livraria Sá da Costa.

OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de; TREVISAN, Thabatha Aline. 2015. Medidas de controle da circulação do livro didático para o ensino de leitura e escrita em São Paulo: atuação da comissão revisora de 1918. **Revista História da Educação On-line**, Santa Maria, vol. 19, n.45, jan/apr.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sônia Pinto; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. 1984. **A política do livro didático**. Campinas: Editora da UNICAMP.

PEREZ Y MARIN, Andre. **Elementos de Álgebra**. 2 ed. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus.

POTSCH, Waldemiro. 1942. **Os pareceres da seção de Ciências Físicas e Naturais da Comissão Nacional do Livro Didático**. Rio de Janeiro: Tipografia do Patronato.

RAJA GABAGLIA, Eugenio Barros. **Elementos de Trigonometria**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

RÊGO, Abel de Araújo. 1940. **Aritmética racional, 3º ciclo e exames de aptidão**. Livraria Simões Lopes.

REIS, Otelo de Souza. **Seiscentas expressões fracionárias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

ROCHA, Luiz Mauro. **Geometria no espaço**. São Paulo: Livraria Nobel.

RODRIGUES, Eduardo Celestino. **1700 exercícios de Algebra**. São Paulo: Editora Classico-Científica.

S.L.. **Algebra elementar**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

SANGIORGI, Osvaldo. 1956. **Matemática e Estatística**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

SÃO PAULO. **Lei nº 1.536, de 28 de dezembro de 1951**. Regula o uso de uniformes, distintivos ou livros didáticos nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado e nos de ensino primário mantidos por particulares.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 44.084, de 20 de novembro de 1964**. Regulamenta a Lei nº 1.536, de 28 de dezembro de 1951.

\_\_\_\_\_. **Regimento interno da Comissão Estadual do Livro Didático, Uniformes e Distintivos Escolares, de 24 de fevereiro de 1965.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.061, de 25 de março de 1968.** Atribui competência à comissão criada pela Lei nº 1.536, de 1951 para aprovar e autorizar o uso de livros didáticos destinados ao ensino primário e médio e dá outras providências.

SCHOOL MATHEMATICS STUDY GROUP. 1964. **Matemática curso colegial – vol. I.** Brasília: Universidade de Brasília.

SCHOOL MATHEMATICS STUDY GROUP. 1966. **Matemática curso colegial – vol. II.** 2 ed. São Paulo: EDART - Livraria Editora Ltda.

SCHOOL MATHEMATICS STUDY GROUP. 1966. **Matemática curso colegial – vol. III.** 1 ed. São Paulo: EDART - Livraria Editora Ltda.

SCHUBRING, Gert. 1987. On the methodology of analysing historical textbooks: Lacroix as textbook author. **In: For the learning of Mathematics**, VII, Montreal, Canada.

SCHUBRING, Gert. 1999. O primeiro movimento internacional de reforma curricular em Matemática e o papel da Alemanha: um estudo de caso na transmissão de conceitos. Trad. Maria Laura Magalhães Gomes. **ZETETIKE**, Cempem, FE, Unicamp, v. 7, n. 11, jan/jun, p. 29-50.

SCHUBRING, Gert. 2003. **Análise histórica de livros de Matemática: notas de aula.** Trad. Maria Laura Magalhães Gomes. Campinas, SP: Autores Associados.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMÉNY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. 2000. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra/Editora FGV.

SERRASQUEIRO, José Adelino. **Tratado de Álgebra elementar.** 8 ed. Coimbra: Livraria Central de J. Diogo Pires.

SERRASQUEIRO, José Adelino. 1926. **Tratado elementar de Aritmética.** 22 ed. Coimbra: Livraria Central de J. Diogo Pires.

SERRASQUEIRO, José Adelino. 1947. **Tratado elementar de Trigonometria rectilínea e noções de Geometria Analítica.** 10 ed. Coimbra: Livraria Central de J. Diogo Pires.

SOARES, Flávia dos Santos. 2013. Adoção, avaliação e circulação de livros didáticos de Matemática no século XIX. **ZETETIKE**, Cempem, FE, Unicamp, v. 21, n. 40, jul/dez, p. 37-58.

SOARES, Flávia dos Santos; ROCHA, José Lourenço. 2005. As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a Comissão Nacional do Livro Didático. **ZETETIKE**, Cempem, FE, Unicamp, v. 13, n. 24, jul/dez, p. 81-112.

SOARES, Magda Becker. 1996. Um olhar sobre o livro didático. **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 12, nov/dez, p. 53-63.

STÁVALE, Jacomo. 1954. **Problemas de Matemática, 1ª série ginásial**. 9 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

TAHAN, Malba. 2013. **O homem que calculava**. 83 ed. Rio de Janeiro: Record.

TEIXEIRA, Giselle Baptista; SCHUELER, Alessandra Frota. 2009. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 20, mai/ago, p. 137-164.

TRAJANO, Antônio. 1962. **Aritmética elementar (ilustrada)**. 139 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

TROTTA, Laudimíia. 1934. **Problemas arithmeticos solucionados**. Rio de Janeiro: Livraria Cruzeiro do Sul.

VALENTE, Wagner Rodrigues. 2003. A disciplina Matemática: etapas históricas de um saber escolar no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda; RANZI, Serlei Maria Fischer (org.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF.

VALENTE, Wagner Rodrigues. 2005. Euclides Roxo e a História da Educação Matemática no Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación Matemática**, n. 1, março, p. 89-94.

VILELA, Antônio Lobo. 1937. **Exercícios resolvidos de Álgebra**. Figueira da Foz: Ed. do Autor.

VILELA, Antônio Lobo. 1938. **Métodos da Matemática**. Figueira da Foz: Ed. do Autor.

VILELA, Antônio Lobo. 1939. **Métodos Geométricos**. Lisboa: Inquérito.

WOLFF, Antônio Pedro. 1959. **Meus problemas, 3º ano**. 10 ed. São Paulo: Saraiva.

ZOTTI, Solange Aparecida. 2006. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: Gráfica Faculdade de Educação. p. 1-27. CD-ROM.